

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES

**OS INTELLECTUAIS, A POLÍTICA E SUAS PERSPECTIVAS:
O CEIMAM E SUA CONTRIBUIÇÃO ACERCA DO POVO TERENA
(1982-1992)**

**DOURADOS
JULHO 2009**

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES

**OS INTELLECTUAIS, A POLÍTICA E SUAS PERSPECTIVAS:
O CEIMAM E SUA CONTRIBUIÇÃO ACERCA DO POVO TERENA
(1982-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Zorzato

DOURADOS
JULHO 2009

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES

**OS INTELECTUAIS, A POLÍTICA E SUAS PERSPECTIVAS:
O CEIMAM E SUA CONTRIBUIÇÃO ACERCA DO POVO TERENA
(1982-1992)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador	Prof. Dr. Osvaldo Zorzato (UFGD)
2º Examinador(a)	Prof. Dr. Noêmia dos Santos Moura (UFGD)
3º Examinador(a)	Prof. Dr.

Dourados, 31 de julho de 2009.

DADOS CURRICULARES
JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES

NASCIMENTO 26/01/1976 – Olímpia/SP

FILIAÇÃO Jesus Aparecido de Menezes
Sueli Maria Alves Pereira de Menezes

1995/1998 - Curso de Graduação em História – Instituto Municipal de Ensino Superior - Faculdade de Filosofia de Catanduva, SP (IMES/FAFICA).

1998/2006 Professor de História, Filosofia e Sociologia na Rede Privada de Ensino - SP.

2000 - Aluno Especial do Programa de Mestrado em História da UNESP/Assis, SP.

2004 - Aluno Especial do Programa de Mestrado em História da UNESP/Assis, SP.

2006 – Aluno do Programa de Mestrado em Educação – Universidade de Tecnologia, Comercialización y Desarrollo – Paraguay (UTCD/Py).

2006/2007 - Professor de História, Filosofia e História Regional do MS na Rede Privada de Ensino – MS.
- Professor de História na Rede Estadual de Ensino – MS (Programa de Educação de Jovens e Adultos).

2007/2008 – Coordenador Presidente da Associação de Pós-graduandos em História da Universidade Federal da Grande Dourados (APGH-UFGD).

2009 – Coordenador do Grupo de Estudos Marxista do IBILCE (UNESP - Rio Preto, SP)
– Membro do Jornal, Brado Informativo, São José do Rio Preto-SP.

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de pesquisa bibliográfica e documental sobre o Centro de Estudos Indígenas Miguel Angel de Menéndez (CEIMAM) entre os anos de 1982 a 1992. A pesquisa se centrou na busca de organizar e sistematizar a produção do CEIMAM sobre o povo Terena diante de um contexto político especial acerca da política indigenista e o movimento indígena na construção do que se entende como História Indígena, culminando com no ano de 1992. O CEIMAM e sua produção sobre o povo Terena fora investigados também na perspectiva de um constructo de seu tempo histórico em um espaço de aglutinação de vieses diversos, sob múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas acerca dos temas desenvolvidos sobre o povo Terena. Todavia, se preocupa em apresentar o CEIMAM em uma chave ontológica, situando-o historicamente. Nos detivemos a produção acerca do povo Terena através dos trabalhos produzidos e publicados e a sua relação política diante da conjuntura que foram germinados durante as décadas de 80 e 90 tendo como suporte o boletim Terra Indígena e a Bibliografia Crítica Sobre os Povos Aruák, e, ainda, às produções acadêmicas sobre os Terena do MS que estiveram de alguma forma vinculadas ao Grupo de Araraquara, especificamente, em duas dissertações e uma tese, produzidas por parte de seus intelectuais.

ABSTRACT

This work is the result of literature and documentary about the Center for the Study of Indigenous Miguel Angel Menéndez (CEIMAM) between the years 1982 to 1992. The research focused on the quest to organize and systematize the production of CEIMAM the Terena people before a particular political context of the indigenous policy and indigenous movement in the construction of what is meant as Indigenous history, culminating with the year 1992. The CEIMAM and production people on the outside Terena investigated also looking to construct a history of his time in an area of agglutination of different biases on multiple theoretical and methodological perspectives on the themes developed on the Terena people. However concerned with presenting the ontological CEIMAM in a key, which it historically and the production on the Terena people through the work produced and published and their relationship in the economic policy front that were germinated during the decades of 80 and 90 and to support the newsletter Indigenous Land and Critical Bibliography of peoples Aruák, but the which will hold the academic production on the Terena MS who were in some way linked to the Group of Araraquara, specifically, in two essays and a thesis, produced by its intellectuals.

À minha filha Leticia Fernandes de Menezes e a todos meus professores, alunos e alunas que tive e ainda tenho como amigos.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos alunos de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, pela amizade e companheirismo nos momentos de estudos que sempre foram além de provas e vestibulares durante todos estes anos de trabalho. Foram vocês que desde 1998 me motivaram estudar, aprender e escrever. Sem a existência de vocês não seria possível o ser que existe hoje.

Aos meus pais, Jesus e Sueli Menezes, pois sem os seus apoios a caminhada seria muito mais sinuosa, certamente, muito mais sinuosa.

Aos meus amigos professores, de SP, MS e MG pelas leituras e a atenção dada, mesmo com a distância materializada não deixaram de estar ao meu lado durante todos estes anos, fazendo a leitura dos originais e contribuindo com importantes sugestões críticas que acabaram por enriquecer este trabalho. Em especial a Marcos Rodrigues (*camarada revolucionário de exemplar militância em todos os fronts*), Vanessa Batista e Marcelo Gomes, meus camaradas, amigos e professores.

Ao meu professor e orientador Osvaldo Zorzato, pela paciência e compreensão, durante todos esses anos, sabendo entender as agonias e preocupações que perfilam nossa formação acadêmica, com sua calma e maturidade, e, ainda, por acreditar na viabilidade deste trabalho.

Os meus professores Eudes Leite e João Carlos pelas ricas análises críticas durante a banca de qualificação e também pelas inesquecíveis contribuições em minha formação ao lado de todos os professores do PPGH. Aos professores Jorge Eremites, pelas aulas críticas que contribuíram em minha concepção sobre a Arqueologia e a Etnologia, porém com meu viés materialista “ortodoxo” diferindo-se do dele; Claudio Vasconcelos, pelo apoio nas empreitadas teóricas e metodológicas propondo diante do crescente esvaziamento teórico nas Universidades um debate rico e instigante, as vezes pouco compreendido por alguns colegas; Cimó, pelas infundáveis tardes de historiografia sulmatogrossense tão importantes, principalmente para aqueles “emboabas” como eu; Graciela Chamorro, pelas aulas que certamente nos enriqueceram diante do Espanhol, Guarani e do Alemão, mesmo em sua fave cristã diante do meu comportamento ateu que certamente a desesperava; Jones Goret pela aceitação de minhas especulações no PPGG, pelos debates críticos sobre David Harvey e Bourdieu, principalmente por apresentar a rebeldia diante das universidades tão ordeiras!

À Mylena Nogueira Messias, grande pessoa que sempre estará zelada em meu coração, pelo apoio direto e pelo companheirismo impossível de se repetir em minha vida e que vieram estimular este trabalho com sua juventude de menina e sabedoria de mulher.

À Lauriene, pois sem o seu apoio este trabalho provavelmente não seria concluído. Pelas noites de alegria e debates constantes. Nunca esquecerei desse apoio, amor e carinho.

Ao Jornal Brado Informativo, que sempre esteve presente durante a militância e formação política que vieram influenciar esta dissertação de história do tempo presente, apoiando-me em todos os momentos de repressão coronelista no MS.

Aos irmãos e amigos: Rosemeire, Fábio e Janaína; De Nadai, Fernando, Aldo, Milton, Tiozão, Nadriane, Bereco, Gustavo, Rufo, Escarano, Jéferson, Réco, Fernando Santos, Amado, Mônica, Daiana, Douglas, Wilson Menezes, Valdir Menezes e Silvinéia Menezes (pelo laço que nos une e também peja ajuda total na estadia em Ponta Porã), Cláudio Menezes, Max, Jeniffer, Thifany, Claudenilson, Prof.^a Elida e Salete (pelo apoio inenarrável na Rede Estadual no Mato Grosso do Sul), Prof. Hugo, João Ferreira, Marcos; aos camaradas de São Paulo e Mato Grosso do Sul e do Grupo de Estudos Marxistas do IBILCE de São José do Rio Preto (Antonio, Rodrigo Maia-Beni, Teófilo, Thiago), à Prof.^{ra} Márcia Angelina Alves (MAE/USP), Thiago Carvalho (Pantaneiro-MS), Silmara, Valmir, Denise e os novos amigos de *classes*, a Leandra, Flávio e Zé Ricardo (Bagaço) pelas discussões que muitas vezes vararam a madrugada de Minas Gerais. A Onilda Carmo, pela confiança e copanheirismo junto aos muitos quilômetros rodados juntos até hoje. Aos colegas, amigos do Mestrado: Joseph, Priscila, Mathias, Bruno, Fernanda, Celinha, Ademar, Dagata, Túlio, Aline, Carlos, Ilsyane, Camarada Saulo, Aninha, Mercoles, Carlos Pacheco, com vocês pude aprender muitas coisas, refutar muitas outras e a construir a síntese.

Às Bibliotecas: Municipal de Ponta Porã e Dourados - MS; Biblioteca y Museo Público Municipal de Pedro J. Caballero no Paraguay e Museo Regional del Amambay também no Estado do Paraguay; do IMES/FAFICA - SP, que desde a graduação me incentivaram na pesquisa bibliográfica; Municipal de Olímpia e ao Museu de História de Olímpia- SP (Maria Miranda); da Fundação Assisense de Cultura - SP; Municipal de São José do Rio Preto-SP; ao Arquivo Municipal de Bauru SP; Centro Cultural de José Bonifácio – SP; da UNESP de Marília, Araraquara, Rio Preto e Assis – SP; da UEMS e UFGD – MS; da COOPEC de Rio Preto – SP; da Faculdade Frutal; da FAECA de Monte Aprazível; do Museu Municipal de Frutal; o Arquivo do Estado do Mato Grosso; do Centro de Documentação Regional da UFGD; da UNIDERP de Ponta Porã; do Museo Andreas Barbero em Asunción e principalmente ao Centro Cultural Brado de Rio Preto – SP e outros centro de pesquisa e cultura que contribuíram de forma direta e indireta nesta pesquisa.

Aos membros do CEIMAM, que gentilmente me acolheram em Araraquara e sempre estiveram a disposição durante o desenvolvimento desta pesquisa. Em especial à Silvia Carvalho; à Grazielle, que me acolhera de forma calorosa em sua residência; à Niminon, pela paciência e apoio que se estendem muito antes do desenvolvimento deste trabalho e como intelectual do CEIMAM, me dera todo apoio possível, principalmente no que diz respeito a apresentar-me literalmente aos interlocutores de Araraquara; ao Robson, que prontamente se dispôs a interlocução, fornecendo-me importantes fontes para o trabalho; à Adriana, pela ajuda e disposição para responder as minhas constantes perguntas durante o Amerídia 2008, extensivo a todos e todas que pude conhecer durante a estadia em Araraquara.

À Jéssica Oliveira, mãe e historiadora comprometida com a crítica da economia política de nosso tempo. Sem a sua participação e apoio, tudo também seria mais árduo. Finalmente, as minhas duas filhas, Letícia Fernandes de Menezes e Lenita Marx Oliveira de Menezes, juntas, e jamais separadas, serão sempre meus maiores motivos de força, luta e estudo. Amo muito vocês.

E, a todos que de alguma forma estiveram envolvidos neste trabalho e em minha formação e que neste momento minha memória entorpecida de satisfação me condena ao não citá-los, pois são muitos.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.”

Karl H. Marx,
O 18 Brumário de Luis Bonaparte, 1851-1852.

SUMÁRIO

RESUMO	05
ABSTRACT	06
LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE ABREVIATURAS	15

INTRODUÇÃO

I - Sobre a proposta de trabalho	16
II- Sobre a produção intelectual na academia	19
III- Sobre o objeto de trabalho	24

CAPÍTULO I – O CENTRO DE ESTUDOS INDÍGENAS MIGUEL ANGEL DE MENÉNDEZ, SUA HISTORICIDADE E OS TERENA

1.1 O objeto e a história do tempo presente	30
1.2 A fundação do C.E.I. Kurumim em abril de 1982	32
1.3 De Kurumim à CEIMAM	36
1.4 Aportes históricos sobre os Terena e o CEIMAM diante dos Terena do Mato Grosso do Sul	41
1.4.1 Historiando o objeto de pesquisa do CEIMAM	41
1.4.2 O CEIMAM e o porquê os Terena	46
1.5 Relações interinstitucionais d emblemáticas do CEIMAM na década de 80	52
1.6 O CEIMAM como espaço aglutinador de intelectuais	57
1.7 Aportes acerca do debate a partir da academia	66

CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO DO CEIMAM ACERCA DO POVO TERENA DO MATO GROSSO DO SUL E SUA RELAÇÃO DIANTE DA POLÍTICA

2.1 O boletim Terra Indígena	78
2.1.1 As primeiras referências publicadas	82
2.1.2 A primeira interlocução entre os intelectuais e os Terena no Estado de São Paulo através do Relatório de Campo	84
2.1.2.1 Sobre o aspecto cultural	84
2.1.2.2 Sobre o aspecto de sociabilidade	86
2.1.2.3 Sobre o aspecto político	86
2.1.2.4 Sobre o aspecto econômico	87
2.1.3 A primeira interlocução entre os intelectuais e os Terena do MS através do Relatório de Campo	90
2.1.3.1 A relação crítica dos intelectuais	91
2.1.3.2 O econômico e a política diante do posicionamento crítico	92
2.1.4 A segunda interlocução entre os intelectuais e os Terena do MS através do Relatório de campo	98
2.1.4.1 Da política	102
2.1.4.2 Da vida religiosa	103

2.1.4.3 <i>Da educação escolar</i>	104
2.1.4.4 <i>Dos aspectos econômicos e a relação dialética com a política</i>	108
2.1.4.5 <i>Do caráter metodológico no relatório</i>	113
2.1.4.6 <i>Da população indígena citadina</i>	115
2.1.5 A bibliografia crítica sobre o povo Terena nas páginas de Terra Indígena	118
2.2 A Bibliografia crítica sobre os povos Aruák do Mato Grosso do Sul e Grande Chaco	121
2.3 Temáticas e perspectivas dos intelectuais do CEIMAM	125
 CAPÍTULO III - A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA DA SEGUNDA GERAÇÃO DO CEIMAM SOBRE OS TERENA	
3.1 Dissertações e tese	128
3.1.1 Maria Cristina da Silveira Galan	130
3.1.2 Fernanda S. Carvalho	147
3.1.3 Grazielle Acçolini	159
3.2 Breves aportes sobre as perspectivas teórico-metodológicas das intelectuais.....	173
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	178
 FONTES	
	182
I – DOCUMENTAIS	
	182
II – BIBLIOGRÁFICAS	
	183
III – ORAIS	
	184
IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
	184
V – BIBLIOGRAFIA	
	189
 ANEXOS	
	194

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logo do CEIMAM.....	37
Figura 2 – Boletim Mensal, n. 16 de 1983.....	90
Figura 3 – Localidades visitadas pelo CEIMAM no MS em 1984.....	99
Figura 4 – Ilustração dos encaminhamentos na construção cognitiva.....	114
Figura 5 – Quadro demográfico FUNASA.....	136
Figura 6 – Relações possíveis (Fernanda Carvalho, 2008:102).....	156

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA= Associação Brasileira de Antropologia
CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEI = Centro de Estudos Indígenas
CEIMAM = Centro de Estudos Indígenas Miguel Angel de Menéndez
CEUA = Centro Educacional Universitário de Aquidauana
CIMI = Conselho Indigenista Missionário
CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI = Comissão Pró-Índio
FCL = Faculdade de Ciências e Letras
FUNAI = Fundação Nacional do Índio
ILCSE = Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação
ISA = Instituto Sócio Ambiental
MAM = Miguel Angel de Menéndez
NHII = Núcleo de História Indígena e do Indigenismo
ONG = Organização Não Governamental
PI = Posto Indígena
SPI = Serviço de Proteção ao Índio
TI = Terra Indígena
UFGD = Universidade Federal da Grande Dourados
UNESP = Universidade Estadual Paulista
UNI = União das Nações Indígenas
UNIEDAS = União das Igrejas Evangélicas da América do Sul
UNIND = União das Nações Indígenas (foi primeira sigla)
USP = Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO (Prolegômenos)

I - Sobre a proposta de trabalho

Inicialmente nossa proposta de trabalho de pesquisa estava focalizada no entendimento do Centro de Estudo Indígenas Miguel Angel de Menéndez da UNESP de Araraquara através de seu boletim Terra Indígena. Em um segundo momento, com o desenvolver da organização das fontes documentais, passamos a entender que se restringíssemos nosso trabalho de pesquisa a este tipo de fonte com exclusividade, poderíamos recorrer a um quadro delicado da pesquisa histórica no qual as interpretações são marcadas pela superficialidade exploratória do objeto. Desta forma, todavia, procuramos proceder com mais de um tipo de fonte (documentais, bibliográficas e orais), as quais nos possibilitaram a ampliação do horizonte acerca do CEIMAM, principalmente após a primeira etapa do trabalho de campo realizada na cidade de Araraquara, na sede do próprio Centro de Estudos em abril de 2008. Dando-nos assim a convicção das dificuldades de proceder sobre a história do tempo presente (MARX, 1978:323-404) apoiados em apenas um tipo de fonte: a documental. Assim, a pesquisa se apoiou em fontes documentais, sendo elas os boletins do CEIMAM, entre os anos de 1982 a 1992, estatutos e relatórios. Sobre as fontes bibliográficas, estas são do tipo de estudo, sendo elas as dissertações e tese desenvolvidas por parte dos intelectuais do Centro de Estudos e, ainda, utilizamo-nos de interlocuções de campo que vieram redundar na produção de fontes orais. As fontes documentais e bibliográficas foram as elementares para a construção da pesquisa, cabendo aos depoimentos orais, por último e não menos importante, o papel de desenvolver uma interlocução entre os tipos de fontes utilizadas no que diz respeito ao cruzamento de informações como possibilidades de interpretação ontológica do CEIMAM.

Nosso trabalho de pesquisa procura entender a contribuição do Centro de Estudo Indígena Miguel Angel de Menéndez acerca da história indígena no Estado do Mato Grosso do Sul, detidamente sobre o povo Terena. Não nos ocupamos em escrever uma história terena, mas sim a sistematização de parte da produção desenvolvida pelo

CEIMAM através de seus intelectuais que por sua vez, desenvolveram com o povo Terena uma série de trabalhos que vieram redundar em publicações, dissertações e uma tese. Sendo assim, estabelecemos um recorte temático neste estudo de caso sobre o CEIMAM e sua produção sobre a história indígena. Apresentamos também um recorte cronológico para o manusear das fontes documentais que se inicia do ano de fundação do Grupo de Estudos KURUMIM (CEIMAM) e se estende até o início da década de 90, especialmente, o ano de 1992 (ano que o KURUMIM passa a se chamar CEIMAM), data que emblematicamente se destaca uma série de produções sobre a história indígena do Brasil, como por exemplo, o trabalho organizado por Manuela Carneiro da Cunha: História dos Índios do Brasil, publicado pela Cia. das Letras.

Preocupamo-nos em entender a década de 80 e início dos anos 90 acerca da história indígena e do indigenismo e como o CEIMAM se apresentou diante desse quadro, organizando o conhecimento sobre os Terena do MS através de um grupo de intelectuais.

Assim, na introdução que agora é apresentada, foram desenvolvidas três importantes subseções onde apresentamos aportes vitais do quadro teórico e metodológico que nortearam os procedimentos da dissertação. Entendemos que desta forma os riscos semânticos puderam ser amenizados, contribuindo para que a dissertação fosse objetivamente clara em relação aos conceitos que postulamos para o trabalho historiográfico, evitando ainda o desenvolvimento de um capítulo dedicado aos aportes teóricos, o que poderia contribuir para o desenvolvimento de uma dissertação extensa e pesada, desviando-nos de nosso objeto de análise.

O capítulo inicial procura apresentar o CEIMAM em uma perspectiva ontológica, retomando o debate sobre a história indígena e o indigenismo na década de 80, “historiando” a partir da fundação do Grupo Kurumim em abril de 1982, encarando o CEIMAM como espaço aglutinador de perspectivas temáticas através da publicação impressa como espaço de divulgação de uma nova história indígena, detendo-nos ao Boletim Mensal do Grupo Kurumim e a revista Terra Indígena. Ainda apresentaremos nesta perspectiva ontológica o processo de “mutação” do Grupo Kurumim à Centro de Estudos na universidade pública e o desenvolvimento do Encontro anual “Ameríndia” como um momento aglutinador de perspectivas. Também neste capítulo, preocupamos em entender a criação da Fundação Araporã como forma vincular do intelectual engajado, independente do vínculo deste com a Universidade, e, buscando a finalização deste capítulo que pretende apresentar o objeto, o CEIMAM como espaço aglutinador de

intelectuais, e o debate a partir da academia sobre a questão indígena. Este último, visando o segundo capítulo que apresentamos, detidamente, a produção do CEIMAM sobre os Terena do MS através dos boletins Terra Indígena.

Neste segundo capítulo, propusemos a discussão da problematização da pesquisa apresentando-a de forma enfática, tendo como questão central a análise das publicações sobre o povo Terena do MS, realizadas pelo CEIMAM, sistematizando a contribuição do Centro de Estudos sobre a história Terena através de suas produções desenvolvidas pelo Grupo através das páginas do boletim Terra Indígena e também através da organização e publicação da Bibliografia crítica dos Povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco, além de uma seção onde apresentamos alguns aportes acerca da temática e perspectivas do objeto.

A organização deste capítulo foi concebida inicialmente, objetivando englobar as produções acadêmicas que se constituíram em nossas fontes bibliográfica, do tipo pesquisa, porém, com o andamento dissertativo, optamos, diante da necessidade, abrir um capítulo exclusivo sobre esse tipo de produção do CEIMAM, uma vez que identificamos que a perspectiva de leitores se diferencia daquela do boletim, sendo esta voltada para um grupo de leitores bastante restrito, embora disponível para o público amplo.

Deste modo, o capítulo terceiro se preocupou em apresentar e problematizar sobre as contribuições arroladas por intelectuais do Centro, que de forma direta ou indireta estiveram ligados ao Kurumim nas décadas de 80 e início dos anos 90, redundando em pesquisas acadêmicas de dissertação e tese acerca do povo Terena do MS.

Assim composta nossa dissertação, apresentarmos nossas considerações finais, que visa estabelecer um diálogo com os capítulos do trabalho, na procura de melhor entender os resultados das produções que visaram à contribuição à história indígena terena através do CEIMAM.

Importante esclarecer que a dissertação que agora se torna pública, não se pauta na pretensão de delinear de forma absoluta a história do CEIMAM diante do povo Terena, e, nem mesmo ainda, na confecção de um tratado universalista sobre os conceitos de intelectuais e a política (CAMPIONE, 2002)¹. Trata-se, todavia, de um trabalho acadêmico

¹ Sobre o conceito de política e político, a pesquisa se apoiou nas considerações da tradição materialista dialética, entendendo por política as relações que se contraem historicamente através das relações sociais antagônicas. Entendendo por político, as manifestações do poder na sociedade de classes, sendo este também uma possibilidade de efetivação das relações políticas na sociedade ou grupos sociais diante de suas

que visa contribuir modestamente sobre a produção acadêmica diante de uma nova perspectiva de história indígena na complexa sociedade de classes antagônicas. Não estando, em nenhum momento, a nossa pedra angular maior, distante desse estágio introdutório do trabalho de pesquisa. Preocupou-se em entender o objeto em uma perspectiva crítica da produção do conhecimento sobre o povo Terena tendo como nosso referencial teórico-metodológico a relação dialética (LEFEBVRE & GUTERMA, 1964: 101) entre realidade fenomênica e essência, na perspectiva materialista-histórica-dialética. Essa proposta metodológica em nossa dissertação não se deu como apenas uma preferência filosófica subjetiva, mas pela necessidade de desenvolver a compreensão do objeto de forma lógica-dialética (LEFEBVRE, 1983).

II - Sobre a produção intelectual na academia

Quando da contribuição sobre a história dos intelectuais, o próprio Gramsci já iniciava problematizando a questão e alertando do campo complexo que se insere essa categoria:

Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que, até nossos dias, assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais (GRAMSCI, 1982:03).

Para entendermos o CEIMAM como parte orgânica da universidade pública, foi necessário apoiarmo-nos sobre o complexo conceito de intelectuais no tempo presente (MARX, 1978:323-404), em especial, sobre os intelectuais e a produção destes em um determinado quadro histórico da política. Cumprindo assim, nesta introdução, a função de informar e situar empiricamente o objeto da pesquisa.

Quando nos referimos aos intelectuais, ou, no singular, intelectual, podemos ser conduzidos ao estereótipo do que seria esse intelectual. Se nos perguntássemos o que seria esse intelectual, muito provavelmente, poder-se-ia responder que se trata dos homens das letras, o literato, o erudito. Associa-se comumente o conceito de intelectual a erudição. Esse não é, absolutamente, o conceito de intelectual que propomos na pesquisa, embora

comunidades políticas. Desta maneira, buscou-se entender a política e o político nesta perspectiva durante a pesquisa. Procuramos entender a contribuição do CEIMAM como um coletivo de intelectuais (sujeitos do objeto) diante da política, buscando delinear uma tipo de manifestação fenomênica da política perante a paisagem histórica do político entre os anos 80 e início de 90.

essa categoria de intelectuais figure diante do contexto da pesquisa. Esse intelectual tradicional tem a presença marcada na história das sociedades e é com esse peso que objetivamos considerar o papel do intelectual politicamente engajado, não nos restringindo ao partido político. Preocupamo-nos com a política e o agente da política, diante do espaço da esegoria, ou seja, da participação pública, de ação, e, de propositura de suas idéias. Podemos pensar, ainda, quando falamos intelectuais, ou intelectual, no jornalista, no editor do jornal; podemos pensar o intelectual midiático, o político, ou mesmo o público de leitores de determinados periódicos ou livros. Não encaminhamos a pesquisa apenas nesse sentido, pois, além de nos distanciarmos da realidade, estaríamos também sendo conduzidos pelo reducionismo do conceito de intelectuais. O intelectual que propomos aqui está na chave de Antonio Gramsci, onde *“Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais* (GRAMSCI, 1982:07).

O conceito de intelectual em Gramsci é muito mais amplo. O intelectual no sentido gramsciano não é necessariamente apenas o palestrante, o literato, os homens das letras. Para Gramsci, intelectual é todo sujeito que exerce uma intelecção. Assim, todos sujeitos são intelectuais. Certamente nem todo sujeito histórico exerce uma função de intelectual na sociedade do trabalho, da mesma forma que nem todo mundo exerce a função de alfaiate ou pedreiro na mesma sociedade do trabalho, porém, nem por isso deixam de saberem costurar ou assentarem tijolos eventualmente. Todavia:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente á imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço' muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode se parar o homo *faber* do homo sapiens (GRAMSCI, 1982:07).

Essas considerações se fazem necessárias diante da existência da considerável literatura na historiografia brasileira que se assenta no conceito tradicional de intelectual. Não identificamos uma tradição historiográfica que se baseie em uma produção a partir do conceito proposto por Gramsci sobre os intelectuais. Pelo avesso, localizamos, salvo as poucas exceções (KONDER, 1991) uma tradição calcada no conceito de intelectuais que

Gramsci entende como tradicionais. Isso verifica-se nos trabalhos de Heloisa Pontes (PONTES, 1997 e 1998), Sérgio Miceli (MICELI, 2001), José Geraldo Vinci de Moraes (MORAES, 2001), isso só para ficarmos entre alguns dos emblemáticos com alto trânsito entre os historiadores brasileiros. Entendemos que ao trabalharem nesta chave do conceito de intelectuais, esses autores também estabelecem limites no que tange ao entendimento de uma categoria tão complexa como essa na sociedade de classes, contribuindo para o apartamento da classe de trabalhadores daquilo que é construído e acumulado historicamente pelo ser, numa palavra, sua capacidade intelectual.

O trabalho intelectual é possuidor de suas problemáticas endógenas as quais podem ou não contribuir para a sua crítica autocrítica. Por crítica autocrítica entendemos o exercício que faz o intelectual (*especificamente os historiadores*) que postula considerações epistemológicas permitindo-se auto-avaliar e também ser avaliado, ou seja, criticado pelo outro sem o embargo da prática deste exercício.

Entre historiadores a crítica não se limita às fontes (“*documentos*”), estendendo-se também aos seus pares produtores da escrita da história, cada qual com seus preferenciais teórico-metodológicos, postuladores de um objeto concreto ou abstrato na História. Diante deste contexto, os intelectuais da história se digladiam cognitivamente um diante do outro, mas vacilam por vezes ao não admitirem serem também objetos das mesmas críticas que produzem sobre o conhecimento.

“A isenção ideológica apresenta-se neste bojo como portadora da infalibilidade intelectual do historiador diante de um objeto distanciando-o do romantismo e de possíveis deslizes, por conta da moral que esta embute no intelectual”. Ora, esta sentença seria verdadeira em absoluto se não fosse pelo fato de ela ser por si mesma uma possibilidade bastante inócua de se fazer absolutamente enquanto científica. Pois, não seria o discurso da isenção ideológica também uma manifestação moral da ciência? Assim entendemos que os postulados da produção intelectual não estão imunes as ideologias e seu código moral, não se levarmos em consideração que todo intelectual, historiadores e os demais cientistas sociais, fazem parte, diretamente ou não, de um recorte social e político que busca na Universidade, seja o seu remanso particularista ou a sua plataforma ideológica de contestação e status acadêmico socializador da inteligência emancipatória.

A posição epistêmica² do intelectual segue por variados referenciais, do positivismo ao pós-modernismo contemporâneo, passando também pelo estereótipo materialista dialético humanista. Assim, os intelectuais devem ser entendidos como uma massa cinzenta heterogênea catalisada pelas universidades e outras instituições³, onde representaram a sua vontade de poder individual/grupal ao qual pertence, e mesmo a vontade de poder individual/coletiva. Ambas representantes de uma sociologia da ciência já que não se limitam à produção epistemológica apenas para o bel prazer, pois a fazem conscientes ou parcialmente conscientes de que representam um recorte social.

Evidentemente encontraremos na universidade e demais instituições, uma vasta rede de arquétipos de intelectuais. Alguns, despreocupados com a organização social, seja por representarem o recorte que se faz hegemônico da organização político-administrativa do Estado, ou, mesmo por estarem confortáveis diante de seu niilismo acerca da política que lhes parece desinteressante sobre o interessante mundo das representações intelectuais as quais lhes garantem títulos e honrarias, além de um salário estatal para reproduzirem de forma técnica os elementos favoráveis à manutenção do grupo político que administra a coisa pública. Outros, preocupados com a organização social e a instrumentalização de um novo grupo hegemônico que venha a substituir a hegemonia vigente do Estado. Referimo-nos ao intelectual orgânico de Antonio Gramsci, dotado de um engajamento diferente do primeiro e que se pretende capaz de representar o recorte social que não se efetiva no poder por não possuir suas ideologias consolidadas na sociedade marginal como um todo.

Como podemos, *a priori*, apresentar, a Universidade acaba por se enquadrar ou ser enquadrada como uma paisagem de defesa do intelectual orgânico seja ele o da ideologia do estado vigente ou daquela que visa à busca da hegemonia no atual Estado. Em ambos os casos, os intelectuais postulam a representação das massas/classes populares, colocando-se em função de estudá-las e apresentá-las e mesmo de apresentar a elas o estudo que as representa na busca, seja pela manutenção da ordem vigente ou pela luta consciente de classes marginais rumo à hegemonia de um novo estado de coisas.

É neste espaço da produção intelectual acadêmica que se encontra nosso objeto de estudo. É na universidade que orbita nossas preocupações também epistêmicas sobre a

² O sentido epistêmico empregado aqui neste nosso trabalho se refere à organização do conhecimento de forma sistemática. Ao nos referirmos ao campo epistemológico não o fazemos com pretensões enciclopédicas, limitando-se assim ao referencial da produção e organização do conhecimento produzido.

³ Partidos políticos, associações, sindicatos, etc.

produção intelectual acerca da história indígena Terena, especificadamente acerca da contribuição do Centro de Estudos Indígenas Miguel Angel de Menéndez (CEIMAM) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Araraquara, localizada no interior do Estado de São Paulo, entre os anos de 1982 a 1992. Procuramos entender qual foi a relação da sua contribuição com a essência e a realidade sensível.

O papel dos intelectuais na construção anatômica da sociedade é de fundamental importância na construção da identidade de uma dada organização material geográfica, a qual não respeita, necessariamente, os limites de suas fronteiras políticas estabelecidas pela classe dirigente.

Para entendermos de forma mais focalizada essa contribuição dos intelectuais na construção cognitiva no processo histórico é necessário que desenvolvamos algumas considerações sobre a relação dos grupos intelectuais dentro do bloco histórico. Vejamos o que Daniel Campione⁴ nos diz sobre este conceito de bloco histórico, central nos trabalhos de Gramsci e que neste trabalho contribuiu para melhor entendermos os intelectuais do CEIMAM:

“Estas categorías están ligadas a la forma de encarar la relación base-superestructura como compleja, mediada, contradictoria. Estructura y superestructura componen un ‘bloque histórico’, [...] Gramsci también caracteriza el bloque histórico como identificación de contenido económico-social y forma ético-política. [...] es un concepto marxiano invocado una y otra vez por Gramsci. Es condición para ello generar una visión propia del mundo, lo que se logra al producir intelectuales orgánicos y alcanzar una visión ético-política propia de la clase, y exceder la percepción meramente económica de los intereses clasistas. Ello le permite conferir universalidad a sus intereses ‘estratégicos’, que tienden a expandirse hacia otros grupos sociales, dando lugar así a la capacidad ‘dirigente’ de la clase que se sitúa en condiciones de constituirse en ‘hegemónica’. La toma de conciencia es así un proceso autónomo, que se genera al interior del desarrollo histórico de un grupo social.” (CAMPIONE, 2007).

Sobre uma das relações que fundamentam o conceito de bloco histórico, é justamente esta relação entre estrutura e superestrutura e seus agentes/sujeitos de uma ideologia hegemônica a que estabelece a anatomia da sociedade civil. As relações no campo superestrutural de uma dada sociedade civil estão intimamente ligadas à realidade objetiva de suas condições econômicas, uma vez que esta relação de desenvolvimento identitário se relaciona dialeticamente, e não de forma determinista, entre as duas instâncias, juntamente com seus desdobramentos. Assim sendo, o desenvolvimento superestrutural criado pelos intelectuais não se dá de forma unilateral entre o campo

⁴ Professor do departamento de Ciências Humanas da Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina.

material e o espaço ideológico da sociedade constituída. Entender o CEIMAM neste quadro teórico nos possibilitou uma melhor sistematização de sua contribuição.

O papel dos grupos de intelectuais está por assim dizer, intimamente vinculado a esta relação dialética (LEFEBVRE, 1983) na qual se edifica um formato anatômico para a sociedade no campo da economia, política e organização social através de um estado de coisas estabelecido durante o processo de criação de uma identidade, seja ela de abrangência local ou não, seja ela nacional ou internacional, desde que seja intimamente vinculada aos interesses grupais dos *funcionários da superestrutura*. Desta forma, consolidando a perspectiva hegemônica existente através da sua manutenção, ou mesmo a conquista de tal hegemonia ideológica por grupos marginalizados que as deseja.

Podemos observar, no decorrer do processo histórico, o desenvolvimento de uma série de anatomias sociais, fortemente forjadas por grupos intelectuais, organizadores da superestrutura dialeticamente relacionada com a estrutura material.

Evidentemente, ao realizarmos breves apontamentos sobre o processo histórico, procurando identificar o papel dos intelectuais na construção da identidade de uma dada sociedade, ou parte dela, corremos o risco de sermos entendidos como reducionistas e até mesmo simplistas. Mas tratando-se de algo necessário para uma maior abstração, o faremos apresentado algumas escolhas emblemáticas sobre esta chave que debruçamos, ou seja, o CEIMAM e a produção de parte de seus intelectuais acerca do povo Terena do MS. Assim procederemos nossas análises em um estudo de caso que procurou entender o objeto recortado através de uma pesquisa histórica crítica do tempo presente.

III - Sobre o objeto de trabalho

Inicialmente formado por um núcleo de intelectuais em 1982, o CEIMAM passa através de suas produções a divulgar uma análise crítica sobre os povos indígenas do Brasil, fazendo coro com outras instituições, até então singular diante da paisagem (GADDIS, 2003)⁵ desenhada anteriormente. A busca pela representação de minorias étnicas no espaço acadêmico e a preocupação diante da política engajada marca por mais de dois decênios o viés de intelectualidade deste grupo acadêmico brasileiro. Também, *a*

⁵ Paisagem, da qual referimos, se trata da construção de um determinado momento ou aspecto do processo histórico. Uma relação do diacrônico e sincrônico sob a mira do olhar do historiador. Sobre essa temática, tivemos como referencial o trabalho de John Lewis Gaddis, *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*.

priori, somos convencidos de que o CEIMAM não foge a regra no que tange ao estereótipo de intelectual engajado e reproduzidor do seu viés epistemológico crítico, uma vez que a participação no CEIMAM era integrada, inicialmente, principalmente aos discentes do curso de Ciências Sociais, mesmo que aberto aos interessados.

A dificuldade de se desenvolver trabalhos por este viés metodológico na historiografia pode nos conduzir por caminhos realmente cambiantes se formos a guisa de um quadro teórico vulgar. E, se assim fosse, não estaríamos mais comprometidos com a constante busca da objetividade nos procedimentos dos trabalhos da ciência histórica (CARDOSO, 1983, 2005), descendo a mesma octanagem de paradigmas postuladores e uma explicação absoluta ou apenas subjetiva sobre as representações existenciais de tal *homo intellectus* na universidade.

Assim sendo, nosso trabalho sobre o CEIMAM e a sua contribuição para a história indígena do MS não se limita a enquadramentos paradigmáticos e sim a uma investigação coerente diante de uma responsável instrumentalização das fontes⁶, de mãos a um método lógico e uma teoria pertinente à realidade objetiva da produção epistêmica desenvolvida por intelectuais. E aqui, entendemos por *método lógico*, aquele que pressupõe uma metodologia que exige sua construção durante a investigação do objeto, não sendo ela pronta e acabada como salsichas ao consumidor. E, por *teoria pertinente*, nos referimos àquela que não permita o sectarismo nem o relativismo empiricista na construção do conhecimento histórico sobre o objeto.

É importante notarmos que a produção crítica na universidade pública se presta à tentativa de inferir sobre o “patrão”, ou seja, o próprio Estado. Principalmente se esta crítica postula como alvo a produção e reprodução da política indigenista diante da história dos povos indígenas no Brasil. Assim, temos em um primeiro momento a apresentação inicial de uma contradição do Estado que se configuraria com a idéia de manutenção da hegemonia ideológica que o reproduz, e, duplamente, pois ao mesmo passo, o Estado financia a existência daqueles que o postulam de forma reformática ou de forma imediata, a propositura de ruptura através da consciência de classe rumo a uma nova hegemonia e superação das classes.

⁶ Referimo-nos as fontes documentais e bibliográficas, a primeira, especificamente o Boletim Terra Indígena, e, a segunda, os trabalhos de estudos produzidos através de dissertações e teses que se localizam, e, mesmo os que nos remetem a década de 80 e início dos anos 90.

Evidentemente o CEIMAM não poderia ser identificado com tal facilidade, até mesmo simplista do contexto de produções orgânicas, pois a sua composição se faz heterogênea e catalisada em um Centro de Estudos composto por intelectuais de diversas formações e que ao passar dos anos oitenta, como qualquer dinâmica dialética do conhecimento (LEFEBVRE, 1983:47-88), vem se transformando incessantemente rumo a constante síntese do *vir a ser* intelectual.

Entre os intelectuais do CEIMAM que se configuram de maior permanência no Centro de Estudos, encontramos a Prof.^a Dr.^a Sílvia M. S. Carvalho, juntamente com egressos, identificados até o presente, que se preocupam em manter as postulações iniciais apresentadas em sua revista periódica intitulada “*Terra Indígena*”. Vejamos estas postulações apresentadas nos boletins, neste caso, o boletim de novembro de 1984:

“O GRUPO KURUMIM se propõe à:

1) Estudar a adaptação original das comunidades indígenas ao meio, a racionalidade de seus sistemas adaptativos (de caça/coleta e de agricultura de floresta) e o sucesso dos mesmos na obtenção dos meios de subsistência sem provocar desequilíbrios ecológicos. Estudar os problemas atuais decorrentes do contato com o branco e do avanço das frentes de expansão capitalistas.

2) Divulgar pelos jornais, escolas e outros meios, informações sobre o verdadeiro ÍNDIO DO BRASIL, tão mal conhecido pela população urbana que tem geralmente uma visão completamente deturpada dos indígenas.

3) Nessa divulgação, lutar pelo respeito dos direitos dos índios – mais velhos e verdadeiros donos do Brasil – constituindo-se o grupo em núcleo de apoio a COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO, uma das entidades de defesa do índio que, ao lado do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e outros grupos, visam a preservação da população indígena, insistindo na criação de RESERVAS e PARQUES e denunciando a violação dos territórios tribais”.
(TERRA INDÍGENA, 1984: 01)

O CEIMAM apresenta-nos um quadro de produções acerca da história Terena, entre outras etnias, que nos permite afirmar que o boletim “*Terra Indígena*” constitui-se em uma das possíveis materialidades de engajamento do intelectual nos anos posteriores a década de oitenta no Brasil. Ao observarmos os editoriais do boletim “*Terra Indígena*” poderíamos até mesmo estranhar as teses levantadas por um grupo de intelectuais da comunidade acadêmica (UNESP) que divide o mesmo espaço de trabalho com outros grupos intelectuais críticos do engajamento político do intelectual, ou seja, que apologizam a sua reprovação⁷.

⁷ Entendemos que este tipo de comportamento por parte de grupos intelectuais também se constitui uma forma de engajamento.

Ao observarmos o crescente discurso da “pós-modernidade” (MENEZES, 2007) entre os intelectuais nas universidades públicas e privadas, *grosso modo*, contraditório à proposta iluminista de racionalidade científica, e também, contrários a proposta racional de emancipação do materialismo histórico dialético, é de se estranhar, minimamente, a pretensão que identificamos no CEIMAM para a década de oitenta. Um estranhamento limitado se levarmos em consideração que nesta mesma década no Brasil se constituiu em um momento histórico onde as expectativas eram múltiplas e positivas sobre a democratização e a liberdade engajada por parte de alguns recortes socioeconômicos brasileiros.

Como podemos inicialmente apontar, estas postulações presentes na publicação do boletim “*Terra Indígena*” de novembro de 1984 nos apresenta um ideal explícito de engajamento político na luta em favor dos povos indígenas no Brasil. E, ainda uma preocupação acerca das frentes de expansão do capitalismo. Neste mesmo boletim de 84, encontramos também o seguinte texto: “*G. E. I. KURUMIM - CONTRA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL - PELO ÍNDIO - PELA DEMOCRACIA*” (TERRA INDÍGENA, 1984).

Observa-se pontualmente, neste caso textual, o engajamento explícito que era envolto grande parte dos intelectuais na década de 80 na luta pela redemocratização do país. Uma atitude que para muitos intelectuais orgânicos da classe hegemônica (burgueses, no sentido aplicado por Marx em seus estudos) seria totalmente reprovável décadas depois no Brasil. Neste momento compartilhava-se, a guisa da democracia, a militância intelectual que se aglutinava em um complexo ideológico misto de celebrações que viriam a separar-se no decorrer da “abertura” política de 1985, definindo melhor o intelectual engajado politicamente e seus vieses diversos.

Ao instrumentalizarmos as fontes documentais encontramos uma série de publicações sobre os Terena no MS, em especial o boletim de setembro de 1984, número 28, que consta o relatório da estadia do G.E.I. KURUMIM⁸ (CEIMAM) no Mato Grosso do Sul em setembro do mesmo ano, e, ainda o boletim de junho de 1990, número 55, totalmente dedicado aos Terena do Mato Grosso do Sul, entre outros boletins que apresentam uma bibliografia crítica sobre os Terena no MS⁹.

⁸ Inicialmente o CEIMAM se chamava Grupo de Estudos Indígenas Kurumim (GEI Kurumim), passando a partir de 1992 a se chamar Centro de Estudos Indígenas Miguel Angel de Menéndez, fazendo alusão á um de seus colaboradores e fundadores.

⁹ Sobre essas publicações trata o Capítulo II.

A preocupação em pesquisar, preservar e divulgar é certamente o foco do editorial de junho de 1990. Confirmando, mesmo após a “redemocratização” as teses iniciais de engajamento intelectual encontradas no boletim “*Terra Indígena*” no início da década de 80.

Importante notar que neste mesmo período, digo, a década de 90, o discurso pós-moderno (CARDOSO, 2005) se direciona cada vez mais para a crítica de baixa octanagem aos intelectuais engajados, principalmente aqueles que propunham o materialismo histórico dialético como metodologia, embora, *a priori*, este não seja, explicitamente, o caso do CEIMAM.

No desenvolver das leituras iniciais, problematizamos em que medida o CEIMAM, especificamente, o boletim “*Terra Indígena*”, não é um espaço materializado que apresenta-se aos intelectuais como uma paisagem acadêmica alternativa à produção de trabalhos singulares sobre a história indígena nas universidades brasileiras. Buscando a exequibilidade desta problematização, continuamos com outras problematizações necessárias para podermos contribuir para um melhor entendimento do que este fenômeno significa para a comunidade acadêmica e para os Terena que se constituíram em seu objeto. Se “*Terra Indígena*” é um espaço singular da intelectualidade em São Paulo acerca da produção acadêmica sobre os Terena, qual é o seu viés? Qual é o quadro temático que norteia suas produções sobre os Terena do MS? Qual é a sua contribuição para a história indígena Terena?

Sobre as comunidades indígenas no Brasil é possível observar uma série de trabalhos especulativos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003), principalmente através de jornais e revistas, tratando as sociedades indígenas como verdadeiros objetos folclóricos e com comentários superficiais, presos a realidade sensível, facilmente manipulada, distanciando-se de uma abordagem mais séria, em busca do entendimento dialético entre fenômeno e essência. E no que tange a uma das proposições publicadas no boletim “*Terra Indígena*” (à sociedade capitalista), em que medida o processo de aceleração cultural está sendo analisado apenas em sua superfície fenomênica pelos intelectuais? Qual seria a essência das problemáticas que levam o CEIMAM a desenvolver uma interlocução com os Terena e outras organizações étnicas no Brasil, tendo como plataforma a Universidade, as organizações indígenas e os movimentos indígenas?

Ao observarmos a questão do índio no Brasil, entendemos que a essência de seus problemas é também a mesma que gera a marginalidade sociocultural e exploração econômica ainda no século XXI em outros recortes socioculturais (ASSIS CARVALHO, 1979). A apropriação das riquezas, do trabalho e dos ideários de cosmos é característico do elemento propulsor da histórica transfiguração étnica, do etnocentrismo e da crise identitária na pseudo pós-modernidade que reifica a proposta unilateral da modernidade iluminista para consolidar a idéia de que a interligação entre os povos é algo natural e harmônica, inclusive para as comunidades indígenas “integradas” à sociedade envolvente capitalista.

CAPÍTULO I

O CENTRO DE ESTUDOS INDÍGENAS MIGUEL ANGEL DE MENÉNDEZ, SUA HISTORICIDADE E OS TERENA

1.1 O objeto e a história do tempo presente¹⁰

Para estudarmos e entendermos o CEIMAM fora necessário penetrar no ambiente de nosso objeto, buscando um tipo de inferência específico das ciências humanas ao lidar com o desenvolvimento de interpretações e produção da escrita de uma história onde os sujeitos de análises são também protagonistas vivos e reais do que se estuda. Assim, partimos da realidade empírica, onde desenvolvemos, apoiados em uma concepção de ontologia¹¹ que tem como base o materialismo histórico dialético, rumo à problematização de nosso objeto de análise, focando entender a contribuição do CEIMAM para a história indígena Terena do Estado do Mato Grosso do Sul.

A localização de nosso objeto no tempo, não se restringe ao recorte temporal de nossas fontes documentais, pois se buscou entender os anos recortados (1982-1992) de uma forma global, retrocedendo e antecedendo no tempo para a busca do entendimento do que foi e é o CEIMAM diante da totalidade e assim poder esquadriñar uma compreensão objetiva possível acerca de sua contribuição para a história indígena Terena.

Desta maneira, ao localizarmos o estudo de caso no tempo presente¹², não o

¹⁰ A história do tempo presente que postulamos na pesquisa é fundada na dialética marxiana como método de entendimento da História. Um instrumento teórico-metodológico que nos possibilitou entender o CEIMAM em uma chave ontológica e não apenas como um objeto empiricamente ao léu do processo histórico das aparências sensíveis.

¹¹ Para um maior entendimento sobre a Ontologia do ser social, os trabalhos de LESSA (1992; 1993; 1994 a; 1994 b; 1995 a; 1995 b; 1995 c; 1996 a; 1996 b; 1996 c; 1996 d; 1997a; 1997 b;) professor da Universidade Federal de Alagoas (Maceió), constituem-se em uma inicial leitura sobre o tema. Evidentemente, para uma leitura de fonte bibliográfica primária, sobre o assunto, a obra de LUKÁCS (1979).

¹² No desenvolvimento deste estudo de caso sobre o Centro de Estudos Indígenas Miguel Angel de Menéndez (CEIMAM), nos preocupamos com a história do tempo presente. E, a história do tempo presente que buscamos desenvolver, não está presa ao paradigma francês da década de 70, em especial, nos trabalhos

fazemos de forma isolada ou mesmo recortada da sociedade. Procuramos proceder, em todas as etapas da pesquisa de acordo com as paisagens históricas construídas pelos seus intelectuais, que se debruçaram sobre o povo Terena, jamais nos distanciando dos tecidos sociais desta paisagem que é dialeticamente sensível e concreta. O trabalho buscou entender o CEIMAM como um espaço onde os “indivíduos produzem em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida” (MARX, 1978:103)¹³.

Historiar ontologicamente (LUKÁCS, 1979:11-35) o CEIMAM, nos pareceu a opção cabível para se iniciar uma melhor compreensão do trabalho de pesquisa e sua problemática estudada. Acreditamos que ao conhecer suficientemente o objeto e visualizá-lo em movimento, o leitor também possa apreender nossas considerações e possíveis inferências críticas sobre o mesmo e sua produção intelectual acerca do povo Terena.

Ao nos referirmos a historiar ontologicamente, estamos distantes do historicismo¹⁴ (LOWY, 2008:75-103). Trata-se de uma perspectiva ontológica de entendimento do objeto, desta maneira, não se limitando a entendê-lo de forma isolada do sujeito. Ao contrário, procuramos entender o objeto justamente em relação com o sujeito, e o mesmo, em relação ao sujeito com o objeto. Assim não nos detemos a uma lógica formal da epistemologia da classe hegemônica e sim a uma lógica dialética (LEFEBVRE, 1983), onde o ser como categoria ontológica se constrói a partir das relações que contraem ou deixa de contrair com a natureza através do trabalho como categoria nodal (LEFEBVRE, 1983: 12-43).

Esta perspectiva ontológica que adotamos para o entendimento do CEIMAM tem

de René Remond, Jean- Pierre Rioux, Jean-Françoise Sirinelli, Charles Becker, Jacques Revel, Roger Chartier, Michael de Certeau, entre outros, que juntamente ao lado de outros *annalistas* se remetem ao estudo e escrita de uma história “*quente*” do tempo presente. Neste trabalho, lançamos mão dessas contribuições, mas nossa principal inspiração se localiza no século XIX, através da produção *marxiana* que muito anteriormente se ocuparam de um tipo de história do tempo presente onde a relação entre sujeito e objeto já é entendida como histórica e dialética na construção social.

¹³ Não é parte de nossas proposições apresentar nesta pesquisa uma abordagem maior acerca da história do tempo presente em Marx e Engels, ou mesmo, deter-se a ontologia do ser de base *marxiana*. Desta forma detemo-nos em apresentar alguns aportes destas categorias uma vez que são importantes para a compreensão da pesquisa no que se refere ao “local” que parte a análise empreendida durante a dissertação.

¹⁴ Ao nos reportarmos ao historicismo, o fazemos em sintonia com Michael Lowy, identificando a existência de uma ampla tradição desta perspectiva, desde Ranke, Droysen, Wilhelm Dilthey até Karl Mannheim. Assim, entendemos que o historicismo, tributário do positivismo, principalmente no século XIX na Alemanha, não se constitui simplesmente a manifestação do positivismo de Comte aplicado a produção histórica, trata-se de algo muito mais amplo com manifestações que o distingue do positivismo e mesmo de parte da tradição marxista também tributária do positivismo e do historicismo. Para um aprofundamento, ver o conjunto de conferências de Michael Lowy realizadas em 1985 e publicadas no Brasil pela Cortez Editora em 2008.

como fonte referencial a produção marxiana, especificamente os Manuscritos de Paris de 1844, onde Marx apresenta uma importante contribuição à ontologia do ser. Para que se compreenda a perspectiva ontológica que desenvolvemos nesta dissertação é necessário que se tenha minimamente uma compreensão dessa base ontológica marxiana, onde o ser é o constructo deste com a natureza, do sujeito e a história (Marx, 1978:01-38).

Assim a aceção de história do tempo presente que movimenta-se em nossa análise, agora dissertativa sobre o CEIMAM, é a síntese que resulta da preocupação desenvolvida por Marx e Engels quando da busca do entendimento da economia política mistificada de sua época; das contribuições críticas da historiografia francesa, principalmente da década de 60 e 70, quando busca-se o entendimento da história recente, juntamente com seus personagens vivos e atuantes. Uma síntese que nos propiciou um horizonte de estudo muito mais amplo se comparado ao isolacionismo teórico-conceitual na História.

1.2 A fundação do Grupo de Estudos Indígenas (GEI) Kurumim em abril de 1982

A história indígena e o indigenismo na década de 80 nos apresentam uma série de transformações no que se refere aos sujeitos. Intensifica-se a participação das populações indígenas nos processos de luta pela identificação e reconhecimento de suas terras, contando cada vez mais para isso com o engajamento de não-índios através das instituições comprometidas em suas perspectivas de vieses diversos, o CIMI, a ABA, o ISA entre outros. As publicações sobre uma nova história indígena, juntamente com as organizações indígenas passaram a ocupar cada vez mais o espaço na discussão da questão. E é justamente neste contexto que está inserido o nosso objeto, ou seja, em uma paisagem de crítica à política indigenista do Estado. Evidentemente isso não isenta o tema de uma série de questionamentos realizados sobre o que é de fato a história indígena? É uma história escrita pelos povos indígenas? É uma história dos povos indígenas escrita pelos não-indígenas? São questões bem amadurecidas neste nosso presente imediato de 2009, mas que sempre nos valem generosos debates e novos questionamentos sobre a questão indígena. Como afirmou na entrada da década de 90, John Manuel Monteiro, sobre esse processo, o desafio da história indígena:

[...]. Em anos recentes, um renovado diálogo entre a antropologia e a história tem propiciado, nas Américas como um todo – sem falar de outras partes do mundo, um surto significativo de estudos sobre a história dos povos colonizados, estudos que oferecem o contraponto das dinâmicas locais e regionais para se repensar tanto as abordagens estruturalistas quanto as teses globalizantes anteriores. [...] Em contrapartida, a antropologia histórica buscava qualificar a ação consciente [...] dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação (Monteiro, 1995: 226).

Propomos aqui a apresentação do objeto, o entendendo como parte de um processo que antecede a década de 90, e, para fazê-lo, uma pequena digressão é importante. Como afirma Monteiro (1992), os desafios da história indígena no Brasil são encarados diante de uma perspectiva de diálogos entre historiografia e antropologia diante dos vieses tradicionais de abordagem, estruturais e/ou parte das globalizantes.

Em abril de 1982 era fundado o Grupo de Estudos Indígenas Kurumim no município de Araraquara, Estado de São Paulo, ligado a um grupo de intelectuais do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista, com o objetivo de divulgar a história dos povos indígenas do Brasil através de estudos e publicações. O Grupo de Estudos Kurumim tinha a sua frente, como organizadora, Silvia Maria S. Carvalho, naquele momento professora do Departamento de Antropologia. Tinha como participante, especialmente, os estudantes do curso de Ciências Sociais da UNESP de Araraquara, embora aberto ao público mais amplo interessado na história indígena do Brasil.

Para divulgação do Grupo Kurumim, fora desenvolvido, de forma quase “artesanal”, um boletim informativo (depois chamado Terra Indígena) que passou a ser o seu instrumento propagandístico em sintonia com um conjunto de teses que nortearam o desenvolvimento do Grupo de Estudos sobre a questão indígena no Brasil. Desta forma, o Grupo Kurumim (CEIMAM), em seus encontros periódicos, passou a se constituir um local de estudos e debates criadores de um espaço de engajamento intelectual acerca deste novo paradigma da história indígena e do indigenismo no país.

Outra importante relação é aquela que nos remete as condições históricas das décadas de 70 e 80 no Brasil, fortemente marcadas pela repressão e a violência do estado ditatorial para com a nação. Cabendo aos espaços públicos, mesmo que ideologizados pela classe hegemônica (Marx), um papel crucial para o desenvolvimento da crítica possível, ou seja, de engajamento político. O Kurumim, em dada proporção, acaba por constituir-se em um desses espaços em que o raio de ação poderia ser estendido, porém, não distante da

retaliação e dificuldades enfrentadas por aqueles que se propunham a entender a sociedade nacional nas suas mais variadas perspectivas.

No mesmo ano de fundação do Grupo Kurumim (CEIMAM), em 1982, fora lançado o Boletim Mensal, com o objetivo de veicular informações sobre a situação da questão indígena brasileira, estendendo-se a América Latina, ao mesmo passo que se buscava divulgar o Grupo de Estudos de forma pública.

Tratava-se de uma pequena brochura, como disse a própria Silvia M. S. Carvalho:

“[...] o buretim... que é assim, um buretim artesanal, eu registrava né, eu que datilografava que aquele tempo era datilografia, era distribuído para a secretaria de educação, aqui, e para os professores [...] nas escolas. Então os professores começaram a ter outra visão dos índios. Porque os próprios professores tinham aquela visão que aparece no livro de história que é: o índio na época do descobrimento, não é? Depois o índio acaba [...]” (DEPOIMENTO OBTIDO EM ABRIL, 2008).

Certamente sem muitas pretensões, mas que vinha compor um quadro de publicações nitidamente engajadas nas lutas em defesa dos povos indígenas e contra a ditadura militar no mandato de João Baptista Figueiredo e que por extensão, contribuiria fortemente na formação de seus intelectuais na defesa dos povos indígenas. Apontamento este que pudemos constatar em trabalho de campo no desenvolver da interlocução com membros do antigo Grupo Kurumim e novas gerações do CEIMAM. Observamos três gerações de intelectuais engajados: os da década de fundação, os da geração de fim de 80 e durante os anos 90, e, os membros mais novos também engajados de alguma forma na proposta do CEIMAM, especialmente alunos do curso de Ciências Sociais da UNESP de Araraquara. Desta forma, nitidamente, fica evidente a preocupação do CEIMAM na formação de membros organicamente constituídos. O desenvolvimento de intelectuais orgânicos nos remete a Gramsci, quando nos movimentamos sobre a sua importância para determinadas instituições e o Centro de Estudos no decorrer desses 27 anos acabou por se valer desta importante preocupação. Constituiu-se um quadro de intelectuais, organizados intelectualmente ao redor da primeira geração do CEIMAM, emblematicamente a partir de Silvia Maria S. de Carvalho e Miguel Angel de Menéndez. Certamente, quando falamos de intelectual orgânico do CEIMAM, o fazemos no plural, não apenas aos sujeitos participantes do Centro, mas também em relação a suas perspectivas temáticas, teóricas e metodológicas. As fontes documentais acerca destes anos iniciais do Kurumim (CEIMAM) nos sugere o entendimento de uma perspectiva crítica em relação ao Estado e a sua política, seja a indigenista ou não. Os textos publicados são de fortes inferências contra o

governo militar e de aberta crítica as frentes de expansão do capitalismo no território nacional. Faz-se a crítica ao poder controlador das terras, a insuficiência da justiça ao não fazer valer as determinações a favor dos povos indígenas, ao Estado repressor como um todo. Nestes anos de sua fundação o CEIMAM trilhou a crítica pública ao lado de seus interlocutores, indígenas e não indígenas: O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e seu veículo de comunicação, o jornal Porantim; a UNI, divulgando as deliberações sobre os povos indígenas em litígios, sejam eles com o Estado e o capital rural, através dos latifundiários, arrendatários, mineradoras, madeireiras e garimpos, juntamente ao setor da produção industrial interligados aos interesses desse tipo indústria.

Uma segunda geração pode ser identificada entre os alunos de Silvia Maria S. de Carvalho e Miguel A. Menéndez, representando, assim, a continuidade das atividades do Grupo, e, posteriormente, do Centro de Estudos que recebera o nome de um de seus intelectuais da primeira geração: Miguel A. de Menéndez. E é nesta segunda geração que nos deteremos, no que diz respeito aos intelectuais que produziram, sobre aspectos múltiplos, sobre o povo Terena do MS, pois fora nesta geração de intelectuais que o CEIMAM passou a desenvolver pesquisas e divulgações sobre os Terena, através de trabalho de campo, publicações e conferências.

A segunda geração do CEIMAM é composta por variados egressos, dos quais muitos passaram e alguns permaneceram. Seria justo desenvolvermos um levantamento de todos eles, mas aqui, não desenvolvemos uma homenagem memorialista, trataremos especificamente daqueles que se detiveram tematicamente sobre os Terena do MS. Nela, identificamos um conjunto de contribuições acerca da história indígena Terena onde trabalhamos na compreensão e sistematização de suas perspectivas. Nesse período foram desenvolvidos um conjunto de artigos publicados e também uma bibliografia crítica sobre os Terena, ambos publicados na revista Terra Indígena. Dissertações e tese também fazem parte desse constructo do CEIMAM sobre a história indígena Terena. Os trabalhos publicados por Silvia de Carvalho, Fernanda Carvalho, Grazielle Acçolini e Cristina Galan são emblemáticos da temática Terena no interior do CEIMAM. Deste modo, serão suas publicações (artigos, tese e dissertações), o eixo final de nosso método de exposição da pesquisa.

A terceira geração do CEIMAM é por nós classificada como a mais recente, tratando-se de alunos da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e de outras instituições, que inspirados na primeira e segunda geração do CEIMAM, continuam a

participar do Centro de Estudos, partilhando de uma perspectiva mais pluralista, assim como a segunda geração, no que diz respeito às temáticas. Nesta tentativa de classificação, das gerações intelectuais do antigo Grupo de Estudos Kurumim, há a marcante crítica ao capitalismo que perpassa as três gerações, cada vez mais marcadas pela ação fenomênica no que se refere à sociedade capitalista. Principalmente quando se observa a temática e a perspectiva do Kurumim em relação às críticas políticas no período de transição do Grupo para Centro de Estudos.

Com o desenvolver das atividades nas décadas posteriores a sua fundação, o Grupo Kurumim passa por uma série de transformações e podemos observar que a publicação Terra Indígena, de forma clara nos apresenta esses sinais. Em 1984 o Boletim passa a se chamar Terra Indígena, com uma estruturação mais voltada para a publicação de artigos sobre a questão indígena, não se focalizando como nos números iniciais, na veiculação de eventos do movimento indígena. Observamos que ao decorrer das publicações da revista Terra Indígena, a mesma, paulatinamente, perdia aquele seu caráter de diagramação “quase artesanal” para ganhar um perfil mais acadêmico, embora voltado para os interesses da questão indígena. Este perfil pode ser evidenciado através de sua estrutura estética, e, principalmente, pela linguagem das matérias e artigos que buscam com maior profundidade a publicização da questão indígena, avançando para uma abordagem mais qualitativa de acordo com o rigor da produção acadêmica tradicional. Hoje, a Revista não vem sendo mais editada, como constatamos em trabalho de campo, por conta de motivos financeiros, os quais impedem o CEIMAM de continuar veiculando suas proposituras através de sua publicação inaugural: o Boletim.

1.3. De Kurumim à CEIMAM:

Certamente, a esta altura do capítulo sobre o CEIMAM, o leitor deve ter notado que freqüentemente nos referimos ao Grupo de Estudos Kurumim e CEIMAM quando nos reportamos ao nosso objeto de estudo: o Centro de Estudo Indígenas Miguel Angel de Menéndez. Certamente tal referencial pode ter provocado algum entroncamento, o qual tratamos de elucidar agora.



Figura 1: Logo do CEIMAM

O CEIMAM é o produto desenvolvido pelos membros do Grupo de Estudos Indígenas Kurumim, que a partir de 1986, passou a se chamar Centro de Estudos Indígenas. O Grupo/Centro de Estudos Kurumim é antecessor ao CEIMAM. Em 1992, o CEI (Centro de Estudos Indígenas) passou a chamar-se Miguel Angel de Menéndez (CEIMAM), em homenagem a este pesquisador que ao lado de Silvia Carvalho fora responsável pelo desenvolvimento do Grupo-Centro de estudos. Trata-se do mesmo grupo de intelectuais em outro momento de suas atividades acerca da história indígena no Brasil. Uma nota sobre a passagem de grupo para centro de estudos, encontramos no próprio sítio da FCL da UNESP, campus de Araraquara:

Constituiu-se em abril de 1982 como Grupo de Estudos Indígenas 'Kurumim', passando a Centro de Estudos em agosto de 1986. O Centro é integrado principalmente por alunos do Curso de Ciências Sociais e está aberto a outros interessados. Reúne-se periodicamente para estudo e debates, com o objetivo de investigar a racionalidade dos sistemas adaptativos das comunidades indígenas e os problemas decorrentes do contato com as frentes de expansão da sociedade capitalista. As atividades do Centro vêm encaminhando alunos na definição de monografias de bacharelado, que integram pesquisa documental e pesquisa de campo em projetos que visam a recuperar a memória e identidade indígena. Promove anualmente uma Semana de Apoio à Causa Indígena e um Simpósio sobre o mito. Publica um boletim bimestral (TERRA INDÍGENA), distribuído principalmente à rede municipal de ensino, destinado a suprir, em parte, as deficiências de conhecimento a respeito do saber, da organização social e do modo de produção de sociedade não capitalistas. O Centro apóia a luta indígena pelo reconhecimento de seus direitos, denunciando invasões de territórios tribais e a destruição do meio ambiente.¹⁵

¹⁵ Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/centrosdeestudos/>>. Consultado em 20/03/2007.

Ao desenvolvermos as leituras das fontes documentais, constatamos que o projeto do CEIMAM não poderia ser contido mais em uma organização de um grupo de estudos. Era necessário um centro de estudos que pudesse atender a demanda do CEIMAM sobre a questão indígena. O Grupo Kurumim ganhou proporções às quais os seus fundadores não esperavam como também pudemos observar em trabalho de campo em Araraquara através de sua idealizadora, Silvia Maria S. de Carvalho:

“[...] Em 80 eu consegui uma bolsa de pós-doutorado, que me permitiu ficar cinco meses em Besançon, e aí eu conheci o professor Pierre Leveque, um historiador marxista que não abandonou o marxismo mesmo quando o marxismo caiu de moda, e que é autor de um livro muito conhecido aqui que é Aventura Grega, certo... comecei a trabalhar com ele, e no ano seguinte é que eu comecei a pensar, em fazer alguma coisa, já que agora eu já tinha defendido, que tinha a obrigação de defender, já tava pronto o livro, então... De fazer alguma coisa, mas era... Era uma coisa muito pequena, tanto que as primeiras reuniões eram com alunos do colegial, alguns universitários, que a gente fazia a reunião na biblioteca municipal. Emprestava livro, documentação dos esquimós indígenas do Consulado do Canadá, que não tinha nada na época né... Então em 82 através de uma pesquisa bibliográfica, a gente conseguiu fazer um áudio-visual [...] Esse áudio-visual chamado Os índios e a Civilização, foi passado, eu não sei quantas vezes... Ao todo uma cem vezes em várias escolas da região” (DEPOIMENTO OBTIDO EM ABRIL DE 2008).

E continuando, nos relata sobre a importância da participação de Miguel Menéndez para o levantar de envergadura do CEIMAM:

“Depois, com a vinda do Miguel... ai sim! Miguel, argentino, que fugiu da Argentina porque ele estava lutando contra a ditadura... Ele teve que fugir, ele era uma pessoa assim, muito ... Não era comunista, era Tupamaro...(risos) Não era comunista mas a gente se entendia muito bem [...] . A partir de 82 até fim de 91, não... 82 não, em 83 o Miguel veio pra cá. Então de 83 até 91... Ai sim eu acho que tinha um verdadeiro intelectual no CEIMAM, porque ele tinha uma capacidade de elaborar projeto, fazer coisas... Ai o Terra indígena tomou uma feição mais descente (rissos) né, porque no começo era mais artesanal né... agente conseguiu que uma funcionária se encarregasse da datilografia, do... do... Boletim... do Terra Indígena, ai a gente... durante muitos anos a gente conseguiu mandar esse boletim para vários lugares, mas pensando no tamanho do Brasil... Era o mínimo!... Se entende?... Não era... Não podia ter uma repercussão, aliás o que era mais importante era o Porantim [...] e a gente se baseou muito no Porantim nessa época [...](DEPOIMENTO OBTIDO EM ABRIL DE 2008).

Outro elemento que nos permite entender o CEIMAM em um constante levantar de envergadura, de 1982 até 1992, é o desenvolvimento anual do Encontro em prol da causa indígena intitulado Ameríndia, onde uma série de intelectuais, do CEIMAM ou não, se reúnem para divulgar e debater suas pesquisas relativas à história indígena e ao indigenismo. A constituição desta instância de congregação, onde se procura debater a problemática nodal de grupos, instituições, centros de pesquisas, associações e

movimentos populares é bastante clássica diante da tradição de grupos sociais organizados politicamente. Isso faz do CEIMAM um espaço que vai além da pura e simples produção academicista. O motivo desta singularidade é o fato de não estarem, em sua totalidade, simplesmente preocupados em atender a lógica reprodutivista do capital, e, sim, parcelarmente estarem preocupados com a luta contra essa lógica desumanizadora¹⁶ e mecânica. Encontros amplos de sujeitos comprometidos politicamente em prol de uma dada causa são ocorrentes na sociedade sem distinção de classe, ou seja, os mesmos ocorrem, seja entre os hegemônicos ou entre os hegemonzados.

Assim, o Ameríndia, ao congregar sujeitos de várias comunidades políticas, se constitui em mais um espaço de divulgação do engajamento acerca da questão indígena, uma vez que funciona como elemento catalisador de parte dos trabalhos e lutas, e ainda, dos assuntos que de uma forma ou outra, estabelecem relações com a política indígena, que, com efeito, é constado através das décadas de realização do encontro anual através de sua programação de atividades, embora de difícil reconstituição absoluta.

O Encontro ocorre entre os meses de março e abril, anualmente, com exposições sobre a cultura indígena e concentra-se em uma semana de atividades marcadas por palestras e apresentações de pesquisas em andamento durante todos os dias. Nesta atividade pudemos observar a forma de relacionamento do CEIMAM com seus interlocutores, sejam eles outros pesquisadores e grupos étnicos. Uma relação nitidamente de engajamento político do intelectual, declaradamente existente nos depoimentos de seus intelectuais.

Além da revista, do Encontro Ameríndia e das atividades de pesquisa do Centro de Estudos, encontramos a *Fundação Araporã*, extremamente importante para entendermos a necessidade do CEIMAM em manter o vínculo com seus egressos quando desvinculados da Universidade Estadual Paulista a qual pertence o Centro de Estudos Indígenas MAM.

A Fundação Araporã foi fundada em 1992, por iniciativa de intelectuais do CEIMAM, principalmente Silvia de Carvalho, objetivando a manutenção do vínculo de seus membros que por vários motivos deixam de tê-lo com a UNESP, estatutariamente determinado para ser identificado formalmente como um partícipe. À Fundação, coube o

¹⁶ Desumanizadora, neste trabalho, está desprovida do sentido dado pela moral judaico-cristã. Trata-se do sentido ontológico marxiano onde o ser passa a se alienar e se embrutecer diante do trabalho que não o liberta, que não o emancipa.

papel de fornecer o vínculo com o CEIMAM desses intelectuais que foram, de algum modo, formados pelo Centro de Estudos, e, ainda, intelectuais de outros grupos e centros de pesquisa, inclusive as próprias organizações indígenas.

A criação da Fundação Araporã contribui para constatar a preocupação do CEIMAM em garantir o diálogo entre os intelectuais e seus respectivos grupos, centros, faculdades e universidades, como abordamos na seção final deste capítulo. Todavia, sobre essa relação do CEIMAM em manter o diálogo com as diversas comunidades políticas através da Fundação não fora tarefa simples, dado que os dois espaços se fundem qualitativamente, sendo a Araporã um desdobramento diante das necessidades de interlocuções que partem do próprio Centro de Estudos. Tratando-se de uma manifestação estratégica do Grupo, esse desdobramento da Fundação como organização “irmã” do CEIMAM, como apontam as fontes documentais, especificamente, os seus estatutos orgânicos, fornecidos por emblemáticos membros da terceira geração. Sobre a fundação da Araporã, em depoimento durante o Ameríndia em 2008, e o papel crucial desta diante as visões de sua fundadora, a Prof.^a Silvia Carvalho, nas palavras de um dos membros da terceira geração do Grupo, Robson Antonio Rodrigues:

“Eu acredito que é bastante interessante, eu como aluno né... da Professora Silvia, é claro que não faço parte desse período histórico ai né, que eu entrei em 92 [...] O que une esse grupo, como você diz né... Não é um pensamento homogêneo... existe uma... uma, ecletismo de pensamento da professora Silvia assim de permitir que os alunos pudessem ler o que quisessem lêr, desde que tivessem um trabalho objetivo, científico, acadêmico e que que também produzisse na academia... e ai como você cita né, né... Vamos dizer, essas... esses objetivos, essas metas que estão presentes no CEIMAM até hoje, e todo mundo que entrou no CEIMAM lê e leu isso ai... Eu acho que assim, é ... Comparando com os resultados hoje dos mestrados, das teses, das monografias... É... Tem muito dos objetivos do CEIMAM, quer dizer, acho que essa contribuição na continuidade intelectual científica dos pesquisadores que foram alunos e continuam sendo parceiros né... E colaboradores do CEIMAM, têm muito disso ai... Então lêr isso ai, e quando você pega de repente o Estatuto, quando a prof. Silvia cria a Fundação Araporã, também para estar a serviço da sociedade indígena no momento em que nem se pensava em terceiro setor, ela avança durante dez anos, uma fundação que nunca deu lucro, mas, assim... Quer dizer... É... são essas questões, você pega o Estatuto da Fundação é isso que ta no Estatuto e isso que rege, eu diria... a institucionalidade do CEIMAM... Não é, então eu acho que é interessante né... quando você traz isso pra gente é legal, porque nós somos frutos de certa forma desta questão, dentro de uma lógica eclética de pensamento [...]” (DEPOIMENTO OBTIDO EM ABRIL DE 2008).

Neste caso, Robson Rodrigues, do Departamento de Antropologia da UNESP de Araraquara, nos apresenta importantes apontamentos sobre a existência do CEIMAM como um grupo plural, heterodoxo, bastante influenciado pelo posicionamento eclético de Silvia Carvalho, identificável, como o fizemos, através das dissertações, teses e

monografias estudadas durante o desenvolvimento da pesquisa, em especial, daquelas que se ocuparam dos Terena do MS. No depoimento obtido durante um dos momentos de interlocuções do Ameríndia 2008, detidamente após nossa comunicação sobre a pesquisa, o próprio professor Robson manifesta o papel catalisador da Fundação Araporã como elemento aglutinador das comunidades políticas diversas quando apresenta o posicionamento de vanguarda, em sua visão, da prof. Silvia Carvalho ao fundar a Araporã. Importante observar que o próprio discurso apresenta a fusão orgânica entre o CEIMAM e a Fundação Araporã, confirmando o que apontamos como não sendo uma tarefa fácil, sendo, até mesmo para um membro direto do grupo de Araraquara, entender a historicidade de ambos os espaços fundados por Silvia Maira S. de Carvalho de modo separado.

1.4 Aportes históricos sobre os Terena e o CEIMAM diante dos Terena do Mato Grosso do Sul

1.4.1 *Historiando o objeto de pesquisa do CEIMAM*

Antes de chamar atenção de parte de intelectuais do CEIMAM, o Povo Terena vem historicamente chamando atenção de outros intelectuais, anteriores a década de 80. Tornando-se também objeto de textos de Richard Rohde (TERRA INDÍGENA, 1990:11), Herbert Baldus (TERRA INDÍGENA, 1990: 18) e Kalervo Oberg (TERRA INDÍGENA, 1990:20) ¹⁷. E, ainda dos trabalhos de Fernando Altenfelder Silva (ALTENFERDER, 1949: 271-379), Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1976), Visconde de Taunay (1940), entre outros.

Os Terena estão ligados pela ancestralidade aos Guaná ou Chané do grupo lingüístico Aruák (CARVALHO, CARVALHO, F. ; GALAN, 2001). Os Guaná e Txané são alguns designativos aplicados às tribos Aruák da bacia do Paraguai. Provavelmente uma nomenclatura espanhola em seu processo de colonização pelo Chaco paraguaio (OLIVEIRA, 1976: 21-29). O nome Guaná não passa de um termo genérico para simplificação das etnias do grupo lingüístico Aruák que habitavam a região chaquenha central da América do Sul. Roberto Cardoso de Oliveira classifica em quatro os “subgrupos” Guaná que se deslocaram para o sudoeste brasileiro: Terena, Layana, Kinikinau e Exoaladi, esta última também conhecida como Guaná (OLIVEIRA, 1976: 26). Entendemos que a classificação em grupos (BARTH, 1998: 185-227), subgrupos e tribos realizada por Roberto Cardoso de Oliveira na década de setenta no Brasil não deprecia seus

¹⁷ Respectivamente: “*Textos Terena*” e “*A economia Terena no Chaco*”, ambos traduzidos por Sílvia Carvalho através do CEIMAM.

trabalhos sobre os Terena, tendo o leitor contemporâneo de saber contextualizar estas classificações para não recorrermos ao anacronismo, crime capital para os historiadores.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), os contingentes militares de ambos os lados, contaram com a participação de povos indígenas, respectivamente os Payaguá (MELIÀ, 2004:151-162), Terena (VARGAS, 2005: 01-579) entre outros. No Brasil, os Terena foram recrutados para compor as tropas do Império que visavam a defesa da ação paraguaia ao norte da área em litígio, na Província do Mato Grosso, atual Estado do Mato Grosso do Sul (MS)¹⁸.

A política indigenista promovida pelo Estado brasileiro manteve-se inerte diante dos Terena, assim como anteriormente a Guerra (ASSIS DE CARVALHO, 1979). A promessa de garantia de seus territórios tradicionais não fora cumprida durante o Império e os Terena continuaram a se verem contingentes de um outro tipo de exército: o de mão-de-obra barata para as frentes de ocupação na antiga Província do Mato Grosso.

A ocupação das terras do atual MS fora concedida à empresa Cia. Matte-Laranjeira (BIANCHINI, 2000) que se encarregava de extrair a erva-mate para a comercialização nos países platinos. E, neste contexto, a mão-de-obra indígena se apresentava como uma peça importante à acumulação de capitais.

Com a exploração econômica na antiga Província do Mato Grosso, após a Guerra, os povos indígenas se viram obrigados a movimentarem-se para resistirem à pressão e a violência da Cia. Matte-Laranjeira, o que posteriormente dificultava o seu retorno aos *Oké Exa*¹⁹ tradicionais. Os Terena não ficaram a margem deste impacto após a Guerra. Suas terras passaram a ser alvo do capital reproduzido pelas frentes de expansão (RIBEIRO, 1979) no MS, obrigando-os a continuarem a se deslocarem ou adaptarem-se a realidade dada: a de conviver com o não-índio e com o não cumprimento da promessa de reconhecimento das suas terras após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

A política indigenista só apontaria uma melhor perspectiva sobre a questão da terra para os Terena, a partir do governo republicano, especialmente após a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, e a execução da política indigenista realizada pelo sertanista mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) que

¹⁸ Província do Mato Grosso (período Imperial) e posteriormente, Estado do Mato Grosso (a partir do período republicano), que fora administrativamente instalado no em 1979, durante a ditadura militar com o nome de Mato Grosso do Sul.

¹⁹ Em Aruák: *Terra dos Terena*.

demarcara as terras Terena. Assim mesmo, com uma série de dificuldades diante da política indigenista durante todo o período republicano em seu viés positivista de integração e desenvolvimentismo.

A Guerra do Paraguai, como é conhecida popularmente no Brasil, apresenta-se como um marco na história Terena, no qual a luta pela terra é evidenciada. Após o conflito, as ações de particulares em terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Guaná os fizeram movimentar-se novamente para as áreas anteriormente ocupadas durante a Guerra. Após seis anos, os povos indígenas que participaram do conflito retornam ao seu antigo território e o que encontraram era desconsolador, pois a promessa do Império era a garantia de suas terras, que cabe esclarecer, não possuía apenas um sentido material para as sociedades Guaná. O território terena (*Oké Exa*) é uma parte elementar do todo, juntamente com os recursos naturais e o mundo cósmico de representações que os povos indígenas atribuem na constituição de seus valores culturais. Desta forma, os Terena passam por um processo de aceleração histórica/cultural, como proposto na década de 70 por Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 2000:27-28), desdobrando-se diante da realidade objetiva de contatos e relações interétnicas no século XIX.

As relações interétnicas dos povos Guaná, especificamente entre os Terena, não são um fato exclusivo do Século XIX, pois anteriormente a Guerra às relações entre Guaná e Guaycuru já se faziam presentes nas relações sociais entre estas várias etnias. Entre os Terena (Guaná) e Mbayá (Guaycuru) desenvolveram-se uma série de relações onde ambos se beneficiavam, seja os Terena com o respaldo belicoso dos Mbayá ou estes com a estrutura organizacional da economia e da sociedade Terena. Esta relação é frequentemente identificadas como uma relação de vassalagem, nomenclatura bastante utilizada pelos espanhóis para denominarem estas relações interétnicas. Estamos convencidos de que atribuir tal denominação a este tipo de relação como vassálica, além de anacrônica, é insuficiente para se inferir qualquer observação entre os Terena e seus antigos aliados. Tornando-se de difícil sustentação o entendimento de existência de uma relação de submissão absoluta por parte do povo Terena diante de povos belicosos. E, a existência Terena diante do processo histórico que estão inseridos deve ser entendida também como um processo de resistência que se valeram durante a sua história após a saída do Chaco. Um fator emblemático entre os Terena e que despertou entre viajantes, etnólogos e

historiadores um forte interesse em entender o processo de “adaptação” e resistência do povo Terena diante dos sistemas hegemônicos²⁰.

As relações culturais na organização social Terena passam, após a Guerra do Paraguai, a contar com outros elementos materiais e não-materiais ao passo que se cristalizam os contatos entre Guaná e os não-indígenas. Desta vez uma relação atípica daquela estabelecida durante a guerra. De aliado, os povos indígenas passam a ser “obstáculo” para o desenvolvimento das unidades produtoras, uma vez que estas se assentam em terras indígenas. Talvez não fosse exagero entender que os Terena continuaram em estado de guerra durante e após o findar do século XIX.

A participação Terena no conflito de 1864, embora, de vital importância para o exército da Tríplice Aliança, não foi suficiente para garantir o reconhecimento de seu território reduzindo-lhes a três pares de botinas: “duas no pé e uma na bunda” (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2005: 1-8), como constatamos em trabalhos mais recentes.

Ao passo que a legislação permitia a posse por parte de particulares em territórios tradicionalmente Terena, o conflito pela terra se fazia latente, uma vez que os Terena e os demais grupos Guaná que haviam se deslocado da região do rio Miranda durante a Guerra, retornavam para suas áreas tradicionais. Uma movimentação complexa, pois ao deixarem as regiões que se alojaram durante os seis anos de conflito para retornarem as suas terras no Miranda, não encontraram condições devido ao esbulho, e, assim, retornando para as regiões do Maracajú, que também passaram a ser, cada vez mais, ocupada pela frente de expansão agropastoril. Um processo de movimentação rumo à terra antiga que os obrigaram a recuarem para as terras “novas” que também já não podiam reocupar com tranquilidade, pois estas também já estavam sendo invadidas pelos particulares. Este fato marca um longo processo de reconstrução do território Terena após a Guerra Grande²¹. Restando assim poucas opções para os Terena.

Diante deste quadro, os Terena procuraram se adequar da forma que lhes era possível, utilizando-se da tradicional diplomacia que marca a sua história, passaram a valerem-se dos empregos nas fazendas e vilas. Mesmo que isso significasse a subordinação econômica, não impediam os Terena de continuarem a serem sujeitos da sua história. E, no que tange a questão cultural, acreditamos que os Terena são referenciais no que diz

²⁰ Sobre essa relação política entre os Terena, o trabalho de Maria Cristina Galan nos apresenta importantes contribuições, e, que, nos detemos durante a pesquisa e a apresentamos no capítulo terceiro da dissertação.

²¹ Guerra Grande é mais um designativo para o conflito entre Brasil e Paraguai.

respeito à resistência: seja a religiosa, política e econômica²². Mas as desigualdades políticas-legislativas sempre foram um entrave para o maior desenvolvimento da população Terena no MS tendo em vista que as organizações administrativas das instituições governamentais e seu corpo jurídico-legislativo no Império e na República sempre foram composto por alienígenas com funções determinantes em litígios como a luta pelo território, não só Terena, como de todos os grupos étnicos na Província e no estado do MT e MS.

Simultaneamente, as fazendas de gado ocupavam cada vez mais a paisagem do Centro-oeste brasileiro. Inicialmente partindo de Minas Gerais, passando pelo interior de São Paulo até chegarem às terras indígenas do atual MS. Este processo de ocupação também marca de forma violenta a situação dos Terena após a Guerra da Tríplice Aliança. Neste contexto, os Terena foram classificados como “exemplares” e mais próximos da civilização. Há quem diga mais alienados²³ da realidade. Esta última classificação deve ser reconsiderada, uma vez que os Terena configuram-se como um dos povos que mais preservaram os seus valores e que participam de um processo civilizatório violento que não foi capaz de destruir a sua *indianidade* tradicional concomitante com os valores culturais do não-índio. Ao passo da frente de expansão agropastoril, os Terena se depararam com a crescente participação dos não-índios em suas terras, principalmente quando da criação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (VASCONCELOS, 1986).

A política indigenista no período republicano continuou a não diferir-se muito em relação aos períodos anteriores da história de contato entre indígenas e não-indígenas. A partir da República a igreja fora secularizada e o governo se declarava laico. Este fato veio contribuir para o desenvolvimento de projetos cristãos protestantes e que se enquadrariam no palco das ações indigenistas sobre os Terena durante este novo período da política indigenista no Brasil.

²² Sobre esse assunto, ver: VASCONCELOS, 1986; VARGAS, 2005. Evidentemente nos referimos à uma resistência superficial acerta do capital determinante de suspiros humanos. Porém seria minimamente questionável acreditar que o processo civilizatório conquistou em sua totalidade as manifestações culturais Terena e sua organização do cosmo por completo.

²³ Hegel, na *Fenomenologia do Espírito*, fala de consciência alienada. Assim alienação no sentido hegeliano nos remete ao campo da manipulação do espírito, refere-se ao mundo das idéias presas a outras idéias. Marx, fala da alienação em sentido econômico, acerca do trabalho, do trabalhador e da reprodução do capital. Sendo a alienação do trabalho o resultado do desenvolvimento privado dos meios de produção que conduziria o sujeito ao status de indivíduo mortificado, estranho ao todo e estranhado a tudo que o mesmo produzira. Aqui, alienação está no sentido popularmente empregado, a princípio, mais próximo do sentido hegeliano da palavra.

O SPI deve ser entendido a guisa do positivismo evolucionista de Rondon que objetivava a integração nacional, pacífica e ordeira. O território Terena só foi reconhecido efetivamente após a ação de Rondon na direção do órgão indigenista (SPI), o que não pode garantir aos Terena o respeito e a imediata homologação de suas terras. Durante todo o processo histórico nas décadas posteriores da República os Terena estiveram envolvidos em conflitos em suas terras tradicionais. O que nos permite entender que as leis referentes aos indígenas nem sempre correspondiam as práticas nas distantes regiões do Estado brasileiro. Muitos outros grupos Guaná entraram em uma depopulação que marca a sua história até os dias de hoje, sendo que muitos deles se auto titulam apenas como Terena para o não-índio no MS.

1.4.2 O CEIMAM e o porquê os Terena

Sobre a relação do CEIMAM com os Terena do MS, a qual mais nos interessa nesse trabalho de pesquisa, fora desenvolvida nos anos oitenta quando a Prof. Dr. Silvia Carvalho, juntamente com membros do Grupo Kurumim (CEIMAM), organiza a primeira viagem de campo até a comunidade do Araribá (interior do Estado de São Paulo) para conhecer os Terena. Vejamos o que Silvia Maria S. de Carvalho nos apresenta sobre esta relação com o povo Terena, inicialmente em SP:

[...] os Terena do Araribá, tavam perdendo a língua, as crianças não falavam mais terena. Í, eu tinha lido os livro do Cardoso de Oliveira, do Fernando Henr... do, Fernando Altenfelder sobre o Bananal... e ai eu fiquei com muita vontade de ver como eram os Terena lá do Mato Grosso do Sul, né... que lá devia ter conservado mais a língua e tudo mais. (DEPOIMENTO OBTIDO EM ABRIL, 2008).

Observamos que este depoimento apresenta uma das preocupações com o povo Terena do MS que também nos é apresentada em nossas fontes documentais, estabelecendo assim uma relação da problemática de parte de intelectuais do CEIMAM assentado em uma antropologia das perdas. Primeiro, de conhecer; segundo, entender as organizações dos povos indígenas, e, para isso, era necessário conhecer os Terena do MS.

O primeiro contato do CEIMAM com os Terena ocorrera em julho de 1982 no P.I. Araribá, no Estado de São Paulo, onde se encontrava um contingente Terena deslocado desde 1930 pelo SPI. No boletim de setembro de 1984, número 28, encontramos a

informação de que o povo terena como: “*pouco lembrados de sua cultura original*²⁴ e, - *certamente devido a distância- praticamente sem contato com seus irmão de nação em Mato Grosso do Sul*” (TERRA, 1984).

Neste mesmo editorial do boletim Terra Indígena, sob coordenação e edição de Miguel Angel de Menéndez, identificamos um parecer que procura apresentar ao leitor alguns dos motivos que levaram o CEIMAM a buscar esta interlocução mais próxima do povo Terena no Estado do MS. Entendemos assim que a ida do CEIMAM para às comunidades terena no MS está diretamente vinculada à experiência com os Terena de Araribá, e ainda de Icatú, áreas que possuem contingentes Terena no Estado de São Paulo. Sem fazermos maiores inferências antes de cruzarmos as fontes bibliográficas com as documentais, vejamos o que o material documental nos aponta, ainda neste texto do editorial do número 28 de setembro de 1984:

“A tentativa de compreender melhor o que consiste a indianidade de uma população como a dos Terena nos levou a compreender uma pesquisa junto a esse grupo, no MS. O que percebemos durante as estadias no local é que, apesar de considerados `integrados`, os Terena não perderam a sua identidade indígena e a luta das lideranças se dirige atualmente no sentido de forçar um reconhecimento deste²⁵ identidade, estando envolvidos, desde a criação da UNI, numa luta mais ampla pelos direitos indígenas.”

Ao confrontarmos as fontes documentais com a interlocução desenvolvida em campo na sede do CEIMAM, observamos que o depoimento da Prof.^a Silvia de Carvalho reafirma, após 24 anos, o que fora publicado sobre essa aproximação com o povo Terena do MS. Entretanto, não nos damos por satisfeitos. Vejamos em nossas fontes o que mais pode contribuir para procurarmos entender essa aproximação.

Ainda sobre os Terena e a relação com o CEIMAM, encontramos em nossas fontes documentais uma relação das atividades e resultados da estadia do CEIMAM no MS. Vejamos o que nos relata esta fonte, detidamente a Revista Terra Indígena de abril-junho, número 55 de 1990, sob coordenação e edição de Silvia M. S. de Carvalho e Miguel Angel Menéndez:

²⁴ Referimo-nos ao texto do editorial. Embora uma afirmação complexa, uma vez que a originalidade da cultura também é dinâmica e em constante movimento, a afirmação contribui para identificarmos a afirmação de certa preocupação em relação à cultura do povo Terena de São Paulo e os do MS, a qual levaria o CEIMAM ao centro-oeste.

²⁵ Mantivemos o texto da mesma forma que fora confeccionado. E nos comportaremos assim diante de todas as fontes utilizadas na dissertação.

“O presente número de Terra Indígena está totalmente dedicado aos Terena de Mato Grosso do Sul, povo indígena de filiação Aruák. Essa não é a primeira vez que nossa publicação se ocupa deles: os números 33 e 45 também se podem encontrar documentação sobre os Terena, sem citar as resenhas bibliográficas que foram publicadas em vários boletins” (TERRA INDÍGENA, 1990: 02-03, n. 55).

É notória a ênfase que o editorial do CEIMAM dá ao seu relacionamento com os Terena do MS. Observamos neste fenômeno que mesmo após os anos de 84, neste caso 1990, há uma atenção especial aos Terena enquanto povos indígenas brasileiros que constituem por assim dizer o objeto de estudo de parte dos intelectuais do CEIMAM. Assim, *a priori*, nossas fontes contribuem para uma reflexão acerca do CEIMAM diante de seu “objeto”. Sobre essa inferência, esse mesmo editorial apresenta ao leitor nas páginas 02 e 03:

“[...] Em 1984 e 1985, o Centro promoveu estadias de seus integrantes em Aquidauana-MS, com visitas as aldeias de Limão Verde, Taunay, Cachoeirinha, e Passarinho-Moreira. Desse trabalho resultou:

- uma série de artigos publicados em números anteriores do boletim;
- a elaboração de um álbum Terena [...]
- um áudio-visual (‘Terena Terena’) para fins didáticos, já apresentado inúmeras vezes [...]
- duas pesquisas individuais, [...] desenvolvida por Fernanda Carvalho [...] desenvolvida por Maria Cristina S. Galan [...]
- Elaboração de uma ‘Bibliografia Crítica dos Povos Aruák de Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco’ que deverá reunir, em uma única obra, toda a informação existente sobre as sociedades aruák dessa região. [...]”(*Ibidem*).

Este texto editorial nos apresenta alguns dos resultados da ação dos intelectuais do CEIMAM entre os Terena do MS, sendo parte destas produções analisadas durante a pesquisa, constituindo-se como diretas fontes bibliográficas. Sobre a produção desenvolvida e apresentada no boletim citado, conseguimos o acesso apenas as dissertações (alem de uma tese, produzida posteriormente), não sendo possível o acesso ao áudio visual e o álbum fotográfico²⁶. O que nos chama a atenção desta produção é justamente o posicionamento político na luta pelos direitos dos povos indígenas, neste caso, os Terena do MS. Seja na produção de artigos para a divulgação da história, áudio-visual, livros etc.

²⁶ Sobre esses dois documentos, o vídeo e o álbum, fomos informados por alguns de nossos interlocutores da dificuldade de encontrarmos plenamente esses materiais, aja visto que o vídeo, em realidade, era uma série de slides apresentados em projetor, e, o álbum não fora publicado, deslocando-se assim entre as partes do acervo de CEIMAM e do Acervo particular de Silvia Carvalho.

O texto ainda deste editorial, bastante rico para procurarmos entender o relacionamento de CEIMAM com os Terena, nos apresenta mais, de acordo com o seu relato de trabalho:

“Todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro tem como ponto de interesse, não apenas divulgar conhecimentos sobre os Terena nos meios acadêmicos (entre professores, e alunos de universidades ou colégios), como, principalmente, devolver ao Terena parte das informações fornecidas por eles, contribuindo assim para a afirmação da sua identidade étnica” (TERRA INDÍGENA, 1990: 02-03, n. 55).

Justamente esta preocupação do CEIMAM que nos interessa neste momento. A preocupação do retorno, problematizado por Janaína Amado em *História oral: a culpa nossa de cada dia*, uma abordagem que se encontra contextualizada na década de 80 (AMADO, 1981: 145-155) onde a autora nos apresenta um posicionamento bastante preocupado à necessidade de desenvolver o retorno da pesquisa realizada, uma vez que entende ser existente uma série de problemáticas que inviabilizaria o retorno para os grupos estudados, e, entre estes problemas, a própria linguagem acadêmica de produção cognitiva²⁷. Vejamos a argumentação: em tela:

Muito difundida entre os historiadores orais, como entre alguns antropólogos que fazem trabalho de campo, é a idéia de que a “devolução”, a “troca”, representa uma conduta essencialmente ética. [...] Após “devolver a pesquisa” aos informantes, muitos historiadores sentem-se confortáveis, em paz com a consciência, acreditando terem agido de forma ética. Muitos acreditam que seu trabalho será efetivo e valoroso para a consecução dos objetivos dos entrevistados, quando estes estão envolvidos em lutas ou campanhas. Outros historiadores, após obterem, graças à pesquisa em fontes orais, o título de mestre, doutor ou livre-docente em suas universidades, ou após publicarem o trabalho, começam a desenvolver um forte sentimento de culpa, que pode tornar-se agudo, com o passar do tempo: afinal, pensam, a pesquisa rendeu-lhes reconhecimento e progresso na vida acadêmica; aos entrevistados, entretanto, mesmo após “devolvida”, ela nada ou quase nada rendeu; eles continuam em seus caminhos de pobreza, desalento e humilhação, sem alcançar vitórias... (AMADO, 1981: 150-151).

A preocupação apresentada por Amado (1981) é bastante coerente e compartilhamos com a autora grande parte de suas preocupações em relação às interlocuções entre sujeito e objeto no tempo presente. Além de ser a história oral uma metodologia, a entendemos também como um caminho na produção de fontes bastante complexo no que tange aos relacionamentos possíveis em campo, com efeito, diante das

²⁷ Não concordamos em absoluto com Janaína Amado, uma vez que em cada estudo-pesquisa as relações entre pesquisador e pesquisado se dão de forma particular, como é o caso dos trabalhos sobre história indígena, que posteriormente são apresentados para a própria argumentação dos movimentos indígenas na luta pela identificação e reconhecimento de suas terras.

probabilidades de nos depararmos com uma série de frustrações ao redundar da pesquisa com o pretendido retorno do trabalho. Concordamos também com a situação da permanência da realidade concreta, em muitos casos, onde o objeto se situa em litígio, como é o caso dos povos indígenas americanos.

Entretanto, sobre as relações entre o trabalho intelectual e os informantes, Janaína Amado continua:

Não consideramos condenável a entrega do produto final da pesquisa aos informantes; ao contrário, é um ato cortês, que poderá causar alegria aos entrevistados. Pensamos, inclusive, que algumas pesquisas eventualmente podem revelar-se úteis aos objetivos dos informantes, em especial quando os objetivos são políticos, pois podem fornecer-lhes dados de que não dispõem, apresentar-lhes uma outra visão a respeito de si próprios e, ainda, registrar a história de um grupo que, de outra forma, teria poucas oportunidades de legar para o futuro, por escrito e de forma ordenada, sua própria experiência social (AMADO, 1981: 151).

Assim colocado, entendemos que além de “causar alegria” ou qualquer manifestação absolutamente psicológica, entre ou nos, sujeitos objetos, a preocupação com a recepção é bastante válida se pensarmos na importância dos trabalhos acerca da história indígena no Brasil, diante da necessidade de identificação e reconhecimento de sua historicidade por parte do Estado-nação, envolvendo o reconhecimento da memória tradicional, de suas perspectivas políticas de relações sociais e da existência de seus corpos como parte de todos aqueles que constituem o Estado entendido como de direito democrático.

Na contra mão, aparentemente, o CEIMAM demonstra, *a priori*, como já afirmamos ser, justamente contrário, deixando claramente que a relação estabelecida entre sujeito e objeto se estende muito além da concepção positivista *rankena* que observa o sujeito como algo distante do objeto²⁸. Relação essa que nos parece marcar de forma latente o relacionamento do CEIMAM com os povos indígenas contatados. Ou seja, o CEIMAM apresenta através de suas publicações uma preocupação em divulgação da história Terena, seja aquela produzida nos meios acadêmicos e aquelas produzidas pelos próprios Terena, seja através de entrevistas, comunicações, filmes e palestras proferidas pelos próprios Terena.

Como exemplo dessa relação dialógica, ou seja, do Centro de Estudos e seus interlocutores, no que se refere à participação Terena junto ao CEIMAM, temos as

²⁸ Sobre a história oral e a relação do sujeito e objeto, ver: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína, 1996.

contribuições de Modesto Pereira²⁹. Participação esta em um espaço repleto de mestres, doutores e especialistas acerca da questão indígena, ocupando-se durante o encontro em discutir o “*Histórico da Política Indigenista Brasileira*”, entre os mais variados recortes como: *educação, direitos indígenas, o Projeto Calha Norte*, entre outros.

A participação de lideranças indígenas, ao lado de intelectuais tradicionalmente concebidos, nos faz inferir na singularidade do CEIMAM ao debater a questão indígena na universidade, e, que ao estender a participação aos representantes dos povos em pauta acaba por contribuir para o deslocamento da gravidade onde de objetos debatidos, passam a debatedores do objeto, assumindo o que historicamente o que os fora negado pelo Estado: o papel de sujeitos históricos.

Emblematicamente, Modesto Pereira infere sobre a questão indígena brasileira, assim como outras lideranças participantes do Encontro Ameríndia realizado anualmente em Araraquara³⁰. Em relação com seu interlocutor, neste caso o interlocutor da liderança Terena é o CEIMAM, Modesto nos demonstra como essa relação se estabelecia, ao falar de sua comunidade e sobre a disputa política e a busca de espaço no interior da FUNAI:

Eu sou um índio Terena de Mato Grosso do Sul[...]. A minha comunidade fica ao norte da cidade de Aquidauana /MS, com uma população de seis mil índios. [...]. A professora Silvia já esteve no nosso território, no Mato Grosso do Sul, mas já num ambiente muito diferente daquele que meus antepassados falavam. [...]. Mesmo hoje, apesar de que estão acabando com a nossa mata no Mato Grosso do Sul, mesmo assim nós mantemos a nossa área num ambiente de caça e pesca, Como vocês sabem, com a guerra do Paraguai houve uma revolução aqui dentro, os índios Terena, Kayuá, Laiana fomos expulsos da nossa área, subindo o Morro de Maracaju [...] (TERRA INDÍGENA, 1991: 30,nº. 59).

E complementa:

O que precisa é o governo conscientizar-se disso e dar meios para que a nossa sociedade indígena escape dessa situação que hoje nós vemos dentro do Brasil: crianças pelas grandes cidades, velhos jogados pelas ruas, jovens desamparados. [...] A FUNAI mesmo está só a caricatura, só está o esqueleto e ela mesma já não

²⁹ Liderança indígena no Mato Grosso do Sul, que ao lado de intelectuais acadêmicos durante o Encontro Ameríndia de 1991, realizava suas contribuições através de depoimentos e debates sobre a situação do povo Terena no MS. Membro da Aldeia Bananal (Taunay) – Vereador da Câmara Municipal de Aquidauana/MS no período de 01/0/1989 a 31/12/1992, eleito na região do Distrito de Taunay, onde se concentra o maior número de aldeias, com 271 votos pelo PMDB, depois filiando-se ao partido do PSDB. Veio a falecer no dia 26 de março de 2006.

³⁰ Além de Modesto, estavam presentes na programação deste debate: Angel Corbera Mori da Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Lima- Peru; Paulo Santilli da UNESP de Assis; Silvia M. S. Carvalho da UNESP de Araraquara (CEIMAM); Marina Evaristo Venceslau da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campi de Dourados; entre outros alunos de pós-graduação e pesquisadores da UNESP, USP e UNICAMP.

existe. [...] A FUNAI eu considero como um cabide de emprego; coronéis, sargentos e até de polícia estão dentro da FUNAI (*ibidem*).

Importante notar que a relação estabelecida não é aquela que se detém a citação da presença de Silvia de Carvalho no território Terena, mas sim aquela que se dá de forma dialógica ao postularem, a liderança terena e o CEIMAM, a crítica ao Estado, incapaz de atender as necessidades concretas dos povos indígenas. A relação singular se encontra na relação dialética, na luta em defesa dos direitos indígenas e na necessidade de avançar em relação ao mesmo, numa palavra: a aglutinação promovida pelo CEIMAM é a sua grande singularidade. Poder-se-ia estudar e discutir a questão indígena sem a participação destes, assim como fora cunhada a política indigenista na maior parte do processo histórico brasileiro, mas como germe de um constructo histórico, o CEIMAM se faz ontologicamente de acordo com as bases de sua historicidade. Esse fato nos permite entender as interlocuções desenvolvidas entre CEIMAM e povos indígenas como resultado da construção que se operava paulatinamente durante toda história do contato, onde a síntese do *vir a ser* constituiu-se na síntese de novas perspectivas políticas acerca dos povos indígenas, como nunca, os tendo como elemento central na luta pelos seus direitos.

1.5 Relações interinstitucionais emblemáticas do CEIMAM na década de 80

No que diz respeito à relação do CEIMAM com outros centros de pesquisa acerca da história indígena nos pareceu notória a relação estabelecida como o Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. O diálogo desenvolvido entre CEIMAM e o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP (NHII-USP) é estabelecido através de seminários na Universidade de São Paulo e que levariam a publicação do trabalho organizado por Manuela Carneiro da Cunha em 1992. Em *História dos Índios do Brasil*, a participação do CEIMAM é crucial, uma vez que dos artigos publicados, parte expressiva são de intelectuais ligados ao CEIMAM, como apresentamos no capítulo quarto. Evidentemente a relação do CEIMAM não se limita a FFLCH da USP, podendo ser estendida a outra série de interlocuções, estando entre as mais emblemáticas, o CIMI, UNI, ABA e a Comissão Pró-Índio, garantindo assim uma articulação nacional, distanciando o CEIMAM e seus intelectuais do isolacionismo diante da política nacional e das perspectivas teórico-metodológicas que buscavam naquele momento entender e contribuir

de uma certa maneira para os movimentos indígenas. Vejamos mais aproximadamente, entre as emblemáticas: o CIMI e a UNI.

Desde 1982 o CEIMAM vem desenvolvendo uma série interlocuções com outras instituições preocupadas com o direcionamento da política indigenista, por parte do Estado, e, da política indígena, reivindicada pelas populações indígenas no Brasil e na América Latina. Esta interlocução se desenvolveu de forma direta com as instituições representativas dos povos indígenas, e, mesmo pelos seus intelectuais forjados nos processos de relações de poder político. Nos primeiros boletins do Grupo Kurumim se preocupavam em divulgar informações sobre a política indigenista e indígena já publicadas em outras instituições pelos seus veículos de comunicação, como é o caso das intervenções do jornal Porantim, um canal de comunicações do CIMI, entre indígenas e não indígenas (TERRA, 1982, p. 2). Um diálogo que visava a divulgação de encontros anuais, como o que se desenvolveu com a Comissão Pró-Índio de SP, através das publicações do boletim desta mesma Comissão (TERRA, 1982, p. 3). É bastante evidente a proximidade do CEIMAM com o Conselho Indigenista Missionário, ligado ao CNBB, principalmente no que tange a divulgação do Porantim, seja utilizando-o como fonte para os textos do boletim, e, ainda, no incentivo à assinatura do periódico Porantim. Identificamos que nos anos iniciais do boletim do grupo de Araraquara, sua maior fonte se constituía nas publicações do CIMI, e, desta forma, marcando diretamente o posicionamento do Centro de Estudos de Araraquara em relação às proposições desse novo indigenismo. Uma interlocução instigada pelo direcionamento que o CIMI passou a dar a questão indígena a partir da década de 70.

José Oscar Beozzo, sobre a política indigenista, já nos apresenta, em relação a esse novo direcionamento da política da igreja para com os povos indígenas no Brasil, algumas preocupações missionárias diante à diversidade étnica em trabalho publicado pela Edições Loyola em 1983, “*Lei e Regimentos das missões, Política indigenista no Brasil*”. Beozzo se preocupa em apresentar a paisagem histórica brasileira especificamente das políticas cerradas aos povos indígenas, e, neste percurso, nos apresenta uma série de fontes documentais publicadas nesse trabalho de 1983, ajudando a compreender melhor o que viria a ser parte dos fundamentos elementares do CIMI na década de 70.

No livro o autor faz referência ao documento relatorial do Diretório desenvolvido pelo padre Adalberto Holanda Pereira (jesuíta da prelazia de Diamantino em Mato

Grosso³¹) que atuou na missão de Utiariti, onde este relata uma série de preocupação com questões que futuramente estariam em sintonia com as preocupações de luta do CIMI em prol dos povos indígenas, reconhecendo as religiões, culturas e formas de organizações políticas.

Ainda sobre CIMI, DE PARIS (2008), em pesquisa recente sobre a UNI e o movimento indígena na década de 80, também contribui para um melhor entendimento deste novo posicionamento da igreja na América Latina:

Motivados na opção preferencial pelos pobres e no apoio às lutas pela consolidação dos direitos sociais no país, um grupo de religiosos assume mais diretamente esta ação fundando em abril de 1972, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em seu contato com os povos indígenas o CIMI buscou construir relações inversas das experiências missionárias até então adotadas em favor da causa indígena, começando por ouvi-los. Esta nova mentalidade missionária, nascida nos setores internos da Igreja reafirmava a convicção de que esta deveria atuar como porta-voz de uma nova pedagogia dos trabalhos desenvolvidos junto a essas comunidades (DE PARIS, 2008:35).

Um posicionamento diferente à política indígena salvacionista, agora mais afinada com as questões da terra e a complexidade étnica. Essa nova mentalidade diz respeito a um posicionamento internacional, embora frágil em relação à sociedade capitalista que ambos (CIMI, e, posteriormente, o Kurumim) arvoravam como objeto de críticas, uma vez que ainda postulam resoluções através das políticas públicas coordenadas pelo Estado ainda hegemônico por representantes diretos do capital e seus respectivos interesses. Todavia, tratava-se de um posicionamento bastante progressista diante da paisagem política e econômica desenhada, não só em relação ao Brasil, mas toda América Latina.

Para que se possa visualizar melhor a paisagem na qual se encontrava o CEIMAM em seus anos iniciais, DE PAIRS (2008) pode nos auxiliar mais uma vez no que se refere ao movimento deste novo posicionamento da igreja Católica, para além das fronteiras brasileiras:

A proposta de uma relação diferenciada com as comunidades indígenas passou a ser desenvolvida como consequência das discussões iniciadas pela Igreja latina. Valorizar as lideranças, construir bases para que estas conduzissem suas próprias organizações, trazer para dentro das comunidades os foros de discussão e de tomada de decisão sobre os rumos das políticas sociais a serem desenvolvidas junto as comunidades indígenas, foram os nortes desta nova proposta de evangelização (*Idem*).

³¹ O Boletim do Grupo de estudos KURUMIM de fevereiro de 1983 faz referência a prelazia de Diamantino (MT), sobre o contato dos padres Adalberto Holanda Pereira e Thomaz de Aquino Lisboa no ano de 1969.

E é justamente esta proposta de relações diferenciadas com os povos indígenas que o CEIMAM compartilha junto a esta nova propositura. Inicialmente, deslocando-se até o povo Terena em São Paulo, depois no Mato Grosso do Sul; posteriormente, trazendo os Terena para a Universidade em fóruns de debates públicos acerca da questão indígena. Como dito, compunha-se um posicionamento bastante progressista, mesmo quando pensamos no período de celebrações políticas da década de 80 com o processo de relaxamento da ditadura militar, principalmente se pensarmos que o processo de esbulho continuava ocorrendo em terras indígenas. Evidentemente, o CEIMAM possuía um posicionamento em parte distante do projeto religioso que se erguia nas entrelinhas deste novo posicionamento do CIMI, 10 anos antes da fundação do Grupo Kurumim (CEIMAM).

Uma relação que marca fortemente a história do Grupo e do Centro de Estudos a ponto de ao menos, parcialmente, influenciar sobre suas temáticas de pesquisa sobre o povo Terena, como abordaremos a seguir. Também nos interessou a relação do CEIMAM com a UNI neste mesmo ano de 1982.

A União das Nações Indígenas, assim como o CEIMAM, são desdobramentos do processo histórico de lutas políticas que marcam a história brasileira. A década de 80, no Brasil, se tornou palco de uma grande celebração de conquistas quantitativas que postulavam uma transformação qualitativa acerca da história indígena e dos demais setores da sociedade. Apostava-se nos movimentos indígenas, ao lado de organizações de apoio à crítica ao indigenismo do Estado, vislumbrando outro paradigma de política para os povos indígenas e não-indígenas. Consecutivamente, uma outra história indígena, um outro indigenismo, e, uma outra política para toda a sociedade brasileira. As populações indígenas reafirmam nesse período o papel de sujeitos da História, seja através das associações, do desenvolvimento de assembleias indígenas, da política partidária do próprio Estado hegemônico pelos principais opositores dos trabalhadores em geral, constituindo assim o que se entende por movimentos sociais indígenas ou não.

O CEIMAM, desde o início da década de 80 se manifestou prontamente à divulgação da UNI através de suas publicações, assim como fazia em relação ao Porantim. O Grupo de Estudos Indígenas Kurumim (CEIMAM) nasce diante deste contexto da década de 70 e 80. Seus intelectuais se encontravam diante da síntese do engajamento político desenvolvida nos anos 60 e 70, que viria, nos anos 80, beber da já referida celebração de conquistas importantes. Influenciados por um “olhar” do tipo marxista,

alguns desses intelectuais, se esforçaram para demonstrar que a apropriação das terras indígenas são resultados da expansão capitalista, mas não o suficiente para inferirem naquilo que entendiam como sendo seu objeto de crítica: a economia capitalista.

Todavia, a fundação do Grupo Kurumim (CEIMAM) se dá diante de outras organizações, também focadas na questão indígena, e que partilharam das mesmas preocupações seja de crítica ao Estado, e, simultaneamente de apoio as organizações indígenas. E, a UNI, se apresentava como a organização nacional com poderes catalisadores de grande parte das forças políticas indígenas no país. Desta forma, o diálogo entre CEIMAM e UNI foi impreterivelmente desenvolvido, em grau determinado, abrigando no município de Araraquara uma sessão de representatividade da UNI, como identificamos através das fontes documentais, constante na proposta estatutária do CEIMAM em seu capítulo segundo, Artigo 2º, parágrafo V: “*Constituir-se em núcleo local de apoio à União das Nações Indígenas (UNI) e de outras entidades de defesa da causa indígena e povos nativos em geral.*”³² (ESTATUTO, 2008:02).

Reconhecer a UNI, no governo militar, mesmo sendo esse temporalmente localizado na década de oitenta, era também não estar em sintonia com o posicionamento do Estado militarizado, que ao mesmo passo não reconhecia a UNI como órgão de representatividade dos povos indígenas, comportando-se de modo repressivo diante das instituições apoiadoras.

Trata-se de um fenômeno politicamente importante, pois o CEIMAM era, assim como até hoje, parte orgânica da instituição pública do maior Estado da Federação em relação à produção economia e influencias políticas³³. Assim, os intelectuais do CEIMAM ao desenvolverem essas interlocuções (como apresentado na introdução da dissertação), acabam por inferir contra o próprio padrão. E, aqui, o padrão é o Estado quantificado em democracia.

Nosso objeto é parte orgânica de uma instituição pública (UNESP), importante estado da federação, tanto em termos econômicos e político, que em tese, *a priori*, deveria comportar-se como aparelho ideológico de estado, mas que nesse momento da história brasileira acabava por produzir anomaliacamente um posicionamento político na

³² Trata-se de uma proposta estatutária com base no artigo 6º, inciso II dos Estatutos da UNESP. Gentilmente cedida pelo próprio CEIMAM em 2008.

³³ Não é nossa intenção aqui, contribuir para um debate regionalista dentro do Estado-nação. Apenas nos reportamos de forma quantitativa ao Estado de São Paulo.

contramão do que determinava o Estado repressor. Emblemático neste sentido são os calorosos debates no ano de 1985 acerca da indicação para ocupação do cargo de reitor da universidade, com destaque para o campus de Araraquara em refutar a posição do Estado e exigir a nomeação do professor William Saad Hossne para a representatividade da UNESP e repudiando o nome do Sr. Manuel Nunes Dias, acusado de envolvimento na repressão dentro da universidade pública. Uma inferência que se propunha contribuir para que a política passasse de um estado quântico à um momento qualitativo de transformações. Momento este que emblematicamente será celebrado, de forma crítica ou não, através da constituição de 1988.

1.6 O CEIMAM como espaço aglutinador de intelectuais

Durante a década de 80, os debates sobre a universidade pública e a democracia (CAMPIONE, 2004) foram marcantes no cenário latino-americano (GÓES, 1992). Como apresentado, celebrava-se a democracia, portanto, discutia-se a política, a cultura, a economia e o papel social da universidade. Pensava-se a Universidade como espaço público onde o engajamento (independente das ideologias) deveria existir em sintonia com a realidade social, assim como as classes sociais antagônicas do Estado brasileiro, notoriamente à classe hegemônica que compõe o Estado democrático e que buscava no tecnicismo acadêmico um de seus lócus de reprodução (material e ideológico). Todavia, o estado de direito que parecia contemplar significativa parcela da sociedade e apresentava-se como progressista em relação ao momento histórico que se vivia, porém, não realizava coro absoluto na sociedade. Assim, a função sócio-cognitiva da universidade passa a ser objeto de discursos diversos, do apaixonado ao mais reacionário, ou seja, daqueles que postulavam o avanço político a uma democracia concreta e daqueles que defendiam a manutenção da ordem democrática assim como se apresentava, respeitando sua velocidade em seu tempo de conservadoras mudanças.

A crítica através da universidade procura inferir no governo e sua gestão do Estado, ou seja, “(...) *de debate sobre o modo de agir do governo em face das instituições de ensino e das instituições científicas existentes na sociedade*” (FÁVERO, 1992:121). Um debate que contribui para melhor fundamentar o estado de celebrações democráticas em que o CEIMAM, de forma crítica, estava envolvido.

A política indigenista no Brasil passava por um conjunto de contestações que buscavam fundamentar-se em uma nova proposta de política para os povos indígenas. Postulava-se a participação direta dos povos indígenas na organização da política, contando para isso com apoio de não indígenas engajados nesse movimento contestatório.

Para isso foi necessário o desenvolvimento de ferramentas catalisadoras dos movimentos indígenas, onde se pudesse desenvolver o complexo de debates que beneficiassem a luta política dos povos indígenas. Desta forma, o Grupo Kurumim (CEIMAM) vai de encontro com as tendências que postulavam teses progressistas para a organização da sociedade através da crítica ao Estado e do capital³⁴. Uma paisagem histórica presente no universo latino-americano, sendo necessário aglutinar intelectuais engajados nesta proposta crítica progressista da década de oitenta.

O CEIMAM embora fosse postulador da democracia, era também defensor de uma análise crítica acerca do processo de abertura política em um momento de celebrações parcializadas³⁵. Assim, ancorados nas publicações oficiais do Centro de Estudos, o CEIMAM promovia a crítica aglutinadora em relação à posição do governo diante os povos indígenas no Brasil. O boletim Terra Indígena era a ferramenta nodal para a publicização das atrocidades cometidas no Estado e pelo Estado, dando espaço a textos em sintonia com suas teses de crítica as celebrações fenomênicas durante esse momento de relaxamento autoritário nos anos 80.

O boletim Terra Indígena é entendido como ferramenta de extensão à sociedade dada a necessidade de avanços rumo a uma democracia mais sólida, mais realista. A própria universidade como instituição pública é questionada em alta tônica, no que se refere a “[...] *DEMOCRATIZAÇÃO DA UNESP*” (TERRA INDÍGENA, 1984, n. 24)³⁶. Posicionando-se abertamente contra o governo e o reconhecimento de seus agentes, seja

³⁴ Sobre a crítica ao Estado e principalmente ao capital, a tese de doutoramento de Edgar de Assis Carvalho, *Tereza: as alternativas dos vencidos*, publicada em 1979 pela Paz e Terra é um bom referencial, e ainda, a organização de um debate latino americano sobre a questão indígena e capitalismo, organizado por Edgar A. Carvalho e Carmem Junqueira, *Antropologia e Indigenismo na América Latina*, publicado pela Cortez Editora em 1981.

³⁵ Embora o clima fosse de celebração da democracia para alguns setores da sociedade, o momento histórico era marcado por uma série de contradições em relação a flexibilização do governo ditatorial militar de João Batista Figueiredo. Distante das nostalgias, uma série de massacres eram cometidos em relação aos povos indígenas. E, a partir da universidade, o CEIMAM, como parte orgânica desta instituição, participava questionando e denunciando a bárbara democracia de um Estado barbaramente hegemônico pelos interesses do capital.

³⁶ Boletim n. 24, Maio de 1984, coordenado por Silvia Maria S. de Carvalho. Trata-se do Editorial que se remete as proposituras do Grupo, e, ainda, em caixa, traz a tônica citada.

em relação à reitoria da UNESP ou mesmo ao ministério do interior por suas convivências diante das atrocidades cometidas em nome do capital pelo governo.

Certamente, este comportamento demarca a aglutinação, uma vez que a Universidade abriga um complexo de intelectuais detentores de um posicionamento político determinado. Este fato nos leva a entender a conturbada relação interinstitucional provocada pelos posicionamentos políticos dos intelectuais do KURUMIM (CEIMAM) em relação à política na universidade. Posicionamento este que contribuiria para o desenho da paisagem política que marcaria a primeira geração do CEIMAM. Um posicionamento progressista e crítico do palco onde se celebrava com parcialidade aquilo que amplamente era questionado, sem economia de adjetivos, no ano de 1984 pelos intelectuais do CEIMAM. Vejamos um editorial coordenado por Silvia Maria S. de Carvalho em Abril de 1984:

Está se encerrando em Brasília uma grande Assembléia de Líderes Indígenas (2,3,4 de Abril 84). Enfrentando toda espécie de dificuldades, inclusive a provocação do Ministro do Interior, Mário Andreazza (que colocou de prontidão uma tropa de choque), 450 líderes indígenas de todas as partes do Brasil, estão reunidos em Brasília, convocados por Mário Juruna, ante a situação angustiante, inadmissível [...].

Desde a criação do Ministério dos Assuntos Fundiários, várias medidas verdadeiramente genocidas contra os índios tem sido tomadas pelo Governo Federal. Apesar dos protestos de todas as partes do Brasil e do mundo, o Governo tenta modificar leis e disposições legais que – embora na prática quase sempre desrespeitadas – têm garantido uma certa possibilidade de defesa legal dos direitos indígenas. Em fins do ano passado, [...] uma ‘exposição de motivos’ de ministros, interpretando um artigo do Estatuto do Índio de uma forma absurda e inteiramente anti-indígena, foi simplesmente transformada em decreto presidencial. Centenas de assinaturas de protesto, colhidas pelo G.E.I. Kurumim, foram encaminhadas ao Presidente João Figueiredo. Recebemos, há pouco tempo, uma carta da Funai, datada de 18 de janeiro 84, dando-nos conta de que o abaixo-assinado havia sido encaminhado pelo Presidente da República, através do Ministério Interior [...] para exame da Funai.

Certamente, outros abaixo-assinados e telegramas de protesto, de várias partes do Brasil tiveram o mesmo destino, encaminhados pela Presidência a órgão incompetentes, ao invés de merecer uma consideração do próprio Presidente da República, a quem os protestos são dirigidos.

E Silvia continua a inferir:

[...] . Integrantes do G. E. I. Kurumim estão acompanhando um dos chefes indígenas a Brasília, a fim de documentar todas as discussões e resoluções da Assembléia, admiravelmente conduzida, como já se sabe, por líderes extremamente lúcidos e valentes. [...].

Cumpre ainda informar que, como se deixou claro no último Boletim, o apoio que o G.E. I. Kurumim leva à luta dos índios pelos seus direitos passa por uma luta necessariamente mais ampla pela democratização, tanto a nível federal (eleições diretas para Presidente da República), como no que se refere à própria Universidade brasileira (na defesa do processo de eleição e de consulta à

comunidade que fez do nome do Prof. William Saad Hossne o mais votado para a Reitoria da UNESP).

Repudiamos ainda, como pró-reitor, o Sr. Manuel Nunes Dias, pessoa sabidamente comprometida com a repressão nas Universidades brasileiras.

Silvia M.S.Carvalho
(coordenadora do G.E. I. Kurumim)³⁷

Esta mesma edição do boletim é composta por uma série de outros textos críticos que promoviam a denuncia e o ataque crítico direto ao governo. Trata-se de textos já publicados em outros veículos de comunicação de massas como o de Carmem Junqueira, sobre “*O segundo massacre dos Cinta-Larga*”, publicado na Folha de São Paulo em 28 de março de 1984; ainda, o de Manuela Carneiro da Cunha sobre “*Os índios no projeto de Código Civil: a emenda da datilógrafa*”, publicado também no jornal Folha de São Paulo em 01 de abril de 1984. Certamente todos esses posicionamentos contribuíram para o tipo de aglutinação que o Kurumim (CEIMAM) viria a promover no decorrer de sua constituição. Para este momento de 1984, seria muito improvável que o Grupo fosse freqüentado por intelectuais preocupados em fazer a defesa intransigente ao governo de João Batista. Assim, observamos que o processo de aglutinação promovido pelo CEIMAM, no que diz respeito aos diversos intelectuais, está diretamente ligado ao posicionamento que o Grupo-Centro apresentava. A princípio, este fato pode parecer algo trivial, mas insistimos, pois são os posicionamentos do CEIMAM os grandes responsáveis pelo tipo de aglutinação que o centro acabaria por desenvolver durante a história das suas gerações de intelectuais organicamente constituídos e/ou colaboradores simpatizantes.

Também emblemático, sobre o posicionamento político de nosso objeto, temos no editorial do boletim (agora, Terra Indígena) de dezembro de 1985, n. 40, sob coordenação e edição de Miguel Angel de Menéndez:

Dezembro 1985. Chega ao fim um ano de “**Nova República**” ... “**Nova**”? Talvez para alguns setores da sociedade...

Para os setores da sociedade mais explorada quase nada mudou. E para os povos indígenas, os mais habitantes deste país, a situação se apresenta tão ou mais adversa que antes, como o leitor poderá avaliar pelo balanço feito neste número de **Terra Indígena**.

³⁷ Não se trata declaradamente, pelo CEIMAM, do editorial do Boletim, porém, dada a disposição estética do texto e o tipo de abordagem apresentada pelo redator e levando-se em consideração que nos referimos a Silvia de Carvalho, consideramos que o texto possui o caráter editorial ocultado em sua apresentação estética. O único identificado entre as fontes documentais que traz a assinatura de um de seus membros nos remetendo a esse entendimento, dada a importância do texto manifesto diante na conjuntura política dos anos 80, o citamos exaustivamente (TERRA INDÍGENA, 1984:01).

A situação dos povos indígenas é o melhor termômetro para se verificar até que ponto caminhamos para um regime mais democrático. Só para servir de ponto de reflexão: Pierre Clastres define como **DEMOS** (“demos exógenos”) as sociedades indígenas brasileiras, tão **DEMOS**, tão democráticas, que nelas nem há o poder das linhagens manipulando o controle de recursos e a redistribuição da produção. São as sociedades mais democráticas que se possa imaginar. Oxalá aprendêssemos algo com elas! (TERRA INDÍGENA, 1985, n.40)³⁸.

Aqui, como na citação anterior, observa-se o posicionamento diante da política³⁹ e neste caso, apontando teoricamente um referencial para o entendimento acerca da democracia (CAMPIONE, 2002) no sentido amplo do termo. Importante notar que não se trata de uma citação ao léu, pois se refere à Clastres (CLASTRES, 1985), bastante conhecido pelo viés crítico libertário sobre o pensamento político e crítico das perspectivas marxistas na Antropologia (CLASTRES, 1978). Todos esses elementos contribuíram para a reunião de intelectuais e centros em sintonia política diante da realidade objetiva brasileira, assim como também, de repulsão política e de desentendimentos possíveis.

Para catalisar essa aglutinação durante a constituição histórica do CEIMAM dois instrumentos foram bastante importantes: O encontro Ameríndia e a Fundação Araporã. Acreditamos que uma análise mais detida a esses dois instrumentos aglutinadores é necessário para que possamos entender a contribuição do CEIMAM para a história indígena.

O encontro anual promovido pelo CEIMAM, Ameríndia, deve ser entendido como um dos fortes instrumentos do Centro de Estudos para a permanente aglutinação de intelectuais engajados, sob algum aspecto à questão indígena. Assim como ocorre em outras instituições, como associações, sindicatos e partidos políticos - respeitando as singularidades estatutárias - o encontro Ameríndia se apresenta como um dos momentos mais importantes para a aglutinação de intelectuais promovida pelo CEIMAM de modo semelhante aos congressos e convenções institucionais.

A importância dada aos encontros, congressos e outros gêneros de reuniões coletivas a fim de se debater um determinado tema, em pauta em determinada instituição, é de elevado significado para o desenvolvimento de deliberações críticas ou apologéticas,

³⁸ Texto integral do editorial.

³⁹ Sobre o “político” e a “política”, Marx apresenta uma nodal contribuição crítica à esses conceitos em “*A Miséria da Filosofia*”. Marta Harnecker também apresenta suas contribuições no trabalho orientado por Luis Althusser, “*Os conceitos elementais do materialismo histórico*”, primeira edição em português em 1973, embora seja bastante criticado hoje, grande parte da geração de 70 e 80 possui uma histórica diante desta leitura no Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e outros países.

que visam a cristalizar uma determinada situação política, ou mesmo, que visam o questionamento crítico e a superação de dada situação política.

O encontro Ameríndia possui uma singularidade marcante em relação a boa parte de outros encontros institucionais. Nele, o objeto de pauta, ou seja, o assunto problematizado, é partícipe direto, é interlocutor, não simples objeto tal como concebe o historicismo⁴⁰. A singularidade que nos demonstrou a pesquisa é a de ser o Encontro do CEIMAM um espaço onde os intelectuais, no sentido gramsciano, participam do debate de modo a criar possibilidades em que seus participantes possam se expressar de forma crítica diante da questão central. E para o Centro de Estudos, a questão central é a questão indígena.

Desde o primeiro encontro no ano de 1982, no mês de abril, no qual nasce o Kurumim (CEIMAM), esta singularidade se mostra presente. Para que fique bem claro, nos referimos aqui a participação de parcela dos povos indígenas, que de problemática em pauta, passam à debatedores de suas problemáticas pautadas. Há, como caráter marcante na construção do CEIMAM, esta relação direta com os povos indígenas. Que, ao invés de serem apontados como simples objetos, são entendidos e solicitados como grandes e singulares conhecedores de seus problemas diante o Estado-nação.

A participação de lideranças indígenas nos encontros anuais contribuem para que as problematizações acerca da questão indígena no Brasil sejam entendidas de forma mais realista, objetiva, e que, os encaminhamentos sejam desenhados em parceria com seus agentes diretos: os próprios povos indígenas.

Este tipo de interlocução promovida pelo CEIMAM também deve ser entendida como proporcionadora de experiências múltiplas aos seus intelectuais organicamente em construção. Tem-se, desta forma, a abertura de uma chave dialógica onde se concretiza de forma objetiva a relação do sujeito e do objeto, sem negar o caráter subjetivo. Numa palavra, desenvolve-se um canal direto entre intelectuais do CEIMAM e povos indígenas, através de seus representantes. Um fenômeno crucial para podermos sistematizar a relação do Centro de Estudos e a sua contribuição para a História, mesmo que parcelar, dos povos indígenas no Brasil e América Latina, especialmente o povo Terena.

⁴⁰ Retomamos aqui o debate apresentado na página 29 de nossa dissertação, quando da seção *2.1 O objeto e a história do tempo presente*. Aqui nos referimos ao primeiro momento do historicismo alemão emblematicamente na figura de Leopold Van Hanke.

Ameríndia, deve ser contextualizada politicamente para entendermos melhor a sua importância na década de 80, pois com este Encontro, tornava-se possível um espaço de crítica ao direcionamento político do governo em relação aos povos indígenas e as políticas repressoras aplicadas através do Estado policial. Cabendo, anualmente, a promoção de um espaço de aglutinação e questionamentos ao indigenismo de Estado; ao capital, através de seus agentes, e mesmo, de questionamento a abertura política em 1985, não poupada pelo CEIMAM através de suas publicações.

Outro fator importante acerca do Encontro do CEIMAM é o elemento de canalização inter-institucional, uma vez que se prestava a participação de membros de outros grupos, universidades e movimentos, dispersando assim as proposituras do CEIMAM em sintonia com a luta em defesa dos povos indígenas desenvolvidas pelo CIMI e a UNI. Todavia, é importante frisar que o engajamento do CIMI, UNI e CEIMAM não se dava de forma individual e aqui entendemos se tratar de um grande movimento composto por líderes indígenas e não indígenas. Uma expressão dos movimentos indígenas que buscavam aglutinar e aglutinarem-se para fortalecer o movimento político que, assim como outros movimentos, progressistas ou radicais, não eram reconhecidos pelo governo militar.

Com o passar dos anos, Ameríndia, assim como a publicação Terra Indígena, passa a receber uma outra configuração, marcadamente acadêmica, divulgando uma série de pesquisas, mas não perdendo a singularidade que a diferenciava dos demais encontros institucionais, ou seja, manteve-se a participação direta de representantes dos povos indígenas. Era necessário deixar de ser um Grupo de Estudos (G.E.I. Kurumim) para se adequar às necessidades através de um Centro de Estudos Indígenas (CEIMAM).

Realizado anualmente, Ameríndia continua existindo como instrumento catalisador de intelectuais engajados em relação à questão indígena, promovendo o contato entre pesquisadores, alunos, professores e representantes indígenas através da divulgação de pesquisas que envolvem determinados povos, através do debate público de assuntos referentes a identificação de terras indígenas e seu reconhecimento pelo Estado, ainda, através de comunicações críticas acerca do direcionamento da política indigenista de Estado, do indigenismo comercial promovido pelas grandes empresas representantes direta do capital, e, através de sua singularidade: com a participação dos povos indígenas na abordagem de seus problemas diante da realidade concreta.

Ainda sobre a aglutinação de intelectuais promovida pelo CEIMAM⁴¹, temos como importante instrumento de catalisação de intelectuais a Fundação Araporã.

Fundada em 1992, por intelectuais ligados ao CEIMAM através do vínculo institucional, e, principalmente, pelo contingente de egressos do Centro de Estudos que deixaram de possuir tal vínculo que obrigatoriamente deveria, assim como hoje, estar de acordo com as disposições da FCL de Araraquara, ou seja, fazer parte orgânica da instituição universitária para ser considerado como parte formal do CEIMAM, a Fundação passa a ser, institucionalmente, o elo de ligação entre esses intelectuais com o seu local de atuação (CEIMAM), extensivo à outros grupos ligados a questão indígena, não limitando-se ao Centro de Estudos M. A. M. como apontam as fontes documentais analisadas.

Diante deste quadro, vejamos alguns apontamentos estatutários da Fundação Araporã, especificamente no capítulo I:

“Artigo 1º- A FUNDACÃO ARAPORÃ é pessoa jurídica de direito privado, destinada a fins de interesse coletivo, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, regendo-se pela legislação aplicável e pelas normas deste Estatuto” (ESTATUTO ARAPORÃ, 1992:01).

E, ainda no mesmo capítulo, sobre a extensão de suas atividades: *“Parágrafo único - A FUNDACÃO ARAPORÃ poderá estender suas atividades a outras Unidades da Federação, ouvido o Ministério Público para cada uma delas” (ESTATUTO ARAPORÃ, 1992:01).* Desta forma, nitidamente empenhada em esclarecer o seu caráter formal, o grupo de fundadores acabam por ocultarem o nodal motivo de fundação da Araporã, ou seja, de integrar os intelectuais, organicamente desvinculados à FCH da UNESP de Araraquara. Todavia, a prática da Fundação, extremamente próxima ao CEIMAM, juntamente com as interlocuções de trabalho de campo, nos conduziram a inferir que o motivo nodal do surgimento da Araporã está intimamente ligado à necessidade vincular de membros “despatriados”⁴² pela UNESP, ao lado de outros importantes membros ligados à outras instituições e que juntamente se viam, organicamente, impedidos de atuarem no CEIMAM.

Para entendermos o *religare* entre a Fundação e o CEIMAM, seus fundadores

⁴¹ Encontramos um referencial no sítio eletrônico da FCH sobre o CEIMAM onde se refere á um Simpósio anual sobre o mito, mas apenas neste sítio. Não encontramos em nossas fontes documentais nenhum tipo de referência sobre este Simpósio, nem mesmo quando perguntado para a maior parte de nossos interlocutores.

⁴² “Despatriados” talvez seja uma expressão um pouco exagerada, mas simboliza bem a situação daqueles que participavam, e, formalmente, não poderiam mais ser reconhecidos como membros partícipes. Sendo, a mesma situação, a realidade objetiva daqueles intelectuais que atuavam a partir de outras instituições, sejam elas centros e grupos de estudos, associações indígenas e comunidades em geral.

acabaram por moldarem os objetivos da Araporã similarmente aos do CEIMAM, que naquele momento histórico (1992) não os religava apenas ao Centro de Estudos de Araraquara e sim a um quando mais amplo de interlocuções possíveis.

Importante observar que ao religarem-se (os membros da Fundação) ao CEIMAM, proporcionavam também, não somente aos egressos do antigo Kurumim/CEIMAM, uma ligação direta, via institucional formal, mas ainda, de lideranças indígenas, membros de associações, faculdades, institutos e universidades, que, até então, estavam privados da participação formal como membros do Centro de Estudos M. A. M. e que agora, através de estabelecimentos de *parcerias*, poderiam estar institucionalmente interligados, acerca das possíveis contribuições sobre a questão indígena.

A criação da Fundação Araporã, nesta forma que postulamos, apresentou-se de grande valia para a ampliação dos intelectuais ligados ao CEIMAM diante da política, dando continuidade a aglutinação catalisadora de propostas e vieses diversos no que se refere à contribuição acerca da questão indígena na América Latina. Uma forma legal diante do Estado de direito e bastante avançada de atender as necessidades de crescimento daquilo que se iniciou sem muitas pretensões em abril de 1982 e que já em 1992 se constituía em um espaço responsável por contribuições à História Indígena, especificadamente, sobre os Terena do MS.

Foi neste contexto histórico, que até este momento do capítulo inicial nos preocupamos em situar, que parte dos intelectuais do CEIMAM debruçaram-se sobre o povo Terena. Como apontamos inicialmente, trata-se de uma paisagem complexa, de celebrações e críticas, de organizações e lutas diversas, sejam elas fenomênicas ou não. O que dá, todavia, a pesquisa, a busca de uma perspectiva ontológica para o que se constituiu, nomeadamente, como o Centro de Estudo Indígenas Miguel Angel de Menéndez. A busca de um entendimento possível de nosso objeto, distante desta preocupação ontológica de base marxiana sobre o CEIMAM e a sua contribuição para a história Terena, poderia nos proporcionar uma boa redação ensaística, mas jamais um trabalho que, mesmo simplesmente, pudesse inferir criticamente sobre o objeto de modo a contribuir e avançar para o entendimento da contribuição de um grupo de intelectuais.

Assim, caminhamos para o capítulo segundo, onde nos deteremos à produção de parte desses intelectuais do CEIMAM, especificamente, sobre “*a produção do CEIMAM acerca do povo Terena do estado do Mato Grosso do Sul e sua relação diante da política*”.

Reafirmamos, não se trata aqui de objetivos memorialistas e sim de uma análise crítica sobre as contribuições do CEIMAM, procurando sistematizar suas preocupações temáticas e vieses teórico-metodológicos diante da política. Ocuparemos-nos de publicações, dissertações e teses construídas por pesquisadores que por um aspecto histórico, foram germinados, parcialmente, quando não, plenamente, pelo CEIMAM, especificamente pela primeira geração que possui com emblemáticos fundadores, primeiro, a professora Silvia de Carvalho e depois, o professor Miguel Angel Menéndez.

1.7 Aportes acerca do debate a partir da academia

A escrita da história na América está vinculada a um conjunto bastante amplo de perspectivas analíticas. Ao refletirmos sobre esse processo, o tradicionalmente conhecido como “contato”, é possível observarmos o complexo heterodoxo de perspectivas mencionadas, detidamente em suas manifestações da escrita (TODOROV, 1988:178). Vão desde os textos de viajantes, tentativas de tratados, encíclicas, acordos, relatórios, poemas, e, mais recentemente, se pensarmos o século XIX e XX. Evidentemente, essas perspectivas marcam o desenvolvimento do processo histórico a partir do *locus* de onde se escreve, de onde se produz a escrita, seja o viajante e mesmo o historiador profissional do século XX.

Esse campo de perspectivas da escrita da História possui em comum a existência de sujeitos capazes de objetar, conjecturar, e, em suas capacidades de objetivação, transformarem o movimento de acordo com a anatomia político-social do momento que existem como seres históricos reais. Admitindo desta maneira, a escrita ocupa um espaço de poder, representada por aquele que escreve sobre algo ou alguém. Esse sujeito que escreve não está descolado de perspectivas marcantes de comunidades políticas da qual pertence ativamente, ou de que é simpatizante. Assim a construção da escrita se dá a partir da formação, dos contornos de sua anatomia política e social, representando o lugar social a que pertence e se identifica (classe ou fração de classe).

No desenvolver da pesquisa procurou-se entender o CEIMAM e seus intelectuais em um aspecto coletivo, não nos interessando promover um estudo de caso personificado, mas sim, entender a inferência que faz esses sujeitos do objeto diante de uma problemática elencada como centro de preocupações. Com efeito, quando ideamos o termo grupo, o fazemos no sentido de serem grupos de trabalhadores intelectuais, no sentido atribuído por

Gramsci. Desta maneira, ao conceber a existência de intelectuais que agem, escrevem e inferem a partir da anatomia que são ligados, e, mesmo aquela que se entende como partícipe por identificarem-se politicamente, procuramos também apresentar, mesmo que no sentido de suaves contribuições, a importância deste diante da totalidade política, social, econômica e cultural, presente em toda a América. Diante desse processo histórico, ou ainda, diante da constituição histórica da totalidade como categoria formadora do ser, foi que postulamos a possibilidade de entendimento sobre os intelectuais, a política e suas perspectivas.

O indigenismo oficial americano possui uma marca bastante violenta durante a construção dessas perspectivas políticas. Principalmente se levamos em consideração que grande parte da historicidade construída e publicizada, fora em sua maior parcela, um constructo desses intelectuais socialmente estabelecidos e que pouco, e mesmo nada, acrescentaram às perspectivas daquilo que fora entendido e tratado, epistemologicamente como objeto de investigação, quando da perspectiva filosófica do positivismo. Quando não, da perspectiva memorial e folclórica acerca da historicidade terceira, ou seja, quando das visões ou olhares pós-modernos estrangeiros sobre os povos americanos.

A constituição deste quadro conservador não se fez em absoluto sem dividir espaço com movimentos de resistência étnica e de classe. Sobre a resistência e a preocupação dos movimentos dos povos indígenas na América, um elemento nodal ganhara força diante das perspectivas ameríndias: a resistência étnica e a resistência de classes. Aqui os sujeitos são outros, nos referimos aos povos indígenas e não-indígenas, que juntos buscavam consolidar a resistência através das próprias ferramentas dos donos dos meios de produção (donos das olarias). Marcando o papel de intelectuais (indígenas e não-indígenas), preocupados em fortalecerem um movimento diante da perspectiva política do indigenismo oficial, visivelmente fracassado, especialmente no caso brasileiro dos anos 60, com a extinção do SPI e criação da FUNAI. E, posteriormente, a crise deste último, que viera se constituir em um palco já crítico das perspectivas da política indigenista, e que, sobretudo, contribuía para a elaboração de sua antítese. Como antítese, nos referimos ao processo engendrado a partir das comunidades dos povos indígenas na América e com forte apoio de intelectuais do tipo acadêmicos e ainda instituições outras, como as que apresentamos em seções anteriores deste capítulo da pesquisa.

Ainda sobre esse debate na América, no que tange a preocupação empírica extremamente vinculada as necessárias abstrações sobre nossa visão para o fenomênico,

seria bastante emblemático a publicação apresentada ao público brasileiro a partir da organização de Edgar Assis Carvalho e Carmem Junqueira nos anos iniciais da década de 80, sob o título “*Antropologia e Indigenismo na América Latina*” (ASSIS DE CARVALHO; JUNQUEIRA, 1981). Evidentemente, outros autores⁴³ nos apresentam um panorama das discussões promovidas durante a passagem dos anos 60 ao 70 e ainda dos anos 80 aos 90, este último bastante marcado pela ação de um Estado postulador em uma perspectiva neoliberal e visivelmente descomprometido com as classes no que tange á problemas básicos, e, de direito, mesmo daqueles despossuídos de propriedades produtoras.

Sobre o trabalho organizado por CARVALHO& JUNQUEIRA (1981), podemos identificar a preocupação em apresentar parte do debate acerca dos povos indígenas na América Latina diante do impacto das frentes de expansão do capitalismo, produtor de riquezas e também de um alto custo em vidas. O livro apresenta alguns apontamentos do que se convencionou entender como questão indígena na América, através de interlocutores de outros países do continente. Verifica-se a pluralidade de perspectivas, ao disponibilizarem um conjunto de artigos apresentados durante os anos 70 e na passagem para os 80. Evidentemente nos referimos à apenas uma ponta do *iceberg* se levarmos em consideração as publicações, que desde os anos 70 até 2009, apresentam, indiscutivelmente um grande fluxo editorial sobre o assunto. Basta conferir a bibliografia disponível na rede mundial de computadores de trabalhos diversos sobre os povos indígenas, evidentemente, há que se levar em consideração a qualidade destas produções disponíveis para a sociedade do mercado.

A perspectiva dos organizadores deste trabalho (CARVALHO& JUNQUEIRA, 1981) ao público brasileiro se assenta diante os desdobramentos da economia de mercado capitalista, uma vez que buscam a construção de uma perspectiva materialista dialética de entendimento diante da realidade fenomênica e o funcionamento concreto das políticas estatais malabaristas para com as necessidades dos povos indígenas diante das classes detentoras dos meios de produzir. Certamente, nos remetemos á uma perspectiva interpretativa da questão indígena que no Brasil recebera uma série de críticas por postular uma espécie de história indígena marxista diante da historicidade que se construía,

⁴³ Certamente o quadro de autores não é pequeno, porém, se faz importante citar ainda Curt Nimuendajú, Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Fernando Altenfelder, João Pacheco de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha, Dominique Galois, John Monteiro, Ronaldo Vainfas, entre outros, sempre levando em consideração a diversidade de suas perspectivas teóricas e metodológicas diante das discussões promovidas.

principalmente nos anos 80. Reconhecemos a existência de um debate crítico ao redor desta perspectiva, em especial após a publicação de “*Alternativa dos vencidos*” tese de doutoramento de Edgar de Assis Carvalho em 1979 pela Editora Paz e Terra no Rio de Janeiro. Durante as interlocuções no desenvolvimento da pesquisa, identificamos esse debate crítico entre nossos interlocutores, membros do CEIMAM e entre intelectuais ligados de alguma forma a UNESP de Araraquara. Parte de seus críticos apontam a instigante perspectiva da *Alternativa dos Vencidos* para aquela conjuntura política durante os anos 80, mas a identificam também como uma análise superficial acerca do povo Terena. Considerou-se que Carvalho (1979) se deteve apenas aos Terena de São Paulo, ainda assim de uma forma bastante rápida no que se refere aos trabalhos de campo entre as comunidades indígenas, o que redundaria como síntese, uma análise frágil da situação desse povo diante da sociedade envolvente.

Concordamos até um dado momento com as preocupações críticas sobre a perspectiva materialista histórica de uma construção de história e postulamos também a necessidade de interlocuções sólidas para um inferir criticamente diante de uma totalidade historicamente constituída. Porém, ao elencarmos as contribuições de Assis de Carvalho como constante no quadro de nossas referências bibliográficas, o fazemos bastante conscientes da necessidade de retomar o debate materialista histórico e dialético. Com efeito, quando levamos em consideração a existência de uma tradição marxista composta de vulgarizações da proposta marxiana nos preocupamos com o reducionismo que pode se direcionado a proposta de uma base ontológica do ser desenvolvida nos textos autógrafos de Marx e que entendida nesta pesquisa como vital para a superação do modo de produzir na sociedade de classes antagônicas.

Entretanto, abster desta perspectiva, na construção da escrita da História, uma vez que entendemos ser o funcionamento da economia política, detidamente, a dinâmica do modo de produção capitalista, a personificação das esfinges que nos agonizam, essa atitude poderia significar o distanciamento de uma perspectiva metodológica (MARX, 1978:116) que postula o entendimento através da lógica dialética como ferramenta cognitiva de entendimento das manifestações fenomênicas do ser (indígenas e não-indígenas).

Tal perspectiva, a lógica dialética, não anula o conjunto temático de abordagens sobre a questão indígena na América Latina, pois, com efeito, oportuniza a partir de situações fenomênicas da política indigenista, uma crítica, que, por força metodológica (MARX, 1978:116), deve dialogar com outras perspectivas de entendimento da política na

sociedade de classes. Exemplo emblemático desse fator é o próprio diálogo apresentado na organização do livro ao lado de Carmem Junqueira em 1981, onde figuram autores com perspectivas múltiplas de análise e interpretação na composição da coletânea organizada em parceria com Edgar Carvalho.

Apresenta-se uma perspectiva plural no entendimento da política indígena dialogando de forma dialética quanto a falência das políticas desenvolvidas pelos Estados, distante das representações políticas dos próprios povos indígenas, não reconhecendo, durante absoluta maior parte de sua historicidade, as organizações políticas dos povos indígenas. Assim, procedemos à pesquisa a partir de uma perspectiva, tendo-a como ponto de deslocamento para o debate e construção de parte do entendimento da constituição da contribuição do CEIMAM para a história indígena, em especial dos Terena do MS.

Diante deste contexto de interlocuções na América indígena, composto por representantes dos povos indígenas e não-indígenas, engajados na conquista e defesa dos direitos propostamente democráticos nos Estados americanos, envergava-se uma série de organizações e movimentos indígenas que buscavam a continuidade da construção de sua historicidade cada vez mais marcante em detrimento do decadente indigenismo de Estado, detidamente no Brasil.

Em 1985, no Brasil, Roberto Cardoso de Oliveira, apresenta ao público “*A Crise do Indigenismo*”, pela editora da Unicamp. Trata-se de um conjunto de artigos, conferências e entrevistas (do autor) que nos remete a passagem dos anos 70 aos 80 e que contribui, ao lado das vozes dos movimentos indígenas, para uma crítica nodal da política do Estado e a perspectiva política daqueles que postulavam a organização de uma política indígena de cunho ativo diante das decisões governamentais.

Constituída a importância referencial que se fazia os trabalhos de Cardoso sobre os povos indígenas no Brasil, este pequeno livro de 1985 vem fazer coro com preocupações anteriores a ele, ao lado de um conjunto de autores, que a partir da academia, buscavam inferir de forma crítica nas perspectivas políticas do Estado postulado como democrático por parte de seus agentes governamentais, além de expressiva parcela da sociedade civil.

Neste contexto, em meados dos anos 80, representa um papel significativo diante da política a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sob a presidência de intelectuais acadêmicos bastante ligados ao grupo de Araraquara, detidamente: Roberto

Cardoso de Oliveira (1984-1986)⁴⁴ e Manuela Carneiro da Cunha (1986-1988). A ABA representava nesta paisagem, “uma instituição de prestígio intelectual e consolidada” em pilares políticos diversos através dos seus membros, além de postular a posição de ser “a mais antiga associação científica do país na área das Ciências Sociais comprometida com a política educacional e os direitos humanos”, postulando ainda um posicionamento político desprovido de linhas político-partidárias (ESTATUTO, 2007). Referimo-nos aqui a uma instituição bastante plural e composta de uma série de relações de poder durante a composição de sua história. Todavia, durante a pesquisa, procuramos nos deter aos elementos sensíveis capazes de contribuir diretamente acerca do entendimento de nosso objeto de pesquisa, não promovendo a exegese dos quadros (grupos) políticos e suas perspectivas na Associação durante as décadas de 50 ao nosso tempo presente, mesmo diante de suas teses postuladoras da política da paz humanizadora⁴⁵.

Considerar a ABA durante os anos de 1984 a 1988 foi-nos vital para podermos entender a importância desta Associação no sentido de promover o complexo de interlocuções a partir das produções acadêmicas em suas comunidades políticas diversas, indígenas e não-indígenas. Aqui, diante deste complexo, identificamos a interlocução dos intelectuais de Araraquara com os demais intelectuais ligados as Ciências Sociais, para além do Brasil, principalmente durante as presidências de Roberto Cardoso de Oliveira e Manuela Carneiro sempre presente nos referenciais dos intelectuais do CEIMAM.

É possível evidenciar nas publicações do CEIMAM, e ainda, nas produções acadêmicas de seus intelectuais, a constante referência aos trabalhos de Cardoso de Oliveira (evidente em toda literatura etnohistórica, em especial sobre o povo Terena), sendo também o ponto de partida, para a primeira geração do CEIMAM no que tange aos primeiros estudos e contatos com o povo Terena no Estado de São Paulo e no Mato Grosso do Sul, como apresentemos anteriormente, quando do depoimento de Silvia de Carvalho em nosso trabalho de campo no ano de 2008 em Araraquara⁴⁶.

Como elemento constitutivo do debate que nos propomos nesta pesquisa, a interlocução do grupo de Araraquara com a ABA (além das demais instituições já

⁴⁴ Importante notar sobre Roberto Cardoso de Oliveira, a participação deste na ABA desde a década de 50, participando do quadro dirigente ainda nos anos de 1955 a 1957, e, ainda, de 1963 a 1966.

⁴⁵ É notório o verdadeiro estado de guerra travado entre os intelectuais da ABA para a consolidação de suas perspectivas políticas e teórico-metodológicas diante da história da instituição.

⁴⁶ Referente a participação e comunicação proferida no Congresso Ameríndia de 2008, realizado na atual sede do CEIMAM, município de Araraquara – SP.

apresentadas) nos possibilitou melhor entender o tipo de vínculo interinstitucional que se construía durante os anos 80 e início dos 90, ao nos reportarmos a questão das movimentações políticas promovidas pelos intelectuais de Araraquara diante desta paisagem histórica do indigenismo e da história indígena na América.

A síntese mais sensível deste longo período de interlocuções do CEIMAM com outras instituições pode ser localizada, de modo fenomênico, durante os anos iniciais da década de 90, culminando em 1992, na publicação de um trabalho coletivo sobre história indígena no Brasil, marcando a paisagem histórica que nos referimos durante toda a dissertação, no que se refere ao conjunto editorial sobre a questão indígena no país. Com efeito, na passagem dos anos 80 aos 90, como resultado dos trabalhos do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP (NII/USP), uma nova perspectiva é consolidada e apresentada em: *História dos Índios no Brasil* (CUNHA, 1992), coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha. O NHII fora fundado em 1990 por Manuela Carneiro, portanto neste contexto histórico de consolidação de novas perspectivas diante do processo democratizante da política, iniciando uma década de novos posicionamentos políticos governamentais, pautado pela agenda neoliberal e com forte vínculo ao novo tipo de indigenismo, também conhecido por alternativo. Buscava-se, ao lado de outros intelectuais de outras universidades paulistas, uma interlocução a partir do NHII que fosse capaz de promover uma nova perspectiva sobre a história indígena e do indigenismo no país⁴⁷.

O trabalho organizado por Cunha foi constituído por colaborações de 27 pesquisadores que se debruçaram em diversas áreas como história, antropologia, lingüística e arqueologia, além da participação de outros pesquisadores na organização de mapas, edição entre outras instancias de organização e divulgação do trabalho. A coletânea passou a ser um grande referencial sobre a história indígena no Brasil a partir da sua publicação nos anos noventa e até hoje está entre os maiores referenciais bibliográficos e não seria exagero postulá-la como a principal produção do gênero. Do conjunto de autores, destaca-se a participação de intelectuais ligados ao CEIMAM, através destas instâncias de organização como a de Edmundo Peggion (mapas das etnias e índices); Paulo Santilli, *Estado de sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco*; Miguel Angel Menéndez, *A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas* e

⁴⁷ Localizamos estas informações sobre os objetivos do NHII da USP em seus documentos, disponibilizados através do sítio eletrônico <www.usp.br/nhii/historico.htm>.

Silvia M. Schmuziger Carvalho, *Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense* (CUNHA, 1992: 267-281-457). Destes, quatro dos intelectuais elencados ocuparam, desde a década de 80 até o presente, um papel na direção do CEIMAM, sendo, no caso de Silvia Carvalho e Miguel Menéndez, intelectuais emblemáticos da historicidade do grupo de Araraquara, entendidos como membros fundadores, e, o mesmo no caso de Paulo Santilli e Edmundo Peggion, também dirigentes do CEIMAM em décadas posteriores.

Identificamos através das bibliografias utilizadas nos boletins e ainda nas produções acadêmicas da segunda geração do CEIMAM, a presença de nomes bastante próximos as perspectivas de abordagem dos intelectuais de Araraquara e que também participaram da produção deste trabalho que vem a baila no ano de 1992, intelectuais emblemáticos como emblemático, é o caso da própria organizadora do livro em tela, Manuela Carneiro (TERRA INDÍGENA, 1984:03), entre outros, marcantes nas publicações periódicas e produções acadêmicas do CEIMAM. Constatamos também a realização no ano de 1989 de constantes debates na FFLCH sobre história indígena com os autores, contando ainda com a participação de outros intelectuais, embora isso não figure no corpo do trabalho publicado, e, entre os intelectuais diretamente ligados ao CEIMAM. E, envolvido no debate sobre a consolidação de uma nova perspectiva de história e antropologia está Niminon Suzel Pinheiro⁴⁸, que ao lado dos demais intelectuais de Araraquara, promovia a movimentação interinstitucional do trabalho.

A apresentação de Histórias do Índios do Brasil é organicamente constituída por dez momentos estruturais, onde a autora expõe o caráter, juntamente à apresentação de algumas problemáticas fundamentais que foram verificadas no interior da proposta em colaboração com outros profissionais das Ciências Humanas. Assim, notadamente, falamos de um trabalho de caráter multi, inter e transdisciplinar para a ciência histórica no Brasil, além se possuir um caráter interinstitucional, envolvendo as universidades públicas.

⁴⁸ Niminom Suzel Pinheiro é etno-historiadora e sua produção intelectual possui vínculos fortes entre os Kaingang no interior de São Paulo e os Guarani com os quais trabalha na identificação, no mesmo Estado. Pinheiro foi a primeira interlocutora que tivemos no desenvolvimento dos contatos de campo realizados em Araraquara em 2008. Em período anterior, Niminon S. Pinheiro foi bastante responsável pela nossa aproximação da bibliografia etnohistorica, ainda no ano de 2000, quando da leitura de seus trabalhos, publicados no boletim Terra Indígena, e, ainda, sua pesquisa de mestrado sobre os Kaingang, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UNESP de Assis-SP. Importante notar que Niminon é membro fundadora da Fundação Araporã em 1992.

A introdução do trabalho se inicia apresentando a visão adâmica dos portugueses na América, sendo estes identificados como o “*Adão*” do Novo mundo. Trata-se da tentativa de apropriação do território através de nomeações das realidades geográficas identificadas pelos portugueses ainda de início. Sobre as origens, o texto recua no espaço cronológico, utilizando-se da Arqueologia Americana, em especial os trabalhos desenvolvidos por Niéde Guidon no Nordeste brasileiro. Apresenta ainda outros pesquisadores que propuseram outras teorias para a ocupação do continente, muito antes dos portugueses se constituírem um império no Atlântico, sendo a ocupação continental, um fenômeno histórico muito anterior à política mercantilista do século XV e XVI.

Sobre a presença da história indígena, Cunha nos alerta do pouco que se sabe realmente. Assim mesmo a autora deixa claro que partindo do que não sabemos, já possuímos um bom quadro para tentar entender bastante coisa sobre a história ameríndia, mesmo este bastante sendo minúsculo diante de toda ignorância sobre os milhares de anos de organização da cultura no espaço que hoje bem entendemos como continente Americano. Neste contexto, a *Introdução* nos apresenta ainda sobre essa temática, a armadilha do primitivismo do qual muitos podem se deixar levar, crendo que a cultura desenvolvida na América se enquadra em um esquema de inferioridade diante da cultura europeia. De acordo com Alfredo Bosi (1998, 11- 63), não existem culturas superiores ou inferiores, pois em suas singularidades, as culturas atendem as necessidades de um grupo ou sociedade, assim, são apenas diferentes⁴⁹. Outro problema sobre a “estranha” história americana antes dos europeus é o conceito de isolamento, uma vez que a mobilidade sempre fora uma marcante característica de boa parte dos grupos étnicos na América. Sobre a mortandade e a cristandade, Cunha nos apresenta uma análise instigante, identificando a taxa de mortalidade não apenas as guerras e doenças. A autora articula estes fatores genocidas ao projeto missionário que ao provocar uma certa concentração populacional em um espaço geográfico específico, acabara por constituir-se em um dos elementos importantes para entendermos os genocídios dos povos americanos. As missões religiosas, ao concentrarem a população para a catequese, além de propiciarem um “alimento” farto aos bandeirantes, também contribuíram para a proliferação das doenças, matando muito mais que a lâmina espanhola e portuguesa.

Sobre a população americana antes da invasão europeia, não encontramos um consenso, como apresenta Carneiro da Cunha. Provavelmente os censores sejam unânimes

⁴⁹ Uma inferência pouco verificável no que tange ao elemento econômico.

de que a dizimação e depopulação fora violenta, numericamente alta e rápida, durante o projeto colonizador. Acreditamos ser importante notar que ao apresentar-se o genocídio, seja também necessário notar que a resistência dos povos indígenas se fizera presente neste processo, pois, do contrário, cairíamos na vala da passividade dos povos indígenas na América, o que está muito distante da realidade.

Ao abordar sobre a política indigenista a autora a identifica como sendo aquela política desenvolvida sem a participação efetiva das populações indígenas, que ironicamente, são objeto principal deste tipo de política. Insuficiente, evidentemente. Mas assim mesmo sendo, esta política indigenista, seja a salvacionista religiosa ou a paternalista estatal, foram as hegemônicas durante o processo histórico da constituição de uma integração que nunca ocorrera de fato. E não poderia ser diferente, levando em consideração a unilateralidade da política do Estado.

Ainda segundo a autora, assim, diante desta realidade, constituiu-se outro conceito de política para os grupos étnicos: a política indígena. Esta, distante da visão etnocêntrica (de que os povos indígenas são seres primitivos e despreparados), passa a ter os grupos étnicos frente às ações e reivindicações no Estado constituído, contando ou não com o apoio de não-indígenas. Neste momento, poderíamos pensar que é nesta exata paisagem que os povos indígenas passaram a serem participantes, agentes, e, se assim for, continuaremos distantes da realidade, pois nunca os povos indígenas deixaram de ser agentes de sua história, nunca deixaram de resistir e de se organizar. Trata-se de um momento desta história em que os elementos políticos, juntamente com a práxis dos povos indígenas se relacionaram visando uma política indígena de maiores efeitos no Estado constituído.

Assim, Manuela Carneiro da Cunha nos apresenta a *Introdução* do trabalho que será concebido como um dos melhores referenciais da história indígena ou nova história indígena no Brasil. A autora conclui a *Introdução* de História dos Índios do Brasil, nos apresentando um escopo do livro, onde desenvolve uma série de agradecimentos aos envolvidos no projeto organizado desde 1989, dando destaque a pesquisa iconográfica desenvolvida para o livro. E também presta uma homenagem póstuma ao colaborador Miguel Angel de Menéndez, membro do Centro de Estudos Indígenas (CEIMAM) da UNESP de Araraquara que em parceria, deu a sua última contribuição textual produzida sobre a história indígena no Brasil.

O trabalho de Carneiro da Cunha, desta forma, contribui para contextualizarmos a historicidade de nosso objeto de pesquisa. E, na busca de uma construção ontológica, entendermos a importância da existência de um espaço composto por intelectuais engajados diante da questão indígena, especialmente, em um local de perspectivas diversas sobre a política, e ainda, de formação de outros intelectuais preocupados com a história indígena Terena em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO DO CEIMAM ACERCA DO POVO TERENA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL E SUA RELAÇÃO DIANTE DA POLÍTICA

Neste capítulo procedemos à dissertação sobre o objeto em três seções, organizadas tematicamente e composta de subseções também temáticas. Na primeira seção, debruçamos sobre o boletim Terra Indígena, dando destaque às subseções.

Na primeira subseção tratamos das primeiras referências publicadas sobre o povo Terena. Na segunda a primeira interlocução entre os intelectuais e os Terena no Estado de São Paulo através do Relatório de Campo em seus diversos aspectos. Na terceira, a primeira interlocução entre os intelectuais e os Terena do MS através do relatório de campo, enfatizando a relação crítica dos intelectuais e a relação entre o econômico e a política diante do posicionamento crítico desses intelectuais. Na quarta, a segunda interlocução entre os intelectuais e os Terena no Estado do MS através do relatório de campo, especificamente sobre a política, vida religiosa, educação escolar, a relação dialética entre os aspectos políticos e econômicos, o caráter metodológico e sobre a população cidadina. Na quinta e última subseção, a bibliografia crítica sobre o povo Terena nas páginas do boletim Terra Indígena.

Encaminhando o capítulo tem tela, com a segunda seção temática, acerca da produção e publicação de uma *Bibliografia crítica sobre os povos Aruák do Mato Grosso do Sul e Grande Chaco*, entendida como de substancial importância para uma tradição de pesquisadores que se detiveram sobre os povos Aruák, detidamente, os Terena do MS. Procuramos ainda apresentar a terceira e última seção capitular onde nos preocupamos com as temáticas e perspectivas dos intelectuais do CEIMAM diante da política do Estado-nação.

2.1 O boletim Terra Indígena

O boletim “TERRA”, assim chamada hoje por membros do CEIMAM, é o instrumento de publicações do Centro de Estudos durante a maior parte de sua história. Antes de se chamar boletim Terra Indígena, o nome inicial fora Boletim Mensal, simplesmente fazendo alusão ao C. E. I. Kurumim, passando à Terra Indígena apenas posteriormente em 1984.

Nota-se uma espécie de evolução no Boletim, pois de um material desenvolvido de forma “artesanal”, com simples diagramações e que se buscava publicar textos apresentados em outros veículos de comunicação, passa a ter uma formatação cada vez mais aos moldes acadêmicos, como é possível identificar a partir das publicações de julho de 1984, e, com registro internacional a partir de 1988, voltada à publicação de artigos, abrigando colaborações de intelectuais de várias instituições do Brasil e do exterior.

O Boletim teve como um dos objetivos, ser uma publicação simples, que levasse informações sobre os povos indígenas do Brasil a alunos e professores da rede de ensino de Araraquara e região, mas por certo, seus objetivos foram ampliados e a preocupação didática passou a dividir espaço com a preocupação sobre divulgações de considerações políticas um pouco mais complexas⁵⁰ diante do contexto que se erguia a história do CEIMAM.

Desta forma o boletim Terra Indígena se constituiu em nossas principais fontes documentais, recortadas entre as publicações dos anos 1982 a 1992, que versam sobre os Terena do MS. Hoje a periodicidade da revista⁵¹ se encontra prejudicada, sendo a última publicação que tivemos acesso datando do ano 2001, identificando através das análises das fontes e depoimentos, a localização de uma contribuição de Grazielle Acçolini sobre a Guerra do Paraguai e os Terena datada do ano de 2002 (ACÇOLINI, 2002-n. 85) e uma terceira fonte eletrônica (EDMUNDO, 2006) que nos sinaliza uma datação mais recente apontando para a existência de uma 87ª Edição.

⁵⁰ A acepção de “complexas”, aqui, não vem no sentido de se remeter vulgarizando as preocupações anteriores do CEIMAM, mas sim, no sentido de se remeter à uma outra perspectiva, admitindo outra complexidade nem superior ou inferior e sim singulares, sendo ambas de relevância ontológica.

⁵¹ Nossos interlocutores se referiram durante o trabalho de campo a revista quando reportados ao boletim Terra Indígena. Entendemos que na última fase de Terra Indígena (1988-2000) o mesmo pode ser entendido como uma revista, tendo em vista sua composição e estética, apresentando registro (ISSN) tradicionalmente utilizados por revistas periódicas, sendo a sua constituição bastante representativa de um tipo específico de periódico revista desde o segundo decênio de 1980.

Em 2008, em interlocução de trabalho de campo com membros da primeira, segunda e terceira geração do CEIMAM, foi-nos informado a aspiração de um possível relançamento do boletim por parte dos mais novos membros, mas sem vistas concretas até o presente. Sobre a não circulação da revista, nossos interlocutores alegam ser a questão financeira a grande vilã, responsável pela não tiragem e sua atual paralisação, prejudicando em dada medida os objetivos publicitários do Centro no que tange a divulgação da questão indígena, seja no âmbito acadêmico ou escolar, de contribuição a socialização dos debates políticos.

Trabalhos como o de Tânia Regina de Luca (DE LUCA, 2005), nos orientaram sobre os trabalhos com as fontes documentais, especificamente os periódicos do CEIMAM, uma vez que o boletim Terra Indígena nos apresenta uma fusão híbrida entre textos jornalísticos, específicos e temáticos, sobre os povos indígenas. Esta característica é bastante marcante nos boletins iniciais no primeiro quartel dos anos 80, onde se identifica um conjunto de textos organizados por jornais de outras instituições que também se debruçavam sobre a questão indígena na América do Sul. Sendo, o jornal Porantim, e, ainda, informativos da Comissão Pró-Índio de SP, juntamente com deliberações da UNI, além das atividades do CEIMAM.

Como todo trabalho que conta com fontes documentais combinadas às bibliográficas e orais, a nossa análise se manteve preocupada em buscar entender o objeto diante da sua construção histórica para que não se detivesse no “olhar” romântico, apaixonado ou mesmo em uma perspectiva clínica positiva. Reconhece-se, como já apresentamos, a interpelação das fontes em seu caráter subjetivo e não o negamos, pois apenas assim é que pôde-se inferir criticamente no objeto.

Certamente, o discurso militante diante da política nas edições da primeira geração poderia nos entusiasmar colocando a pesquisa em um caráter simplesmente nostálgico diante das proposituras do CEIMAM. Mas a preocupação crítica para entender, concretamente, a contribuição do CEIMAM para a história indígena, nos determina alto rigor metodológico no trato das fontes; todavia, o *métier* do historiador não nos determina a ilusão de imparcialidade, seja ela crítica ou não. Numa palavra, reconhecemos a subjetividade das fontes documentais, assim como as demais fontes utilizadas na pesquisa, e, não nos assombra a sua existência, pelo contrário, postula-se que a identificação deste fator seja de valia para a relação dialética que se estabeleceu diante da confecção de investigação.

Uma década anterior à fundação do CEIMAM a utilização de jornais e revistas como fontes não era algo trivial ou mesmo merecedoras de detidas atenções para a produção historiográfica. Conforme Tânia de Luca: “*Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fontes para o conhecimento da história do Brasil*” (DE LUCA, 2005: 111). Por considerável período buscou-se evitar esse tipo de fonte para o trabalho historiográfico brasileiro, postulando-se que a subjetividade marcante e as ideologias de grupos comprometeriam os procedimentos analíticos. Uma preocupação bastante pertinente, caso todos os tipos de fontes não fossem portadoras de ideologias e sujeitas à subjetividade do próprio pesquisador (e das mesmas), sejam elas conservadoras ou reacionárias. Como no caso de periódicos administrados pela aristocracia e empresários em sintonia com o capitalismo liberal, ou, propostamente revolucionárias, neste último caso, como os jornais e revistas dos partidos comunistas no Brasil, entre outras instituições de representação de classe.

Sobre a questão da subjetividade diante de fontes impressas, a coletânea organizada em 2005 por Carla Pinsky, especificamente no texto de Tânia Regina de Luca, “*História dos, nos e por meio dos periódicos*” (DE LUCA, 2005:111- 153), faz-se um importante apontamento em sintonia com as preocupações metodológicas (MARX, 1978:116) de nossa pesquisa, ao se referir à tradição fortemente influenciada pelo positivismo:

[...] Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associado ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer a luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo (DE LUCA, 2005:112).

E, ainda continua:

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegando a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina (*Ibidem*).

Ao inquiri as fontes documentais, buscou-se entender suas possibilidades em um complexo dialético entre os caracteres objetivo e subjetivo, sempre buscando a compreensão possível de sua historicidade, territorialidade e objeto central, que, para o nosso estudo de caso sobre o CEIMAM são os Terena.

A revista Terra Indígena se apresentou como uma importante parte do espaço politizado do CEIMAM, lançando críticas a política, principalmente durante a década de 80 -como é apresentado no capítulo primeiro da pesquisa- funcionando também como elemento aglutinador de intelectuais comprometidos nos variados aspectos com a questão indígena.

[...] O historiador Jean-François Sirinelli bem observou que ‘uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade’, observação extensiva aos jornais. De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Por isso Sirinelli os caracteriza como um ‘ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum’ (DE LUCA, 2005:140).

Deste modo, nos preocupamos em identificar elementos que pudessem contribuir na utilização desse tipo de fonte, de maior grau na pesquisa, identificando “*cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, [...] os colaboradores mais assíduos, [...]*” que fornecessem “[...] *pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seu propugnadores*” (DE LUCA, 2005:140).

Entretanto, a pesquisa não se ancora de forma absoluta às fontes documentais (Boletins e Periódicos do CEIMAM), assim como a tradição positivista que deposita nos documentos chancelados a confiabilidade da verdade. Ao inferir no objeto, temos as fontes documentais como vitais, mas somente quando entendidas em rede e também em constante movimento analítico, ou seja, inter-relacionadas com os demais tipos de fontes históricas utilizadas neste trabalho: as bibliográficas (teses e dissertações) e orais (interloquções).

Ainda sobre as fontes, as orais, é necessário esclarecer nossa perspectiva acerca do conceito de interloquções ao invés de depoimentos e entrevistas. Depoentes, entrevistados, informantes, são categorias bastante carregadas de estereótipos na recente tradição com trabalhos orais. Procuramos não nos filiar aos que se utilizam destas categorias durante a produção desse tipo de fonte histórica, uma vez que se o fizéssemos, poderíamos ser enquadrados, erroneamente, em uma chave historicista inqueritorial com

efeito, uma perspectiva distante das nossas considerações sobre o conceituar de história oral.

No que tange aos trabalhos sobre memória e identidade de Michel Pollach (POLLACH, 1992); a história oral e seus vieses de Antonio Torres (MONTENEGRO, 1993); sobre a crise da memória de Ulpiano Bezerra (MENESES, 1999); Philippe Joutard acerca das metodologias da história oral (JOUTARD, 1996) e Joan Del Alcazar Garrido (GARRIDO, 1993) sobre as fontes orais na pesquisa histórica, vieram juntar-se a Janáina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (Amado & Ferreira, 1986), constituindo, assim, nossas referências mais emblemáticas sobre o conceituar da categoria de *interlocução* no desenvolvimento de nossas fontes orais durante a pesquisa.

Procuramos apresentar esta primeira seção do segundo capítulo sistematizando o boletim Terra Indígena durante os anos de 1982 a 1992, detendo-nos aos seus números referenciais ao povo Terena do MS, apresentando uma abordagem qualitativa da publicação e também uma série de quadros quantitativos que juntos possibilitaram uma melhor compreensão do periódico sobre o povo Terena no decorrer de sua trajetória histórica em um clima de contestações e perspectivas futuras acerca da política indigenista e da história indígena.

2.1.1 As primeiras referências publicadas

Em 1982, no primeiro ano de fundação, identificamos que o Boletim Mensal apresenta em agosto, um referencial ao povo Terena, coletivamente com outros povos indígenas do Brasil ao publicar matéria do jornal Porantim sobre o I Encontro Nacional dos Povos Indígenas realizado em Brasília em junho de 1982, onde três líderes foram escolhidos para representação nacional (anual) sendo um deste Mariano Marcos (representante Terena) (TERRA INDÍGENA, 1982:04 - n. 03). Importante notar que deste encontro participaram diversos povos de 48 nações, com 228 representantes deliberando três representantes, sendo um deles do povo Terena, fato que evidencia a influência terena na construção de uma política indígena singular a do Estado, e ainda, reforçando o povo Terena como emblemáticos (FERREIRA, 2002:51-75)⁵² diante as frentes de expansão do

⁵² Sobre esta questão, acerca do povo Terena como emblemáticos diante da política, ver a dissertação de mestrado desenvolvida Andrey Cordeiro Ferreira.

capitalismo⁵³. Todavia, trata-se de apenas uma citação onde o povo Terena passa para o rol de publicações do antigo Grupo de Estudos Indígenas Kurumim, atual CEIMAM de Araraquara⁵⁴. Um tipo de matéria que é bastante notória nos anos iniciais do Boletim, assim como apontado no capítulo anterior, tratando-se de uma publicação já apresentada ao público via veículo de comunicação social do CIMI.

No mesmo ano de 1982, outra sutil citação é apresentada, agora no boletim n. 06 de Novembro. Trata-se de uma representação de capa do boletim, onde figuram várias lideranças indígenas que compunham a diretoria atual (1982) da UNI, sendo presente o referencial aos Terena (Mariano Marcos) (TERRA INDÍGENA, 1982: n. 06)⁵⁵. Em um primeiro momento, uma citação bastante sutil, mas de forte impacto, já que apenas cinco lideranças são apresentadas como diretoria da UNI, o que reforça a mensagem de participação Terena no quadro de lutas políticas.

Neste mesmo número, sob o título, *A UNI e seus Objetivos* (TERRA INDÍGENA, 1982:02 - n. 06), outra referencia é feita, especificamente aos Terena de Mato Grosso do Sul, detidamente a Justino Mariano Marcos, um dos integrantes de Capa do Boletim Mensal. A matéria trata da divulgação de documento redigido e divulgado pela UNI, intitulado “*UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS – UNI, Nota às entidades de apoio à luta indígena reunidas em Brasília, em 28-30/10/1982*”, onde se apresenta os objetivos da entidade indígena e a busca de articulações político-culturais necessárias junto as instituições de apoio, religioso ou não. Utilizou-se aqui o adjetivo sutil apenas em primeira instância, pois a citação aos Terena vem no coletivo de representatividade da UNI e não como foco de caso, mais detido, como se observa durante a construção da historicidade do boletim Terra Indígena. Todavia, são citações importantes para podermos entender como se construiu a preocupação do CEIMAM para com os Terena do MS, que, com efeito, se debruçou parte de seus intelectuais.

⁵³ Sobre esta questão acerca do Ocidente e também sobre a ocidentalização durante a constituição do processo histórico na Europa e América, Le Goff apresenta uma boa colaboração em: LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Traduções de Irene Ferreira, Bernardo Leital e Suzana Ferreira Borges. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996. p.535-549. E, ainda, os trabalhos de Andrei sobre o processo de aculturação

⁵⁴ No Boletim Mensal n. 02 de 1982, já se encontra uma referência de estudos sobre os Terena de Araribá, visando a preparação à visita a esta comunidade Terena no Estado de São Paulo.

⁵⁵ Foto de Capa.

2.1.2 A primeira interlocução entre os intelectuais e os Terena no Estado de São Paulo através do Relatório de campo

Durante o ano de 1983 o boletim apresenta aos seus leitores o primeiro relatório de visita à comunidade indígena de Araribá, município de Avaí - SP. Trata-se de um relatório nodal para o entendimento do processo de relacionamento de intelectuais do CEIMAM juntamente aos Terena. Um processo de contato iniciado a partir do território em busca do entendimento da territorialidade⁵⁶ Terena em São Paulo, que acaba por levar o CEIMAM à busca de uma territorialidade maior para o entendimento da história Terena, conduzindo-os ainda nesta década de 80 ao Estado do MS, à parte dos atuais espaços de sociabilidade Terena.

Assim, com efeito, a visita à Araribá fora nodal para que os participantes, daquele momento histórico do GEI Kurumim, procurassem conhecer mais e melhor a história Terena, que não se dava, absolutamente, a partir do Estado de São Paulo. Como se disserta no capítulo inicial desta pesquisa, é a partir da experiência do CEIMAM com os Terena de São Paulo que se levantará a problemática da questão da língua, da religião em analogia com os Terena do MS. Isto posto, pode se afirmar que foi o contato inicial deste grupo de pesquisa, em suas interlocuções, o elemento propulsor do CEIMAM ao *Oké Exa*⁵⁷ no MS.

Neste documento socializado através da publicação do Grupo em maio de 1983(TERRA INDÍGENA, 1983:06-11, n.12) apresenta-se uma série de contribuições acerca dos Terena de Araribá, que, como afirmamos, serão vitais para a alimentação de questionamentos que redundaram à busca do entendimento dos Terena do MS. Faz-se em tom crítico o registro de campo sobre diversos aspectos, como: o cultural; a sociabilidade; o político e econômico.

2.1.2.1 Sobre o aspecto cultural

Apresenta-se, como parte do cerimonial de comemoração ao dia do índio, a dança terena do Pate-páu e problematiza o próprio cerimonial determinante pelo não-índio, em suas datas pré-determinadas pelo Estado. Detidamente sobre a dança do Pate-páu, o relatório contribui ao apresentar a pluralidade de significações que o momento representa aos Terena. Uma dança de caráter não religioso que para determinada parcela do povo

⁵⁶ Sobre o território e territorialidade, nos referimos sobre o primeiro: ao espaço político administrativo determinado pelo Estado; sobre o segundo: ao espaço de construções abstratas relativas ao modo de vida Terena, não se circundando as delimitações necessariamente físicas determinadas pela política estatal.

⁵⁷ Do Aruák para o Português: Terra Terena.

Terena se refere a guerra do Brasil contra o Paraguai, para outros, à uma simples brincadeira.

Já na comunidade do Icatu, também no interior do Estado de São Paulo, próximo ao município de Braúna, composta principalmente por Terena e Kaingang, a dança do Pate-páu se refere, assim como para parcelares do Araribá, a uma espécie de conflito, mas não se especifica exatamente, remetendo-se a participação Terena na Guerra do Paraguai. Em publicação financiada pela FAPESP, coordenada pelo MARI-USP (ELIAS, 1999:04-05) em 1999 encontramos um referencial sobre o Pate-páu no Icatú entre os Terena:

A dança do Bate-pau tem um significado. Quando apresentamos esta dança nos pintamos com quatro cores: o verde, o vermelho, o azul e o branco. Essa pintura significa as classes Terena. O verde é chamado de Xumonó, o vermelho é Sukrikionó, e o branco é a paz, Uhepeti Kuekuti. Os Xumonó são alegres, aceitam todas as brincadeiras, enquanto os Sukrikionó são os sérios e briguentos. Quando se pratica a dança é a representação da disputa entre os dois grupos e quem sai vencedor ganha comida e bebida (ELIAS,1999: 04).

E continua:

As crianças não podem dançá-la e nem as mulheres. Somente os jovens quando atingem a puberdade, a idade de 13 e 15 anos, é que poderão passar a participar dela. Na primeira vez que for participar, será a sua iniciação, terá que forrar o chão com um couro de animal caçado por ele e os seus parentes mais velhos (avó e mãe) então joga sobre ele sementes de arroz, milho, feijão que é para mostrar que ela já planta, já caça e pode integrar-se com os adultos para a guerra, o casamento e as competições de esporte Terena, como o Hunôti e Motôxoti. As mulheres entram ao final da Dança do Pate-pau [...] (ELIAS,1999: 05).

Como se observa no relatório de 1983, entendeu-se que diferentemente dos Terena do Icatú, não há entre os interlocutores de Araribá uma sinalização de que o Pate-páu receba uma conotação ritualística específica de iniciação, assim como publica-se no texto de Cândido Mariano, evidenciando-se sintonias e singularidades de interpretação ao significar o fato histórico (a dança como evento), o que é totalmente pertinente e esperado. Esta constatação contribui para a discussão crítica acerca das perspectivas homogeneizadora da compreensão de um dado fenômeno social, e, ainda, esclarecer criticamente a existente pluralidade de interpretação, Não apenas dos indivíduos de uma comunidade indígena, mas como também em relação aos diversos povos.

Não interessa como objetivo central, aqui neste momento, fazer a exegese semântica das significações da dança Terena. Interessa associar os fenômenos para entendermos a significativa contribuição deste contato do grupo de Araraquara diante de

alguns elementos da história Terena para firmar a contrastividade terena diante dos não-índios e outros grupos étnicos.

2.1.2.2 Sobre o aspecto de sociabilidade;

O relatório também contribui em relação a outros aspectos, como a problematização apresentada acerca do “*pouco contato entre as reservas*”⁵⁸ (BOLETIM, 1983: 07 n. 12), cabendo as festas um papel catalisador das interlocuções entre os povos indígenas, tendo em vista a rígida e pré-determinada intervenção da FUNAI, dificultadora das movimentações entre as comunidades indígenas do Araribá, Icatú e Vanuíre. Esta questão levantada no texto do relatório aponta para a necessidade de maior interlocução entre os povos indígenas, necessariamente entre os Terena de Mato Grosso do Sul e os de São Paulo, deslocados propositalmente do oeste nos decênios iniciais do século XX (1930) afim de atenderem os variados interesses⁵⁹ das políticas indigenistas, principalmente a do SPI. E, foi diante desta necessidade que o CEIMAM se apresenta como catalisador desta interlocução ao organizar o deslocamento de seus membros até a região de Aquidauana no MS, objetando conhecer melhor os Terena e sua história do deslocamento.

2.1.2.3 Sobre o aspecto político

O relatório, em relação à dança no Araribá, possui outras tônicas e que evidencia uma relação entre o aspecto cultural e o político, principalmente quando identifica a associação com a guerra contra o Paraguai, onde a participação fora bastante importante e pouco reconhecida pelo Estado imperial, com promessas não cumpridas, sintetizando apenas memórias heróicas e narrativas famélicas, impondo aos Terena uma posição complexa de relações sócio-políticas diante das políticas indigenistas do processo histórico brasileiro. Porém, sobre este aspecto, nos chamou atenção a relação diante da política entre os interlocutores apresentados através do relatório.

⁵⁸ Sobre o termo “reserva”, preferimos “comunidade” por ter um conceito muito mais amplo de sociabilidade, mas para não correremos ao grave erro do anacronismo do olhar historiográfico, preferimos manter a nomenclatura utilizado por nosso objeto, respeitando o seu campo semântico diante da conjuntura histórica que foi desenvolvido.

⁵⁹ Utiliza-se o plural pois postulamos a existência múltipla de interesses. Mesmo se entendermos os objetivos do SPI como hegemônicos, não excluimos a possibilidade dos interesses dos próprios Terena em saírem do antigo sul do Estado do Mato Grosso. Do contrário, relegar-se-ia aos Terena, migrados, uma posição de subalternidade e passividade absoluta a qual não estamos convencidos. Não se entende, em momento algum nesta pesquisa o sujeito como algo passivo, como foi afirmado do texto introdutório da dissertação e também a primeira seção do capítulo primeiro.

Uma questão de ordem política, mas de política indígena, não necessariamente indigenista, ganha tônica no documento. Trata-se de uma fala dissertada pelo redator⁶⁰ do Grupo referente ao depoimento de Ester da Silva Sobrinho (Terena) sobre a UNI. Através da qual o grupo de Araraquara toma nítido posicionamento, no documento, em relação ao papel da UNI, em que a interlocutora Terena levanta suspeitas à funcionalidade e representatividade da diretoria da União das Nações Indígenas. Vejamos a interlocução documentada e publicizada por nosso objeto de pesquisa no boletim de 1983, supracitado anteriormente:

Na opinião de Ester é o índio que deveria tomar conta da FUNAI. (Ela afirma, contudo, as boas intenções da FUNAI e do governo com respeito ao índio: é óbvio que tem que acreditar no órgão que trabalha...) Entre os líderes indígenas realmente sérios e capases cita Mário Juruna, Marçal de Souza e o marido (o Terena Tibúrcio), Acha que a UNI (União da Nações Indígenas) só terá verdadeiramente força daqui a uns 10 anos. É de opinião que essa saída de líderes indígenas para os congressos da UNI é nociva: não vê com bons olhos o contato do índio com o mundo urbano, além de achar que, nesse trabalho de organização, o índio se afasta da aldeia; parece crer que a “fascinação” do mundo dos brancos, das viagens para os congressos tende a suplantiar o interesse verdadeiro pelo índio. (Quem conhece, como nós mesmos, as lideranças da UNI, sabe que não há qualquer fundamento nesta suspeita: a luta da UNI é difícil, mas digna, valorosa) (RELATÓRIO DO G.E.I, 1983: 08, n.12).

Com efeito, o relatório apresenta o posicionamento de Ester, interlocutora de nosso objeto, composto por uma série de contradições, emblematicamente, quando faz a defesa da FUNAI, objeto de fortes críticas pelos povos indígenas e instituições de apoio a questão indígena brasileira. Assim, é importante notar em tal posicionamento, que a interlocutora faz parte dos quadro da FUNAI, ao mesmo passo que é membro e participe da historicidade Terena, e, assim o sendo, coloca-se uma malha complexa do posicionamento político bem representada pela expressão “*coloca-se uma vela para deus e outra para o diabo*”.

2.1.2.4 Sobre o aspecto econômico

Sobre a situação econômica de parte dos Terena no Estado de São Paulo (Araribá), o relatório também apresenta importante abordagem sobre o desenvolvimento de uma atividade agropecuária, voltada para a subsistência da comunidade, e, ainda, sob a rígida coordenação da atividade produtiva pela FUNAI. E, desta forma, não oportunizando a autonomia necessária para o processo produtivo e liquidez dos produtos. A crítica a esse

⁶⁰ O relator é sempre apresentado como coletivo do Grupo de Araraquara, não sendo um documento assinado por apenas um partícipe.

órgão governamental, “pretensamente mediador das relações entre Estado e povos indígenas”, ganha tonalidade quando o documento questiona a mediação nas relações de trabalho internas a reserva na qual o órgão federal se posiciona como se fosse uma empresa:

No que se refere ao trabalho coletivo, a FUNAI desempenha o papel de empresário, segundo duas modalidades:

Algumas vezes os índios trabalham por dia, como assalariados da FUNAI, sendo a diária atual de Cr\$ 800,00. Essa modalidade foi implantada, conforme nos foi dito durante a visita do ano passado, justamente para evitar que os índios vendam sua força de trabalho fora da reserva. Desconta-se, posteriormente, esses salários pagos e mais o preço dos insumos oferecidos pela FUNAI, do preço pelo qual o produto for vendido.

Outra modalidade é aquela em que o índio trabalha em determinadas produções para venda (seda, milho), entregando 20% da quantia recebida à FUNAI (RELATÓRIO DO G.E.I, 1983: 09, n. 12).

O relatório publicado no boletim infere também sobre o trabalho na produção da seda pelos Terena. Sobre essa atividade, se apresenta uma dissertação acerca das etapas do processo produtivo, importante para uma compreensão mais global sobre a produção, sempre acompanhado da crítica a FUNAI como órgão mediador. O relatório trás o que entendemos como exploração da mão-de-obra indígena pelas mãos da FUNAI. Para isso algumas passagens foram importantes para esta inferência dissertativa que fazemos, como:

[...]. No Araribá, a cultura da seda é 10 galpões de quase 15 metros de comprimento. A coleta da seda – na época da formação de casulos – é feita mensalmente. Essa coleta deveria representar Cr\$ 90.000,00 por galpão, o que não acontece, pois as despesas e os descontos, que são muitos, desfalcam o lucro. Esse dinheiro tem que ser, obrigatoriamente, depositado na FUNAI que, sob a alegação de que o índio não sabe administrar os seus negócios, se encarrega de aplica-lo em mercadorias que serão repassado ao índio. [...] (*Ibidem*: 09).

E ainda, continua:

[...]. Os bichos de seda são adquiridos na própria tecelagem, em forma de larvas com quase vinte dias de vida. O preço de venda da seda variando de Cr\$ 700,00 a Cr\$ 1.200,00 o Kg., é imposto pelas firmas de Duartina, segundo um padrão que leva em conta a espessura do fio, cor, peso, etc, padrão este que não varia tanto quanto os preços, dizem os Terena, [...] (*Ibidem*).

Uma crítica também objetiva quanto a atividade de trabalho entre os Terena de São Paulo, neste caso da seda, ao lado de Guarani em Araribá. Ainda, sobre essa exploração da força de trabalho indígena, encontramos:

[...]. Os índios são obrigados a pagar à FUNAI 15% dos lucros, além do aluguel do galpão (curioso é que este fica dentro de suas terras). Se os índios

constroem às suas expensas o barracão – o que fica bastante oneroso – vendem a seda diretamente às fábricas. No momento, está se pagando Cr\$ 800,00 pelo quilo de casulo de 1ª, e somente Cr\$ 400,00 pelo de 2ª. Outra informação obtida é de que os índios que participam do processo de elaboração da cultura, recebem 20% líquido do total resultante da venda, [...] (RELATÓRIO DO G.E.I, 1983: 10, n. 12).

Encontramos aqui, neste documento, uma contribuição crítica acerca da política indigenista e as relações de trabalho sobre o que fazer, o que produzir e para quem produzir, na qual se estabelece uma relação trabalho e órgão mediador, bem aos moldes da relação capital-trabalho. Ironicamente justificada pela FUNAI através da argumentação de que tal método visa a contribuir para que o índio não necessite realizar a venda de sua força de trabalho ao cidadão. Seguramente, podemos configurar esse discurso em uma chave brutalmente insuficiente no que tange a questão econômica dos Terena e demais etnias, ou ainda, em uma chave falaciosa, motivada pelos próprios representantes regionais do capital, que não por acaso da história (assim como se comportam os metafísicos idealistas), são os receptores desta produção no município de Duartina – SP.⁶¹

Não se trata de uma inferência apologética ao relatório de nosso objeto, uma vez que embora a crítica fosse apresentada pelos intelectuais de Araraquara, ela também se molda, neste caso, em um panorama ainda preso a realidade sensível de uma questão problemática, o que não invalida a contribuição crítica a favor de parte dos Terena em SP. Todavia, esse é o palco em que se processou o contato com os Terena do MS.

As inferências, quando direcionadas à FUNAI, são hegemonicamente críticas por parte dos sujeitos do objeto, ou seja, os membros do CEIMAM. Ao lado destas inferências, procura-se registrar parceladamente, aspectos da vida terena, relacionados a habitação, saúde e educação. Elemento importantes para compreender o tom crítico do relatório que fora socializado publicamente em um contexto antagônico, especificamente entre os intelectuais e suas respectivas instituições na sociedade de classes. Um posicionamento que marca e delimita o posicionamento do CEIMAM diante da política.

⁶¹ Em 1979 Duartina foi conhecida como a “capital da seda” o interior do Estado de São Paulo, como romanticamente é apresentada por parte dos estudantes do Curso de Turismo da Faculdade de Ciências Humanas FAHU/FAEF, em 2004, negligenciando a relação capital - trabalho no setor de fios da região, que, em publicação coletiva, mais se enrolam nas entranhas da ideologia do capital do que apresentam o que propõem na Revista Científica Eletrônica de Turismo (MORAES, 2004).

2.1.3 A primeira interlocução entre os intelectuais e os Terena do MS através do Relatório de Campo

Assim, após desenvolver o processo de interlocuções juntamente aos Terena em Araribá, identificamos, já após o contato inicial com os Terena do MS, no Relatório da visita do GEI Kurumim às reservas Terena, entre os dias 01 a 10 de julho de 1983 (TERRA INDÍGENA, 1983: 03-06), onde se apresenta uma síntese de todos os relatórios referentes às interlocuções desenvolvidas, neste período com os Terena do MS. O relatório faz referência às áreas de Limão Verde, Aldeinha, Bananal, Ipegue, Cachoeirinha, Moreira, Passarinho e União. Assim como demonstra a figura:



Figura 02: Boletim Mensal, N. 16 de 1983. p. 03. Embora a figura apresente 8 localidades, no documento não apresenta referência a todas elas.

O documento pontua, assim como fora organizado o relatório de Araribá, uma série de aspectos sobre essas comunidades e que nos ocupamos mais proximamente, apresentando de forma dialógica os aspectos políticos, econômicos e sociais, de forma

difusa no relatório, não estruturados em tópicos como anteriormente, sendo: a relação crítica dos intelectuais; o econômico e a política diante do posicionamento crítico.

2.1.3.1 *A relação crítica dos intelectuais*

Observa-se uma contribuição crítica do CEIMAM em relação à história Terena, principalmente quando se enfoca o órgão intermediador, a FUNAI. Nosso objeto de análise não poupa seu objeto de críticas e infere posicionando-se diante do tempo presente ao lado das necessidades do povo Terena.

O documento é permeado pelo ideal militante do intelectual ao dissertar sobre o contato com os primeiros Terena do MS, marcando até mesmo em alguns momentos do texto a satisfação de estarem finalmente entre os Terena do MS. Certamente, tratava-se de um grande trabalho de campo, regado pelo método etnológico e visivelmente por certo grau de idealismo ainda pertinente para com os povos indígenas nos anos oitenta. Com efeito, o documento estampa sinais nostálgicos, o que se entendeu como algo esperado, principalmente pelo fato de que este contato fora desenvolvido, embora composto por professores, com ativa participação de alunos/iniciantes. Assim entendemos com normalidade o tom de satisfação, de sentido de dever, no relatório de campo entre os Terena do MS. Todavia, nos interessa, nessa primeira seção do capítulo, a interlocução estabelecida entre intelectuais do CEIMAM e Terena no MS em sua criticidade.

Vejamos a introdução deste documento publicizado no Boletim n. 16 de setembro de 1983:

Tendo conseguido a condução da UNESP e alojamento no C.E.U.A. (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana), o G.E.I. KURUMIM realizou uma visita às reservas dos índios Terena, entrando finalmente em contato com a realidade dos Terena matogrossenses, etnia que tem sido estudada a partir dos primeiros trabalhos do grupo, preparando-se para a visita a Araribá (SP). (Vide Bol. Kurumim N.2-julho 1982) (TERRA INDÍGENA, 1983: 3, n. 16 a).

E continuando, apresenta:

Na manhã do dia 5 de julho 83 (terça-feira), fizemos os primeiros contatos com os Terena de Limão Verde, num terreno baldio, perto da Estação Ferroviária da cidade de Aquidauana, [...] Foram visitadas várias reservas dos índios Terena, que são considerados modelos da integração à civilização branca. [...] No dia seguinte, fomos a Bananal, perto de Taunay. Nas proximidades de Miranda, visitamos Cachoeirinha e Passarinho, na quinta-feira. Parte do grupo voltou a Cachoeirinha, parte a Limão Verde, e ainda algumas pessoas visitaram o bairro de Aldeinha, em Aquidauana mesmo (TERRA INDÍGENA, 1983: 3, n. 16 b).

Aqui, documenta-se não apenas a satisfação do trabalho etnográfico sobre os Terena do MS, mas também, parte das movimentações do grupo de Araraquara em busca de suas interlocuções e registros de campo que viriam contribuir para a história indígena Terena e amadurecimento dos membros do CEIMAM que vieram a se envolver de modo orgânico entre os intelectuais de Araraquara. Um fenômeno bastante importante para entendermos a continuidade de trabalhos que tiveram os Terena como objeto de estudo, ou ainda, de interlocuções aprofundadas. É o caso das dissertações e tese, desenvolvidas, posteriormente na década de 90 entre intelectuais germinados com contribuição do CEIMAM, e, mesmo, intelectuais organicamente germinados em seus espaços aglutinadores de perspectivas, entre elas, os “olhares” para o povo Terena na sociedade envolvente.

2.1.3.2 O econômico e a política diante do posicionamento crítico

O relatório da visita às reservas Terena continua, enfatizando aspectos da economia Terena diante da sociedade envolvente e inferindo, especialmente, sobre a questão da terra. Uma questão problemática que desde o século XIX envolve o povo Terena em uma série de conflitos com representantes do capital agrário, médios e pequenos ocupadores do território Terena. O documento nos fala de uma relação complexa sobre os limites das terras Terena, brutalmente reduzidas durante o processo de expansão agrícola, emblematicamente, como apresentamos, durante e após a Guerra do Paraguai.

Quando identificamos em nossas fontes documentais uma abordagem sobre a questão da terra, do território, não identificamos uma concepção de territorialidade, ao menos nesse passo da análise do documento supracitado. Embora isso fique evidenciado em um segundo momento nos nossos quadros de fontes da pesquisa é importante que se esclareça neste momento a aceção de território que trabalhamos aqui ao inferir sobre as fontes documentais.

O conceito de território, diante de uma tradição positivista nas ciências humanas, detidamente entre historiadores e geógrafos, se fez hegemônico durante grande período no trabalho que se detiveram a este conceito, mesmo que implicitamente, limitado a uma perspectiva territorial-geográfica. Uma perspectiva que evidenciamos em autores chancelados pelo Estado, direta ou indiretamente, que atribuíam ao fator geofísico os limites de uma territorialidade, confinando as relações sociais a uma espécie de fazenda delimitada, onde se produzia a cultura de uma dada população. Sobre essas limitações,

Levi Marques Pereira nos apresente uma boa contribuição, emblemática sobre a prática positivista:

De acordo com a filosofia positivista que orientava a ação do SPI, a área de acomodação era pensada como local ideal para o desenvolvimento de ações integracionistas, preparando a população indígena para a incorporação gradativa de práticas econômicas que lhe assegurassem a plena participação na vida nacional (PEREIRA, 2008:67).

Deste modo, para este autor, o conceito de território durante a pesquisa é ampliado para alcançar uma paisagem de territorialidade onde a sociabilização é o fenômeno mais visível e complexo de construção de uma identidade histórica, não respeitando os limites de um território pré-estabelecido, de caráter político e de classe.

A concepção de território é ampliada também por nosso objeto de estudo, uma vez que se entende -em seu específico recorte histórico- a necessidade de ultrapassarem os limites territoriais dos Terena no Estado de São Paulo, já que esses se constituíram diante da imposição da perspectiva positivista do Estado através do SPI que desde o início do século XX inferiam sobre os Terena do MS (promovendo o deslocamento de parte da população para outras regiões do Estado Nação a fim de cumprir com os objetivos da política indigenista), ainda presa em certo imobilismo de August Comte e sua proposta de “*pretensa lei dos três estados*” (LEFEBVRE, 1983:71) para o desenvolvimento e o progresso. Um posicionamento que não somente ao lado do conceito de territorialidade, mas que também determinou o desenvolvimento da política indigenista nos trópicos americanos.

Ainda sobre esse imobilismo, ou ainda, essa mobilidade retardada proposta pelas permeabilidades do positivismo na América, Henri Lefebvre, em *Lógica Formal / Lógica Dialética*, contribui:

A lei dos três estados se apresenta como uma lei do espírito, como uma espécie de fatalidade que seu autor não explica (seria contrário ao “espírito” do seu sistema buscar o por quê delas, sua explicação). Comte não a relaciona de modo satisfatório com a atividade humana, com as relações mais simples e fundamentais do homem com a natureza. Essa “lei” se conserva ao ar: é uma “lei” metafísica e idealista (LEFEBVRE, 1983: 71).

E conclui:

O positivismo de Comte, portanto, simplifica exagradamente a história complexa, acidentada, multiforme, do conhecimento. Em particular, subestima a importância do instrumento, do método intelectual forjado pelos metafísicos: a lógica (LEFEBVRE, 1983: 71).

Reconhecemos as contribuições do positivismo para o seu momento histórico no qual foi forjado, porém, a sua exequibilidade na política brasileira ganha anomalias com a pretensa e clássica defesa de adaptabilidade das idéias a realidade conjuntural, figurando anacronicamente em idiossincrasias, presentes até os dias de hoje.

Buscando inferir no órgão governamental de intermediação, a FUNAI, construída diante da “*filosofia positiva*”, herdeira do SPI, os intelectuais do CEIMAM chamam atenção ao relatar, detidamente sobre a territorialidade Terena no MS, especificamente sobre Passarinho. O documento apresenta um relato da situação identificada nesta comunidade Terena do MS, levantando aspectos importantes sobre as relações econômico-sociais com a sociedade envolvente e o governo. Certamente é o momento do documento onde a contribuição do CEIMAM para a crítica da política indigenista é nodal. Vejamos alguns momentos deste documento:

Em Passarinho – uma reserva em condições miseráveis – a agricultura não é suficiente para a subsistência da população. Isso ocorre devido à escassez de terra. Plantam um pouco de arroz, feijão, banana, laranja, cana-de-açúcar, e mandioca. Contando com cerca de 1.000 habitantes, Passarinho é uma verdadeira favela, com barracos construídos com lonas velhas, plásticos, caixotes, latas, etc. Seus moradores vêm-se obrigados a trabalharem no corte de cana em fazendas às vezes distantes, como verdadeiros “bóias-frias”. As mulheres empregam-se como domésticas, em cidades da região ou mesmo em São Paulo onde, por intermédio da FUNAI, chegam com a esperança de uma vida melhor. Na realidade, a situação é bem diferente. Pessoas que buscam tão longe seus serviços, o fazem evidentemente pensando em conseguir mão-de-obra barata e dócil, uma vez que essas moças (na maioria realmente meninas) ficam sob inteira responsabilidade de seus patrões, não mantendo contato com seus familiares, que dificilmente têm condições de visitá-las em São Paulo. O contrato de trabalho, feito através da FUNAI, mal disfarça um regime de escravidão temporário, apesar de estipular multas e indenizações em caso de morte, pretendendo garantir bons tratos (RELATÓRIO DO GEI, 1983: 05, n.13).

A inferência é em grande tônica. Documenta-se de forma incisiva a conjuntura fenomênica entre os Terena do MS. Apresenta-se uma série de aspectos positivos em relação às outras comunidades Terena do MS (Limão Verde), mas quando se detém ao espaço de construção social da comunidade de Passarinho, nosso objeto é categórico em suas teses de miserabilidade e exploração do trabalho humano.

A relação dos Terena de Passarinho é associada à situação de grande parcela da população brasileira, a ponto de atribuírem o termo favela para dissertarem sobre o seu entendimento da questão, contrariando, com força, a continuidade nostálgica do relatório.

Ainda sobre a relação capital-trabalho, intermediada pela FUNAI, o posicionamento de nosso relator demonstrou-se, a princípio, não se esquivar de inquirir o

posicionamento do Estado diante da questão do trabalho. O texto contribui no sentido de desmistificar, para aquele contexto histórico, o papel de integração nacional, processualmente postulado pelos órgãos do Estado Brasileiro, detidamente acerca da migração, também histórica dos Terena em função de interesses alienígenas hegemônicos em relação aos interesses dos migrados para outros territórios.

Não se detém aqui apenas ao fato de uma política de mobilidades do povo Terena, mas principalmente de uma política potencialmente implicante no próprio conceito de território para os Terena. O deslocamento proposto pela política indigenista através da FUNAI amortece seus verdadeiros interesses de classe diante do capital. Contratava-se a força de trabalho mascaradamente, uma vez que os contratos existiam em função de interesses específicos e que atendiam as necessidades de seus consumidores. Com efeito, no sentido semântico de Marx, *ideologizava-se* e perpetuava-se a *alienação* do sujeito, embrutecendo-o em arquétipos corpos dóceis para o trabalho.

A problematização crítica apresentada pelos intelectuais de Araraquara e socializada através do Boletim Mensal é de grande valia para continuarmos entendendo as contradições daquela paisagem histórica de nostálgicas celebrações acerca da democracia de mercado durante o processo de relaxamento da ditadura militar no Brasil. Pois, ao passo que se regozijava parte da intelectualidade acadêmica com as políticas públicas que sinalizavam a democracia americana, observava-se também, através de olhos menos míopes, a permanência da constante relação antagônica de classes, neste caso, ilustrada com a relação capital/trabalho.

Muito importante, pois neste caso acerca do povo Terena, detidamente, há o desvelamento, mesmo que parcelar, do Estado em vias de democratização. Há explicitamente a desideologização do papel da política indígena em relação ao capital e o trabalho, seja pelas migrações de trabalhadores domésticos, rurais, etc., pois o objetivo central está focado em atender os interesses da integração nacional, e que não está ligada ao céu por cordões invisível, está nitidamente vinculada aos interesses de classe e sob o comando do Estado hegemônico. Cabendo um papel bastante nítido ao território – atender as necessidades da economia política – e ao migrante, neste caso, os Terena, atender as demandas de mão-de-obra barata.

O fenômeno que nos ocupamos nos parágrafos antecedentes se apresenta de modo específico, mas quando desenvolvemos uma rede complexa dessas relações, obtemos um

complexo de complexo, propositalmente mistificado para que a própria política indigenista não deixe vir à tona o caminho de sua essência que nos conduz ao conhecimento menos nebuloso da história do tempo presente, em nosso caso, sobre os posicionamentos do Estado em relação aos povos indígenas e também ao posicionamento de grupos intelectuais.

Assim, para entendermos o posicionamento dos intelectuais do CEIMAM diante dos Terena como sua pedra angular de estudo, e mesmo, de crítica, vejamos outro momento do documento que contribui acerca da questão em tela:

As crianças de Passarinho encontram-se em estado de desnutrição, sendo a incidência de doenças infecciosas muito grande. A FUNAI não toma conhecimento disto pois, apesar da existência de um posto de enfermaria na reserva, não há remédios; a população não recebe nenhuma assistência deste órgão. As crianças vivem com as feridas expostas. Pessoas da reserva nos falaram do trabalho que vem sendo realizado entre eles por membros do C.T.I. (Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo) e da amizade que tem pelos que realmente se interessam pela cauda indígena (RELATÓRIO DO GEI, 1983: 05, n. 16).

Observa-se a continuidade crítica em relação à política, mesmo que em uma ordem fenomênica sobre as problemáticas de um determinado contexto, a princípio: Passarinho. Nossa inferência no que se refere à ordem fenomênica da contribuição crítica do CEIMAM se faz, evidentemente, com considerações nítidas de que, em uma síntese de relatório de campo não fosse possível mais que a apresentação do fenômeno, todavia, ao procurar apresentar ao menos sinais que apontassem para o cerne do fenômeno, assim como o fazem através das teses apresentadas no início de cada boletim, sobre as frentes de expansão do capitalismo. Uma inferência que procura demonstrar a contribuição do CEIMAM acerca da do povo Terena distante do prisma romântico e apologeta. Problematização que aprofundaremos adiante no capítulo próximo, cabendo por ora, a contribuição de sistematização das contribuições do Grupo de Araraquara através de seu veículo de divulgação publicitária: O Boletim Mensal do Grupo de Estudo Indígenas Kurumim.

Deste contato com os Terena do MS em 1983, além dos relatórios, resultou também uma série de fotografias⁶² que redundaram em exposições sobre o povo Terena,

⁶² Sobre o material iconográfico, a dissertação de GALAN (1994) apresenta seções específicas sobre imagens coletadas entre os Terena do MS, porém, não a utilizamos na dissertação por conta da qualidade desse material como nossas fontes de estudo. A maior parte do material iconográfico produzido se encontra no acervo do CEIMAM em Araraquara e ainda no acervo particular de Silvia Carvalho. Com vistas a este tipo de fonte, a pesquisa procurou apenas identificar a existência deste farto material com objetivo de trabalhos

como a realizada durante as “Atividades no ILCSE – área de Antropologia em Setembro e Outubro de 83” (TERRA INDÍGENA, 1983: 05, n. 17), contribuindo assim para a concretização dos objetivos de divulgação da história Terena entre os povos indígenas e não-indígenas, a partir da universidade pública, neste caso, a UNESP - FCL de Araraquara.

A sintonia de nosso objeto com esse contexto de práticas políticas se apresentou bastante evidente em suas publicações, colocando-os em uma posição de crítica à política hegemônica do Estado⁶³, e, ao mesmo tempo, ao lado da vanguarda que postulava uma política indígena, baseando-se em uma história indígena em que os grupos étnicos exigiam o reconhecimento de sujeito e não meros objetos de uma política amplamente positivista e romântica que muito pouco, e mesmo, em nada, contribuía acerca das problemáticas concretas dos povos indígenas.

Os boletins apontam esta sintonia-perspectiva sobre a política, consolidando seu posicionamento orgânico de apoio aos povos indígenas na América. Preocupam-se em apresentar ao seu público, apontamentos das resoluções de encontros das organizações indígenas em território nacional e mesmo o apoio de outros países, representados por suas entidades representativas dos povos indígenas.

Sobre essa relação diante da política, detidamente sobre o povo Terena, no que tange a personalidades representativas nas instâncias da luta política, o boletim, durante o ano de 1984, agora sob o nome de boletim Terra Indígena, apresenta ao público de leitores locais/regionais um balanço de posicionamentos da UNI, onde figura a representação do povo Terena, ao fazer referência a escolha de Marcos Terena como representante na FUNAI, mais uma vez apresentando a participação Terena diante dos movimentos indígenas. Postulava-se que a política indigenista seria mais contemplável se a participação de representantes dos povos fossem efetivadas nos cargos de chefia (tese defendida por Marcos Terena). Entende-se que a participação política é vital até mesmo para o amadurecimento das organizações indígenas diante da estética orgânica das instituições ocidentalizantes imposta pela economia política capitalista, porém, observa-se que as transformações qualitativas foram insuficientes, uma vez que o rearranjo institucional é

posteriores, os quais não se efetivaram durante o trabalho de campo. Não identificamos a existência da publicação deste álbum fotográfico que se refere nossas fontes, apenas a importante informação de Grazielle Acçolini de que tratou-se de uma montagem para a exposição.

⁶³ Como apresentamos no primeiro capítulo, a preocupação política do CEIMAM tem como foco uma política indígenas em supressão à política indigenista. Porém a preocupação acerca da política por parte do Grupo de Araraquara apresenta-se extensiva à política implementada pelo Estado a todo território nacional, estendendo-se a indígenas e não indígenas.

guiado pelo interesse de classes. Trata-se de um bom resultado quantitativo quando se opera movimentações políticas para a troca presidencial da FUNAI (Jurandir Marcos da Fonseca, em substituição a Otávio Ferreira Lima), e ainda com duas importantes representações de lideranças indígenas (Marcos Terena como Chefe de Gabinete da FUNAI e Megaron, do povo Kayapó, como diretor do Parque Indígena do Xingu), porém, desta forma, o funcionamento da política continuara de acordo com os interesses hegemônicos alienígenas.

Mesmo se tratando de conquistas quantitativas, é necessário reconhecer a sua valia processual diante da política indigenista, entendendo como nodal para conquistas futuras, que, vieram a compor um quadro de possibilidades que elevaria essas conquistas de um estado quantitativo a qualitativo. Aqui, o conceito de totalidade empregado por Marx e Engels nos ajuda a entender essa valia processual, onde concomitantemente, se processava o qualitativo acerca de uma política indígena e não indigenista. Para isso era necessário apropriar-se das concepções (do Estado) e conquistas (dos movimentos indígenas) durante essa década de oitenta.

Outro elemento importante é a permanência, historicamente identificável, das problemáticas dos povos indígenas. Com efeito, o povo Terena, mesmo com essas importantes modificações conjunturais da FUNAI, continuaram à provar das três amargas botinas (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2005:1-8) herdadas pela política indigenista durante e após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

2.1.4 A segunda interlocução entre os intelectuais e os Terena no Estado do Mato Grosso do Sul através do Relatório de Campo

Durante o ano de 1984, agora sob a coordenação de Miguel Menéndez, o grupo de Araraquara desenvolveu seu segundo contato de campo com os Terena do MS, retardado para o segundo semestre devido o envolvimento político acerca da reitoria da UNESP que redundou em uma greve, no primeiro semestre de 84, por “*desrespeito da maioria do Colégio Eleitoral ao elaborarem a lista sêxtupla para Reitor, excluindo dela os nomes mais votados pela comunidade*” (TERRA INDÍGENA 1984:03, n. 26), até a aceitação por Franco Montoro⁶⁴ da indicação do Prof. Jorge Nagle, em sintonia com parcelares da

⁶⁴ Governador do Estado de São Paulo no ano de 1984. No texto deste editorial, percebe-se uma antinomia em relação ao posicionamento do Grupo diante do Estado, pois de alvo de críticas em relação ao direcionamento da política durante o início dos anos 80, pontualmente, neste caso, passa a ser elogiado, na esfera estadual, acerca do posicionamento de Franco Montoro na indicação do Reitor de interesse de parte da

comunidade da instituição. Assim, nossos interlocutores, deram continuidade ao projeto Terena, como se refere o editorial de Terra Indígena de setembro de 1984.

Desta vez, o boletim apresenta um relatório mais amplo, onde se ocupam de diversos aspectos das várias regiões visitadas no Mato Grosso do Sul, por onde estiveram os intelectuais do CEIMAM. Antes de atermo-nos ao relatório e dissertarmos sobre a contribuição do CEIMAM, é importante que vejamos a imagem publicada juntamente com o relatório que tem por objetivo ilustrar o espaço de territorialidade determinado, ao menos geograficamente, pelo Estado em suas políticas sobre os Terena do MS:

comunidade. Um posicionamento diante da política bastante diferente ao adotado em editoriais anteriores. Pontualmente, seria importante questionar quais são os elementos políticos que fazem existir, no editorial de julho de 84, esses ingredientes saborosos diante do processo de democratização tão criticado anteriormente pelo grupo de Araraquara. O que, de tão substancial, se efetivava para que se entendesse a existência de um processo de “*rápida democratização*”? Por ora cabe problematizar esse aspecto.

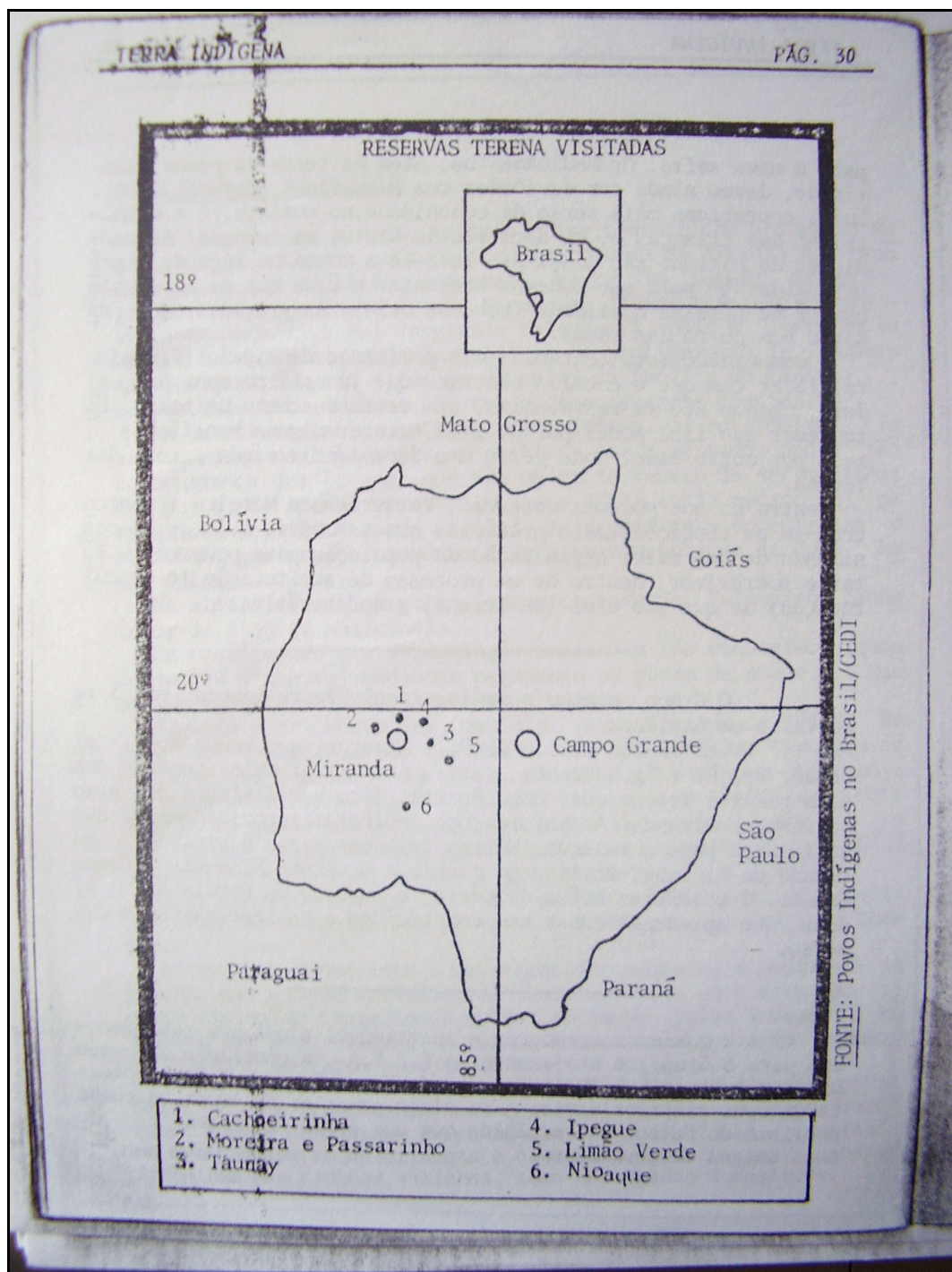


Figura 03: Imagem apresentada no Boletim Mensal de setembro de 1984, quando da segunda visita de intelectuais do CEIMAM ao MS.

Para que tenhamos um entendimento mais global da historicidade entre CEIMAM e os Terena é imprescindível que não se perca a totalidade, o complexo global da contribuição do antigo Grupo de Estudos Indígenas Kurumim, diante dos Terena, sob a coordenação de Silvia Carvalho, e, a partir de 1984, sob a coordenação de Miguel Menéndez.

Valando-se de uma pequena digressão, como foi apresentado, o primeiro contato do pesquisadores com um grupo indígena Terena, se deu em julho de 1982 na reserva de Araribá (SP), criando uma série de questionamentos sobre a então política indigenista do Estado brasileiro para com as sociedades indígenas. No caso sobre os Terena, uma preocupação além das terras indígenas de São Paulo que os levariam a estabelecerem um segundo contato, agora no MS em 1983. A partir deste contato o grupo de pesquisadores desenvolvem uma série de problematizações em relação a política do Estado, denunciando a questão da terra e o estado de miserabilidade e subordinação econômica de algumas comunidades (Passarinho) no MS. Assim, o terceiro momento que nos determos agora figura-se como um terceiro trabalho de campo entre os Terena, o segundo no MS em 1984 que, assim como os demais, deu vida a uma série de análises acerca da política indígena e do indigenismo, que resultou em um relatório de 25 páginas publicado pelo Grupo no mesmo ano (TERRA INDÍGENA, 1984: 08-32). Neste relatório os pesquisadores identificaram uma série de temas, alguns dos quais serão objeto de pesquisa em vários níveis (especialização, mestrado e doutorado) em anos posteriores, como apresentamos durante o capítulo próximo.

Desta forma, “*na tentativa de compreender melhor em que consiste a indianidade de uma população como a dos Terena*” (TERRA INDÍGENA, 1984:03, n. 26)⁶⁵ dava-se continuidade as interlocuções, textuais e de campo, que contribuíram na germinação do grupo de intelectuais de Araraquara, entendidos na pesquisa como intelectuais do CEIMAM, no sentido semântico específico já apresentado na introdução da dissertação.

O relatório de estadia desenvolvido e publicizado no boletim Terra Indígena n. 28 de 1984 apresenta ao público leitor uma rápida abordagem sobre diversos aspectos das reservas visitadas nesta segunda incursão no MS, sendo: o econômico, religioso, político, educacional e cultural. A apresentação desses aspectos, no relatório, está organizada de forma bastante difusa entre as comunidades visitadas, sendo em apenas alguns casos, como Limão Verde, Cachoeirinha e Bananal - Taunay, elencados alguns tópicos, como: Chefia e Liderança; Educação escolar, aspectos econômicos, e vida religiosa. Sobre Bananal, o relatório apresenta um tópico diverso das outras localidades sobre “*O índio transformado*

⁶⁵ Sobre a questão da *indianidade* terena, esse termo fora apenas mencionado, embora sua importância, diante da constrictividade terena em relação a outros grupos étnicos, fora apresentado de forma difusa, pois ele está também difuso na historicidade do boletim.

em trabalhador volante” (TERRA INDIGENA, 1984:19), que juntamente com os demais aspectos nos ocupamos agora.

O documento se ocupa das áreas classificadas pelo G.E.I como reservas de Limão Verde; Bananal (Taunay); Ipegue; Cachoeirinha; Passarinho e Moreira, como constam na figura da página anterior; além de algumas áreas de população citadina de Anastácio e Aquidauana, conurbadas, respeitando as proporções específicas do processo de conurbação entre cidades de pequeno porte, se comparadas com outras localidades do Estado-Nação.

A redação se preocupa, detidamente, com os aspectos políticos de chefia e liderança; educação escolar; aspectos econômicos; vida religiosa, pertinentes a todas as localidades referidas, com exceção de Nioaque, que embora apareça na figura apresentada como mapa pelo Grupo de Araraquara, não se encontra referência textual alguma sobre essa localidade no relatório.

2.1.4.1 Da política

A política interna, jamais dissociada da totalidade, é abordada por nossos interlocutores, no sentido de apresentarem, minimamente através da publicação, a rede de complexos em que se fundamenta a organização política indígena, adequando-se a política indigenista, e em um estágio maior, aos interesses da economia política. A preocupação com a totalidade é condição *sine qua non* para se entender, por mínimo que seja, toda e qualquer posicionamento político do Terena, desde o antigo relacionamento com os Guaikuru e mesmo até além dos dias de nosso recorte cronológico para as fontes documentais. Do contrário, corre-se o risco de simplificar o que não é simples, e também, de vulgarizar todo um processo de construção da política.

Esse complexo, emblematicamente é notável nas fontes documentais. Trata-se de uma rede de status inspirados na política do Estado hegemônico e ainda das tradições indígenas. Esse fato conspira contra uma concepção de organização política absolutamente rígida para a organização social.

O papel das lideranças são apresentados em movimento, assim como toda a população. As regras do contrato social são relidas de acordo com o momento político específico de cada recorte do povo Terena. Entre os líderes de uma dada comunidade, observamos um referencial à instâncias múltiplas do poder, sincronicamente existentes, harmoniosas ou conflitantes em dada reserva, aldeia, ou como preferimos, comunidade. Dissertamos, aqui, sobre os *Chefe de Posto*, *Chefe de Aldeia*, e, ainda, como identifica

nosso objeto em relatório, o *Conselho*, formados e escolhidos por membros da comunidade. Como problematizamos, dar-se-á, a impressão de um nítido quadro de autoridade política, mas que não o pode significar de fato. O líder político de posto normalmente é ligado a Governo Federal, sendo o líder da aldeia (capitão e vice-capitão) e Conselho, instâncias mais ligadas aos membros da comunidade que os elege. Como afirmamos, não se pode aplicar uma hierarquia absoluta nesta rede de poder interna, mesmo entendida em sintonia externa, pois, de acordo com a paisagem histórica construída, os papéis desses status podem ser transformados radicalmente, como por exemplo, em casos em que o chefe de posto é um membro Terena, com influências políticas internas a sua comunidade, e, extensivo as outras comunidades, cobrindo um espaço considerável de poder, inclusive, elegendo o próprio Conselho.

A preocupação do CEIMAM em relação à política interna entre os Terena do MS nos possibilita a busca de um entendimento construído a partir da experiência Terena sobre o que é a política e de como o poder se institui em âmbito local/regional, estruturando-se em posicionamentos nem sempre confortáveis quando levamos em consideração a manutenção do latifúndio no MS, historicamente redutor das terras indígenas com seus braços repressores.

Observa-se também, no relatório, a associação entre política e vida religiosa, onde esta última passa, na realidade sensível, a se apresentar com forte influência em relação a eleição e apoio contínuo das lideranças indígenas.

2.1.4.2 Da vida religiosa

Sobre a vida religiosa nas localidades visitadas, observamos um relatar que procura focar a pluralidade religiosa nas comunidades, em sua amplitude, cristãs. Trata-se de uma observação bastante introdutória, uma vez que o documento apresenta um texto bastante genérico ao se referir ao protestantismo nas áreas em que os membros do G.E.I. de Araraquara desenvolveram suas interlocuções. Observa-se a fragilidade do relato ao tentar, necessariamente, inferir sobre este aspecto em todas as localidades. Rapidamente se faz uma referência a UNIEDAS, a Assembléia de Deus e a igreja Católica, mas o faz apenas de passagem, como se fosse extremamente determinante documentar a questão religiosa em todas as comunidades. Fato esse dificultado, por exemplo, quando o documento se refere a vida religiosa em Ipegue e Cachoeirinha, mas frágil ainda em relação as comunidades de Passarinho e Moreira, mesmo se tratando de um documento relatorial.

Assim, respeitando a fragilidade⁶⁶ de abordagem, ao menos no relatório publicizado, a contribuição maior que elencamos está na tentativa de entender as questões políticas e religiosas de forma dialógica. Com efeito, o documento possui essa propriedade dissertativa, uma vez que atribui ao intuito religioso, - especificamente da Igreja Independente (simplesmente fazendo alusão ao Protestantismo)-, de unificação, ser um momento fenomênico para outra instância da realidade sensível: a união política. O documento infere no sentido de que essa unificação religiosa se dá com boas intenções em relação à concentração política, mas re-inferimos que em um contato de campo tão curto como foram as estadias de nosso objeto em Aquidauana, é no mínimo muito arriscado inferir sobre este aspecto tendo-o como positivo, e no máximo bastante superficial no que tange a uma busca maior e melhor de conhecimentos que pudessem contribuir para entender a história Terena no MS.

2.1.4.3 Da educação escolar

O documento introduz algumas informações sobre as áreas visitadas, relatando um giro introdutório em Aldeinha, Limão Verde, Bananal, Ipegue, Cachoeirinha e Passarinho.

Em Aldeinha, aborda rapidamente a existência de uma consideração por parte dos Terena acerca da alfabetização, relacionando-a ao fator religioso protestante, e, identificando a taxa de analfabetismo como praticamente equivalente entre homens e mulheres ligados de algum modo ao protestantismo.

Sobre a educação escolar em Limão Verde, o relatório é mais generoso. Apresenta-nos a existência da relação entre a Prefeitura de Aquidauana e a FUNAI sobre a educação escolar referente aos anos iniciais do ensino infantil (pré-escola) e fundamental (1ª. a 4ª. série). Todavia, o relatório enfatiza a precária concreticidade da instalação ao continuar:

Esta não passa de uma casinha de tijolos, sem forro e chão vermelho. Possui três salas nas quais existem em média 20 cadeiras e uma pequena lousa. Para fora, há mais uma construção feita dentro dos mesmos padrões, na qual funciona mais uma classe, uma pré-escola e uma precária cozinha para o preparo da merenda (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 10-11, n.28.).

⁶⁶ Acerca deste aspecto, o religioso, nos interessa ressaltar, uma vez que esta questão entre os Terena se configurou, após anos, em objeto de estudo de membros da segunda geração do CEIMAM. Referimo-nos aos trabalhos de Fernanda Carvalho (CARVALHO, F., 1996) e Grazielle Acçolini (ACÇOLINI, 2004), ambos produzidos posteriormente aos trabalhos de campo do Grupo Kurumim no MS, contribuindo para uma maior e melhor compreensão da questão religiosa entre os Terena do MS.

Em seguida, o documento apresenta alguns apontamentos sobre a historicidade da escola em Limão Verde, com apoio de Pascoal Leite Dias como seu interlocutor, sendo ainda o primeiro professor a lecionar na escola desde 1953 até 1955, funcionando junto ao prédio da igreja Católica, tendo em vista que a construção das instalações referidas acima só fora efetivada em 1974 pela FUNAI. O documento aponta também para as práticas políticas existentes em torno da educação. Vejamos:

“Seu” Pascoal deu aula de 1953 até 1955, quando pediu demissão. Em seu lugar a Prefeitura colocou uma professora de Aquidauana (Maria) que, segundo declarações dele, “não dava aula direito, apenas recebia salário”. Pelas informações que ele tem, ela foi posta no cargo por favores políticos da Prefeitura, na época dominada pela UDN. Esta professora “deu aula” até 1958. Não foi possível saber quem continuou a ensinar depois dela. A única informação que recebemos, neste sentido, foi de Arlene (Terena), uma das atuais professoras, que se mudou para Limão Verde em 1971, e quem dava aula, então, segundo ela, era o chefe do posto (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 11, n.28.).

Observamos que a política e o político se fazem constantes diante dos aspectos levantados pelos relatórios de campo do CEIMAM, em São Paulo (1983) e no MS(1983 e 1984). Aqui o documento nos remete a prática política de articulações bastante tradicionais diante da esfera pública, onde se busca atender os interesses particulares de grupos políticos. A citação também nos remete a uma delimitação da comunidade política existente quando apresenta referencia a dominação da UDN, embora seja muito impreciso qualquer inferência apenas pela legenda partidária, uma vez que nem sempre o programa do partido corresponde as práticas políticas de seus filiados e simpatizantes.

Todavia, constatam-se as fragilidades da prática do ensino escolar institucionalizado ao moldes do Estado e sua política educacional diante da realidade concreta da comunidade indígena. Sobre este aspecto, o documento apresenta:

Quando os alunos terminam a quarta série, se quiserem continuar os estudos, têm que se locomover para o ginásio em Aquidauana, e isso é feito de caminhão que vai e volta todos os dias. Este, além de não ser novo, não é coberto, fazendo com que os estudantes fiquel expostos ao tempo. Estudam em Aquidauana, fazendo o ginásio, entre 20 a 24 índios. Não foi possível obter o número exato. Todos cursam o Candido Mariano, escola da rede oficial. Faz um ano que eles estão reivindicando um ônibus para o transporte dos alunos; inclusive foram até Brasília, mas por enquanto nada conseguiram (*Idem*).

A fragilidade do sistema educacional na comunidade é evidente, como observa a fonte, não sendo possível a continuidade dos estudos na própria terra indígena, dependendo de deslocamentos até o município de Aquidauana, também dependente as condições de transporte e manutenção do mesmo. Se junta a isso o fato de os professores não morarem

em Limão Verde, impossibilitando a realização das aulas, caso os veículos de transporte não funcionem corretamente. Assim mesmo, para a prática escolar na comunidade, outra problemática identificada pelo relator é o fato de toda instrução ser monolíngüe (em português), embora o documento apresente a preocupação Terena de se ensinar no idioma Terena e não no Português oficial

Sobre a questão escolar em Bananal, o relatório apresenta alguns elementos que nos chamaram atenção. O documento apresenta a existência do ensino primário (1ª. a 4ª. séries) em uma escola fundada em 1944 com o nome de Escola General Rondon. O texto apresenta uma análise comparativa com as demais localidades visitadas, identificando melhores condições da instalação escolar.

Assim como em Limão Verde, a Escola Rondon, em Bananal, funcionava através de um convênio com a prefeitura de Aquidauana e a FUNAI, o que não impedia o que documento entendia como a maior problemática: o ensino monolíngüe em Português. Com efeito, o relatório apresenta que um de seus interlocutores, o senhor Roberto Pedro, informou-lhes da falta de material didático em Terena, apontando ainda sobre uma experiência publicada pelo Summer Institute of Linguistic com patrocínio da FUNAI, ocasionada por um curso realizado por missionários americanos em Terena. Sobre esse ponto:

Não há condições de se fazer aqui uma análise dessa cartilha, mas é a visão do civilizado que nela se impõe: é sintomático que, logo ao se abrir o número 1, encontra-se o desenho de um menino sobre uma árvore derrubada. Para se poder avaliar melhor a ideologia passada, seria necessário entrar em contato com quem fez o curso e até com quem o deu, o que no caso foi impossível (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 20-21, n.28.).

O documento identifica ainda, uma preocupação em poder entender a ideologia civilizatória, inviável para aquele momento de campo no MS. Entretanto, o relatório apresenta uma preocupação diante daquilo que buscamos fazer durante nossa pesquisa, as interlocuções. Na citação anterior é possível identificar a preocupação em aprofundamento da análise, inviabilizada durante as relações relatoriais de campo entre os Terena.

O texto do relatório continua com otimismo:

Apesar de tudo, podemos dizer que a 'autonomia' da escola terena vem aumentando nos últimos 4 anos, porque o planejamento anual do curso é feito pelos próprios professores Terena, ainda que tenha que passar pela aprovação da Secretaria da Educação de Aquidauana (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 21, n.28.).

Entendemos que esse otimismo é bastante superficial se levarmos em consideração que a relação entre a questão econômica e a educacional estão intimamente ligadas através das condições de trabalho, muitas vezes precários, e de difícil otimismo quando guiados a pensarmos sobre as necessidades das comunidades indígenas no MS.

Também muito rapidamente o relatório de refere a “Reserva de Ipegue” no que tange a educação escolar, identificando a mesma precariedade das condições de trabalho dos professores e alunos. Em Ipegue a interlocução fora desenvolvida com a senhora Diva Maria, professora e conhecedora da realidade objetiva na comunidade.

Além do aspecto religioso, político, entendidos dialeticamente, o econômico divide a tonalidade das preocupações no documento. Assim como identificamos, na síntese dos relatórios dos trabalhos de campo do ano de 1983, o político e o econômico ganham destaque entre as preocupações de nossos interlocutores diante do povo Terena do MS também no relatório de 1984. Identifica-se a existência do mesmo convênio com a Prefeitura de Aquidauana, limitando-se a apenas as séries iniciais do que chamamos hoje de ensino fundamental. Sobre as instalações, Diva Maria, a interlocutora do relator, apresenta criticamente as condições daquele momento: [“... *está caindo na cabeça dos professores e dos alunos*”.] (RELATÓRIO DO GEI, 1984:23, n.28,). Informando ainda que após terminarem os estudos na comunidade, aqueles que desejam continuar os estudos, teriam que se deslocarem a pé para Taunay o que redundaria um percurso, ida e volta, de 16Km. O que nos sugere o entendimento das sérias dificuldades de estudo, entre outros problemas sobre a educação escolar, já identificados através do relatório de visita de 1984.

Em Cachoeirinha as condições precárias também são identificadas. O Ensino escolar nesta localidade se limita até a quarta série, sendo necessário o deslocamento para outras áreas onde seja possível a continuidade da instrução escolar. O relatório identifica apenas uma diferença entre Ipegue e Cachoeirinha: a existência de um ônibus, também em estado precário que contribui para o deslocamento até o município de Miranda onde havia o magistério em 1984. Em Passarinho, o ensino se estende até a sexta série, sendo também necessário o deslocamento para Miranda quando da continuidade dos estudos, “*acarretando certas despesas aos alunos*” (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 27, n.28,).

Desta forma, o educacional escolar, é apontado cumprindo um papel bastante informativo, assim como esperado de um relatório de campo a ser publicizado aos leitores

de Terra Indígena⁶⁷, muito dos quais, pouco familiarizados com uma história indígena Terena.

2.1.4.4 *Dos aspectos econômicos e a relação dialética com a política*

Sobre a questão econômica em Limão Verde, o relatório se preocupa com informações quantitativas acerca dos instrumentos de produção, juntamente com o quadro de trabalhadores e suas funções nesta dada realidade, mas que isolados da abordagem qualitativa do objeto, pouco pode contribuir para a história terena daquele tempo presente. Em relação à confecção qualitativa do documento observamos em nossas fontes:

Quando da pesquisa de Cardoso de Oliveira (1955 a 1955) as terras de Limão Verde ainda figuravam como “devolutas”. Afirmava-se que compreendia uma área de 2.500 ha. De acordo com os dados da FUNAI (1983) somente 1.750 ha. Foram finalmente demarcados. Os Terena de Limão Verde contam que, efetivamente, em tempos anteriores, os limites da reserva iam além dos morros. As terras foram, porém, tomadas paulatinamente pelos fazendeiros. Dois morros de destacam: o que recebia outrora o nome de Morro da Vigila (usado com ponto de observação durante a Guerra do Paraguai e, vizinho a eles, o Morro do Amparo (de onde se vê a estrada que os paraguaios utilizavam pra chegar a Coxim) (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 13, n. 28).

Novamente, a problematização acerca de um entendimento sobre a questão do território Terena é enfocado neste documento e entendida como central diante do aspecto econômico. Apresenta-se a expropriação gradual da terra por parte dos fazendeiros o que levou o povo Terena a beira da insuficiência econômica, detendo-se a um pequeno comércio local, e ainda, a subsistência das comunidades mais abaladas por esse processo histórico de perda do território geográfico e constantes reconfigurações da territorialidade, ao lado da reivindicação de seus antigos territórios de construções culturais.

Como já postulamos, são problemáticas importantes para entendermos a situação da questão indígena brasileira, mas ainda insuficiente para atingir resultados mais concretos diante a realidade fenomênica, uma vez que a metodologia da economia política ainda fica, em sua essência, distante do alvo de críticas processadas sobre os aspectos econômicos do povo Terena do MS.

Sobre essa mesma questão, a econômica, em Bananal (Taunay), encontramos uma série de outras inferências em sintonia com o mesmo aspecto em Limão Verde e demais

⁶⁷ Aqui, cabe entendermos, como nos demais momentos cognitivos, que as informações contidas no relatório em tela são direcionadas a um público amplo, de alunos do curso de Ciências Sociais, professores universitários (neste caso chegando até São José do Rio Preto), os povos indígenas no Estado de São Paulo (especialmente os Terena) e, em medida maior, professores e alunos da rede pública e privada de ensino de Araraquara e região. Cumprindo, desta forma, o objetivo de divulgar a história Terena.

localidades. Porém a abordagem relatorial é estendida, abordando de forma a problematizar mais detidamente o papel da FUNAI e a questão do trabalho. É enfático em relação a insuficiência econômica, em relação a dependência material e a subordinação aos industrializados urbanos. Ao fazer essa abordagem, nossos interlocutores, indiretamente apresenta a movimentação Terena em relação aos centros urbanos de pequeno e mesmo de um porte econômico bastante marcante como é a capital do MS, Campo Grande. Ajudando, desta forma, a entender uma mobilidade territorial bem maior daquela existente entre os Terena de Araribá e em uma outra proporção aos Terena da comunidade do Icatú, ambas no Estado de São Paulo. Como apresenta o documento:

A produção da Aldeia Bananal está voltada, quase que exclusivamente, para o consumo interno. Alguns produtos comercializados com o “mundo exterior” à aldeia, mas especificamente, distrito de Taunay, cidade de Miranda, Aquidauana e Campo Grande; eventualmente com outras cidades. Como dissemos, a região absorve o excedente (arroz, “feijão miúdo”, milho, manga ... esta vendida, ainda verde, às indústrias da região).

A dependência das cidades da região é muito grande. Consomem, principalmente, vestimentos, alguns gêneros alimentícios (sal, óleo, etc.), implementos agrícolas (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 17-18, n.28)

A questão econômica se apresenta diante da insuficiência da terra e da luta pela terra. Em conjunto, os relatórios publicados pelo Boletim do Grupo de Araraquara entre os anos de 1983 e 1984, apontam para uma importante contribuição à história indígena Terena no MS em analogia com SP. Verifica-se que a mobilidade entre as comunidades indígenas no interior de SP é apresentada ao público como portadora de uma movimentação menor daquela existente entre os Terena do MS. Chegamos a esta afirmação, não apenas com o fragmento citado acima, embora seja, evidentemente emblemático da argumentação que propomos sobre a movimentação Terena, todavia, outro ponto que nos chama a atenção é a relação das lideranças do povo Terena e sua mobilização por outros territórios na representação do coletivo Terena. Casos exemplares disto é a interlocução com o Terena João Modesto Pereira, líder político acerca da política indígena e mais amplamente, líder político direto no Estado de Direito de toda população local, uma vez que possuía o cargo eletivo de vereador no município de Aquidauana. Um importante personagem que contribuiu para que pudéssemos aferir essa relação entre os Terena de SP e do MS. Com efeito, temos essa liderança Terena, em movimentação representativa não apenas em âmbito local, entre a política diante dos não-índios, mas de interlocuções que extrapolavam os limites da comarca, participando também de debates sobre a questão de seu povo entre os

membros do universo acadêmico da UNESP de Araraquara, quando de sua contribuição através de comunicação desenvolvida no Encontro Ameríndia, realizado em 1985 pelo CEIMAM no ILSCE. Ainda, para que essa nossa argumentação seja bem entendida e seriamente estabelecida, poderíamos citar o caso de Marcos Terena, liderança indígena já citada na pesquisa como importante no quadro de lutas por uma política indígena na década de oitenta.

Esta questão nos remete a outra de ordem política, que é justamente ao status que provam essas lideranças ao se deslocarem para assembléias políticas e também para a realização de estudos em instituições públicas ou privadas. No caso de Modesto Pereira, ser convidado para comunicar, em nome de sua comunidade, a atual situação em que se encontram os Terena é um fenômeno de poder político representativo o que pode redundar em conferir-lhe mais prestígio, ou mesmo, quando do distanciamento significativo da comunidade, uma série de críticas em relação ao retorno que os representados esperam de seus líderes entre os *Karai*⁶⁸. O que certamente potencializaria o discurso crítico já apresentado pelo Sr. Modesto aos nossos interlocutores. Vejamos como nosso objeto, em documentação nos apresenta o tom de seu discurso, juntamente com o de seu interlocutor:

A FUNAI também aparece na vida econômica dos Terena de Bananal (6). Evidentemente, afirma o Sr. Modesto, que a atuação desta instituição junto a comunidade está muito aquém do desejado. O que recebem não é suficiente, sequer, para a sobrevivência do grupo. A manutenção do trator e do caminhão que receberam fica por conta da aldeia. Em 1983, a FUNAI encaminhou 10 (dez) quilos de sementes para cada família (o que na opinião de Modesto, é insuficiente), com a seguinte condição: se por motivo qualquer não fosse possível colher o que fora plantado, as sementes para a nova safra deveriam ser compradas, na própria aldeia ou fora dela. O combustível (óleo Diesel) para o trator fornecido este ano mesmo, pela FUNAI, foi de 20 litros, em média, para cada família; quantidade insuficiente, segundo Modesto (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 18, n. 28).

A contribuição da liderança se mostra crítica, como o fizeram o Grupo de Araraquara em relatório e matérias anteriores. A FUNAI parece ser ponto passível de críticas amplas em relação ao tipo de assistência empregada entre os Terena. Aqui, temos uma outra importante situação que contribuiu para entendermos não só a movimentação que é representada através de nossas fontes documentais, mas também aquela em que se registra no relatório, o posicionamento de um líder de Posto, tradicionalmente mais

⁶⁸ Permitimo-nos utilizarmos aqui uma expressão bastante típica entre os Kaiowá na Região de Dourados – MS, onde se encontra a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O termo *karai* se remete simplesmente ao não-índio (quando utilizada pelos Kaiowá, pode ser uma conotação pejorativa ou não) que aqui não se faz de modo desprezível.

próximos aos ditames da FUNAI e que neste caso se coloca de forma crítica à esse órgão intermediador do Estado. O interlocutor, João Modesto Pereira, é apresentado no texto do relatório, como questionador da política indigenista. Essa representação nos chama a atenção no sentido de entender o grau de prestígio social que poderia uma liderança, galgar com tais posicionamentos, uma vez que, ao desenvolver apontamentos críticos sobre o “patrão” essa liderança poderia ser objeto de fortes repressões, seja por parte da FUNAI e mesmo da aristocracia coronelista ainda vigente no MS (2009). Certamente nosso objeto tinha como interlocutor, um sujeito nodal de apoio entre os Terena, ao menos em parcela significativa, para que tal inferência fosse relatada no trabalho de campo entre os intelectuais do atual CEIMAM.

Ainda sobre este aspecto político diante dos aspectos de ordem econômica, é possível entender que diante daquela paisagem desenhada por essas relações sociais de trabalho de campo, já acabavam por conferir aos interlocutores informantes um dado prestígio diante do todo que de alguma forma acompanhavam a estadia do Grupo Kurumim em terras Terena no MS. Fato que repercutiria com mais tom após a vinda de representantes Terena à sede do CEIMAM posteriormente.

Uma vez apresentada essa órbita política diante do econômico, é necessário ainda, nos determos em mais alguns apontamentos sobre a contribuição de nosso objeto para com a vida concreta dos Terena do MS.

Muito nos interessou o item da estrutura do relatório, ainda referente aos Terena de Bananal, intitulado, “*O índio transformado em trabalhador volante*” (TERRA INDÍGENA, 1984:19, n. 28)⁶⁹. A abordagem neste ponto do documento apresenta aspectos que se fizeram gritantes aos “olhares” etnológicos, ao passo que são refletidos na etnografia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998: 17-35), quando dos contatos desde 1983 entre os Terena do MS. Assim:

A terra não absorve toda a população que nasce na aldeia e isso se confirma com a saída de um considerável número de pessoas, para trabalhar no corte de cana para as usinas de álcool e/ou açúcar na região de Campo Grande e até mesmo no Estado de São Paulo. Essas “turmas” saem para trabalhar nos canaviais, através de contratos estabelecidos entre a FUNAI e empresários. Normalmente, os indivíduos que saem da aldeia são jovens, em torno dos vinte anos de idade e, num período de 2 (dois) meses, são reservados por outra “turma”. Este tipo de atividade não é “mal vista” pelos moradores da aldeia, uma vez que é uma fonte de renda para a sobrevivência do grupo, fonte esta, como já dissemos, não encontrada na própria aldeia e, numa economia de mercado, o que se precisa

⁶⁹ Detidamente, nos referimos ao tópico, 3.3.1, dentro do quadro de relato de aspectos econômicos de Bananal (Taunay).

obter dos civilizados, tem que ser pago em dinheiro. Pode-se, contudo, imaginar, os efeitos desastrosos deste tipo de engajamento longe da aldeia, para os jovens Terena. Há mesmo reclamações de que alguns indivíduos que retornam à aldeia já tendo consumido toda a remuneração, inclusive em bebidas alcoólicas. Existe, ainda, outro tipo de reclamação que é o abandono inevitável da família por aqueles que já possuem uma família constituída (RELATÓRIO DO GEI, 1984: 19, n. 28).

Nossos intelectuais apontam mais uma vez a questão da terra, agora, especificamente sobre Bananal. Mais do que a importante publicização à questão do cerco às terras tradicionais do povo Terena, o faz identificando um desdobramento múltiplo de problemáticas como o impacto à organização das estruturas sociais, políticas e econômicas na comunidade de Bananal, e, como identificamos em todo relatório, extensivo a grande comunidade Terena que estabeleceram interlocuções.

A terra restringida ao povo Terena dá vida ao que os intelectuais do CEIMAM entenderam como o problema de absorção entre os jovens Terena, fazendo com que busquem uma espécie de ampliação do território bastante complexa. Como pretende demonstrar a fonte, ao venderem a força de trabalho a ser efetivada em uma outra territorialidade, marcadamente hostil, são obrigados a se converterem como mão-de-obra barata à economia capitalista.

E, ainda sobre este aspecto do trabalho externo, o documento continua:

Durante nossa estadia, chegou ao nosso conhecimento que usinas de cana de açúcar também do Estado de São Paulo (usina Cachoeira) buscam mão de obra indígena para o corte de cana (7)⁷⁰. Feito um contrato com a FUNAI, ônibus ou caminhões buscam em média 300 índios, que são alojados na própria usinas por 2 a 3 meses. É evidente que as razões que levam usinas a buscar em tal distância mão de obra para as colheitas se predem a obtenção de mão de obra mais barata ainda do que a usual (regional, aliás em grande parte desempregada) e, possivelmente, a uma expectativa de que trabalhadores indígenas reivindicuem menos, não procurando sindicatos, já garantida a permanência temporária na usina (RELATÓRIO DE CAMPO, 1984: 19, n. 28).

Como dissertamos no início da seção, sobre essa relação capital-trabalho, entendida aos moldes empresarial por nosso objeto, uma vez que é intermediada pela própria FUNAI através de “*contratos*”, oblitera-se qualquer tipo de possibilidade de credibilidade para com as propostas do governo que ocupa o Estado (na ótica do objeto). Mais uma vez, nosso objeto acaba por contribuir para o desvelamento, dessa vez mais enfático, sobre a exploração do trabalho indígena por representantes do capital. E vai além,

⁷⁰ Cita como rodapé: “*Outra usina, a Camburú, esta de Mato Grosso do Sul, também estava contratando índios Terena para o corte da cana.*”

uma vez que tal descortinar contribui para a inferência contrária aos paradigmas que postulavam o fim da luta de classes e outras categorias importantes da filosofia da práxis. Entende-se uma contribuição bastante objetiva uma vez que uma cadeia de problemas é apresentado sobre o caso Terena. Numa palavra, os relatórios apresentam a questão do território e da territorialidade, o confinamento em reservas e aldeias; que por sua vez induz artificialmente a população a condições precárias de existência (como é emblemático também Passarinho), forçando-se a venda da força de trabalho a cifras reduzidas para a manutenção primária de existência do sujeito; coloca-se assim outro complexo que faz desse sujeito, mesmo diante da nova territorialidade (política-econômica), um estranhado despossuído de perspectivas historicamente construtivas, redundando em buscas desenfreadas para o entendimento da paisagem catastrófica que se observa diante do capital; e, assim, dando continuidade a constante movimentação dos corpos *artificialmente*⁷¹ desistoricizados rumo a outras localidades e mesmo de retorno a comunidade, desmoralizados, abatidos e com o mesmo germe existente: despossuído dos meios de produzir. Quadro esse com a plena participação contratualizadora⁷² da FUNAI como órgão intermediador entre povos indígenas e o Estado. Nesta etapa de nosso dissertar ficaria extremamente frágil compartilharmos da perspectiva de que o Estado existe independente de classes sociais e que a sociedade não se encontra subordinada, ao menos a parcela trabalhadora, ao método da economia política capitalista. Mesmo se tratando do período quantificado em democracia política, postuladamente universal.

2.1.4.5 Do caráter metodológico no relatório

Outra questão que nos chamou atenção sobre uma construção cognitiva acerca da contribuição do CEIMAM, expressa nos relatórios publicados é de ordem metodológica. Uma demonstração nítida de contribuições elementares para o trabalho intelectual do CEIMAM no MS foi o relacionamento entre etnologia e história, no que tange aos procedimentos metodológicos. Da perspectiva histórica o etnólogo pode beber do rigor com as fontes, na forma de dialogar com a produção escrita ou não, na preocupação em fazer a crítica interna e externa das fontes, com ou sem chancelas do Estado (uma antiga-presente preocupação historicista).

⁷¹ Se trata de reforçar a historicidade do processo, onde se evidencia os sujeitos históricos e não como desistoricizados como postula o discurso do capital através de setores conservadores da sociedade.

⁷² Utiliza-se “contratualizadora” como derivada formal de contrato, contratual. Associando-se a situação, como apresenta o objeto, a uma espécie de atividade de empreita realizada pela FUNAI.

Roberto Cardoso de Oliveira em *O trabalho do Antropólogo* (1998), fala da “*efetivação do famoso círculo hermenêutico, da interligação dialética*” e acreditamos que a perspectiva histórica pode contribuir em muito com esta preocupação, uma vez que pode se pautar por uma metodologia dialética, a qual também atende as preocupações da antropologia como método⁷³. No capítulo inicial deste importante livro para o historiador, Oliveira preocupa-se em apresentar as etapas da construção do conhecimento antropológico e que identificamos em nosso objeto. Referimo-nos ao “*Olhar, Ouvir e Escrever*”, como uma grande tarefa do ofício do antropólogo/historiador (OLIVEIRA, 1998) e a necessidade de interligá-las a uma realidade do presente. Identificando aí a preocupação de ordem epistemológica em jovens pesquisadores, como se encontravam parte dos intelectuais do G.E. I. Kurumim, mesmo que orientados por outros intelectuais já respeitados no meio acadêmico, como é o caso de Silvia Carvalho e Miguel Menéndez⁷⁴.

Assim entendemos de ambos os lados (historiadores e antropólogos) a contribuição através de um estudo etnográfico diacronicamente preparado teoricamente sobre o seu objeto, uma vez que o grupo de Araraquara passou por um processo de formação específica sobre o povo Terena, antes de ir a campo, fazendo que esse quadro metodológico viesse a contribuir para o entendimento do método utilizado pelo CEIMAM em trabalhos de campo no MS.

O ouvir do objeto como interlocutor, buscando a efetivação de uma relação que se difira da seca relação tradicional pesquisador/informante; e, o escrever como uma segunda etapa do trabalho, pois realiza longe do campo, sob os auspícios das instituições de pesquisa, em seu gabinete etc. (Oliveira, 1998), considerações estas apresentadas por Clifford Geertz⁷⁵, como cita Roberto Cardoso em seus capítulos iniciais acerca de

⁷³ Não entendemos que exista um método capaz de abarcar todas as preocupações da história e da antropologia. Evidentemente há aqueles que melhor contribuem para verificar determinadas problemáticas.

⁷⁴ Em relação à perspectiva histórica, ao trabalho do historiador dialeticamente ligado às ciências históricas se faz, evidentemente, por conta da pesquisa estar em sintonia com a formação acadêmica do pesquisador e também pelo fato de termos a primeira geração do CEIMAM representada nas figuras de Silvia Carvalho e Miguel Menéndez, e que também possuem uma ligação direta com a ciência histórica em sua formação acadêmica-intelectual.

⁷⁵ Também utilizou-se do trabalho de GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*; Trad. de Vera Mello Joscelyne, RJ: Vozes, 1997. Nele o autor desenvolve uma série de inferências sobre o trabalho de campo na Antropologia, extensivo à História, embora generalizada ao fazer uma crítica aos historiadores. Neste livro encontramos uma série de elementos que procuramos entender em uma lógica dialética, diferenciando a leitura estrutural tão postulada por Geertz em suas páginas. Inferimos dessa maneira por entendermos que o conhecimento deve priorizar proposições dialéticas, não se associando às concepções pós-modernas do pós-estruturalismo. Nos reportamos especificamente ao capítulo III, p. 85-107 e capítulo VII p. 229- 231.

“*Trabalhos e vidas: o antropólogo como autor*” (OLIVEIRA, 1998: 25). Assim tentaremos representar através de uma ilustração as etapas do trabalho do antropólogo que entendemos em muito contribuir na perspectiva metodológica do CEIMAM, extensivo àqueles que trabalham com “*Etnoistória*” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003:39-47), a seguir tentamos sistematizar, de forma simbólica, as etapas do trabalho do antropólogo, a partir das observações de Robert Cardoso de Oliveira inspiradas em Geertz:

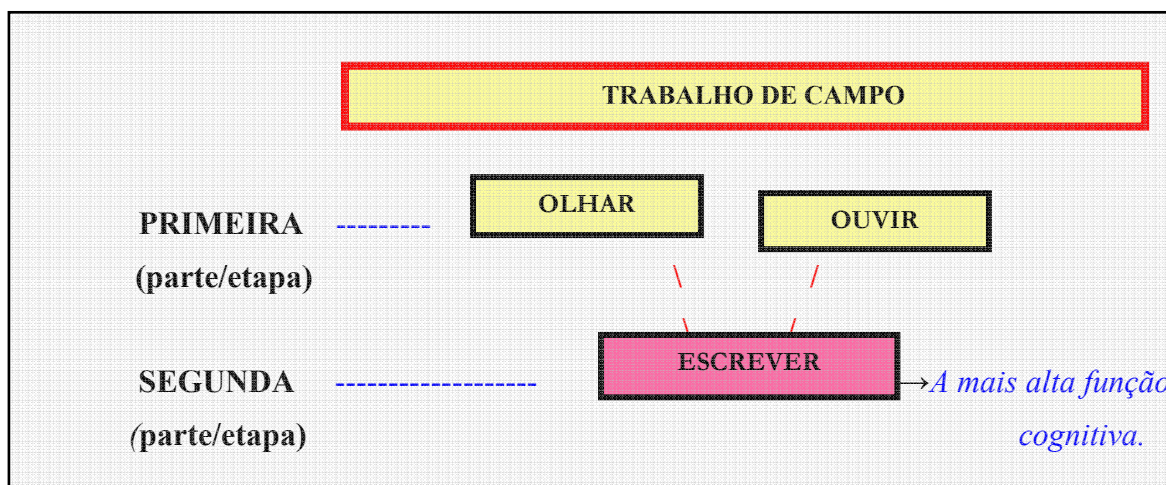


Figura 04: Ilustração dos encaminhamentos na construção cognitiva.

As perspectivas contidas, apresentadas às fontes documentais produzidas pelo CEIMAM representam, em si, este momento cognitivo por excelência. Mais distinta da primeira por se tratar da textualização, do desenvolvimento do suporte narrativo da interlocução de campo. Mas aqui já entraríamos em uma importante extensão de nosso tema, o qual não objetivamos tratar neste momento. Demonstrado então, apenas algumas das contribuições interdisciplinares entre história e etnologia, seguiremos com as demais problematizações que perfazem a dissertação, na intenção de demonstrar minimamente alguns apontamentos que nos convencem de que a perspectiva interdisciplinar não se apresenta como um problema, mas sim como contribuidora na busca do entendimento dos vários problemas e ordem cognitiva nas ciências humanas, por nosso objeto, sobre o povo Terena do MS.

2.1.4.6 *A população Terena citadina*

As fontes documentais, particularmente os relatórios, anteriormente entendidas como parte do trabalho etnográfico do CEIMAM, aponta a questão urbana de parte da

população Terena, nas cidades de Aquidauana e Anastácio. Remetendo-nos a áreas ocupadas por Terena, ou, antigamente ocupadas por estes, construindo um mapeamento geográfico apresentado textualmente.

O relatório de 1984 elenca uma série de áreas urbanas nas duas cidades do MS apontando, em Aquidauana, a Vila Mangal, pertencente ao Bairro Alto, sendo a vila mais populosa acerca dos Terena neste município; A Vila Trindade, conhecida como Vila dos Bancários, distando 3km da área central do município, foi ocupada por funcionários do setor financeiro, apontando ainda, nosso objeto, a existência de um marcante nível econômico dos moradores quando comparado a outras vilas marginais, mesmo não sendo hoje habitada por esse setor de trabalhadores bancários. Também as vilas Serraria e Quarenta, identificando a população terena como em alto grau de miscigenação; ainda, a Vila Paraíso, composta de uma população proveniente de Bananal, embora o relatório não apresente uma datação, habitavam as partes alagadiças do rio Aquidauana e devido as inundações, receberam metros de terras da Prefeitura do município para construção de habitações. O Relatório, sobre este aspecto da população Terena de Vila Paraíso, apresenta a interlocução criticamente de seus informantes de que o motivo central para esse deslocamento das margens do rio Aquidauana fora o alto valor dessas terras e não o problema das inundações do manancial. Quando da visita do CEIMAM, essa vila se compunha em quatro quarteirões, o que representa uma espécie de cercamento⁷⁶, como síntese de todo esse processo de movimentação a partir das margens do rio Aquidauana, muito antes de 1984.

Sobre o recorte do plano urbano-administrativo na cidade de Anastácio, o relatório continua em seus breves apontamentos, identificando a área Aldeinha, como um bairro de índios de Anastácio que no pretérito era marcadamente maior (40 alqueires) que os 4 alqueires que a delimita. O crescimento demográfico nesta área, já apontava durante o ano de 1984, para a possibilidade de transferência de parte dessa população para outros espaços, e nesse sentido o relatório aponta para o deslocamento possível para Limão Verde, bem mais ao norte de Anastácio. Nesta localidade urbana, os Terena, praticavam uma atividade econômica bastante similar às desenvolvidas na Reserva, detendo-se,

⁷⁶ Nos referimos a tentativa de cercamento, que, mesmo com rompimentos constantes, administrativamente, impõe a organização dos corpos em espaços determinados pela política indigenista em suas manifestações locais e regionais.

principalmente, as atividades agrícolas. O relatório identifica Aldeinha como uma reserva urbana, e como reserva tal, detentora de situações problemáticas⁷⁷.

O relatório apenas apresenta uma série de vilas onde foi, ou, é marcante a presença Terena nas cidades onde os intelectuais do CEIMAM estabelecem interlocuções contribuindo também para problematizações desenvolvidas por Roberto Cardoso de Oliveira, em “Urbanização e Tribalismo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968). Ao problematizar a questão urbana, o Grupo de Araraquara nos remete a questão da terra apontada nos relatórios de 1983 e 1984 que nos debruçamos. E, ao fazer isso, apresenta ao seu público de leitores uma contribuição para melhor entender a história do povo Terena, ao menos diante do momento histórico que nossos interlocutores se ocupavam, particularmente sobre a questão da importância da terra enquanto espaço de produção e reprodução terena, material e simbólica.

Desta maneira, identificamos a apresentação de um processo através dos boletins, especialmente quando da publicação, nestes, de sínteses e mesmo de relatórios da visita às Comunidades Terena, seja no Estado de São Paulo e especialmente no Estado do Mato Grosso do Sul, juntamente aos editoriais, eixos temáticos, indicações e bibliografias. O processo a que aludimos é construído a partir da fragmentação do Território Terena, pontualmente, após a guerra contra o Paraguai, posteriormente, diante das frentes de expansão no pós-guerra, paulatinamente mantendo-se acelerado com o decorrer das ocupações fragmentadas através de pequenos e médios ocupadores das terras tradicionais, redundando naquilo que identificamos como cercamento do *ser em si*⁷⁸ nas geografias das cidades e na periferia delas⁷⁹.

Esse processo de brutal cercamento do *ser em si*, se fez de modo sincrônico aos interesses do modo de produção vigente, contribuindo ao lado das políticas do Estado, para o constante agravamento da concepção de existência em um governo ocupado com a constituição de um Estado democrático. Essa análise nos remete ao capítulo inicial de nossa dissertação, onde organizamos uma sistematização da paisagem histórica que se

⁷⁷ Esta área indígena foi objeto posteriormente de outra pesquisa. Veja-se MOURA, Noêmia do Santos Pereira. Uma aldeia Terena Urbana: Aldeinha, 1994.

⁷⁸ Utilizamos a partir das *Bases Ontológicas do Pensamento e da atividade do Homem* (LUKÁCS, 1978), onde o “*ser em si*” é entendido como a consciência ativa no contexto social, focado na particularidade do indivíduo. Para um estudo além de Lukács, vê a Fenomenologia do Espírito (Hegel, 1992).

⁷⁹ Para um maior aprofundamento sobre a questão cidadina, ver como referencial, os trabalhos de Paulo Issac, São Paulo, 2004.

construía sob a égide da democracia ocidental, bastante abordada nas páginas do Boletim Terra Indígena.

2.1.5 A bibliografia crítica sobre o povo Terena nas páginas de Terra Indígena

Desde 1985, identificamos a preocupação da revista em contribuir, através da organização de um material bibliográfico, que desse suporte a historicidade do povo Terena. E isso fora apresentado aos leitores através do veículo de comunicação do CEIMAM de forma considerável.

Após as interlocuções de campo realizadas pelos intelectuais do CEIMAM através de sua historicidade ao lado do povo Terena, Observamos a continuidade marcante através da preocupação em apresentar aos leitores do boletim, uma bibliografia crítica sobre esse grupo étnico, estendendo-se aos anos que se seguiram as visitas no MS. Apresentando uma preocupação em relação à história Terena, que, ao passo que promovia contribuições para o povo Terena, também acabava por promover a edificação da história do próprio Grupo de Araraquara. Com efeito, de parte de seus intelectuais da segunda geração do CEIMAM, germinados nos anos oitenta, em colaboração dos Terena, uma vez que esses não foram entendidos apenas objetos rígidos de um estudo.

A bibliografia crítica sobre o povo Terena, levada à público pelo boletim Terra Indígena, foi entendida como contribuidora em dois aspectos, o primeiro, se refere ao suporte documental da história Terena através de Relatórios de Província, relatos de viajantes e livros, organizados em vários idiomas, contribuindo desta maneira para a divulgação das fontes e bibliografia organizadas sobre os Terena. O segundo, ao mesmo passo que o primeiro, se refere à formação de intelectuais, especialistas sobre os povos Aruák, dando suporte bibliográfico para o desenvolvimento de pesquisas mais profundas sobre o povo Terena. Ao mesmo tempo, acaba por contribuir para a formação de uma visão terena sobre a história de seu próprio povo através das páginas desta bibliografia crítica, disponibilizando, ainda, que essa visão terena pudesse também inferir sobre a história legada pelos escritos da sociedade envolvente não-índia.

O material coletado pelo CEIMAM e que compôs a Bibliografia Crítica, apresentada sempre nas páginas finais do boletim Terra Indígena é vasto e possui características múltiplas no que tange ao tipo de documentação. Procuramos neste momento apenas apresentar esta importante contribuição do CEIMAM, que consta no

boletim, uma vez que a Bibliografia Crítica, além dos boletins, fora sistematizada em um trabalho paralelo à revista, publicado posteriormente pela Editora Terceira Margem, em parceria com a FAPESP, estendendo-se aos povos Aruák do MS e que nos deteremos na próxima seção.

Entre as primeiras indicações bibliografias publicadas nas páginas do boletim, encontramos referências à uma série de relatórios e documentos de chancela⁸⁰ que apresentam citações sobre os Terena. Como exemplo emblemático, o conjunto de relatórios e documentos manuscritos da Diretoria Geral dos índios da Província de Mato Grosso – Relatórios do Diretor ao Presidente da Província entre os anos de 1848 e 1860; o Relatório do Diretor José Vieira de Cuiabá em 1852, 1853, 1854 e 1855; o Documento do Diretor João Batista D’Oliveira ao vice Presidente da Província de Cuiabá em 1858; Relatório do mesmo diretor em 1858 sobre a população Terena e Layana na região de Miranda. Esses exemplos são emblemáticos das primeiras sistematizações bibliográficas sobre os Terena, publicada no boletim Terra Indígena em 1985 (TERRA INDÍGENA, 1985:34-36, n. 34).

Ainda em 1985, no boletim n. 37, apresenta aos seus leitores outra fonte, essa de recuo diacrônico maior que as anteriores. O manuscrito de Aton Huonder: “*Die Völkergruppierung in Gran Chaco im 18 Jahrhundert.*”⁸¹ (TERRA INDÍGENA, 1985: 30-31, n.37), oportunizando um elenco de nações indígenas identificadas em missão religiosa no Paraguai por volta de 1767, por jesuítas alemães. Esse referencial, assim como os relatórios de Província, contribui para uma identificação nomenclatural diversa, onde se faz referências aos Chanas, Terenos e Guaná. Um campo semântico que provocou entre os estudiosos a preocupação em identificar esses povos de forma mais sistemática.

Importante observar que ao passo que a contribuição acerca do povo terena era construída, construía-se também o intelectual que encontra no CEIMAM o *Lócus* de sua constituição enquanto pesquisador. Neste passo, os intelectuais da primeira geração do CEIMAM tiveram um papel central, seja como inspiração aos egressos, como orientadores, como tradutores e oportunizadores de textos não disponíveis em língua portuguesa. É o caso da citação da bibliografia crítica sobre o povo Terena que encontramos no boletim n. 39, onde Silvia de Carvalho e Miguel Menéndez apresentam “*Etnografía del Chaco* –

⁸⁰ Referente aos documentos com a outorga do Estado, documentos oficiais de um governo, com sua marca, rubrica.

⁸¹ (*A distribuição dos povos no Grande Chaco no século XVIII*).

Manuscrito Del capitán de Fragata De La Real Armada Don Juan Francisco Aguirre em La Demarcación de Limites de Espanha e Portugal em La América Meridional ...)” (TERRA INDÍGENA, 1985: 14-23, n.39), fazendo referências aos índios Gana. Ainda em relação a leitura em outros idiomas, publica-se sobre o Grande Chaco, de Alfred Métraux, “*Le shamanisme chez les Indiens Du Grand Chaco*”, onde o autor procura caracterizar o xamanismo no Chaco paraguaio, tema que posteriormente chamou a atenção de nossos interlocutores do CEIMAM.

A envergadura da bibliografia crítica sobre o povo Terena levantou-se também levando em consideração trabalhos dissertativos mais recentes, como o estudo desenvolvido em 1980, na UnB, por Yara Maria Brum Penteado (PENTEADO, 1980), sobre a questão urbana e a vida cidadina, onde se observa parte da região que também foi espaço das problematizações de nosso objeto: as cidades de Anastácio e Aquidauana no MS.

Cabe nesse estágio da primeira seção do Capítulo II, detidamente nesta subseção, apenas alguns apontamentos que nos direcionaram para o livro que fora entendido como a síntese bibliográfica iniciada com as interlocuções entre intelectuais do CEIMAM e os Terena, em São Paulo e principalmente no Mato Grosso do Sul.

A organização deste material, nas páginas do boletim, possui uma apresentação didática, o que nos levou a inferir novamente sobre a preocupação em socialização dos estudos sobre a questão indígena aos seus leitores de Araraquara e região, extensivo as comunidades Terena no MS, uma vez que o boletim, juntamente com as imagens, foram retornados os Terena do MS, como consta em relatório de atividades anual do CEIMAM⁸².

A exegese do conjunto bibliográfico organizado pelos intelectuais de Araraquara certamente não foi nosso objetivo. Nos preocupamos em entender a forma de sistematizar todos esses materiais, em sentido com as proposituras do objeto. Cada citação se apresenta com uma breve sinopse acerca do conteúdo, apresentando o ano, volumes e páginas do documento, que, para o trabalho historiográfico se constitui de grande contribuição, aja visto a necessidade do trabalho historiográfico em desempenhar tal sistematização como etapa do processo de pesquisa, e, certamente, por um outro ângulo, também é contribuidor no sentido de serem, as indicações bibliográficas apresentadas através do boletim, entendidas como fontes e utilizadas por outros pesquisadores, veja-se os trabalhos de

⁸² Uma identificação de retorno também identificada em nossas interlocuções de campo com a professora Sílvia e intelectuais da segunda geração que participaram das estadias do G.E.I. Kurumim no MS.

MOURA, onde a autora se vale da contribuição do CEIMAM através da publicação da bibliografia crítica sobre os Terena (MOURA, 2001: 126-134) .

Desde modo, a contribuição desta bibliografia Terena, por parte de nosso objeto se apresenta (ou) sob a mira de uma grande valia, uma vez que essas fontes, além de contribuírem para o desenvolvimento de dissertações e teses, são também portadoras de informações vitais para o processo de identificação das terras indígenas em constantes litígios desde os anos 80 e em muitos casos, como em Buriti, ainda litigiosas. Após mais de 20 anos de sistematização destes documentos, é nítida a maior divulgação dessas fontes, mas em nada as enfraquecem diante das possibilidades de contribuições, seja acerca do processo de identificação das terras, da história ideologizada pelo não-índio, da representação de quem eram esses povos e de como eram entendidos através dos “olhares” estrangeiros.

2.2 A Bibliografia crítica dos os Povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco

Este é o título do trabalho de Silvia Carvalho, Fernanda Carvalho e Maria Cristina Galan, desenvolvido com o apoio de parte dos intelectuais do CEIMAM e publicado através da EDUNESP e Editora Terceira Margem, sob financiamento da FAPESP em parceria com a FUNDUNESP em 2001.

Embora essa publicação fuja ao recorte cronológico das fontes documentais, assim como as dissertações e tese, elencadas para nossa pesquisa, esta produção tem sua gênese nas décadas iniciais em que os membros do CEIMAM se detiveram acerca dos Terena no MS, estendendo-se até o ano de 1990, todavia, enquadrando-se perfeitamente em nosso recorte temporal no que se refere ao desenvolvimento do projeto de trabalho do CEIMAM. Entendeu-se esta bibliografia crítica sobre os povos Aruák como um importante trabalho sintetizador de possibilidades a outros trabalhos, de natureza diversa, especialmente o acadêmico.

O livro veio a público após uma série de mapeamentos bibliográficos realizados pelas autoras, juntamente com a participação de Edmundo A. Peggion, no levantamento dos microfilmes; Luiz Antonio Norder, na pesquisa em Buenos Aires e no Arquivo Público do Estado do Estado do Mato Grosso em Cuiabá; e; outros membros, principalmente alunos do curso de ciências sociais, que na *Apresentação* do trabalho são lembrados como sujeitos nodais para a construção do estudo crítico.

O público alvo é anunciado pelas autoras como sendo os “*próprios Terena e aos poucos descendentes dos outros grupos Guaná, para que possam completar as imagens de seu passado tribal, do qual a transmissão oral preservou, na maioria dos casos, apenas fraguimentos*” (CARVALHO; CARVALHO F.; GALAN, 2001, 07), além do público de pesquisadores acadêmicos com interesses nos povos Aruak.

O material publicado não apresenta ao leitor maiores detalhes sobre o projeto que deu vida a publicação da Bibliografia Crítica nas páginas do boletim Terra Indígena. Nossa pesquisa com as fontes documentais indicam alguns sinais desta contribuição do CEIMAM. Assim, fomos ao boletim (TERRA INDÍGENA, 1990: 02-03, n. 55), na busca de alguns elementos que são apresentados acerca de uma sistematização daquilo que compõe o material publicado em 2001, quando se observa a apresentação, em suas páginas finais de cada publicação, um pouco do levantamento crítico desenvolvido sobre os Terena ainda na década de 80, sinalizando que a confecção deste trabalho (2001) se deu de forma difusa aos objetivos do Grupo entre os Terena, principalmente após a apresentação das monografias e dissertações de seus intelectuais sobre os Terena do MS.

Entendemos ser de importância provocarmos uma ligação entre o livro publicado em 2001 ao projeto de “*Memória e Identidade Terena*” apresentado nas páginas do boletim Terra Indígena, pois a publicação nos remete a existência de um recuo além 1990, direcionando a uma preocupação de 1985, detidamente, acerca da “*BIBLIOGRAFIA CRÍTICA SOBRE O POVO TERENA*” (TERRA INDÍGENA, 1985: 13, n. 39). A fonte documental apresenta a seguinte chamada, em sintonia com a “*Apresentação*” do livro publicado em 2001:

Este é um espaço reservado em cada número de TERRA INDÍGENA para comentários sobre documentos inéditos ou obras já publicadas que são importantes para a compreensão da cultura e a reconstituição do passado histórico dos Terena do Mato Grosso do Sul. O levantamento desta bibliografia, dirigida principalmente às lideranças e professores Terena, faz parte do projeto de pesquisa MEMÓRIA E IDENTIDADE TERENA que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Indígenas Kurumim e que tem por objetivo colaborar para a recuperação crítica e revitalização da memória tribal desta nação indígena (TERRA INDÍGENA, 1985: 13, n. 39).

Embora não seja possível a reconstituição do passado em absoluto, nem algum tipo de resgate da memória, aqui, o documento aponta para a confirmação de que o trabalho publicado em 2001 remonta, minimamente a 12 anos de estudos sobre os Terena, juntamente com o desenvolvimento de monografias, dissertações e uma tese. Reforçando e demonstrando que nossa percepção, sobre esse ser um trabalho sintetizador de

possibilidades de novos trabalhos é válida de atenção, pois a própria construção do CEIMAM sobre os Terena do MS nos apresenta ser a síntese do conjunto de intelectuais na construção do conhecimento.

O livro, na *Introdução* da Bibliografia, se detém a breves apontamentos arqueológicos a respeito dos povos Aruák se ocupando também da questão do trabalho e da política, nos remetendo rapidamente ao acesso as 262 referências bibliográficas, organizadas alfabeticamente, cada uma delas com uma pequena resenha crítica sobre a obra. O livro disponibiliza um conjunto de anexos, também com uma rápida apresentação dos mesmos. Procuramos nos deter a alguns aspectos que vão de encontro mais diretamente com nossa problemática, que é justamente a contribuição do CEIMAM para a história indígena.

O texto aponta para a constante movimentação dos povos Aruák no período pré-colombiano, identificando as dificuldades deste tipo de preocupação diante do quadro escasso de dados sobre a questão arqueológica.

Em relação à questão política e econômica, o texto apresenta alguns aportes remetendo-nos a 1864 quando da ocupação da vila de Miranda sob ordens de Solano Lopes, indicando a existência de sub-grupos Guanás Chuala-Chavarana (Echoaladi), Kinikinau, Layaná e Terena. Deste conjunto, apresentam os Terena como aqueles que conseguiram sobreviver ao processo da Guerra do Paraguai (política), sendo de vital importância a sua sobrevivência diante da ocupação do território no findar do conflito. Identifica-se a existência do regime de semi-escavidão nas fazendas produtoras e demais setores da economia que se ergueu com as frentes de ocupações no Sul da antiga Província do Mato Grosso.

Durante o século XX esse mesmo povo fora alvo das ações da política governamental integracionista, utilizados como mão-de-obra ao lado de Rondon durante a instalação das linhas telegráficas e também na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Também sendo alvo direto da política integracionista governamental, quando do deslocamento para o Estado de São Paulo onde deveriam ensinar os Guarani trabalharem, com efeito, aqui, nos referimos a política positivista postulada pelo Estado. Uma das localidades destinos dos Terena do MS foi à reserva fundada por Curt Nimuedajú para os Guarani em Araribá no interior de São Paulo.

Acerca da questão política, especificamente sobre a política indígena e a história indígena Terena o livro organizado é bastante rico. As autoras se remetem a 1980, apresentando esta data como um marco na história indígena do Brasil. Referem-se ao nascimento da UNIND, posteriormente UNI, em Campo Grande, com apoio imprescindível do CIMI no que tange a viabilização do encontro. Apontam também sobre as últimas décadas (2001), o crescimento dos movimentos indígenas e a crescente autonomia destes diante da política, identificável atreves de suas articulações com movimentos de povos nativos além das fronteiras do Estado-nação. Destas articulações, identifica-se, internamente, no MS, a “Kaguatega” que busca representar os Kadiwéu, os Terena, os Guarani e Kaiowá.

Acerca dos conflitos o trabalho identifica a tensa situação em Horta Barbosa, posta em sua densidade demográfica e condições de vida precária para considerável parte da população, apontando para os índices de suicídio na reserva de Dourados – MS. Horta Barbosa é o nome da reserva indígena de Dourados possuindo uma população de grupos étnicos diversos como os Terena e Guarani⁸³. O texto introdutório também reconhece a existência da resistência aos impactos do capital e a constante luta pela recuperação dos Tekohá (territórios organizados em sintonia com a cosmovisão do povo que o habita), apresentando ainda a inferência crítica das autoras sobre a organização política dos fazendeiros na defesa de seus interesses de grupo aristocrático, articulados nacionalmente no Brasil e de expressividade latente diante da Política do Estado, ignorando o direito legalista de 1988 sobre os povos indígenas brasileiros.

A organização da Bibliografia crítica sobre os povos Aruák do MS e do Grande Chaco disponibiliza um farto referencial para pesquisadores interessados com esse tema, sejam eles indígenas e não-indígenas, principalmente entre os Terena de São Paulo, Mato Grosso, e, principalmente, Mato Grosso do Sul.

Quando observado as contribuições do CEIMAM, como um coletivo de intelectuais diversos, identificamos que o boletim Terra Indígena, com seus vários textos acerca do povo Terena; a Bibliografia sobre os povos Aruák e também o conjunto de pesquisas de mestrado e doutorado, todos, formam um quadro constituído por anos de pesquisas de diversos níveis (acadêmicos ou não) que minimamente acabavam por propor uma alternativa diante da política aplicada pelo Estado. Entendemos que o fenomênico

⁸³ Sobre a área indígena Horta Barboza e a relação da população dessa reserva de Dourados ver o trabalho de pesquisa de Lilianny Rodriguez Barreto dos Passos (Passos, 2007: 35) e ainda sobre as organizações indígenas (Passos, 2007: 106-131).

sobre a política fora inferido durante anos de estudos sobre os Terena. Entretanto, além do fenomênico, observou-se durante a pesquisa uma série de preocupações, por nossa parte, no que se refere ao ir além do fenômeno político, ou seja, uma inferência rumo a essência haja visto as problematizações realizadas na realidade sensível. Todavia, o estudo das fontes para a pesquisa apontam para alguns limites acerca da contribuição do CEIMAM para a história Terena, estando essa contribuição bastante focalizada no universo fenomênico do Estado-nação, o que tudo indica, ser também essa relação com o fenomênico o universo de limites claramente reconhecidos por Silvia Carvalho em nosso trabalho de campo em 2008.

2.3 Temáticas e perspectivas dos intelectuais do CEIMAM

Diante deste quadro de perspectivas sobre a história indígena e as críticas diante do indigenismo no Brasil, como parte de uma totalidade complexa de relações de poder na sociedade de classes, pudemos observar o pluralismo temático desenvolvido nos espaços que promoviam novos “olhares” sobre a questão indígena. Detidamente, sobre nosso objeto, foi possível identificar durante a pesquisa um conjunto de elementos manifestantes em suas produções acerca do povo Terena do Mato Grosso do Sul, nas páginas do boletim Terra Indígena entre os anos 80 até início dos anos 90; na publicação da *Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco*, apresentada ao público em 2001, e, nos trabalhos acadêmicos, desenvolvidos por parte de seus intelectuais.

No desenvolvimento do primeiro contato com os boletins Terra Indígena no ano 2000, nas unidades da UNESP de São José do Rio Preto e Assis, por ocasião de um desenvolvimento exploratório de identificação de fontes para um estudo de caso sobre a comunidade do *Icatu* no Estado de São Paulo, foi possível verificar parte do conjunto temático destas publicações que a partir de 2006 passaram a ser entendidas e estudadas como fontes documentais para a pesquisa de agora. Inicialmente, chamou atenção a diversidade temática sobre os povos indígenas do Brasil, estendendo-se também a outros povos americanos através de uma linguagem crítica e de apoio as causas dos povos indígenas.

Neste segundo momento, de contato com as publicações do grupo de Araraquara, realizando o estudo do material, agora como fontes documentais nodais para o

desenvolvimento da pesquisa, foi possível identificar, além da temática central, alguns fatores que emblematizam esse campo nas contribuições críticas do CEIMAM para a história dos povos indígenas. De forma geral, sensivelmente identificável com as leituras exploratórias do boletim, além da centralidade da questão indígena americana, identificamos também, como fator elemental, a base crítica que fundamenta os periódicos publicizados a partir de Araraquara, destinado inicialmente a um público específico de professores e alunos, extensivo a região araraquarense. Todavia, as temáticas específicas apresentadas no periódico são a partir do elemento crítico das frentes de expansão do capitalismo, com efeito, durante os anos iniciais da publicação.

Entre as especificidades de temas apresentados aos leitores nos detivemos à suas contribuições sobre o povo Terena, uma vez que o quadro temático por sua amplitude, provocaria a descentralização da problematização maior que elencamos diante de nosso objeto de estudo. Assim, verificou-se que o órgão intermediador entre Estado e povos indígenas figurou como maior objeto de inferências por parte do Grupo de Araraquara. A FUNAI é referendada inúmeras vezes nas páginas do boletim Terra Indígena, onde se apresenta um entendimento da ineficácia deste órgão do Estado diante das necessidades concretas do povo Terena, a partir das comunidades no Estado de São Paulo até, enfaticamente, o Estado do Mato Grosso do Sul.

Conjugando-se com esse tema, outros como as manifestações Terena realizada através da dança bastante emblemática do Pate-páu, onde se apresenta a diversidade de significações desta para os Terena de SP e do MS, entre elas a associação deste evento a guerra contra o Paraguai da qual os Terena tiveram participação, ponto este bem trabalhado na tese de Graziela Acçolini.

A questão política também compõe este quadro temático de ocupações do CEIMAM. Referimo-nos à política a partir da ótica Terena em relação à política do Estado. Historicamente, as relações políticas também se constituem uma emblematização da sociedade Terena. Deste modo, dissertamos sobre o desenvolvimento de uma concepção de política indígena diante das concepções de política indigenista em suas pluralidades de agentes e manifestações. Diante da historicidade Terena, as relações políticas tiveram marcante expressão na literatura etnográfica, sendo uma das preocupações do trabalho de pesquisa na dissertação realizada por Maria Cristina Galan, centrando na necessidade do entendimento da “simbiose” Terena para o entendimento do papel da mulher Terena na organização social. Diante das políticas, como tema bastante recorrente nos primeiro

quartel das publicações do boletim está o CIMI e a UNI, com suas proposições de política indígena.

Estas duas organizações encontram pleno respaldo nas páginas do periódico do CEIMAM, o qual manifesta seu apoio político de reconhecimento pleno à importância destas instâncias de discussões políticas diante da esfera pública, visivelmente insuficiente e esgotada. Como reflexo, temos a existência dos movimentos indígenas catalisados na UNI em busca da representatividade com apoio de não-indígenas no Estado constituído, e, ao lado de alianças com outros povos indígenas em escala continental. No que tange ao CIMI, não se trata apenas de estar elencado diante das temáticas de nosso objeto, mas de ser o suporte basilar da constituição inicial dos boletins do Grupo Kurumim, uma vez que o periódico propriamente dito se faz em sua maior parte de republicações de matérias sobre os povos indígenas do jornal Porantim, veículo de comunicação social do CIMI e que representou em grande medida um canal de comunicação entre parte da população brasileira e as situações marcantes da questão indígena no país.

Identificou-se que a temática central do boletim se constituiu em síntese promotora de outras preocupações e que são visíveis através das produções acadêmicas de parte dos intelectuais do CEIMAM. Diante da produção cognitiva produzida a partir das experiências do CEIMAM com os Terena de São Paulo e Mato Grosso do Sul, ou seja, dos trabalhos produzidos na academia por intelectuais ligados ao grupo de Araraquara, identificamos também uma rede temática, que sugere uma ligação com os trabalhos de campo realizados a partir de 1983 entre os Terena. Com efeito, os aspectos culturais, econômicos, e, enfaticamente, o político, compõe o quadro temático das publicações dos intelectuais de Araraquara. Através dos trabalhos acadêmicos realizados por parte dos intelectuais do CEIMAM, pudemos observar a permanência destes aspectos.

Propusemos como capítulo finalizador de nossa dissertação a apresentação de nossos estudos sobre parte dos trabalhos desses intelectuais no sentido de demonstrar a contribuição desses diante das perspectivas de anos de estudos sobre os Terena do MS e que vieram a constituir a historicidade de nosso objeto. Com efeito, preocupou-se em entender esses trabalhos (fontes bibliográficas) não se distanciando da perspectiva de intelectual proposta por Gramsci e partilhando da mesma preocupação deste autor quando se apresenta interessado em entender os intelectuais no sentido coletivo e não apenas individual.

CAPÍTULO III

A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA DA SEGUNDA GERAÇÃO DO CEIMAM SOBRE OS TERENA

Neste capítulo sistematizamos a apresentação do estudo de parte das produções acadêmicas desenvolvidas a partir do CEIMAM através de seus intelectuais. Especificamente nos debruçamos sobre os trabalhos de três intelectuais pertencentes à segunda geração do Grupo de Araraquara que estiveram diretamente ligadas às interlocuções desenvolvidas entre os membros do CEIMAM junto aos Terena do MS. A saber, organizamos o dissertar em apenas uma seção, intitulada Dissertações e tese, subdividida em três subseções. A primeira subseção se ocupa de parte da produção de Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, tendo como foco central a sua dissertação de mestrado (1994). Na segunda, procuramos proceder de forma similar a primeira, detendo-nos a publicação da pesquisa dissertativa de Fernanda Schmuziger Carvalho, que, embora se trate de uma publicação recente (2008), o material dissertativo se reporta diretamente ao trabalho de mestrado desenvolvido sobre os Terena do MS em 1996. Na subseção que encerra o capítulo, apresentamos a tese de doutoramento de Grazielle Acçolini (2004), entendida como a extensão maior de suas contribuições sobre os Terena do MS a partir do CEIMAM, e finalizando, desenvolvemos breves apontamentos sobre os aspectos teórico-metodológico das autoras diante da totalidade.

3.1 Dissertações e tese

Como problematizamos nos capítulos anteriores, ao buscar entender a historicidade do CEIMAM, pensou-se em situar os intelectuais do CEIMAM em três gerações. Nossa sistematização se constituiu levando em consideração a necessidade de estruturar a participação dos membros do Grupo, que se debruçaram sobre a história do

povo Terena. Não a fizemos no sentido hierárquico e imóvel, nem tão pouco, inspirados na tradição francesa do *Annales*. Tratou-se de uma necessidade metodológica para melhor objetar sobre nossa problemática (MARX, 1978:101-257), e, não se tratando de uma escolha, simplesmente elencada para satisfazer uma estética textual ou privilegiar personagens.

Entender a primeira geração iniciada com Sílvia Maria Schmuziger de Carvalho e Miguel Angel Menéndez não fora uma inferência do tipo mito fundador (CHAUI, 2000:11), pois os temos, a primeira e o segundo, como elementos centrais daquilo que entendeu-se como propulsores da historicidade do CEIMAM. No mesmo passo, embora anos depois (1983), Miguel Menéndez passa a integrar esta geração de intelectuais que vieram coordenar, primeiro o Grupo de Estudos Indígenas Kurumim, e, segundo, o Centro de Estudos Indígenas.

A segunda geração se funde cronologicamente com a primeira, que é composta por Silvia e Miguel (embora as suas contribuições se diluam ao longo do tempo) atingindo até a terceira geração. Trata-se de estudantes em processo de intelectualização acadêmica, que de algum modo estavam ligados de forma mais próxima da primeira geração de intelectuais, coexistindo historicamente com os fundadores do grupo, especialmente a professora Silvia Carvalho. Do mesmo modo como ocorrera com os membros da terceira geração. Certamente, de acordo com nossa sistematização, grande parte dos intelectuais, formados ou inspirados no CEIMAM, pertencem a esta geração segunda, sendo ela existente desde os primeiros anos da década de 80 estendendo-se até o fim dos anos noventa. Nesse período (fim dos 90) é que tem início a terceira geração do CEIMAM, onde procuramos entendê-la como egressos da primeira e segunda geração de intelectuais. Esta última geração escapa nosso recorte temporal e se estende até a atualidade. Mas certamente nossas interlocuções se estenderam em alguma medida também a ela, sejam através dos textos, como os de Paulo Isaac (ISSAC, 2000: 108-142) e Noêmia Mouro (embora sem uma vinculação orgânica com o CEIMAM), e, ainda, das interlocuções de campo durante o Ameríndia 2008.

Na segunda geração do CEIMAM é que identificamos o número maior de contribuições sobre os Terena do MS, tratando-se de trabalhos acadêmicos de iniciação científica, dissertações e tese. Dessas três modalidades de produção intelectual, procuramos entender as produções que vieram a redundar nas dissertações de mestrado e no trabalho de doutoramento desses intelectuais, todos tendo como objeto de investigação,

os Terena do MS. Assim, nas seções que se seguem, procurou-se apresentar a contribuição desses intelectuais no sentido de entendermos parte de suas perspectivas da história indígena diante da política indigenista.

3.1.1 Maria Cristina da Silveira Galan

Maria Cristina da Silveira Galan (hoje, Galan Fernandes), participou das interlocuções de campo desenvolvidas na década de 80 com o Grupo de Estudos Indígenas Kurumim. Graduada em Ciências Sociais pela UNESP de Araraquara em 1987, desenvolveu trabalho monográfico sobre o povo Terena, sob orientação de Silvia Maria S. de Carvalho, com o tema: “*A Mulher Terena: espaço e status*” (GALAN, 1987) com financiamento da Fundação Carlos Chagas - 4º. *Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher Brasileira*.

Neste trabalho, Maria Cristina Galan se ocupou em entender e apresentar uma contribuição à história Terena, focalizando a sociedade tradicional e a atual (1987), especificando em sua preocupação principal sobre a mulher terena, focando a divisão sexual do trabalho e também realizando apontamentos sobre antropologia visual e gestual inferindo sobre o cotidiano na aldeia, a festa e a feira realizada nas cidades da região.

Em 1994, sob orientação de Norma Telles, continuou com a temática Terena, trabalhando no programa de mestrado em Ciências Sociais da PUC-SP, a dissertação: “As Terena” (GALAN, 1994); agora sob financiamento governamental do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com efeito, procuramos nos deter a esta produção de Galan onde a autora, bastante orientada sob a perspectiva do trabalho monográfico apresentado na década de 80, nos apresenta através de sua dissertação, na década posterior, uma série de contribuições acerca dos Terena do MS. Entre essas contribuições a autora infere sobre a sociedade Terena nos aspectos sócio-espacial e as relações intertribais; o papel da mulher e as relações de gênero, não dispensando para isso a questão econômica. Discute ainda a mudança social, focando a questão do trabalho feminino na economia de mercado, além de promover algumas considerações teóricas sobre a questão da integração do trabalho indígena feminino na economia de mercado, seguindo uma orientação teórica, ao que sugere, bem mais crítica em relação à economia política.

Em 2002, de volta a instituição de origem (UNESP de Araraquara), sob orientação de Tércia Regina da Silveira, desenvolve o seu trabalho de doutoramento, desenvolvido na área de Educação, como o título: “*Concepções de qualidade de ensino na perspectiva docente em um Centro Universitário privado e noturno*” (GALAN, 2002). Nele, focaliza a qualidade de ensino universitário e o trabalho docente na universidade privada. Trabalho esse não mais vinculado ao Departamento de Antropologia da UNESP de Araraquara, mas sim ao departamento de Educação.

Diante da produção acadêmica de Maria Cristina Galan, observa-se nos anos iniciais uma ligação notória em sua produção, diretamente às perspectivas do CEIMAM ao se debruçar sobre a temática Terena. Seu trabalho de doutorado não faz o mesmo, tendo como objeto e área, elementos distintos (embora mantenha certa proximidade) dos elencados durante a graduação e de sua dissertação. Assim mesmo, de outro modo, buscamos entender que sua contribuição sobre educação e formação através da Universidade possui um elemento de influência em sua trajetória diante da temática indígena iniciada no CEIMAM⁸⁴, uma vez que entre as preocupações do Grupo de Araraquara sempre fora elencado a questão da educação, a universitária e a secundarista (público principal de leitores do boletim do Grupo Kurumim em 1982).

Deter-nos-emos em suas contribuições sistematizadas em sua dissertação (GALAN, 1994), por entendermos que se trata do avanço do trabalho iniciado nos anos 80, mantendo estreita ligação com a nossa temática e problematizações sobre os intelectuais, a política e suas perspectivas acerca dos Terena do MS.

Sobre sua contribuição, Galan apresenta no início de seu trabalho dissertativo as seguintes preocupações:

A presente pesquisa preocupa obter um maior conhecimento antropológico da mulher na sociedade indígena Terena do Mato Grosso do Sul, bem como uma melhor compreensão de seu papel nos processos de mudança social. A caracterização de suas atividades econômicas enquanto ceramista e feirante dimensiona a importância de seu papel na sociedade, levando a uma percepção das relações entre os sexos como opostas e complementares. A partir da análise dos contatos intertribais e interetnéticos da sociedade Terena ao longo de seu processo histórico pode-se compreender também sua atual situação de inserção numa sociedade de classes como estratégia de sobrevivência (GALAN, 1994: 04).

Sócio-espacialmente, o trabalho de Maria Cristina se pontua entre as comunidades de Limão Verde e Cachoeirinha, onde se concentrou a investigação de campo,

⁸⁴ Importante notar que a autora, através de nossas interlocuções, reconhece a importância do CEIMAM em sua trajetória intelectual.

contribuindo para que pudéssemos pensar as experiências desenvolvidas nos anos 80 pelo Grupo de Estudo Indígenas Kurumim, como evidenciamos através das publicações relatoriais das visitas entre os intelectuais de Araraquara e os Terena no MS.

Logo em sua introdução, Maria Cristina apresenta uma discussão sobre a emblematização dos Terena em situação de contato e a presença de uma bibliografia sobre os Terena onde figuram autores como: Herbert Baldus, Kalervo Oberg, Altenfelder Silva, Roberto Cardoso de Oliveira e Edgar de Assis Carvalho. Apesar da existência da literatura etnográfica sobre os Terena, Galan se propõe trabalhar sobre uma problemática que procura contribuir sobre algumas fragilidades sobre essa literatura. A autora identifica uma lacuna na etnografia referente ao papel da mulher que raramente fora abordado, embora os estudos sobre a participação das mulheres na sociedade tivessem se tornados mais freqüentes nas últimas décadas. Como se observa não se trata de uma absoluta lacuna, mas uma fragilidade acerca da questão das mulheres na organização sócio-política. Vejamos a autora sobre esse momento:

Algumas abordagens antropológicas referentes à segunda metade do século XX, realizadas por antropólogas como Jane Goodall e Jacqueline Roumequerre Eberhardt têm reativado a posição ocupada pela mulher nas sociedades 'primitivas', ocasionando uma reavaliação mesma das próprias sociedades e suas 'hierarquia sexual' onde – a partir desses novos trabalhos – os pares masculino/feminino aparecem mais como opostos e complementares GALAN, 1994: 09).

Deste modo, é possível identificar uma nodal preocupação do trabalho de Galan sobre os Terena do MS, uma vez que sua dissertação vem contribuir para uma abordagem mais detida sobre a mulher terena e seu papel na sociedade. Nesse sentido trata-se de uma contribuição intelectual diante da fragilidade da literatura etnohistórica sobre as mulheres Terena.

A autora apresenta uma seção específica sobre o desenvolvimento de sua pesquisa, referindo-se a questão metodológica do trabalho. Novamente evidenciamos a manifestação da preocupação epistêmica desta produção acadêmica pelas mãos de uma intelectual egressa do CEIMAM. Esta preocupação, como observamos no capítulo segundo, se manifesta de acordo com a postulação de uma interlocução dialética, e, no caso de Maria Cristina, o viés de análise e interpretação intelectual caminha para no mesmo sentido dialético. Caminho este bem mais explícito aos seus leitores do que nos outros trabalhos elencados neste nosso capítulo.

No que toca aos demais trabalhos estudados durante a nossa pesquisa, procuramos observar, com destaque, esse elemento, o metodológico, e, neste ponto, o trabalho de Maria Cristina Galan apresenta uma maior problematização com os caminhos de sua investigação. Todavia, e, com efeito, essa questão também pode ser evidenciada em seu trabalho monográfico anterior (GALAN, 1987) ao ser tomado de forma comparativa aos trabalhos de graduação (na década de 80 e mesmo nos dias presente), entendemos ser possível evidenciar uma maturidade singular no texto apresentado sob a história e memória Terena.

Dissertando sobre a escolha do grupo indígena Terena, a autora nos apresenta os motivos que a levaram à produção do trabalho de pesquisa. Primeiro, a fragilidade de estudos que focalizassem o papel da mulher no processo de mudança terena e, segundo, o maior aprofundamento sobre os estudos acerca dos Terena.

O início das interlocuções com os Terena, que redundaram em boa parte da produção de Galan, foram contextualizadas nos anos iniciais da década de 80 (1984), ano da primeira viagem dos intelectuais de Araraquara ao MS. A viagem e o contato com os Terena, resulta do projeto “*Memória e Identidade Terena*”, desenvolvido pelo CEIMAM sob orientação de Silvia M. S. Carvalho. Desta maneira é possível identificar um considerável período de contato com a temática indígena Terena na formação de Galan. Para compreendermos isso é importante relacionar que os membros da segunda geração de intelectuais que hoje estudamos, eram alunos estagiários na época das visitas no MS. Nesse sentido a trajetória de formação desses acadêmicos se constitui em parte importante da própria historicidade do CEIMAM.

Nos anos de 1986 e 1987 a interlocução no MS teve continuidade, resultando daí a já referida monografia de Cristina Galan, neste trabalho preliminar, onde a autora indicava a necessidade de um maior aprofundamento desses estudos. Foi precisamente da continuidade e do aprofundamento das pesquisas que resultaram a dissertação de mestrado concluída em 1994.

Os caminhos trilhados durante o seu trabalho de campo, em suas etapas do proceder, assemelha-se ao entendimento proposto em nossa pesquisa, onde se leva em conta um complexo dialógico entre sujeito e objeto, estabelecendo uma relação dialética produtora de uma síntese acerca do problema proposto como objeto de investigação. Vejamos essa preocupação nas palavras de Galan:

Em todas as etapas da pesquisa de campo utilizou-se, basicamente, a mesma metodologia. Procurou-se observar o máximo possível as atividades e atitudes das mulheres nas aldeias e feiras, documentando fotograficamente (o quanto possível) seu cotidiano.

A história de vida e conversas ao fim da tarde tiveram que ser registradas, posteriormente, por escrito, pois o gravador inibia ou impedia – devido as risadas e brincadeiras das crianças, excitadas com a novidade – o desenvolvimento das entrevistas.

A melhor forma de obtenção de dados para a pesquisa consistia, na verdade, em participar efetivamente das atividades das mulheres. Acompanhando-as diariamente ao rio (para tomar banho, lavar roupas, e buscar água) ou na **colheira** de feijões e comercialização de seus produtos agrícolas nas feiras das cidades, pôde-se perceber muitas atitudes das mulheres que dificilmente seriam relatadas durante uma entrevista formal, ou mesmo com conversas cotidianas (GALAN, 1994: 13). (grifo nosso)

A preocupação em relação ao proceder diante do objeto, que é também sujeito, se manifesta no texto de Galan. Uma preocupação bastante pertinente no desenvolvimento das interlocuções e ainda na manutenção delas. Procuramos esclarecer em nossas seções anteriores que o inferir das ciências humanas se difere dos demais campos do saber institucionalizados na academia, ou seja, não se explora o objeto, assim como a química explora e experimenta as moléculas de hidrogênio e oxigênio na síntese água. Em ciências históricas, as variantes são infinitas, o objeto também é sujeito, ele fala, desenha, escrever, mente, repete os procedimentos singularmente de acordo com seus interesses, ou os interesses desenhados por terceiros. Ele questiona ao ser questionado, e, em muitas vezes, fala somente o que entende ser de seu interesse e do modo que deseja que o pesquisador saiba, numa palavra, o sujeito que investiga poder passar a objeto investigado.

Embora essa preocupação (metodológica) seja identificada pela autora como clássica na Antropologia, a estendemos à historiografia do tempo presente. Deste modo, uma dialogia entre Antropologia e História nos parece pertinente, uma vez que ambas as áreas das ciências históricas se ocupam da mesma preocupação, que, ao construírem-se metodologicamente, podem contribuir para uma melhor construção cognitiva. Porém essa relação dialógica não afugenta a problemática questão do impacto, da subjetividade, e ainda, “da intromissão na vida alheira” (Galan, 1994: 13) da qual é o sujeito pesquisador um agente.

Durante nossas relações com as fontes escritas e orais, pudemos observar que este é um quadro existente diante as relações sócio-políticas contraídas no processo histórico, não se tratando de casos isolados e até mesmo aprisionados em uma paisagem histórica do pretérito e mesmo do presente. Desta maneira, cabendo a necessidade de reconhecimento

deste quadro complexo de todas as relações sócio-políticas desenvolvidas pelo homem, entre si e a natureza. Do contrário, é possível retroagirmos a preocupação positivista de imparcialidade e neutralidade diante da produção intelectual, na melhor das hipóteses, ou ainda, o que seria, provavelmente, mais preocupante, no purismo romântico e simbiótico.

Geograficamente, as preocupações de nossa autora orbitam em uma materialidade sócio-política onde se desenvolveram as interlocuções de campo, palco parcial de suas preocupações sobre sua contribuição à história Terena, sendo a outra parte, a academia e os espaços de sua produção vinculados diretamente ou não instituição acadêmica, na escrita da dissertação. Assim, o território, em sentido amplo, é apresentado pela autora como sendo:

“[...] de forma sistemática três postos indígenas e cinco das vinte e cinco aldeias Terena existentes no Mato Grosso do Sul: P.I. Taunay, aldeias Bananal e Lagoinha; P.I. Limão Verde, aldeia Limão Verde e P.I. Cachoeirinha, aldeias Cachoeirinha e Babaçu (Campão)”(GALAN,1994:13).

Observamos a preocupação na apresentação geográfica, mesmo que focalizando, *a priori*, a localização de onde se refere o dissertar, ou ainda, de onde, para o Estado, está o objeto de interlocução (GALAN, 1994:16).

Embora as figuras sejam apresentadas como mapas, procuramos entendê-las como figuras ilustrativas importantes, tendo em vista o cumprimento de sua função indicativa, mesmo não possuindo a precisão necessária para o trabalho cartográfico. Assim mesmo, a representação cartográfica apresentada por essa produção já se faz bem mais elaborada que as representações publicadas quando da socialização do relatório de visita dos intelectuais de Araraquara no boletim Terra Indígena nos anos 80⁸⁵.

Galan desenvolve um texto um pouco oblíquo quando tenta localizar parte de seus interlocutores neste território apresentado pelas figuras. É possível identificar a preocupação da autora em situá-los de forma sócio-política na rede de parentesco, uma vez que entendemos a importância dessas locuções para o desenvolvimento de uma possível conversa com parte do todo social em que se insere. Apresenta também o importante diálogo por via de outros membros do CEIMAM que se encontravam também no MS, especificamente em Bananal, detidamente, Fernanda Carvalho e Rodolpho Telarolli Junior,

⁸⁵ As figuras não possuem alguns elementos basilares para que as mesmas sejam entendidas como mapa cartográfico, haja vista a inexistência de uma escala para que se possa referendar as distâncias entre uma localidade e outra, e ainda, é marcante a ausência de meridianos e paralelos para a localização via satélite através dos dados latitudinais e longitudinais.

em 1986. O que nos sugere a presença do CEIMAM em relação as atividade de produção intelectual entre os Terena no MS, após os contatos de 1984 e 1985. Essa identificação corrobora acerca de nossa inferência sobre o germinar de um tipo de intelectual orgânico do CEIMAM como parte de uma instituição preocupada não apenas em divulgar a fragilizada situação histórica da política do Estado para com os povos indígenas. Mas também, concomitantemente, formar intelectuais que continuassem esse tipo de engajamento a partir de um espaço hegemonicamente gestado por agentes do “patrão” em uma paisagem que paulatinamente se construía com os discursos da democracia e reabertura política do Estado Nacional. Questão esta que nos remete novamente às movimentações de nossos intelectuais, uma vez que nos é possível visualizar através das interlocuções de campo, entre membros do CEIMAM e os Terena, a construção cognitiva de uma possibilidade de contribuição desses intelectuais à História Terena, e ainda, dialeticamente, os Terena, promovendo aos estagiários e aos pesquisadores do CEIMAM, sua construção intelectual. Evidentemente, um apropriando-se dos saberes do outro, uma relação de alteridade certamente, mas com sínteses amplamente singulares em relação a sociedade de classes antagônicas e o papel que esses sujeitos ocupavam e até hoje ocupam diante da organização da economia política.

Galan apresenta-nos em seu capítulo I, intitulado, “*A sociedade Terena*”, duas seções que se ocupam da caracterização espacial das aldeias estudadas e a historicidade das relações intertribais da sociedade Terena.

Sobre essa primeira questão, enfatiza-se os elementos demográficos que apontam para o constante crescimento populacional Terena, assim como presenciamos em nosso tempo presente:

COMUNIDADES TERENA DO MS	POPULAÇÃO*
Aldeinha	97
Buriti	1.875
Buritizinho	244
Cachoeirinha	2.620
La Lima	1.213
Limão Verde	669
Nioaque	1.782
Pilade Rebuá	1.664
Taunay/Ipegue	3.465
Total	13.629

Figura 06: *Quadro demográfico FUNASA, 2001. Disponível em: www.isa.org.br. Acesso em 20.02.09

Ao apontar esse crescimento a autora promove uma breve discussão bibliográfica sobre o crescimento populacional Terena, apresentando elementos estatísticos constantes nos trabalhos de Fernando Altenfelder e Cardoso de Oliveira, estabelecendo uma relação entre a presença Terena no território entendido pela Federação após a Guerra do Paraguai, conferindo parte considerável do desenvolvimento da região sudeste brasileiro ao trabalho terena, identificado no fornecimento de mercadorias aos regionais. Uma relação política e econômica que marca a historicidade Terena desde os antigos contatos com os Mbayá.

Ainda sobre a questão política, a autora se ocupa de forma performática, como se identificou nos boletins do CEIMAM, da crítica à política do Estado e o impacto de sua prática no que se refere à organização tradicional Terena, principalmente a condução realizada após o conflito de guerra entre Brasil e Paraguai. Assim, como foi identificado em outros trabalhos dos intelectuais do CEIMAM, a produção de Maria Cristina Galan se preocupa em discutir a questão política interna nas aldeias diante a inferência autoritária da política do Estado para com os povos indígenas. Uma ação indigenista limitadora da autoridade representativa quando relacionada com a representação tradicional Terena, criadora de obstáculos para o engendrar de uma política indígena, ou seja, de uma política guiada pelos próprios Terena, mesmo sendo existente durante esse processo, momentos de representatividades executadas pelos próprios Terena no MS, mas, que, ainda que guiadas em determinados momentos e instancias pelos próprios Terena, acabam por permanecer amarradas as regas do jogo da política oficial. Para ilustração de nossa inferência, elencamos momentos históricos apontados pelos próprios intelectuais do CEIMAM em suas pesquisas acadêmicas, onde da eleição de lideranças terena para ocuparem a posição de legisladores da sociedade regional em cidade do MS, diante da ordem propostamente em vias de abertura democrática. Mesmo que isso represente uma conquista, o elemento qualitativo da exequibilidade de uma política indígena que não seja travada pela estrutura do Estado, ainda se encontrava distante, pois a representatividade Terena diante do território infra-estrutural do não-índio também acaba por estar em sintonia com a lógica de funcionamento e, por conseguinte, de funcionamento do pilar da regulação diante das necessidades de classe, neste caso, muito além das necessidades étnicas.

Evidentemente, não poderíamos recorrer ao anacronismo, identificando a simbiose de séculos anteriores, com as interlocuções localizadas na paisagem histórica das décadas de 80 e 90. Mas, postulamos se tratar de uma série de desdobramentos históricos do que se convencionou entender como simbiose entre Terena e não-Terena e que para o tempo

presente de nosso objeto, se apresentava como um importante elemento da história política Terena diante dos elementos, também históricos, dos pilares políticos de constituição do Estado de Direito diante da economia política capitalista.

A dissertação de Maria Cristina percorre inicialmente pela historicidade dessas relações políticas em parte da história Terena, posicionando-se em relação a identificação de uma relação vassálica, bastante divulgada na década de 90, em especial por trabalhos entendidos como vitais para o que se propunha, com efeito, durante as décadas de 70 e 80: uma política indígena, uma história indígena, ambas em contrapartida ao indigenismo oficial.

Sobre esse aspecto político na história Terena, o trabalho dissertativo contribui nesta perspectiva ao propor a discussão acerca das relações intertribais na sociedade tradicional Terena. Partindo de um referencial bastante importante da etnografia sul-americana, precisamente, da produção etnográfica a partir de trabalhos desenvolvidos no Estado Paraguaio, Galan inicia uma segunda seção de seu capítulo inicial, com apontamentos de Branislava Susnik⁸⁶, o que nos aponta por parte da autora, sinais de uma atenção a aquilo que inicialmente nos referimos na pesquisa de um “olhar” para além do atlântico, ou seja, neste caso, sinalizando um dialogo que mira os Andes. Nas palavras da autora:

Segundo Susnik (1978: 108-114), as tribos Aruák formavam uma sociedade ‘aberta’, procurando conviver pacificamente com outros grupos indígenas. Contudo, praticavam o rapto de mulheres de outras etnias (5)⁸⁷, desenvolvendo uma política de formação de grandes aldeias, integrando muitas pessoas para os trabalhos de lavoura. Seu habitat básico era subandino (Alto-Madeira), mas, em decorrência das relações de hostilidade com grupos vizinhos (devido ao rapto de mulheres), migraram para a área chaquenha (Paraguai), onde permaneceram até fins do século XVIII, quando finalmente penetraram em território brasileiro (Mato Grosso do Sul) (GALAN, 1994: 29).

⁸⁶ Em sua bibliografia, Maria Cristina faz as devidas citações das obras de Susnik utilizadas em seu trabalho, sendo: SUSNIK, Branislava. *El índio colonial Del Paraguay*. Museo Etnográfico Andres Barbero, Asunción – Paraguay, 1971. E, ainda: SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes Del Paraguay*. (1) Etnologia Del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII). Asunción – Paraguay. Museo Etnográfico Andres Barbero, 1978. Durante o ano de 2007, tivemos a oportunidade de consultar alguns dos trabalhos de Susnik que constam no Museo Andrés Barbero em Asunción, quando da apresentação do desenvolvimento de nossa pesquisa dissertativa no Encuentro Regional de Geohistória, realizado na Facultad de Filosofía da Universidade Nacional de Asunción. Tendo acesso, mesmo que breve, a uma das paisagens de construção do trabalho etnohistórico na América do Sul, contribuindo para a referida visão além do Atlântico no que se refere as relações cognitivas entre teoria e prática do trabalho intelectual.

⁸⁷ Galan apresenta a seguinte nota de rodapé ao fazer referencia a questão do rapto: “ *A questão do rapto de mulheres nas sociedades agrícolas, de forma mais ampla, é tratada por Meilassux, Claude. MULHERES, CELEIROS & CAPITAIS. Porto. Ed. Afrontamento, 1976*”. In: GALAN, 1994: p. 29.

Diante desta política de abertura na organização social Aruák, a autora identifica a existência da atividade de comércio intertribal e sinaliza, ao apontar a existência de uma produção de utensílios (mercadoria)⁸⁸ produzidos pelas mulheres, o seu interesse no papel das mulheres na tradição Aruák. Contribuindo também, ao passo que fundamenta sua produção, para possíveis entendimentos acerca das relações sociopolíticas de uma tradição, que, ao identificarmos o povo Terena em sua historicidade, observamos também o apontamento de elementos que são fundamentais para pensarmos a produção dessa intelectual do CEIMAM sobre as relações simbióticas da qual apontamos, distanciando-se de uma vassálica relação.

O texto de nossa autora se preocupa em situar o debate acerca das relações políticas na sociedade Terena, que na seção referida, se concentra na questão da vassalagem apontada na literatura etnográfica, encontrando apoio e mesmo críticas. Para isso, Maria Cristina Galan se apóia em um referencial que além de Susnik, circula por outros autores que se debruçaram sobre os Aruak, sendo alguns deles: Fernando Altenfelder Silva, Roberto C. Oliveira e Edgar Assis Carvalho.

As relações entre Guaná e Mbayá são entendidas como importantes para a compreensão da sociedade Terena (GALAN, 1984: 30) não as reduzindo à uma relação anacronicamente postulada como vassálica, como propõe, pontualmente textos de viajantes na América do Sul. Maria Cristina procura apresentar, evocando as considerações de Roberto Cardoso de Oliveira e Sanches Labrador, que uma relação de subordinação absoluta fora bastante exagerada, porém pertinente se se identifica a presença etnocêntrica dos cronistas que nos chegaram através da literatura existente. Assim chamando a atenção para a existência de um comportamento político existente na tradição Aruák, de posicionamentos políticos estratégicos dos grupos diante de outros, sendo, como a mais emblemática destas relações as desenvolvidas entre os Guaná e os Mbayá, entre Terena e Guaikurú.

A pesquisa de Galan aponta para a diversidade dessas relações diante de cada grupo, não as entendendo de modo homogêneo. A autora identifica ainda a necessidade de se entender, justamente essas relações para que se possa compreender, *“por exemplo, a especificidade da divisão sexual do trabalho na sociedade Terena, questão essa,*

⁸⁸ Certamente, entre *“utensílios”* e *“mercadorias”* existe uma substancial diferença, como também podem ser entendidos como próximos. Aqui, trata-se de categorias com valores específicos e não simplesmente termos detentores de uma semântica. Não procuramos nos determos focalmente a esta questão, pois se procedêssemos por esse caminho, deslocaríamos muito além de nossa problemática de pesquisa.

diretamente associada à importância da mulher como agente de transformação em sua sociedade” (GALAN, 1994: 35), aludindo ainda, uma História Terena marcada pela habilidade política de se organizarem e se reorganizarem durante o processo histórico com suas paisagens violentas e diversas⁸⁹.

Uma vez apresentada algumas importantes discussões sobre a historicidade Terena em seu tronco tradicional e plural, a produção se focaliza em seu segundo capítulo sobre “*A mulher na sociedade Indígena Terena*”, detendo-se em uma perspectiva político-econômica do papel da mulher na mudança social Terena. A partir do estudo deste momento da produção de Maria Cristina Galan, pudemos identificar que sua perspectiva de singulariza dos demais intelectuais do CEIMAM, elencados como emblemáticos na história do Grupo de Araraquara durante os anos 80 e 90. A contribuição de Galan aponta uma série de preocupações em relação à sociedade Terena baseada em uma constante relação pouco harmônica com o não-Terena e que nos chamou atenção. Vejamos algumas dessas contribuições, no entendimento de nossas análises das fontes bibliográficas, diferencialmente singular às demais fontes estudadas durante a pesquisa:

Adaptando-se a um novo contexto histórico-social, os Terena têm conseguido sobreviver ao contato interétnico, mas não sem alguns sacrifícios. O processo de mudança social a que se viram submetidos alterou completamente suas tradições culturais tornando-se cada vez mais semelhantes à população brasileira regional. (GALAN, 1994:41)

Esse assemelhar a “*população brasileira regional*” nos sugere também o assemelhar dos problemas enfrentados pela população nacional diante do modo de funcionamento da economia política capitalista, impondo artificialmente uma série de sacrifícios àqueles que detêm a força de trabalho para garantir as condições mínimas de sobrevivência diante do capital historicamente reificado. E a autora continua:

Um dos elementos mais significativos do processo de integração da população Terena à sociedade nacional tem sido sua participação na estrutura econômica regional. Através do comércio e do mercado os Terena se relacionam com a população regional e ingressam na estrutura de classes nacional, fato esse, de fundamental importância para a análise de sua mudança social. Nesse aspecto, poder-se-ia voltar a questão do papel sócio-econômico da mulher, na medida em que é a principal responsável pela comercialização dos produtos das aldeias (GALAN, 1994: 42).

⁸⁹ Um elemento que também pudemos observar na tese de Acçolini quando da apresentação de uma representação da história terena após a Guerra contra o Paraguai e o processo de simbiose apontado nos trabalhos de Herbert Baldus e Cardoso de Oliveira.

Aqui, seu trabalho de pesquisa nos coloca de frente a uma questão central que é a sociedade do mercado. O objeto e a problemática de Maria Cristina Galan é entendido diante da sociedade do comércio, da mercadoria, onde o mercado é o *locus* por excelência das relações sociais da economia política capitalista. E, no caso Terena em tela, a autora enfatiza o papel das mulheres terena diante desta “*estrutura econômica regional*”. Configura-se assim uma nova anatomia da organização social tradicional do Terena, cabendo as mulheres um outro posicionamento sócio-político frente as novas necessidades e existência. Vejamos nas palavras de Maria Cristina:

Na sociedade Terena tradicional, a troca de produtos entre as aldeias era realizada pelos homens; as mulheres podiam determinar com o quê ou com quem gostaria de trocar seus produtos, mas a troca era efetuada pelos homens da tribo. No entanto, dentro da nova realidade vivida pelos Terena, as mulheres é que se encarregam das atividades comerciais. Seus maridos e filhos mais velhos ficam muito tempo fora das aldeias, trabalhando em fazendas e usinas de açúcar da região. Seus contratos – para o corte de cana – são, em geral, de dois meses e quando voltam para casa, aí permanecem apenas por uma ou duas semanas (idem).

O texto apresenta uma transformação violenta em relação a anatomia tradicional da organização terena em função nas contrações estabelecidas pela economia de mercado predominante. Identifica-se aqui a reestruturação das relações de trabalho na sociedade terena, com destaque ao papel da mulher e também, com destaque da autora, para as relações de trabalho impostas aos homens terena ao venderem sua força de trabalho, favorecendo o capital que se reproduz no “eito”⁹⁰.

Assim, a dissertação de Cristina Galan, procura entender esta nova anatomia sócio-política terena e o papel das mulheres diante dela. Para isso a autora traça a movimentação de deslocamentos realizados pelas mulheres terena, das reservas até a cidade de Aquidauana, e quando da extensão da atividade comercial destas, de Aquidauana até Campo Grande. Deste modo seguindo o texto apresentando as etapas das relações sociais contraídas durante os deslocamentos, apontando as dificuldades existentes nas movimentações e as relações políticas construídas a partir do mercado. Contando para isso com um referencial bastante emblemático da literatura crítico-dialética em suas

⁹⁰ Expressão comumente utilizada pelos trabalhadores do corte de cana para designar o local de trabalho árduo.

considerações, chamando os textos de Claude Meillassoux, “*Mulheres, celeiros e capitais*” (GALAN, 1994: 61-53), e também as contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira⁹¹.

O trabalho segue com uma série de apresentações iconográficas sobre a feira Terena em Campo Grande nos anos de 1986-87 e 1992, totalizando um quadro de oito imagens que, devido o estado das fontes copiadas, não pudemos desenvolver maiores consideração. Embora esse material nos possa remeter a uma certa “*antropologia das imagens*”, não nos enveredamos por esse caminho, pois teríamos, certamente, uma análise fragilizada e possivelmente distante dos objetivos que pudessem expressar o material. Ficando assim, em aberto, uma possibilidade futura de trabalho sobre a iconografia nos trabalhos de Maria Cristina Galan Fernandes.

O terceiro capítulo de nossa autora, intitulado “*Mudança Social: a integração do trabalho indígena feminino na economia de mercado*” se inicia com as preocupações teóricas da autora. Assim: “*As sociedades indígenas brasileiras têm sido levadas a participar de sistemas econômicos regionais e nacionais que resultam, frequentemente, em situações de dependência e exploração*” (GALAN, 1994:94). Esse parágrafo inicial apresenta o tom da continuidade dissertativa da autora. O trabalho procura entender a questão indígena a partir de considerações às vezes negligenciada por parte dos intelectuais tradicionais quando emaranhados na perspectiva individualista do academicismo carreirista, esquecendo-se que a raiz em ciências humanas é o próprio homem que se enxerga na totalidade social que o constitui (ao menos deveria constituir, em nossa perspectiva). E o texto continua expressando suas considerações sobre a realidade sensível:

O processo de integração dessas comunidades à sociedade nacional tem passado, necessariamente, por dois aspectos econômicos fundamentais: o trabalho assalariado, exterior à aldeia e a participação nos mercados regionais, comercializando seus produtos agrícolas e artesanais (Galan, 1994:94).

A dissertação da autora sugere o entendimento de elementos centrais na tradição crítica dialética, como apontamos anteriormente, quando focaliza os aspectos fundamentais em seu texto. Primeiro, o trabalho assalariado, e, segundo, o mundo do mercado. No primeiro aspecto identifica-se uma das condições de integração no mundo do trabalho, porém em uma situação de exploração ampla da atividade produtiva; no segundo aspecto, identifica-se parte considerável da nova sociabilidade através da produção agrícola e

⁹¹ Vale notar que Galan propõe um diálogo com dois referenciais singulares, e com sucesso em nosso entendimento.

artesanal e sua posterior realização no mundo da mercadoria negociada no mercado regional. Ainda sobre essa integração, em ambos os casos, hegemonicamente subordinada violentamente ao capital, afirma a autora:

Essa integração à sociedade mais ampla, de classes sociais, envolve a implantação de novas formas de produção (capitalista), embora não elimine a possibilidade de existência de outras formas de relações (não capitalistas) nessas sociedades (Idem).

Em seguida o trabalho se preocupa em apresentar uma discussão com seus referenciais sobre as novas relações estabelecidas entre sociedades sem classes e sociedade de classes (GALAN, 1994:94), que a leva a apresentar suas considerações ao debate, afirmando serem as últimas transformações na sociedade Terena, cada vez mais responsáveis, a uma integração à sociedade regional e à sua incorporação em uma estrutura de classes (GALAN, 1994:100).

Em sua última seção, Maria Cristina de detém acerca da mulher indígena na economia de mercado, dando destaque ao seu papel na sociedade de classes no Brasil. Entende-se que o papel da mulher no processo de integração na sociedade de classes tem sido significativo através da comercialização dos produtos terena no mercado capitalista. Apresenta ainda a subordinação existente nestas novas relações, as quais serão possibilitadoras de aquisições de outros bens na sociedade de consumo. Identificamos que a autora entende em sua produção que a mulher terena ao passar a ser assalariada, assim como os homens, passa a ser também explorada diretamente pelo capital.

Sobre essa integração na sociedade de classes, nos chamou atenção a importância dada pela autora a questão ideológica durante esse processo. Vejamos:

[...] percebe-se que as novas relações de produção econômica envolvem também a questão da identidade étnica. Ao participarem de uma sociedade de classes, os Terena passam a incorporar a ideologia dominante e as aspirações das classes sociais mais baixas da sociedade nacional, expressas pelo desejo de novos bens de consumo – associados aos ‘civilizados’ – e pela valorização do trabalho, do esforço individual, em detrimento do esforço coletivo (GALAN, 1994:102).

Em nossa introdução, disponibilizamos alguns aportes sobre o papel das ideologias das classes dominantes, e, aqui, identificamos uma preocupação fundamental também por parte da autora, pois o conjunto de ideologias são determinantes na consolidação das classes ou frações de classe. Entendemos que o universo ideológico ajuda a compor o tecido da sociedade do mercado, e, no caso Terena, não é diferente. Ao se integrarem a sociedade regional através do comércio e outros caminhos, integra-se também

ao universo ideológico da sociedade capitalista. Promessas de uma integração que certamente se concretiza, porém em bases falseadas da vida social concreta, onde o trabalho e o consumo se apresentam como elementos centrais na fetichização do vir a ter, através do desejar possuir. E para isso o mundo do mercado é nodal.

Diante deste contexto de integração, Maria Cristina apresenta o conceito de identidade negativa ou colonizada. Entende que esse tipo de identidade, fruto do contato interétnico na sociedade de classes, pode redundar na negação identitária e a busca e uma afirmação nova a partir desta negação. Provoca-se então uma outra característica da totalidade de integração, onde se absorve a ideologia da sociedade envolvente, mesmo que em condições subalternas, como ocorre com o denominativo de “bugres” como estigma social, nesse caso, em Mato Grosso do Sul.

Ideologizados no mundo do trabalho, a autora identifica o rearranjo sociopolítico e econômico interno nas comunidades. Acirra-se as divisões sociais, agora não mais tradicionais, mas ligadas diretamente ao status adquirido na sociedade da mercadoria. Desta forma, “*Algumas famílias de índios tidos côm ‘ricos’ já vivem nas cidades, mas os homens têm que se deslocar para as aldeias todos os dias para cuidar de seus ‘negócios’: administrar os trabalhos na roça ou cuidar dos ‘bolichos’*” (GALAN, 1994:106), caracterizando parte da reestruturação da organização social Terena, de acordo com a questão econômica. Ainda como situação emblemática, a autora continua:

Existem também casos de índios Terena ‘bem de vida’ que acabam transferindo suas atividades para a cidade ou, já tendo nela nascido, **conseguem** se sair bem financeiramente. Esse tipo de situação foi descrito por Oliveira (1068: 162) ao estudar os índios Terena citadinos. Num dos casos relatados um índio, nascido em Aquidauana, apresentava boa situação econômica pois arrendara uma carpintaria e pretendia comprá-la; ele possuía três empregados: dois Terena e um ‘civilizado’ (GALAN,1994: 106). *O grifo é nosso.*

A seguinte passagem nos apresenta elementos importantes na contribuição do entendimento sobre as relações sociais na própria comunidade terena. Ao incorporarem a ideologia da sociedade capitalista, entendemos que os sujeitos sociais terena acabam por se aproximarem das relações político-econômicas dos regionais, pois a ideologia do trabalho acaba por proporcionar para ambos os setores sociais a crença de “vencerem na vida”, e, no caso Terena, considerável parcela de indivíduos apresentam-se, de acordo com o trabalho de Galan, conquistados por essa ideologia que no caso étnico, ganha um elemento mais agraciador, que é o da integração na sociedade envolvente.

Na seqüência das contribuições de Maria Cristina Galan, precedendo sua conclusão, a autora apresenta, assim como anteriormente, uma seção de materiais iconográficos sobre a vida cotidiana em Limão Verde, composto de quatorze imagens, também comprometidas como fontes visuais para nossa pesquisa, devido as condições de reprodução das mesmas. Assim, como procedemos anteriormente, preferimos não nos debruçarmos em algo fragilizador de nossas considerações sobre a produção desta intelectual intimamente ligada ao Grupo de Araraquara.

Em sua conclusão, apresenta-se um grupo de considerações no sentido de apontar para o fato de serem novas as relações de contato do povo Terena, juntamente com as transformações advindas deste contato. Desta forma não se enquadrando, a análise da autora, às concepções positivistas de análises, aproximando suas considerações ao movimento dialético, distando-se da idéia imobilista da cultura Terena.

Apresenta também a questão da matrilinearidade existente entre os Terena, sendo que as relações de gênero nunca se constituíram em uma dominação masculina e de subordinação feminina, como ocorre em várias sociedades agrícolas patrilineares (Galan, 1994: 123). Identificando a possibilidade de terem recebido a influência de elementos da cultura Mbayá-Guaikurú no que tange as mulher e sua relação singular entre as demais organizações patrilineares.

Sobre a questão da integração após no final do século XIX, apresenta suas considerações sobre um novo processo de contatos interétnicos dos Terena diante de um novo contexto sócio-histórico frente à sociedade brasileira regional. Nesse contexto, o comércio se torna fundamental, passando a estabelecer novas relações de produção, subordinadas ao poder e interesses do capital no Mato Grosso do Sul.

A ideologia é retomada na discussão final, dando o tom da importância desta questão diante da nova configuração sociopolítica e econômica dos Terena, o que contribui para a negação de sua identidade, dando vida ao que a autora considerou como situação de colonialismo interno diante desta nova configuração.

Aponta para a constante participação das mulheres durante toda a história de mudança social dos Terena, não cabendo a estas o papel de excluídas, pois, a partir, do contato com a sociedade capitalista, a função das mulheres na manutenção do grupo se mantém vital diante do mundo do mercado. Mesmo assim, o texto apresenta a submissão ao capital da qual estão sujeitos, uma vez que a venda de suas mercadorias são indexadas a

um preço inferior. Entre essas mercadorias, apresenta a cerâmica, retomada diante das condições de comércio, anteriormente “esquecida” por parte dos Terena.

Apresenta o processo de integração diante da ideologia do trabalho assalariado como forma direta de exploração dos grupos indígenas, uma vez que essa remuneração se faz a um valor inferior ao pagamento dos regionais, quando não, apenas se adquire a força de trabalho a troco da moradia e alimentação nos centros urbanos, o que entendemos ser algo semelhante ao trabalho escravo, regado por um conjunto ideológico que falseia a relação capital - trabalho que se estabelece.

Sobre a política, a autora finaliza suas considerações apontando a existência na sociedade Terena de uma espécie de consciência política no sentido de entenderem que a situação de integração não precise, necessariamente, da negação da identidade étnica, nem o abandono de suas terras. Entretanto, termina suas contribuições inferindo: “*A luta política dos Terena por seus direitos poderá significar, no futuro, a garantia de uma ‘vida melhor’ em suas próprias aldeias, mas dificilmente reverterá o seu atual processo de integração à sociedade de classes*” (GALAN, 1994:128).

Procuramos entender a produção de Maria Cristina Galan no sentido de compor um quadro maior das produções acadêmicas dos intelectuais do CEIMAM que são germinadas nos anos 80 sobre os Terena do MS. Sendo suas considerações bastante sintomáticas diante das preocupações do CEIMAM como grupo de intelectuais, com pudemos identificar através do boletim Terra Indígena, do qual a autora é colaboradora. A preocupação com o processo de mudança na sociedade Terena e a participação nodal das mulheres diante desse processo sócio-político e econômico foi compreendido como bastante atual quando a produção se refere ao processo de integração na sociedade de classes.

Procuramos estabelecer algumas relações diante dos trabalhos acadêmicos produzidos por parte dos membros do CEIMAM, respeitando suas preocupações temáticas, especialmente aquelas referentes a política em seu sentido amplo e suas perspectivas. Assim sendo, passemos agora, à atenção ao trabalho dissertativo de Fernanda Carvalho que também se debruçou sobre os terena do MS desde os anos 80, e que, juntamente com Galan trabalharam na confecção da Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul e Grande Chaco, como já apresentamos no capítulo I.

3.1.2 Fernanda Schmuziger Carvalho

Ligada a fundação do G.E.I Kurumim, Fernanda Carvalho é uma das situações emblemáticas em que os membros da segunda geração se fundem com os da primeira, tendo participado do contato com os Terena do MS quando da visita dos intelectuais de Araraquara nos anos 80 na região de Aquidauana.

Graduada em Ciências Sociais pela UNESP de Araraquara, desenvolveu ainda na década de 80, em 1987, a monografia de conclusão de curso sobre os Terena das aldeias do Posto Indígena de Taunay, em Aquidauana, com o seguinte tema: “*Xamanismo e Cura entre os Terena*”. Dando seqüência aos seus trabalhos acadêmicos com a dissertação de mestrado ainda sobre o povo Terena com o título: “*Koixomuneti e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena*”, sob orientação de Dominique Tilkin Gallois (CARVALHO F., 1996). Em 2008, esta pesquisa fora publicada pela Editora Terceira Margem, sob o título: “*Koixomuneti: xamanismo e prática de cura entre os Terena*”⁹².

O trabalho de Fernanda Carvalho está organizado em quatro capítulos, a saber: o primeiro, no qual situa os aspectos relacionados ao modo de vida Terena. O segundo, em que discorre sobre as representações do xamanismo que trata de situar o recorte do povo Terena em que se dedicou especial atenção sobre os aspectos do modo de vida Terena e as religiões cristãs; o terceiro, em que aborda as concepções de saúde e doença; e, precedendo a conclusão, um quarto capítulo, dedicado às práticas de cura e cuidados especiais durante o ciclo de vida dos indivíduos. Tudo antecedido de uma introdução onde a autora apresenta um debate sobre a antropologia da doença, entre a perspectiva da escola em Antropologia Médica nos Estados Unidos e a escola antropológica de onde parte seu referencial, a escola francesa, apresentada como uma Antropologia da Doença⁹³ na qual a perspectiva de abordagem se diferencia da Antropologia Médica desenvolvida nos Estados Unidos pelo enfoque de estudo a partir da experiência de grupo culturalmente situado, em contrapartida da Antropologia Médica, que parte da perspectiva prática ocidental positiva. Desta forma, procuramos apresentar as contribuições deste trabalho dissertativo de Fernanda Carvalho em um duplo sentido, primeiro, situando sua produção na acepção de entendermos o povo

⁹² As citações que se seguem baseiam-se na obra publicada em 2008. Contudo, para efeito de nossas reflexões, considerou-se as datas de pesquisa de campo (anos 80) e a da conclusão da dissertação, (1996).

⁹³ Além da própria produção de Fernanda Carvalho, sobre a Antropologia da Doença, por um viés dos annalistas da historiografia francesa, André Burguière apresenta uma introdutória, mas contribuidora, discussão sobre a Antropologia da Doença em seu texto: “*A antropologia histórica*”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Trad. de Eduardo Brandão. Martins Fontes: São Paulo, 1990, p. 125- 152.

Terena, e segundo, situando como um dos trabalhos do CEIMAM que adota a perspectiva francesa de viés cultural que vai de encontro com a emergência de um novo indigenismo no Brasil, levando em consideração as formas tradicionais, inclusive o próprio conhecimento médico, neste caso, especificamente das aldeias constitutivas da Reserva de Taunay - Ipegue no Estado do Mato Grosso do Sul.

No capítulo primeiro, a dissertação se ocupa com o aspecto do modo de vida Terena pontualizando a questão da localização, população, a área Taunay-Ipegue, trocas e comercialização, trabalho, migração, educação, política e a construção étnica. Tópicos esses que também são apresentados nos demais trabalhos do CEIMAM. Desta maneira, Fernanda Carvalho nos proporciona uma série de inferências sobre esses aspectos.

Sobre a população a autora elenca uma série de localidades, ou seja, áreas indígenas de população Terena, no eixo Aquidauana - Miranda: sendo, Limão Verde, Buriti, Buritizinho (antiga Aldeinha Sapé), Taunay-Ipegue, Cachoeirinha, Pilade Rebuá (compreendendo Passarinho e Moreira) e Lalima. Indica também áreas mais distantes deste eixo, como a região de Nioaque (Brejão) no mesmo Estado, fazendo ainda, referência à outras áreas de população mista com a participação Terena, como o caso de Dourados, assim como em áreas mais distantes como Vanuíre, Araribá e Icatu no Estado de São Paulo.

Diferente da história em relação a outros povos, Fernanda Carvalho nos apresenta um senso bastante importante no que diz respeito à historicidade terena. De acordo com sua pesquisa, a Secretaria Especial de Assuntos Indígenas de Mato Grosso do Sul, apresentava em 1995 uma avaliação de serem, os Terena, uma população de 20.000 indivíduos, distribuídas pelas áreas já apontadas anteriormente. Observamos durante as análises das fontes e da bibliografia sobre os Terena, um crescimento populacional, assim como apresenta a dissertação de Fernanda Carvalho. Constatamos a continuidade do crescimento populacional entre os Terena do MS. Todavia, identificamos um crescimento populacional e esta evolução não pode ser confundida, com efeito, a um crescimento de qualidade de vida. Certamente, o fato de continuarem existindo se constitui em um dado bastante qualitativo, porém, as condições de vida diante da sociedade nacional, foi entendida por nós como ainda muito grave no que diz respeito às relações de produção, no sentido amplo como apresentamos nesta dissertação.

Ainda sobre esse crescimento populacional, o trabalho da autora contribui para uma maior ilustração deste crescimento populacional. Vejamos a fonte:

Pelo menos nestes últimos 150 anos os Terena não sofreram uma perda populacional muito intensa em decorrência do contato com o colonizador, ao menos no que diz respeito aos contatos em território brasileiro, ao contrário do que ocorreu com outros ramos guaná (Layana e Exoaladi) que se extinguiram durante a guerra do Paraguai. A população terena manteve-se estacionária durante o período que vem desde a migração para o Brasil até meados do século atual (XX) pois o total de indivíduos que se assentaram na região de Miranda em meados do século XIX – cerca de 2 a 3 mil pessoas (Carvalho 1979) – mantém-se até a metade da década de 40, quando a população aldeada era estimada nesse índice (Altenfelder, 1949). Dez anos depois [...] 3.800, segundo o censo das aldeias de 1956 (Oliveira, 1957). [...] em outubro de 1982 [...] quase 3.000 indivíduos apenas nos Postos Indígenas Taunay e Ipegue (CARVALHO F., 2008: 36).

O trabalho além de apresentar um quadro demográfico da população Terena em crescimento, também problematiza a demografia desenvolvida através da FUNAI. O índice populacional apresentado pela FUNAI em 1986 estima cerca de 10.000 indivíduos aldeados. Fernanda apresenta uma abordagem crítica neste capítulo inicial de seu trabalho, aos moldes da tradição que se constituía o CEIMAM durante e após os anos 80. Critica-se a metodologia desenvolvida pela FUNAI sobre a aplicação deste trabalho demográfico, delegado aos chefes de postos em prazo de sete dias para apresentação do mesmo, o que, de forma a cumprir as determinações, redundara em uma análise quantitativa errônea, ocultando o número real da população aldeada em Taunay e Ipegue. Vejamos a própria autora em sua dissertação:

Desta forma, o levantamento da população realizado pelo chefes de postos apresentou dados quantitativos de população inferior ao número real de habitantes; em Taunay, o censo que realizamos mostra que a população da área é bem superior ao contingente apresentado pelo Chefe de Posto da FUNAI. É possível que isso tenha ocorrido nas demais áreas terena. Calculamos que, na época do levantamento que fizemos (1986), a população terena aldeada estivesse em torno de 12 mil indivíduos. Outro censo da FUNAI, mais recente, de 1989, registra um total de 11.607 para a população terena aldeada. Em 1993, as estimativas era de 19.379 Terena em Mato Grosso do Sul, somada a população de Dourados e os desaldeados (Mangolim, 1993) (CARVALHO F., 2008: 36-37).

A contribuição de Fernanda é de ilação ao órgão intermediador, uma vez que aponta de modo comparativo, o censo determinado pela política indigenista do Estado e as estimativas de sua pesquisa de campo entre os Terena no MS⁹⁴. A princípio, poderíamos

⁹⁴ Embora não fosse um aspecto central em sua análise, a crítica sobre atuação do órgão indigenista se situa em um contexto de reflexão sistemática feita por outros estudiosos naquele momento. Veja-se, por exemplo, os trabalhos João Pacheco Oliveira, Museu Nacional-RJ.

entender as diferenças como apenas quantitativas, mas tratamos de seres históricos em estado de quantificação e qualquer diminuição que se desenvolva pode contribuir de modo violento no que se refere a sua própria identidade histórica diante da política do Estado. E, ainda, camuflando interesses de classes, como assim se deteve essa mesma política (do Estado) para com os Kinikinao, tidos como extintos e que hoje se reapresentam vivos e engajados na luta por suas terras. Deste modo a contribuição do CEIMAM nos coloca de frente com uma questão de história indígena, e, a condição para que esta seja real, digo, a história indígena e suas organizações, é a necessidade de que existam indígenas, no caso de nosso objeto, os Terena. E, errar, ou mal organizar qualquer tipo de estimativa acerca desse e de qualquer povo, nos parece ser um elemento que não corrobora para um maior e melhor esclarecimento da historicidade Terena, seja no MS, no MT ou ainda em SP.

Ainda neste primeiro capítulo, a autora problematiza, a questão socioeconômica de Taunay-Ipegue ao se debruçar sobre as trocas e comercialização, identificando a rede complexa que se fazia presente e também identificada já nos anos 80 nas visitas do Grupo de Estudos Indígenas Kurumim. Neste ponto, o trabalho nos remete ao fenômeno da movimentação Terena nos espaços e tentativa de adaptação em suas novas territorialidades, urbanas ou não. Acentua o texto de Fernanda Carvalho:

São raras as famílias que conseguem seu sustento apenas na reserva; os homens trabalham temporadas de até 90 dias nos canaviais das destilarias ou em fazendas da região. São turmas em média de 200 homens, alguns ainda meninos, chefiados por um “cabeçante”, que fica assim ausentes da aldeia boa parte do ano. Uma reserva de mão-de-obra barata e “bem treinada” nos serviços agrícolas, garantida para os grandes proprietários da região (CARVALHO F., 2008: 39).

Uma paisagem que não pertence exclusivamente aos Terena do MS, mas que nos reporta às sérias relações de trabalho que são estabelecidas durante essa movimentação em busca de um território possível para a reprodução da vida. Fenômeno esse, providenciador de desdobramentos ainda mais complexos diante da sociedade envolvente e dona dos meios de produzir e que impõe aos contingentes do processo migratório a necessidade de situarem-se como subalternos no *locus* da nova sociabilidade política/econômica e socio/cultural. Um processo fenomênico que provoca como uma de suas sínteses, a necessidade de se auto-afirmarem enquanto grupo étnico, buscando estratégias de sobrevivência em novos espaços de sociabilidade crítica. O trabalho de Fernanda Carvalho contribui para essa questão da identidade étnica ao pontualizar casos emblemáticos de

indivíduos Terena (Marcos Terena e Gerson de Oliveira) que passaram por essa experiência das movimentações complexas pela sociedade de classes no Brasil:

Os Terena se reconhecem como grupo étnico particular, o que é também uma forma de afirmação cultural. Mesmo os Terena que vivem hoje nas cidades não romperam os laços com parentes e amigos habitantes das aldeias de onde saíram. O próprio preconceito a que estão sujeitos por parte da população urbana reforça uma identificação com o grupo a que pertencem; este preconceito – presentes em todos os momentos no estigma “bugre”, como são chamados nas cidades – torna importante a manutenção de laços com aqueles que são os “iguais”, como referencial para uma auto-identificação [...] Contudo, o Terena que sai de sua reserva e, isolado dos seus, estuda ou trabalha em cidades da região sendo obrigados a conviver com a população neo-brasileira, pode deliberadamente se fazer passar por não-índio (CARVALHO F., 2008: 41-42).

Assim, Carvalho apresenta um elemento que nos foi importante para melhor compreendermos as práticas de sociabilidade terena naquilo que a autora chama de sociedade neo-brasileira. A capacidade de mobilidade terena marca não só as movimentações no campo espacial desenvolvida também pelo não-índio, mas por outros espaços não materiais das culturas. Com efeito, falamos aqui de um instrumento nodal na manutenção da constante construção da identidade e da historicidade Terena pelos próprios Terena. Porém, todavia, não se estabelece uma mudança qualitativa tônica na posição que estes ocupam diante da relação capital/ trabalho na economia política. É o que sugere Carvalho ao desenvolver a seção de sua dissertação que se ocupa da questão do trabalho na aldeia e sua movimentação por novos territórios e desafios de sociabilidade.

Ainda neste primeiro capítulo, política e religião são apresentadas de forma intrínseca na organização interna da sociabilidade em Taunay – Ipegue. Como apresentamos no capítulo inicial da pesquisa, os Terena são historicamente reconhecidos pela política desenvolvida com seus interlocutores. Assim, detidamente sobre Taunay-Ipegue, Fernanda Carvalho contribui para esse debate, identificando política e religião de modo a entender as apropriações da população terena ao se manifestarem os fenômenos que entendemos ser sincréticos, ou ainda, de apropriações das roupagens doutrinárias religiosas para implementação estratégica da política interna na comunidade.

A autora aponta dois aspectos em relação a liderança terena, primeiro, a relação política de chefia dupla ditada pela FUNAI, como sendo geradora de instabilidades entre os indivíduos terena em Taunay-Ipegue, e, segundo, relaciona a apropriação do cristianismo para exercício político diante da situação de conflito na comunidade terena. Ao mesmo passo do conflito político advindo da chefia dupla, a autora identifica o

posicionamento político de lideranças em relação à “*manipulação ideológica das igrejas evangélicas nas aldeias,*” (Carvalho, 2008), e, este, como elemento importante para compreender o desenvolvimento de outras instâncias religiosas, independentes dos vínculos com as Missões Evangélicas. Nesta abordagem, nos apresenta pistas importantes para a compreensão não somente de sua pesquisa, mas também acerca da tese desenvolvida por outro intelectual do CEIMAM sobre a apropriação do protestantismo pelos Terena⁹⁵. Sobre essa divisão interna, vejamos o texto de Fernanda Carvalho:

São muitos os problemas referentes à política interna nas aldeias do PI Taunay. Existem dois grupos adversários que freqüentemente entram em choque, devido a uma situação de dupla chefia. [...] Esta situação resultou em sérias contradições, tornando necessária a nomeação de um novo chefe, não terena, transferido de outra reserva para a chefia do Posto Indígena Taunay. [...] Esta divisão interna reflete-se praticamente em todos os aspectos da vida na comunidade. [...] Durante as eleições de 1986, esta divisão interna se acirrou, configurando uma “guerra” de políticos clientelistas em busca de maior número de votos entre os Terena.

E continua adiante:

Os cultos religiosos são encarados mais como pontos de encontro para reuniões sociais do que como uma forma de ensino religioso. Nos cultos católicos discutem-se a organização das festas e os problemas da comunidade, sendo eles um espaço aberto para qualquer participante que deseje se manifestar. [...] (CARVALHO F., 2008:45).

O texto sinaliza uma atividade política agitada no PI Taunay⁹⁶. Uma movimentação de política interna, devidamente em sintonia com a política indigenista externa; uma movimentação política em relação à religião, apresentando notáveis mudanças nos procedimentos ecumênicos, seja pela releitura do protestantismo e o desenvolvimento de uma nova denominação, seja pela apropriação do catolicismo nas aldeias e sua direção “ecumênica” hegemônica; nos dois casos, com suas próprias pautas em debates na comunidade.

Ao apresentar o segundo capítulo, a autora explica: “*O objetivo deste capítulo é analisar as adaptações do sistema de representação sobre o mundo, no contexto em que estão inseridos os Terena hoje.*” (CARVALHO, 2008). Sob o título “As Representações

⁹⁵ Aqui, fazemos referência a tese de ACÇOLINI, Grazielle. *Protestantismo à moda Terena*, Tese de Doutorado, Araraquara/UNESP, 2004.

⁹⁶ Uma outra importante contribuição de Fernanda Carvalho em parceria com outro autor sobre o processo político, especificamente o político eleitoral entre os Terena no MS, está publicado pelo CEIMAM (CARVALHO, Fernanda e TELAROLLI Jr., Rodolpho, 1986, n.46)

do Xamanismo e as Religiões Cristãs”, organiza uma contextualização histórica do *Oheokoti*, como importante cerimônia para os Terena. A autora se utiliza de depoimentos e fontes bibliográficas, se remetendo a cronistas, viajantes e pesquisadores consagrados. Apresenta entre essas suas fontes e referências, diretamente dialogando com a bibliografia sobre o Chaco e os Terena: Métraux, Susnik, Altenfelder, Siqueira, Castelnuovo, J. Bach, Kalervo Oberg, Sanches Labrador, Silvia Carvalho (CARVALHO, 2008: 149-163), além de parte da produção de Roberto C. de Oliveira sobre os Terena.

Fernanda Carvalho nos apresenta o *Oheokoti* como um ritual consistente na reunião de *koixomuneti* das aldeias de Taunay Ipegue onde juntos realizam uma viagem xamânica, utilizando alguns instrumentos como o maracá acompanhado da bebida, a chicha, que na época era representada pela água-ardente. Ao escrever sobre o *Oheokoti*, a autora contribui com uma construção etnográfica bastante importante no que se refere a sua construção etnográfica no período das décadas de 80 e início dos anos 90. Para isso a autora cita a contribuição de Modesto Pereira e sua filha como mediadores para se chegar aos xamãs Terena através dos quais contribuiu para que a autora estabelecesse uma interlocução direta com o Sr. Pascoal e Sr. Onofre, importantes xamãs Terena que possibilitaram a nossa pesquisadora um contato direto com esse ritual marcante da historicidade Terena.

Diante da inferência violenta da política indigenista e das novas realidades históricas, entende-se o *Oheokoti* em sua função profilática, e, diante do quadro histórico que envolve os Terena, busca compreender as configurações do ritual, ao se apropriar de novas roupagens em suas manifestações. Afirma o ritual, como “resignificado”, uma vez que os agradecimentos sobre a colheita, por exemplo, encontrava-se desacralizado, diante da aceleração histórica, uma das responsáveis por sistemas de novas adaptações sociais que se eleva com novas configurações políticas e econômicas.

O desenvolvimento da cerimônia, diante desse processo, é apresentado como modificado, diferindo-se da realização dos antigos rituais, na medida em que se limita ao cerimonial dos *koixumuneti*, não mais sendo realizado uma série de outras danças englobadoras dos indivíduos da comunidade (CARVALHO, 2008: 63).

Sobre as danças (brincadeiras na fala de Modesto) Fernanda Carvalho se debruça sobre a dança do Pate-páu (da qual tratamos em seção anterior), como possuidora de uma característica integradora da comunidade, sendo esta emblemática nas apresentações do

povo Terena no MS nas comemorações do dia do índio. Sobre essa manifestação da dança do Pate-páu (agora com papel de centralidade), a mesma emblemática a descentralização dos eventos que anteriormente constituíam o Oheokoti, legando a este, ao encontro de xamãs.

Com essas inferências, o trabalho nos remete a presença de alguns novos elementos da Terena. Por exemplo, após o contato com o cristianismo ainda no Chaco, introduz-se o elemento *deus no céu*, que passa a dividir espaço com Vanuno e outras serpentes aquáticas como elementos de permanência da visão Terena. O que demonstra a continuidade de alguns elementos chaquenhos na religiosidade, mesmo após séculos de contato com o mundo mítico cristão, contribuindo para que a visão de mundo Terena seja entendida como uma série de confluências entre elementos cristãos e crenças xamânicas (CARVALHO, 2008: 65).

O texto procura focar o elemento central às visões de mundo, tendo como sujeito fundamental a figura do *koixomuneti*. Para isso, concentra o seu dissertar sobre a escolha e formação do *koixomuneti*, historiando sua inicialização em relação ao pretérito, utilizando seu referencial, onde identifica a função de curador e prolongador da vida pela intervenção do rezador que se comunica com outros rezadores já mortos. Fernanda nos aponta desta maneira o status e o papel crucial deste indivíduo para a comunidade. Sobre os poderes do *koixomuneti*, o texto procura entender o aspecto mágico e sua função antinômica, pois ao mesmo tempo em que é prestigiado por seus poderes de cura, é também, temido por este mesmo poder de inferência na vida dos indivíduos que formam a comunidade. Relata ainda depoimentos deste poder mágico capaz de visões além do lócus de sociabilidade, tendo acesso a um outro espaço histórico e mesmo de deslocamento do *koixomuneti* para esses outros espaços. Uma espécie de “parte” com os animais é relatada como viabilizadora dessas concepções e que são entendidas como parte fundamental da cosmovisão Terena.

O trabalho ainda nesse capítulo segundo, se ocupa também sobre os mitos referentes ao *koixomuneti*, instrumentos rituais, contato missionário e os conflitos políticos religiosos. Sobre este aspecto, o político-religioso, a autora manifesta: “*A permanência da prática do xamanismo na sociedade terena atual é um fato que despertou meu interesse logo no início de minha pesquisa*” (CARVALHO, 2008: 73). Esclarece que devido ao fato de ser longa a história de contato com a sociedade envolvente e também com o mundo cristão, chama a atenção para a permanência da existência de xamãs no tempo presente de sua dissertação de mestrado, sendo, ainda, os xamãs, freqüentemente procurados pela

comunidade indígena e não-indígena. Diante de nossas perspectivas, uma permanência provavelmente existente devido a também manutenção da necessidade de explicar fenômenos que lhes são ocultados sobre o próprio funcionamento da economia política que estão inseridos no mundo do capital, como ocorre de mãos ao pensamento metafísico entre os não-indígenas.

Nossa autora continua discutindo a problemática político-religiosa entre os Terena ao apresentar o desenho que se erguia entre relações de poder interna a este grupo étnico. Mapeia a tríade política no território terena ao identificar como força política os protestantes, católicos e SPI. Evidencia-se a existência de rede de poderes em seu (*triumvirato*), tendo como objeto e objetivos diversos, a população Terena. Todavia, pareceu-nos evidente que nesta rede de poderes, o objeto se transforma em hegemônico ao se apropriar desses novos elementos religiosos como instrumentos e lócus de reprodução da política interna do grupo, fazendo frente aquilo que não fosse de interesse dos Terena. Uma verdadeira apropriação das novas perspectivas de organização político-social que foram inseridas pelo não-índio, em partes, às organizações terena. Apontando até mesmo para a problematização se os Terena alguma vez tivessem realmente se convertido ao mundo cristão. Entendemos que há conversões, porém muito mais apropriações estratégicas de manutenção da historicidade terena.

No capítulo terceiro, Fernanda Carvalho procura entender as concepções de saúde e doença para os Terena na época de sua pesquisa, a partir de observações de campo, buscando a construção de “[...] *um modelo etiológico terena, com base nos estudos de Laplantine (1986) e Zempléni⁹⁷ (1985)*” (CARVALHO F., 2008: 85). Com depoimentos (interloquções) de campo, a autora procura identificar a construção narrativa sobre a origem e as causas das doenças, registradas entre os Terena. Contribuindo para isso, a visão de mundo acerca da doença, consistente em um pluralismo que conduz as concepções de doenças de acordo com a tradição terena, a medicina popular, e, ainda, as apropriações das ciências médicas. A síntese desta tríade, resultante em elementos fundamentais na composição de uma perspectiva Terena sobre da doença, contribui na constituição da cosmo visão Terena, e, deste modo, na leitura etiológica no cotidiano da comunidade.

⁹⁷ Ferndanda se refere a LAPLANTINE, F. *Antropologie de La Maladie*. Paris, Payot, 1986 e ZEMPLÉNI, A. *La “maladie” et ses “causes”* – Introduction. L’Ethnographie, Paris, 96-97 (81): 13-44, 1985.

Esse capítulo do trabalho de Fernanda Carvalho se ocupa em entender as manifestações terena sobre a doença, onde a autora infere no sentido de que essas representações estão “*associadas à concepção de um equilíbrio rompido*” (CARVALHO, 2008: 100) e :

[...] pensa-se na origem da doença pela falta ou excesso de alguma substancia no organismo. Essa substancia é mais concebida em termos energéticos (espirituais) do que em termos concretos (materiais). A substância concreta (matéria) é, em geral, simbólica, é a representação de algo que a transcende (CARVALHO, 2008 : 100-101).

Deste modo, Fernanda Carvalho situa o debate sobre do modo de ver as origens e as causas das doenças entre os Terena de Taunay-Ipegue, apresentando ainda um diálogo diante de suas referências bibliográficas sobre as concepções de doenças (Laplantine & Zempléni). Propondo, diante da relação indivíduo, sociedade e meio, um esquema de relações que procuramos apresentar de acordo com a autora, no seguinte gráfico:

1- Meio	
2- Corpo Social	[A] FEITIÇOS
3- Indivíduo	[B] TRANSGRESSÕES
4- Koixomuneti	

Figura 07: Relações possíveis (CARVALHO F., 2008: 102)

Propõem-se dois tipos de relação entre meio e homem, sendo: os feitiços (tipo “A”) e as transgressões (tipo “B”). O primeiro relacionado às problemáticas internas de desequilíbrio provocadas por um intermediador (o feiticeiro), e, o segundo, relacionado ao rompimento do equilíbrio por intermédio direto do indivíduo com o meio, sem intermediadores, que, neste caso, serão necessários para o restabelecimento do equilíbrio entre as partes. E, sobre este aspecto, o da intermediação, Fernanda Carvalho identifica a figura do intermediador como o elemento necessário para a restauração. Contribuindo desta maneira para entendermos, ao menos, um dos aspectos da importância histórica dos *koixomuneti* na sociedade Terena, ampliando-se ainda a parcelares dos regionais.

No quarto e último capítulo, a dissertação de Fernanda Carvalho propõem descrever sobre as práticas de cura e cuidados especiais durante o ciclo de vida dos

indivíduos, apresentando uma abordagem acerca dos recursos assistenciais no PI Taunay, as opções dos Terena diante dos agentes de cura, o papel dos *Koixumoneti* como curadores. E, ainda, diagnosticando os problemas mais frequentes em relação a saúde e o atendimento a gestantes e os cuidados no parto e com o recém-nascidos. Finalizando, apresenta um quadro fitoterápico terena, relativamente extenso em que se apóiam os membros da comunidade, através dos seus agentes de cura.

Nas suas páginas finais a autora descreve suas considerações reconhecendo o pluralismo Terena sobre a doença e suas práticas de cura durante o processo histórico de contato. A dissertação de Fernanda Carvalho conclui ainda reconhecendo quatro tipos de crenças em curas de doenças através das práticas dos *koixumoneti*, curandeiros (*esses não sendo necessariamente como o Koixumoneti, uma espécie de viajantes no mundo espiritual*), a medicina popular e a institucional, fazendo, os Terena, distinção dessas práticas, pluralizando-as diante de uma concepção de doenças do espírito e doenças do corpo. Contribui acerca de um melhor conhecimento da figura do *Koixumoneti* como personagem marcante da historicidade terena, mesmo após a relativa recente história de contato com as representações cristãs, identificando a importância deste, diante toda a comunidade, e, ainda, contribuindo para o entendimento das relações do todo com esta personagem respeitada e temida, porém, sob a mira desse mesmo todo que o reconhece como um *koixumoneti*, bom ou ruim, de acordo com a lógica do bem e do mal via cosmologia cristã.

Identifica a viagem xamanica de forma distinta da possessão judaica-cristã, marcando o posicionamento Terena diante do cosmos religioso cristão e sua apropriação ao desenvolver as suas leituras diante de suas práticas tradicionais em constantes transformações diante do processo de contato, que embora ganhe novas configurações, não delega ao xamanismo uma posição marginal na historicidade Terena. Reconhecendo a permanência da figura do xamã nas narrativas históricas desse povo, tendo “*na comunicação com os seus ‘grandes mortos’ e com os espíritos de animais o veículo fundamental de reequilibrar – ainda que apenas uma vez por ano no Oheokoti – as suas relações com o universo*” (CARVALHO, 2008:147).

Neste sentido, procuramos apresentar suas contribuições acerca da história indígena terena, através da pesquisa de Fernanda Carvalho desenvolvida em 1996, embora germinada nos anos 80.

Focalizamos, principalmente, através desta intelectual, nossa busca de parte do entendimento acerca da contribuição do CEIMAM para a história Terena. Foi diante destas preocupações que a nossa pesquisa teve que realizar algumas escolhas em relação ao foco de abordagem do trabalho em questão. Como se poderá notar, buscamos entender o universo político, bastante abordado pela autora em seu trabalho acerca do desenvolvimento crítico diante da política do Estado e seu órgão intermediador, ou seja, a FUNAI.

Procuramos apresentar, ainda que sinteticamente, a abordagem central da dissertação de um dos intelectuais da segunda geração de nosso objeto, procurando identificar, o CEIMAM através de parte de seus membros participantes, não o entendendo como uma instituição fria e desprovida de fragilidades e riquezas subjetivas.

Este trabalho de Fernanda Carvalho foi entendido durante nossa pesquisa no sentido de contribuir para o entendimento crítico da política indigenista, através da atuação do CEIMAM e seu papel ao se posicionar (através de seus intelectuais) nesse contexto. E, também, ao propor um entendimento, fornecendo elementos para uma proposta alternativa diante da política oficial que ainda se praticava, não se tratando de fazer apenas uma denúncia, mas também, de apresentar uma possibilidade alternativa de se pensar uma outra política acerca dos povos indígenas e da identidade étnica estabelecendo um diálogo com a área da saúde pública.

Esse último aspecto nos chamou atenção, pois os trabalhos desenvolvidos no MS, os artigos publicados na revista Terra Indígena e outros periódicos, nos aponta para uma contribuição do CEIMAM na área médica. Não foi possível identificar este sinal com maior profundidade para compreendermos se é a perspectiva médica que influencia o trabalho antropológico ou se o contrário. Entretanto é possível afirmar que as duas perspectivas contribuem na constituição dos trabalhos de Fernanda Carvalho, reforçando a possibilidade apontada por nós sobre a contribuição do CEIMAM, mesmo que timidamente, como extensiva ao pensamento na área da saúde (CARVALHO; TELAROLLI JUNIOR & MACHADO, 1998:617-621).

Assim, entendemos que a apresentação dos trabalhos acadêmicos produzidos pontualmente por esses intelectuais (entendidos como fontes bibliográficas em nossa pesquisa), seria de importância para continuarmos entendendo a historicidade do CEIMAM como nosso objeto. Para isso, encaminhamos nossas análises a mais uma

produção ligada intimamente ao CEIMAM, tratando-se (diferentemente dos trabalhos dissertativos de mestrado de Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes e Fernanda Carvalho), agora, da tese de doutoramento de Grazielle Acçolini, também preocupação em entender a historicidade terena do MS.

3.1.3 Grazielle Acçolini

Assim como nas produções intelectuais anteriores, os trabalhos de Grazielle Acçolini também foram entendidos em uma perspectiva cognitiva ligada à primeira geração de intelectuais do CEIMAM, principalmente a Silvia Carvalho, marcando seu trabalho entre os membros da segunda geração de participantes. Suas colaborações no Centro de Estudos se deu posteriormente a década de 80, não participando das primeiras interlocuções desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Kurumim no MS, porém, é a única intelectual do CEIMAM a desenvolver trabalhos de pesquisa junto aos Terena do MS mais recentemente.

A pesquisadora graduou-se em Ciências Sociais pela UNESP de Araraquara em 1993, e, em 1996, com orientação de Rinaldo S. Vieira Arruda, apresentou ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na área de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo a dissertação de mestrado com o título: “*Terena: Adoção de um novo mito*”, sob financiamento da CAPES, onde se debruçou acerca do povo Terena. Uma trajetória sinalizadora de sua produção focada na etnologia indígena e que nos permitiu inferir nos trabalho de Grazielle como sendo parte da produção intelectual ligada ao CEIMAM, mais verticalizada, no que tange a contribuição do Centro para a história indígena Terena. Sua formação acadêmica é organizada de modo a se aprofundar na temática Terena, prolongando seus estudos de mestrado à tese de doutoramento (2004), o que não invalida ou inferioriza os demais trabalhos abordados em nossa pesquisa sobre o CEIMAM.

Entre os anos de 2000 e 2004, de volta à UNESP de Araraquara, desenvolveu seu trabalho de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na FCL, sob orientação de Silvia Maria S. de Carvalho, fundadora do G.E.I. Kurumim, e, nas palavras da autora, “*mentora intelectual*” do CEIMAM, com a tese intitulada: “*Protestantismo à moda Terena*”. Trabalho financiado pelo CNPq, onde a autora promove a continuidade de

sua temática central (os Terena), acerca dos aspectos de contato interétnicos, xamanismo e apropriação do protestantismo pelos Terena no MS.

Nossas análises detiveram-se na tese (ACÇOLINI, 2004) de Grazielle Acçolini procurando entender a extensão temática em sua trajetória intelectual diante de nossas problematizações sobre a contribuição do CEIMAM diante da política, assim como o fizemos nos demais trabalhos desses intelectuais ligados, de alguma forma ao Grupo de Araraquara (CEIMAM). Embora sua ligação seja recente se comparada a de Fernanda Carvalho e Maria Cristina Galan, entendemos que sua temática possui ligação direta aos trabalhos produzidos anteriormente, estabelecendo desta forma a manutenção das perspectivas do grupo de intelectuais aglutinados pelo CEIMAM, desde os anos 80, acerca do povo Terena.

Sua tese está organizada em quatro capítulos, que antecedem suas considerações finais. A saber, intitulados: o primeiro, “*Tentativas de compreensão dos contatos interétnicos*”; o segundo, “*Os índios Terena, a Guerra do Paraguai, e a construção da identidade nacional*”; o terceiro, “*UNIEDAS: O cenário protestante Terena*” e o quarto, “*Terena: protestantismo e xamanismo na aldeia Bananal*”.

Na introdução de seu trabalho, nomeada “*Os Terena: um pouco de ontem, um pouco de hoje*”, apresenta-se alguns aportes sobre sua pesquisa com os Terena, centrando-se na aldeia Bananal no MS como um estudo de caso. Nas palavras da autora:

Este trabalho se constitui em um estudo de caso sobre os Terena, povo do tronco lingüístico Aruák, língua Guaná, da área indígena Taunay/Ipegue (MS); mais especificamente, estamos nos concentrando na aldeia Bananal, por essa se apresentar como um campo fértil para a pesquisa por sua posição centralizadora. Ali transitam há décadas decisões e rupturas políticas, sociais e religiosas que influenciam não só esta área indígena (que inclui mais cinco aldeias), como outras principalmente desse Estado (ACÇOLINI, 2004:11).

Já na introdução é possível verificar algumas preocupações que são tangentes a historicidade do CEIMAM, apresentada no capítulo inicial de nossa dissertação, onde se mira a questões política e social, bastante ligadas a questão religiosa a respeito do povo Terena do MS. A citação também é sintomática da permanência dos intelectuais de Araraquara, em especial na comunidade de Bananal. Como abordamos no início da primeira seção, os trabalhos de Acçolini estão além de nosso recorte cronológico, porém, sua produção estabelece um vínculo direto com as preocupações de nosso objeto, que perpassa os anos de 1982, estendendo-se além do ano de 1992.

O texto de introdução a tese segue com apontamentos da historicidade Terena, nos conduzindo aos primeiros contatos iniciais ainda no século XVI, provocando o debate sobre a relação de contato diante os Mbayá-Guaykurú, reforçando nosso entendimento no sentido da existência de um relacionamento político ao invés de uma relação de vassalagem, debate este vital para o entendimento do processo de constantes adaptações por qual a sociedade Terena vem passando há séculos. Vejamos as considerações da autora sobre o debate:

Ainda no Chaco, os Terena, como os demais subgrupos Guaná, sofreram grandes influências de outras culturas; sociopoliticamente foram classificados como *nyiolola* ou vassalos, na falta de um outro termo que expresse as relações que mantinham com os guerreiros Mbayá-Guaykurú, a quem prestavam tributos em colheitas e serviços.

A relação mantida entre os Guaná e os Mbayá-Guaykurú caracterizava-se mais pela troca que pela sujeição violenta. Ao contrário de outros povos, como os Chamacoco, que eram escravos dos Mbayá-Guaykurú e os Chané, escravizados pelos Guarani-Chiriguano, os Guaná mantinham suas unidades político-econômicas e articulavam-se com os Mbayá por meio de visitas periódicas [...] (ACÇOLINI, 2004:12).

Aqui encontramos uma relação de sintonia com os trabalhos de Maria Cristina Galan, Fernanda Carvalho e ainda as publicações do periódico Terra Indígena, onde se identifica como traço marcante da historicidade Terena o intercâmbio sociopolítico e cultural com os demais povos que se relacionavam. Assim, reforçando elementos cruciais para o desenvolvimento da crítica ao pensamento vassálico e mesmo imobilista da cultura e da economia.

Diante das considerações históricas da autora, nos ficou também evidente em seu texto, a apresentação de um quadro de referenciais, perpassando sobre o povo Terena, clássicos como Roberto Cardoso de Oliveira e Fernando Altenfelder que marcam a literatura sobre os Terena do MS, em especial sobre Bananal. Apresenta-se ainda, Eduardo Viveiro de Castro, autor polêmico diante de Edgar de Assis Carvalho e ainda Marshall Sahlins, que ao lado de Oliveira, figura-se com destaque pela autora em suas citações.

O texto apresenta as perspectivas da tese através dos capítulos, sendo enunciado para o capítulo inicial a discussão sobre os contatos interétnicos sobre avanços e retrocessos buscando demonstrar a capacidade de construção de identidades e “alteridades” diante da sociedade envolvente (ACÇOLINI, 2004: 20). Para o segundo capítulo, focaliza-se os Terena após a Guerra do Paraguai, que viera manifestar seus resultados na construção da identidade Terena. Nas palavras da autora “*após essa breve viagem pelo século XIX*” o

terceiro capítulo nos remete a política no período republicano e o protestantismo, detidamente sobre a igreja Uniedas em Bananal, direcionando o debate para o tema da tese sobre *o processo de terenização do protestantismo* (ACÇOLILI, 2004:20), e, o quarto capítulo, que se detém na hipótese proposta na tese, “*a partir do que vemos como uma releitura do sistema xamânico terena: no processo de incorporação da crença protestante [...]*” (ACÇOLILI, 2004:20). Assim sendo, passemos aos capítulos de nossas fontes bibliográficas, no sentido de contribuir para o entendimento de nosso objeto e de seus sujeitos.

Durante o capítulo primeiro a autora levanta uma discussão antropológica sobre os contatos interétnicos, apresentando apontamentos sobre as considerações vinculadas ao funcionalismo, ao culturalismo, redundando em Roberto Cardoso de Oliveira no Brasil.

O texto focaliza Bronislaw Malinowski diante da discussão dos contatos, identificando-o como emblemático na análise funcionalista empírica-relativista. Nessa empreita Acçolini se preocupa em apresentar o posicionamento do autor diante da tradição evolucionista. Vejamos a autora:

A crítica fundamental de Malinowski à Antropologia evolucionista recai sobre a arbitrariedade das categorias utilizadas que comparam sociedades diversas, através do desmembramento da realidade a partir de itens culturais isolados reagrupados no parâmetro da própria cultura do pesquisador, perdendo de vista a especificidade e a particularidade de cada cultura (ACÇOLINI, 2004:25).

Ocupa-se em apresentar, de modo sumário, o conceito de função em Malinowski quando do “*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*”, realizando apenas uma breve citação do autor, no sentido de encaminhar o debate à questão da identidade. Veja-se:

Para ele, a identidade entre os homens pode ser encontrada nas necessidades biológicas e intelectuais, marcada as particularidades nas formas pelas quais os grupos humanos e suas culturas fazem uso de seus objetos a fim de satisfazerem essas necessidades, apreendendo assim a especificidade cultural onde se inserem (ACÇOLINI, 2004: 25).

Nossa autora apresenta a discussão vinculando a questão da identidade à questão cultural, identificando em Malinowski a concepção de cultura relacionada à visão funcionalista do autor, remetendo seu leitor (Acçolini) ao conceito de cultura vinculado ao de instituições:

Sua concepção de cultura está sempre relacionada à capacidade de satisfação das necessidades humanas. Malinowski a encara como uma totalidade integrada que

possui núcleos de organização humana com limites naturais estabelecidos pela própria cultura: as instituições. Indica ainda que a Antropologia científica consiste numa teoria de instituições, ou seja, numa análise concreta das unidades do tipo de uma organização (ACÇOLINI, 2004:26).

Desta forma, o texto de Grazielle Acçolini encaminha, após o breve apontamento sobre a idéia de cultura e instituição, o destaque central sobre o contato interétnico, denominado por Malinowski como mudança social, apresentando a proposta metodológica do autor das três fases:

Malinowski propõe a construção de uma tabela (a tabela de três entradas), onde as três fases, representando as três realidades (a nativa, a colonial e a compósita) aparecem com os conteúdos específicos que assume cada uma delas. Assim pode-se demonstrar através das instituições homólogas situadas na mesma esfera cultural, as mudanças ocorridas com o contato. Dessa forma, o autor recorre à idéia de sobreposição de três sociedades, a colonizadora, a colonizada e a decorrente do contato (ACÇOLINI, 2004:27).

Isso posto, Acçolini apresenta, a existência de discordâncias da concepção de Malinowski em relação a outros funcionalistas, não compartilhando dos mesmos passos, como é o caso assinalado de Radcliffe-Brown. Procura assim levantar algumas considerações críticas sobre o autor de *Argonautas do Pacífico*, a partir do caso brasileiro figurado por Cardoso de Oliveira sobre as instituições correspondentes. Embora levante-se um conjunto de críticas a Malinowski, Acçolini identifica a importante contribuição desse autor para a superação do pensamento evolucionista da sociedade, reconhecendo ainda a contribuição no entendimento da pesquisa de campo como técnica de investigação do contato interétnico (ACÇOLINI, 2004:28), que identificamos ser tributária desta perspectiva em sua pesquisa de mestrado e na tese aqui em tela sobre os Terena do MS.

Na seção seguinte de sua tese, apresenta, assim como na primeira, breves considerações sobre os culturalistas e suas formulações sobre o contato, como um modelo interpretativo norte-americano que encontra respaldo no Brasil. É importante destacar que “culturalistas”, aqui, não se refere, especificamente, a tradição culturalista que evidenciamos na tradição historiográfica francesa, também de grande influência na historiografia brasileira.

A discussão apresentada redonda nas abordagens em torno do Memorandum de 1936 e de 1954 que propõe a sistematização do conceito de aculturação. A autora, sutilmente, nos apresenta uma avaliação crítica sobre o Memorandum de 36 e 54, ancorando-se em Roberto Cardoso de Oliveira (ACÇOLINI, 2004: 30), entendendo o

primeiro documento em uma perspectiva dualista do contato, e, o segundo, mesmo ao propor a aculturação diante de um sistema de culturas onde configuram os papéis interculturais e a comunicação intercultural, retornando assim ao dualismo. Como apresenta a autora:

Apesar de recorrerem à noção de *sistema intercultural* marcando a necessidade de ter como objeto de investigação a unidade formada pela trama de relações apreendida da situação de contato, tal proposta se frustra pelo compromisso que possui com a abordagem culturalista que parte da noção de cultura para chegar aos aspectos sociológicos do contato. A preocupação com a cultura reduz a análise a elementos da investigação, como os papéis ou agentes interculturais. De fato, não há um corte entre o que é cultura e o que é sociedade e assim acabam por não estudar de forma consistente o sistema interétnico como foco do processo de mudança (ACÇOLINI, 2004: 31).

Essa concepção faz com que se concretize uma diferenciação nodal entre os culturalistas norte-americanos, com ênfase na cultura para o entendimento dos aspectos sociológicos, dos antropólogos sociais britânicos, que por sua vez enfatizam o sociológico redundando também em fragilidades de entendimento.

Nesse sentido Graziela Acçolini encaminha rapidamente a discussão para o Brasil, enfatizando seu referencial nas contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira sobre o contato interétnico como possibilidade de superação das teorias aculturativas (ACÇOLINI, 2004:34) através do conceito de *Situação de Fricção Interétnica*. Nesse ponto o texto da tese de Graziela Acçolini promove um breve inventário da trajetória intelectual de Roberto Cardoso de Oliveira destacando suas perspectivas teórico-metodológicas e apontando sua relação com o memorando de 1954, colocando à crítica as teorias aculturativas através da idéia de fricção interétnica.

Identificamos na análise de Acçolini, o peso das considerações de Roberto Cardoso de Oliveira, assim como nos demais intelectuais do CEIMAM pontuados em nossa pesquisa. Identificamos a contribuição desse autor desde os anos iniciais do Grupo de Araraquara, onde a leitura de Cardoso de Oliveira já possuía seu peso diante das preocupações nas formulações de Silvia Carvalho sobre os Terena do MS. Uma influência não apenas temática, como sendo um clássico nos estudos sobre os Terena, mas também como um referencial teórico-metodológico de partida para os trabalhos desenvolvidos a partir do CEIMAM.

O capítulo segundo da tese de Graziela Acçolini se preocupou em entender os Terena diante da Guerra do Paraguai e a construção da identidade Nacional. Entendemos que as considerações promovidas neste momento da tese é tributária de uma série de

complicações acerca da análise historiográfica tradicional sobre o conflito entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Entretanto, procuramos nos ater as preocupações apresentadas pela autora que visam sustentar a sua tese sobre a apropriação do protestantismo pelos Terena.

Em seu texto é nítida a filiação com a perspectiva valorizadora da participação da Inglaterra na Guerra, o que não invalida suas análises. Traça todo um processo de movimentações políticas no Prata que levará a eclosão do conflito. Dá destaque a disputas anteriores à guerra e as problemáticas da organização militar brasileira em contrapartida a super valorização que dá ao exército paraguaio.

Sua apresentação das movimentações que leva a eclosão do conflito é apresentada como um caminho ao leitor, no sentido de guiar ao que realmente interessa para a autora após a tomada do Marques de Olinda e as ações no Prata, em especial na Província do Mato Grosso, ou seja, a população Terena que anteriormente ao conflito, situavam-se na região de Miranda.

Preocupa-se ainda com a questão dos aldeamentos existentes antes do conflito contra o Paraguai, focalizando a discussão, conduzindo aos anos de 1755 a 1757, período pelo qual a política de Estado demonstra um posicionamento divergente da idéia missionária, uma vez que se preocupava em deter o domínio exercido historicamente pelos jesuítas sob a mão-de-obra indígena. Acçolini faz uma breve digressão sobre o Diretório e a gestão de Pombal, e, ainda, a uma série de “relaxamentos”, seja o de rápida autonomia para os povos indígenas e a presença protestante no território tradicionalmente catolizado. Assim, identifica a presença do protestantismo no território brasileiro antes mesmo da vinda das missões religiosas, após o findar do Império brasileiro.

Chama a atenção o viés histórico de seu texto, principalmente quando se detém à relação entre menoridade e tutela como forma de subordinar o trabalho indígena aos interesses hegemônicos diante da política econômica do Estado. Acçolini, entre momentos de ironia e análises históricas, contribui fartamente para o entendimento da manutenção de traços marcantes dessa perspectiva política sobre a tutela indígena que se estende do Império à República, chegando até mesmo a década de 80 e 90 do século XX. Basta reportar a questão do trabalho assalariado, levantado por Maria Cristina Galan e dos diversos momentos das publicações do boletim Terra Indígena, quando da intermediação

da FUNAI entre trabalho e capital na sociedade de classes, para ser possível observar parte da gênese destas relações através do trabalho de Grazielle Acçolini.

A autora busca relacionar sua perspectiva histórica sobre os Terena à questão da construção da identidade nacional após a Guerra de 1846, entendendo esse momento como a intensificação do contato interétnico entre os Terena e sociedade regional/nacional. Veja-se:

Como mencionamos logo atrás, na época da invasão do MT, os Terena se encontravam instalados em dez aldeamentos fixos e regulares próximos ao distrito de Miranda, sob os cuidados do missionário capuchino Marianno de Bagnaia. Sobre eles, o Visconde de Taunay é nosso grande informante, dando-nos um indício em especial que parece corroborar nossa hipótese: na obra *Entre os Nossos Índios*, Taunay (1931) argumenta que, até aquele período, para as “tribus” da região não existiam brasileiros, paraguaios, bolivianos, mas sim castelhanos e portugueses; a noção que se encontravam instalados em terras do Brasil Imperial só veio com a Guerra. Taunay também aponta para o fato que os Terena eram a maioria “autóctone” da região, com três a quatro mil pessoas (1931) (ACÇOLINI, 2004:70-71).

Com a intensificação do contato durante e depois do conflito da Tríplice Aliança e Paraguai, as relações culturais, políticas e econômicas determinam a nova sociabilidade, e entendemos que não apenas para o povo Terena, mas para todos os indivíduos daquilo que procuramos entender como sociedade envolvente. O fator político e econômico, para os Terena foram evidentes após o conflito. Longe do romantismo nacionalista forjado por José de Alencar, aquilo que era de interesse Terena, a terra, não fora efetivado. Pelo contrário, o que se efetiva é a perda do território tradicionalmente ocupado, uma vez que esses passaram a ser objeto da ocupação das frentes de ocupação na Província do Mato Grosso após 1870. Sobre o aspecto cultural religioso, concomitantemente aos demais aspectos, de acordo com Acçolini, também ganham espaço após esse período, entre os Terena. Como observa a autora:

A partir desse contexto, pretendemos agora nos ater na entrada e na incorporação da religião protestante entre os Terena, nos preocupando, em especial, com a igreja Uniedas (União das Igrejas Evangélicas da América do Sul) da aldeia Bananal, a fim de vislumbrarmos seu significado nessa sociedade indígena. Mais que isso, pretendemos nos concentrar no estudo da religião protestante, enquanto elemento da modernidade, que entre os Terena se encontra atuando desde o início do século XX. Nossa preocupação é em particular com a igreja Uniedas, pois acreditamos que ela seja, pelo menos entre os Terena, uma forte representante deste movimento, que congrega adeptos de uma das aldeias mais aliciadas dos Terena, o Bananal (ACÇOLINI, 2004:79).

Com essas preocupações, o capítulo terceiro de sua tese nos apresenta a inserção do protestantismo na comunidade Terena do Bananal – MS. O trabalho postula o

entendimento da permanência de elementos da cosmologia xamânica ao passo de novas adoções religiosas pelos Terena, sendo o xamanismo solicitado pela comunidade “principalmente dos que são chamados atualmente de benzedores ou curandeiros, por exemplo, em casos de doenças” (ACÇOLINI, 2004: 83).

Desta forma, identificamos uma sintonia das perspectivas analíticas de Grazielle Acçolini e Fernanda Carvalho acerca do xamanismo entre os Terena do MS. O Trabalho de pesquisa sobre os *Koixomuneti* desenvolvido por Fernanda Carvalho (1986-1992) na mesma região estuda por Acçolini apresenta uma interpretação que reforça a tese em tela:

Parece, assim, que um substrato simbólico característico dos Aruák e de outros povos chaquenhos ainda se faz sentir hoje entre os Terena, apesar de sua generalizada “cristianização”.

Poder-se-ia dizer que há um “*sentir-se Terena*” pelo sentimento de participação num passado comum e pelas crenças que esse passado evoca, crenças que não são simplesmente substituídas pelas crenças cristãs, mas que se mantêm como algo escondido, que ressurge em momentos de emoção: “*vocês, brancos, não conseguem entender, mas para nós, Terena, isto é uma verdade*”. E o mesmo ocorre ainda quando se trata dos adeptos do protestantismo. As normas protestantes são rígidas e, entre os Terena de Taunay, vários credos fizeram seguidores: UNIEDAS, Assembléia de Deus, Igreja Pentecostal, Igreja Quadrangular. Contudo, ainda que seguindo as normas moralistas impostas por essas doutrinas não católicas e insistindo em seus depoimentos que só existe um Deus, os crentes terena com os quais consegui ter aproximação suficiente para que me falassem sobre o que pensam sobre o Universo, da dinâmica desse e a vida pós-morte, não reproduzem o que essas doutrinas apresentam a partir da leitura da bíblia, mas, como Modesto, apresentam uma visão de mundo na qual confluem elementos cristãs e crenças xamânicas (CARVALHO, 2008:65).

A produção intelectual de Fernanda Carvalho reforça a demonstração da tese de Acçolini de não existir um sucumbir do pensamento tradicional, uma vez introduzida a crença protestante entre os Terena, e, sim, a promoção de uma espécie de apropriação das idéias de mediação entre o mundo dos homens e dos espíritos, o que a autora da tese apresenta como *processo de terenização do protestantismo* (ACÇOLINI, 2004:83).

O texto procura tratar o perfil da questão indígena durante a República no sentido de contextualizar a entrada das missões protestantes norte-americanas entre os Terena. Por República a autora entende e delimita o período da Primeira República, com a construção das Linhas Telegráficas e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a fundação do SPI em 1910; o período da ditadura militar, especificamente o Estatuto do índio em 1973 e o dimensionamento da política indígena pela FUNAI, e, a questão indígena a partir da década de 1980 (ACÇOLINI, 2004:84).

Diante desta periodização busca-se desenvolver um quadro histórico da política indigenista durante o período republicano redundando nos anos 80, com ênfase à questão protestante. Esse procedimento encaminha a análise sobre a inserção e expansão do protestantismo e a incorporação e configuração dessa crença na aldeia Bananal, conduzindo ao estudo do cotidiano da Uniedas presente em quase toda região pesquisada dela autora. Esse encaminhamento redonda na apresentação do último capítulo do trabalho de Grazielle Acçolini, onde se defende a tese apresentando o estudo focado no xamanismo e no protestantismo na aldeia Bananal (ACÇOLINI,2004:138). Assim:

Para tanto, pretendemos traçar o perfil do que nos parece apontar à uma releitura e atualização desse sistema a partir da comparação entre os personagens que consideramos xamãs, apesar das distintas designações: o *purungueiro* - no caso *purungueira* - e o *curandeiro*, figura que nos remete às reelaborações dinamicamente construídas sobre a religião terena em face das transformações ocorridas ao longo da história desse povo (ACÇOLINI, 2004:138-139).

Identifica-se uma releitura do sistema xamânico em suas novas apresentações de personagens, indumentárias e pinturas corporais que distingue o xamã dos demais participantes do no ritual reelaborado historicamente pelos Terena em contato com outras considerações religiosas, no caso, o protestantismo da Uniedas em Bananal.

Seu dissertar se preocupa em esclarecer o que se compreendeu por xamanismo enquanto sistema sócio-cultural. Apresenta que:

Compartilhamos da noção de xamanismo como fenômeno que emana de uma coletividade, exteriorizando através dos ritos os valores de uma cultura e refletindo sua organização social, formando assim um sistema de representações que expressa e se nutre da e pela sociedade (ACÇOLINI, 2004:140).

E continua com o apoio Geertz:

Isso, pois o xamanismo possui a capacidade de organizar a sociedade, dando cosmológica e socialmente ordem ao universo vivido pelos homens e tentando influenciar seu cotidiano; é um sistema, pois forma uma visão de mundo (Geertz. 1989; Langdon. 1996). Geertz expõe que, *Lo que conforma um sistema religioso es um conjunto de símbolos sagrados, entrelazados em un todo ordenado. Para sus creyentes, tal sistema religioso parece proporcionar un conocimiento genuíno, un conocimiento de los términos em los que la vida tiene, necesariamente que ser vivida* (1995, p.94,95)⁹⁸. Enquanto sistema, o símbolo e o rito são indissociáveis, pois sem o ritual o símbolo não pode se concretizar (ACÇOLINI, 2004:140). *Nota nossa.*

Desta maneira, apresenta ao seu leitor o campo por onde buscou entender o xamanismo, entendendo-o como um fenômeno advindo do coletivo que se apresenta

⁹⁸ O que conforma um sistema religioso é um conjunto de símbolos sagrados, entrelaçados em um todo ordenado. Para seus crentes, tal sistema religioso parece proporcionar um conhecimento genuíno, um conhecimento dos termos em que a vida tem, necessariamente que ser vivida. (*tradução-livre, nossa*)

através dos ritos, os valores culturais, refletindo a organização da sociedade dando vida a um sistema de representações. Reconhecendo ainda a capacidade do xamanismo de organização social através de sua cosmovisão, identificando o papel do símbolo e do rito neste sistema, também explicativo para o povo Terena.

Diante dessas perspectivas o texto da tese procura apresentar a figura do xamã, acentuando suas novas manifestações nomenclaturais como o “*Por exemplo, entre os Terena, koixomuneti (xamã) pode ser designado em português como purungueiro, feiticeiro, padre e até pela nomenclatura mais difundida na cultura popular, pajé*” (ACÇOLINI, 2004:149). Isso sugere a possibilidade de um complexo simbiótico entre as perspectivas religiosas que podem provocar indagações, como apresenta a autora:

Ampliando o cenário, conhecemos na aldeia Bananal um *curandeiro* terena e a confusão se aguçou sobremaneira, pois observado de perto após várias conversas que tivemos com ele e também após vários benzimentos, acreditamos que ele possua as mesmas prerrogativas de um xamã (ACÇOLINI, 2004:149).

E continua:

Esse *curandeiro* agregou à crença e à prática xamânica elementos do catolicismo e também do protestantismo, pois nesse caso, o curandeiro em questão é adepto da Igreja Independente Indígena Renovada, uma igreja protestante pentecostal só presente na aldeia Bananal (*Idem*).

A descrição acima emblematiza nossa observação sobre o complexo simbiótico estabelecido historicamente. Acçolini aponta para a agregação da crença religiosa ao xamanismo e não o inverso, possibilitando a inferência de que as novas concepções religiosas foram direcionadas à prática religiosa tradicional Terena, não sendo a prática xamânica agregada. Apontando a permanência do tradicional diante do novo para o entendimento do cosmo Terena, seja o curandeiro ou o purungueiro.

Na seqüência, suas preocupações se direcionam para a abertura ao protestantismo e a incorporação dessa vertente do cristianismo na sociedade Terena. Apresenta uma abordagem histórica do contato terena com o cristianismo ainda no Chaco a partir do século XVI, apontando a existência de uma relação mais próxima no século XIX com o cristianismo católico através dos capuchinos, desarticulados com o evento da Guerra de 1864 na região da Província. Um contato cada vez mais decadente, em contrapartida ao que se constataria diante da vertente do cristianismo protestante durante o século XX.

A análise de Grazielle Acçolini propõe entender o afastamento do cristianismo ultramontano por conta do entendimento terena de que se tratava de uma forma de representação do “branco”, do não terena, e, especialmente do Império brasileiro, ou seja,

do dominador. O Protestantismo, mesmo sendo considerado como uma religião do “branco”, não se associava, como no catolicismo, a concepções já formadas sobre os capuchinos. Sobre essas considerações, a autora propõe que analisemos com bastante cuidado para não se chegar a conclusões precipitadas. Isso nos mostra sua preocupação com inferências frágeis diante da historicidade terena diante do processo de apropriação do protestantismo, em uma palavra, da *terenização* proposta como tese.

Considera que a apropriação do protestantismo não se deu absolutamente entre os Terena “crente”, sendo esta abertura também extensiva a comunidade. E enfatiza sua preocupação de pesquisa diante a continuidade da procura pelo xamã (seja ele denominado curandeiro ou purungueiro) entre os Terena “crente” (ACÇOLINI, 2004:171).

O xamanismo Terena, no tempo presente da autora, encaminha à finalização da exposição e defesa dissertativa de sua tese, focalizando a visibilidade, continuidade e atualizações da prática xamânica através do purungueiro e o curandeiro. Reafirma também a exeqüibilidade etnográfica de sua proposta de entendimento de uma pesquisa de campo com participação direta no cerimonial xamânico. Sobre o ritual xamânico, reforça:

Langdon (1996) afirma que a sociedade pode reconhecer mais de um tipo de xamã, sendo preciso explorar as definições nativas para se descobrir quem o é; relembrando, seguiremos a premissa do ‘*Quem chama quem do que em que momento*’, procurando demonstrar que a religião terena é quem fornece os significados, *performativamente*, à incorporação de outras crenças e à recriação de sua visão de mundo (ACÇOLINI, 2004:174).

A autora procura enfatizar a versão de que o xamã pode ser entendido nos personagens do curandeiro e do purungueiro, e, para isso apresenta uma análise pontualizada em Bananal estabelecendo relações entre seus interlocutores *Koixomuneti*. Em conferência realizada em 2008, no Encontro Ameríndia na sede do CEIMAM, Grazielle Acçolini reafirma sua tese e esclarece sua relação de trabalho de campo entre os Terena. Trata-se de informações importantes para o entendimento de sua tese como uma de nossas fontes bibliográficas.

Ao falar sobre sua tese, a autora nos esclarece firmemente sua relação com parte da sociedade terena durante as estadias no MS. E o que procuramos apresentar aqui vai no sentido daquilo que Acçolini chamou de “Lazarenta insônia” e o seu encaminhar pelos amigos terena ao curandeiro. Aqui, para a autora, passa-se à finalização de sua tese. Vejamos a própria Grazielle Acçolini no texto da tese:

Iniciemos então pelo Koixomuneti, termo registrado por Baldus, Taunay, Oberg e Carvalho na atualidade, para designar xamã e que, após a incorporação do cristianismo, é traduzido comumente pelos Terena para o português como *purungueiro*, designação que se refere a feiticeiro, personagem caracterizado como o que pode fazer tanto o bem quanto o mal às pessoas (ACÇOLINI, 2004:174)

Importante notarmos a contribuição da autora quanto ao esclarecimento do conceito. Koixomuneti é o designativo Terena para o que mais comumente se conhece, em língua portuguesa, como xamã. Aqui a autora inicia apresentando o purungueiro tradicional Terena que se utiliza impreterivelmente da *purunga* durante o ritual xamânico. Como esclarecemos na seção anterior, sobre a pesquisa de Fernanda carvalho, esse personagem é possuidor de poderes mágicos em função profilática e mesmo em função de feitiços (coisas ruins), temido pela comunidade, até mesmo entre os Terena “crente”. Porém, mesmo sendo o mais tradicional xamã entre os Terena do MS, Grazielle Acçolini identifica a existência de outras manifestações xamânicas, também com outros personagens.

O texto identifica a relação entre os Terena que participam da Uniedas no Bananal e mesmo sendo partícipes de um tipo de protestantismo, recorrem também ao xamanismo. Se preocupa em apresentar que essa procura não se efetua diante do xamã “purungueiro” e sim em direção a um outro tipo de xamã, o curandeiro. Como apresenta a autora:

Ainda acerca da afirmação sobre os crentes não recorrerem ao koixomuneti - xamã, temos entrevistas de crentes terena que recorreram e recorrem a esses cuidados. Mas nesse caso, o koixomuneti procurado é, em português, um *curandeiro*. Tanto como D. Margarida, a *purungueira*, Sr. Agripino Valério, o *curandeiro*, também se reconhece como koixomuneti, porém como ele mesmo disse ‘primeiro o Reino de Deus, depois eu acrescento’; acrescenta outros elementos à sua prática, como também o fez a *purungueira* (ACÇOLINI, 2004:175).

Dona Margarida e o senhor Agripino são alguns dos interlocutores de nossa autora. Aqui a citação apresenta um situar desses personagens que foram elementares para a sustentação da tese de Grazielle. Seu interlocutor, Agripino Valério, é apresentado como vital para o entendimento das relações Terena diante do protestantismo da Uniedas e de como se desenvolve a apropriação dessa religião no universo cosmológico Terena. Fundamentando:

O *curandeiro* em questão é crente e a partir de suas práticas esse personagem conseguiu elaborar, *à moda terena*, um universo de crenças que pôde incluir a essa lógica, tanto elementos do xamanismo terena quanto do cristianismo, além de algumas nuances católicas, como apontaremos mais adiante.

Esse aspecto nos mostra que, mesmo inconcebível ao protestantismo, o universo xamânico terena existe e se mostra tão vivo quanto antes, incorporando e transformando novos elementos, apesar das mudanças e interferências ocorridas. Tendo em vista especificamente a doutrina cristã-protestante, a figura do

curandeiro parece suprir conceitualmente o abismo entre duas concepções de mundo diferentes que convivem paralelamente, ora se mesclando, ora se distanciando, criando mais exceções que algum tipo de regra a ser seguida (ACÇOLINI, 2004:176).

A tese procura demonstrar através deste estudo de caso, a manutenção e reorganização do protestantismo diante do xamanismo Terena, apresentando sua nova roupagem, historicamente construída, com singularidades e permanências. O trabalho aponta a procura dos Terena da Uniedas ao curandeiro quando da demora da vontade de “deus”, pois o xamã-curandeiro procurado, assim como o *purungueiro*, possui, na visão terena, o poder de cura. O texto também apresenta a procura dos “crentes” em relação ao curandeiro, por crerem que este tipo de *koixomuneti* representa apenas o bem, singularizando-se em relação ao *koixomuneti* da “*purunga*”, o feiticeiro. Provocando isso a atualização das considerações terena sobre o *cosmos*.

Encaminhando à suas considerações finais, afirma que “[...] *a questão de se assumir a identidade de crente não nega e muito menos invalida a forma terena de pensar o seu mundo e o mundo que os rodeia; ao contrário, atualiza e revitaliza conteúdos culturais frente a reelaboração das fronteiras étnicas*” (ACÇOLINI, 2004:191). Reconhecendo a existência de um campo amplo de possibilidades de pesquisas sobre a questão religiosa entre os Terena, entendendo que sua tese não esgota a temática e procura instigar o leitor à essas possibilidades a serem “*garimpadas*” por novos pesquisadores rumo ao MS.

A contribuição de Grazielle Acçolini sobre os Terena do MS, assim como as demais intelectuais do CEIMAM elencadas neste capítulo, nos pareceu bastante sintomática da historicidade do Grupo de Araraquara. Respeitando as singularidades de cada um de seus membros, pudemos constatar sua ligação direta ao nosso objetos de estudos, seja pelo vínculo institucional ou o temático. Nas três pesquisas (Galan, Carvalho e Acçolini) se apresenta o reconhecimento do CEIMAM e se identificam nele, reforçando nosso entendimento de serem intelectuais fortemente ligadas a história do Grupo. Constatase uma perspectiva teórico-metodológica marcadamente pluralista (TONET, 1997:203), sendo possível identificar percursos distintos e semelhantes no que tange aos referenciais das autoras. Também identificamos uma proximidade com duas temáticas centrais, sendo elas a política e a religião, recorrentes nas três pesquisas estudadas. Chamando nossa

atenção para a necessidade da construção de mais uma seção finalizadora desse capítulo terceiro de nossa dissertação.

3.2 Breves aportes sobre as perspectivas teórico-metodológicas das intelectuais

Antes de finalizarmos esse capítulo, que tratou de parte da contribuição acadêmica das intelectuais ligadas ao CEIMAM, buscamos apresentar alguns aportes sobre essas três fontes bibliográficas (do tipo de pesquisa) que contribuiriam para que pudéssemos entender o objeto de nossos estudos.

Assim como nos periódicos estudados como fontes documentais, observamos um campo plural de perspectivas e temáticas trabalhadas a partir do Centro de Estudos. Artigos, resenhas, bibliografias críticas, monografias, dissertações, teses, traduções, transcrições, reproduções, recortes, colagens, citações, objetivos, justificativas, imagens, relatórios e um número bastante considerável de autores, entre outros elementos, que ajudam a compor as perspectivas teórico-metodológicas de nosso objeto.

Durante o período de 1982-1992, que propomos para entender de forma histórico-ontológica o CEIMAM, foi possível identificar a historicidade marcada pelo pluralismo temático e também teórico-metodológico do Grupo de Araraquara e agregados a ele, sem um vínculo orgânico, como possuía Maria Cristina da Silveira Galan, Fernanda Carvalho e Grazielle Acçolini.

Tratando-se do pluralismo temático, entendeu-se que esse fator na história do CEIMAM se constituiu em uma característica marcante do Centro de Estudos e responsável pelo seu poder de catalisação de intelectuais engajados acerca questão indígena na América do Sul, detidamente, no Brasil. Identificamos ainda sobre esse aspecto de seu pluralismo, a possibilidade de se desenvolver um espaço de alternativas durante a década de 80 que fosse propositor de ações diante da democracia postulada à essa mesma década.

Entretanto, também entendemos que o pluralismo, ao se direcionar às perspectivas teóricas e metodológicas, podem gerar um campo complexo e perigoso, onde as perspectivas em jogo nem sempre são plausíveis de compressão daquilo que se estuda, analisa e edifica cognitivamente. Situações emblemáticas como àquelas em que se constrói

em ciências históricas, propondo diálogos teóricos metodológicos pouco, ou nada, exequíveis, por exemplo: Pierre Clastres e Meillassoux; Michael Foucault e Henri Lefebvre, ou ainda, Marx e Leopold Von Ranke. Salvo as singularidades de cada momento da trajetória intelectual desses autores, colocá-los ou mesmo elencá-los como sinonimais teoricamente e metodologicamente, seria um absurdo. Só para ficarmos com o primeiro caso, vejamos uma análise de Pierre Clastres sobre Meillassoux e Godelier em 1978, pouco antes do falecimento do primeiro autor:

Tome-se, por exemplo, Meillassoux. Ele seria, dizem, uma das cabeças pensantes (pensantes!) da antropologia marxista. Nesse caso preciso, esforços penosos me são poupados graças à análise detalhada que A. Adler dedicou a uma obra recente desse autor. [...] há algo de Monsenhor Lefebvre nesse homem: o mesmo fanatismo estreito, a mesma alergia incurável à dúvida. [...] Mas Meillassoux não é o único, e seria injusto para os outros fazer pensar que ele detém o monopólio do marxismo antropológico. Por um cuidado de equidade, convém dar a seus colegas o lugar que merecem. Tome-se, por exemplo, Godelier. [...] Seu marxismo chama a atenção, pois parece menos áspero, mais ecumênico que o de Meillassoux. [...] Seria então um oportunista? Nada disso. É um atleta do pensamento, que empreendeu fazer a síntese entre estruturalismo e marxismo. É preciso vê-lo saltitar de Marx a Lévi-Strauss. (Saltitar? Como se fosse um passarinho? São guinadas de elefante!) (CLASTRES, 1978).

O caso citado aqui é emblemático das polêmicas acadêmicas engajadas e ilustra bem nossa preocupação como pluralismo metodológico. Com efeito, nada impossibilitaria o desenvolvimento de um estudo entre “deus” e o “diabo” e todos os seus seguidores, entretanto, não levar em consideração múltiplas possíveis das perspectivas teórico-metodológicas que se postula, poderia, na melhor das hipóteses, promover uma construção sobre determinados problemas altamente fragilizada. Reafirmamos, não se trata de elencarmos perspectivas “amigas”, mas da necessidade de clareza sobre essa questão para que não se redunde na vulgarização e na teoria do relativismo cognitivo.

Nosso objeto de estudo se constituiu nos anos 80 em um campo bastante exequível deste tipo de problemática na construção do conhecimento, principalmente quando se tratando de um momento histórico onde as perspectivas democráticas possibilitavam o agregar de sujeitos altamente singulares diante da política. Basta memorarmos alguns intelectuais da década de 80 e pensarmos nesses, décadas depois, como, por exemplo, o posicionamento intelectual de Francisco Weffort (1984), isso para não falarmos de Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

O CEIMAM, sobre suas propostas de engajamento acerca da questão indígena, após o estudo de nossas fontes, aponta para a manutenção de suas proposituras

apresentadas ao público desde 1982 em defesa dos povos indígenas, juntamente com esses povos. A proposta de uma política indígena a partir dos povos indígenas e suas instituições de representação política manteve-se coerente durante esse processo. Foi o que identificamos ao elencarmos como problema de pesquisa, a contribuição para história indígena, detidamente sobre os Terena. Após décadas de um tipo de engajamento diante da política do Estado-nação, seus intelectuais ainda se mantêm preocupados em entender e contribuir para a história dos povos indígenas. Certamente, falamos aqui de contribuições fenomênicas (LEFEBVRE, 1983), capazes de inferir na realidade sensível até um dado limite como intelectuais de uma instituição pública.

Dos intelectuais estudados e apresentados neste capítulo, observamos algumas de suas perspectivas visíveis em seus trabalhos. E concordamos com Ivo Tonet quando se indaga sobre o sentido do pluralismo metodológico:

O que se entende por pluralismo metodológico? Às vezes ele é entendido como ecletismo, ou seja, a liberdade de tomar as idéias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador. Isto normalmente é feito sem o cuidado de verificar com rigor a compatibilidade de idéias e paradigmas diferentes, dando origem a uma concha de retalhos, quando mais, inteligentemente tecida. É bom ressaltar que há ecletismos de baixo e de altíssimo nível (TONET, 1997).

Nos trabalhos de Maria Cristina Galan, Fernanda Carvalho e Grazielle Acçolini identificamos o peso de Roberto Cardoso de Oliveira e Altenfelder Silva, com destaque para ao primeiro. Com efeito, Cardoso de Oliveira é leitura obrigatória para os que estudam os Terena, independente da perspectiva teórica que se postula, e o entendemos como fonte primordial. Todavia, é importante reafirmar a importância que esse autor possui na historicidade do CEIMAM, no que diz respeito da aproximação, inicialmente bibliográfica, que se desenvolve em 1982, incentivando o estudo sobre os Terena e a primeira visita as aldeias no interior de São Paulo, seguida ao MS.

Na dissertação de mestrado de Maria Cristina Galan, foi possível observar sua aproximação de um referencial temático bastante instigante e polêmico entre os historiadores e antropólogos, com efeito, a política e economia. Desde 1987, em sua pesquisa monográfica, “*A mulher Terena: Espaço e Status*” (GALAN, 1987) a autora trabalha com perspectivas teóricas e metodológicas bastante criticadas diante das tradições da Antropologia, apresentando em vários momentos, para sua sustentação de estudo, autores como Maurice Goldelier, Edgar Assis de Carvalho, Karl Marx e Claude Meillassoux. Em seu trabalho de mestrado, analisado neste nosso capítulo, observa-se a

manutenção dessas perspectivas teóricas que contribuem em suas análises sobre o papel da mulher Terena diante daquilo que chamamos de sociedade do mercado em “*As Terena*” (Galan, 1994), instigando ainda quando lança mão das contribuições de Emmanuel Terray e Engles. Embora esses não figurem solitariamente o quadro referencial da autora, possuem destaque em suas interpretações sobre o seu objeto de investigação. Seu texto possui nitidamente um conjunto de vinculações teóricas desenvolvidas ou elencadas por esses autores, como são as categoria de classe sociais, modo de produção, sociedade capitalista, mercado, mercadoria, entre outras.

Sobre a dissertação de Fernanda Carvalho, identificamos a perspectiva da autora como tributária da tradição antropológica francesa, singular à tradição norte-americana antropológica, ao menos é o que seu trabalho sobre “*Koixumoneti: xamanismo e prática de cura entre os Terena*” (Carvalho, 2008) sugere acerca das concepções de saúde e doença. A própria F. Carvalho apresenta esses autores em seu trabalho, declaradamente assumindo o posicionamento desses autores como parte dessa perspectiva antropológica da doença em sua pesquisa, sendo: F. Laplantine, M. Augé e A. Zempléni.

A perspectiva temática de Fernanda Carvalho é a questão religiosa, porém não se distancia da questão política, mantendo a constante abordagem sobre ambos os aspectos em sua contribuição acerca do povo Terena. Mantém sintonia com a revista Terra Indígena, ao fazer abordar com ênfase em suas páginas os aspectos políticos e religiosos. O método de apresentação destas questões em sua dissertação são expostos nitidamente de forma dialética, não os entendendo de forma separada e sim complementarmente. Acreditamos que esse aspecto fortalece seu trabalho sobre a história Terena no MS.

Graziele Acçolini nos pareceu a mais eclética das pesquisadoras ligadas ao CEIMAM em nossos estudos. Sua tese compartilha, assim como os demais trabalhos, de autores polêmicos. Logo de início a autora apresenta Malinowski, Marshall Sahalins, Roberto Cardoso Filho, Cardoso, Levi-Strauss, Viveiro de Castro, Ralph Linton, Robert Redfield, Melville Herskovits, Siegel, Vogt, Roberto Cardoso de Oliveira, Darcy Ribeiro, Radcliffe-Brown, Eric Hobsbawm e outros. Em sua pesquisa, observa-se a perspectiva temática bastante ligada a religião e cultura, declaradamente em uma proposta etnográfica apresentada pela própria autora. Sua pesquisa sobre “*Protestantismo à Moda Terena*” (ACÇOLINI, 2004) apresenta categorias teóricas plurais, o que se verifica com parte do quadro de referenciais apresentado anteriormente. Seria muita pretensão identificar o ponto de partida da autora em relação ao complexo de perspectivas teóricas

que é apresentado. Todavia, diante da pluralidade teórico-metodológica é necessário esclarecer que a exposição propõe o debate entre os autores referenciais como ponto de partida através de sua escrita. Pois ao cruzarmos a produção textual de Grazielle Acçolini com as interlocuções desenvolvidas com a autora em 2008, poderíamos inferir que seu maior quadro referencial para o desenvolvimento da tese foram os próprios Terena de Bananal, evidentemente sem desconsiderar o pluralismo da autora.

Importante notar que nos três trabalhos elencados nesse capítulo, e em uma perspectiva mais ampla, ideando a trajetória de formação intelectual dessas autoras, identifica-se a participação direta, como orientadora, de Silvia Maria S. Carvalho. O que propõe também a reafirmação de nossa proposta de entender o objeto como um espaço aglutinador de intelectuais engajados na questão indígena o que possibilita vida e sustentação a sua contribuição para a história indígena Terena do MS no universo fenomênico da sociedade de classes.

Assim Apresentado, encaminhamos o leitor para nossas considerações finais da dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse trabalho de pesquisa com uma epígrafe de Marx sobre seu estudo do tempo presente em que se buscava interpretar o golpe político realizado na França em meados do século XIX, onde identifica os limites em se fazer a história, condicionada a circunstâncias que foge o domínio dos sujeitos que a fazem. Marx escreveu diante de personagens vivos e atuantes de seu tempo, recebendo os louros e as críticas diante da política e as perspectivas cognitivas de sua época.

Entendemos que o historiador em seus trabalhos de pesquisa é tributário de uma série de perspectivas teórico-metodológicas construídas historicamente, e, quando elenca parte deste conjunto, historicamente acumulado, o faz no sentido de contribuir para o entendimento de determinados fenômenos da realidade sensível, mesmo que o faça para criar embusteiros políticos diante dos olhos da sociedade do mercado. Isso nos faz lembrar Pierre Vilar quando escreve “*O comércio da história possui alguma coisa em comum com o comércio de detergentes, onde facilmente toma-se a novidade pela inovação. Existe, porém, uma diferença: as marcas na história encontram-se desprotegidas*” (VILAR, 1988).

Consideramos que o CEIMAM foi o constructo das preocupações políticas de um grupo de intelectuais munidos de suas perspectivas sobre a história em constante construção, diante das angústias e propostas de uma sociedade democrática no Brasil, ainda frente ao regime militar que propunha uma reabertura *lenta, gradual e segura*, o que nos remete ao controle do Estado democrático burguês. Foi diante deste contexto que o objeto se construiu com suas propostas de estudos sobre os povos indígenas.

Sua historicidade se dá diante da repressão do Estado-nação perante os povos indígenas e suas organizações políticas, não reconhecidas pelo governo militar brasileiro. Isso fez do CEIMAM um espaço *alternativo* diante da política conduzida pelo governo e os representantes do capital, dando vida a um palco de engajamentos múltiplos e vieses diversos para esse momento da história do Brasil.

Os intelectuais do CEIMAM, ou ainda, os sujeito do objeto, se debruçaram sobre vários povos, entre eles, o povo Terena. Sua contribuição à história indígena fora recortada por nós no sentido de procurarmos entender o CEIMAM através de sua produção sobre a

história desse povo. Identificamos nessa produção, contribuições sobre a economia, política e religião, extensivas a outros aspectos da sociedade Terena, constantes nas publicações ligadas ao Centro de Araraquara. Para essa contribuição, teve papel fundamental o desenvolvimento do periódico *Terra Indígena*, os encontros anuais (Ameríndia) e a produção de pesquisas de mestrado e doutorado por parte de seus intelectuais.

Avaliamos a contribuição sobre a história indígena promovida pelos intelectuais, diante dos elementos da pluralidade do CEIMAM, como sendo de inferência na realidade sensível Terena, pois procura entender um conjunto de fenômenos captados diante do processo de contato com a sociedade envolvente. Ao inferirem sobre os Terena, acabam por realizarem o mesmo processo também para com a sociedade de classes. Isso nos fez entender o objeto, além de um espaço de crítica a sociedade capitalista, mas como um espaço de aglutinação e irradiação para outras áreas do conhecimento.

As perspectivas sobre as relações entre fenômeno e essência, na crítica que se propuseram diante das frentes de expansão do capitalismo, ao passar das interlocuções promovidas pelo CEIMAM ao longo dos anos, foi se direcionando no sentido de se concentrarem no universo fenomênico da sociedade capitalista diante dos povos indígenas. Esse comportamento é marcante na terceira geração de pesquisadores ligados ao nosso objeto. A primeira geração de intelectuais, através de suas manifestações no Boletim Mensal, e posteriormente, na revista *Terra Indígena*, expressa de forma mais evidente a preocupação com o modo de produção capitalista. Isso marca, mesmo diante da pluralidade do CEIMAM, o direcionamento para aquilo que apontamos durante a investigação como realidade fenomênica.

A contribuição para o entendimento da realidade fenomênica promovida foi mais perceptível a partir dos trabalhos de Fernanda Carvalho, e, especialmente, de Grazielle Acçolini. Tratando-se, desse modo, do desenvolvimento de estudos comprometidos com as manifestações fenomênicas de suas pesquisas, vitais para a compreensão da essência, principalmente por levarmos em consideração que o fenômeno é a expressão da essência do conhecimento sobre determinados objetos e situações construídas historicamente.

A expressão dessas contribuições do CEIMAM para a história indígena Terena do Mato Grosso do Sul possui um alcance que vai além do que se esperava no início dos anos 80 por seus intelectuais fundadores, pois, ao levarmos em consideração a importância que

a *intelligentsia* tradicional legava a questão indígena brasileira (mesmo com uma tradição de antropólogos organizados desde a década de 50), constata-se o descaso hegemônico de tal questão, muito bem emblematicizada pela legislação do Estado representante do capital. O raio de alcance inicialmente direcionado a atender uma demanda local/regional ao município de Araraquara (SP) é superado, através de suas pesquisas, para outros estados brasileiros como Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e, principalmente Mato Grosso do Sul. Isso, a nosso ver, no sentido de que os trabalhos de pesquisa de seus intelectuais proporcionam, a outros pesquisadores, referências categóricas sobre o povo Terena no Brasil, como se constata na bibliografia do trabalhos produzidos.

Durante a pesquisa identificou-se que a política, no sentido amplo do termo, é central diante das perspectivas dos intelectuais do CEIMAM. Sempre manifesta nos seus mais diversos momentos de pesquisa sobre os Terena, seja como elemento central ou como elemento vital para as questões econômicas e religiosas. Isso justifica o tema de nosso trabalho de pesquisa, principalmente por serem característica marcantes na constituição da história do Grupo de Araraquara, perpassando as três gerações de intelectuais ao lado de suas preocupações sistematizadas.

Nosso trabalho procurou sistematizar apenas parte da historicidade do CEIMAM através de suas contribuições para a história indígena do povo Terena do MS. A própria pluralidade em que se constitui o objeto não permite mais do que esse tipo de contribuição, ao menos em um primeiro momento dos trabalhos acadêmicos. Identificamos um conjunto de elementos sobre o CEIMAM que ainda merecem serem explorados. A questão de sua produção iconográfica é um desses elementos, pois se identificou a existência de um rico acervo visual, ainda não explorado e sistematizado. A própria organização geral do CEIMAM, no que se refere à questão documental, ainda está em aberto (como foi publicamente anunciado por parte de seus intelectuais em nosso trabalho de campo em 2008) para um estudo mais amplo. Além de um conjunto muito maior de intelectuais ligados ao CEIMAM do que o elenco que apresentamos nesta dissertação.

É categórico que os autores se manifestem de forma modesta ao chegarem a suas linhas finais do momento expositivo de suas pesquisas. Entretanto, como em outros momentos, quebramos o protocolo consuetudinário, pois se entende que ao debruçarmos na busca de compreender o objeto diante da sociedade de classes, obtivemos uma série de conquistas sobre a questão teórico-metodológica, principalmente sobre a lógica-dialética de base materialista e histórica. Isso nos deixa o caminho aberto para o desenvolvimento

de futuros estudos sobre o CEIMAM, e ainda, sobre a perspectiva de produção histórica do tempo presente como postulamos neste trabalho.

FONTES

I – FONTES DOCUMENTAIS

- “HOJE E ANTIGAMENTE” (COI APRENDE A ESCREVER SOBRE SUA GENTE). Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara-SP, s/d.
- *BOLETIM MENSAL. Araraquara-SP, Ano I,1982. Números: 3, 4 e 6. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- *BOLETIM MENSAL. Araraquara-SP, Ano II,1983. Números: 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17 e 18. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- *BOLETIM MENSAL. Araraquara-SP, Ano III,1984. Números: 23 e 24. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- *CADERNOS DE LEITURA 1. Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara-SP, 1991. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- DOCUMENTO DO NHII-USP. Disponível em: <www.usp.br/nhii/historico.htm>. Acessado em 23/01/2008.
- ESTATUDO DA FUNDAÇÃO ARAPORÃ. Cedido pelo professor do Departamento de Antropologia da UNESP de Araraquara, Robson A. Rodrigues, em 2008. (Depositado no Centro de Documentação de História Regional da UFGD, Dourados-MS)
- ESTATUTO DA ABA. Disponível em: www.abant.org.br. Acesso em 12/06/2007.
- ESTATUTO DO CEIMAM (proposta), cedido pelo professor do Departamento de Antropologia da UNESP de Araraquara, Robson A. Rodrigues, em 2008, tratando-se ainda da proposta estatutária do CEIMAM. (Depositado no Centro de Documentação de História Regional da UFGD, Dourados-MS)
- JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI nº 167/08. Autoria da Vereadora e Presidenta Edna Sandra Martins, Câmara Municipal de Araraquara – SP, em 22 de julho de 2008. (Depositado no Centro de Documentação de História Regional da UFGD, Dourados-MS)
- *PEREIRA, Modesto. *Depoimento de um líder indígena*. Terra Indígena, nº. 59, pg. 30, 1991. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- PROJETO DE LEI nº 167/08. Inclui no calendário oficial do Município de Araraquara – SP, a realização da Ameríndia e dá outras providências de autoria da Vereadora e Presidenta Edna Sandra Martins em 22 de julho de 2008. (Depositado no Centro de Documentação de História Regional da UFGD, Dourados-MS)
- *RELATÓRIO DA ESTADIA DO G.E.I. KURUMIM EM MATO GROSSO DO SUL. Araraquara-SP, ano III, setembro de 1984, p. 13. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP e Biblioteca Central da FCL, UNESP Araraquara-SP)
- *RELATÓRIO DE VISITA DO G.E.I. KURUMIM ÀS RESERVAS TERENAS (01 a 10 de julho de 1983). In: Boletim Mensal, Araraquara –SP, setembro de 1983, p. 05. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- *TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1984 (Revista). Números: 25, 26, 28, 30 e 31. . (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP e Biblioteca Central da FCL, UNESP Araraquara-SP)

- *TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1985 (Revista). Números: 32, 37- 40. . (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP e Biblioteca Central da FCL, UNESP Araraquara-SP)
- *TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1990 (Revista). Números: 54-57. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- *TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1986 (Revista). Números: 41- 45. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- *TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1987 (Revista). Números: 46-49, 50 e 51. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP e Biblioteca Central da FCL, UNESP Araraquara-SP)
- * TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1988 (Revista). Números: 52 e 53. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP)
- *TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1991 (Revista). Números: 58, 60 e 61. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP e Biblioteca Central da FCL, UNESP Araraquara-SP)
- *TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1992 (Revista). Números: 62, 64 e 65. (Depositado na Biblioteca do IBILCE, UNESP de São José do Rio Preto-SP e Biblioteca Central da FCL, UNESP Araraquara-SP)

*** Esses documentos estão disponíveis: na Biblioteca da UNESP de Araraquara em 2 pacotes, mas quatro volumes soltos, ambos na prateleira de Periódicos; na biblioteca da UNESP de São José do Rio Preto (IBILCE) nas estantes de Revistas e Periódicos.**

II - BIBLIOGRÁFICAS

- ACÇOLINI, Grazielle. *Protestantismo à moda Terena*, Tese de Doutorado, Araraquara/Unesp, 2004.
- ACÇOLINI, Grazielle. Uniendas: o cotidiano de uma igreja protestante entre os índios Terena. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 1 n. 2 – UFGD - Dourados Jul/Dez 2007. (Este artigo integra o capítulo III de sua tese de 2004)
- CARVALHO, Fernanda. *Koixomuneti: xamanismo e prática de cura entre os Terena*. São Paulo: Terceira Margem, 2008.
- CARVALHO, S. M. S. . Chaco: encruzilhada de povos e melting pot cultural: suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). História dos Índios no Brasil. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, v. 1, p. 457-474.
- CARVALHO, S. M. S. ; Fernanda Carvalho ; Maria Cristina S. Gallan . bibliografia dos povos Aruak de M.S. e GR.Chaco. São Paulo: FAPESP- Editora Terceira Margem, 2001. v. 2000. 172 p.
- CARVALHO, S.M.S. *Jurupari: Estudos de Mitologia Brasileira*. São Paulo, editora Ática, 1979.

ELIAS, Cândido Mariano – *Hipoli'ó. Nzopuné. Sonho meu: histórias Terena*. MARI-FAPESP, Penápolis – SP, 1999.

GALAN, Maria Cristina da Silveira. *As Terena*. São Paulo : PUC-SP, 1994. 148 p. (Dissertação de Mestrado).

GALAN, Maria Cristina da Silveira. *A Mulher Terena: Espaços e Estatus*. Araraquara: UNESP-SP, 1987. 148 p. (Monografia).

III – ORAIS*

- Conferência de *Graziele Acçolili*. Encontro Ameríndia. Araraquara – SP, 16 de Abril 2008.

- Conferência de *Niminon Suzel Pinheiro*. Encontro Ameríndia. Araraquara – SP, 16 de Abril 2008.

- Conferência de *Silvia Maria S. Carvalho*. Encontro Ameríndia. Araraquara – SP, 16 de Abril 2008.

- Depoimento de *Robson Antonio Rodrigues*. Interlocução desenvolvida em Araraquara – SP, 15 de Abril, 2008.

- Depoimento de *Silvia Maria S. Carvalho*. Interlocução desenvolvida em Araraquara – SP, 15 de Abril, 2008.

- Entrevista cedida por da *Niminon Suzel Pinheiro*. São José do Rio Preto – SP, em 29 de Março de 2008.

* *Depositadas no Centro de Documentação de História Regional da UFGD, Dourados-MS.*

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. *A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral*. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

BARTH, F. 1998. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In POUTINGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. De Élcio Fernandes. São Paulo, EdUNESP, pp. 185-227.

BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões – Política Indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

CAMPIONE, Daniel. *A modo e presentación (vaciamiento de contenido de la democracia representativa y a la virtual muerte de la política)*. Buenos Aires, FISYP (Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas), 2004.

- CAMPIONE, Daniel. *Algunos términos utilizados por gramsci*. Argentina, Buenos Aires, S/d. Disponível em: <[http:// www.misioncultura.gob.ve/descarga/01/desc55.pdf](http://www.misioncultura.gob.ve/descarga/01/desc55.pdf)>.
- CAMPIONE, Daniel. *Intelectuales y Política*. Buenos Aires, FISYP (Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas), 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R.. *O Trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo, EdUnesp 1998 [Cap. 1, pp. 17-35].
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios; Bauru-SP, EDUSC, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da história*. Tradução de João Maia. – Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983 – 3 edição.
- CARVALHO, Edgar Assis & JUNQUEIRA, Carmem. *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. Cortez Editora em 1981.
- CARVALHO, Edgar Assis. *Terena: as alternativas dos vencidos*. (Tese de Doutorado) Rio Claro, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo, 1979.
- CARVALHO, Edgar de Assis. *As Alternativas dos Vencidos. Índios Terena no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CARVALHO, F.; TELAROLLI JUNIOR, R. & MACHADO, J. C. M. S. Uma investigação antropológica na terceira idade: concepções sobre a hipertensão arterial. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(3):617-621, jul-set, 1998.
- CARVALHO, Fernanda e TELAROLLI Jr., Rodolpho. *A campanha eleitoral de 1986 numa aldeia terena do Mato Grosso do Sul*. *Terra Indígena*, Araraquara, n.45, 1986.
- CARVALHO, Fernanda. *Koixomuneti e outros curadores: Xamanismo e práticas de cura entre os Terena*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1996.
- CARVALHO, Silvia M. S. CARVALHO, Fernanda. GALAN Maria Cristina. *Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco*. São Paulo, Editora Terceira Margem, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *O intelectual engajado, uma figura em extinção?* In: *O silêncio dos intelectuais*. Adauto Novais (Org.). Rio de Janeiro, Cia. das Letras. 2006.
- CLASTRES, Pierre. [1974]. *A Sociedade contra o Estado*. Cosac & Naify, São Paulo, 2003.
- CLASTRES, Pierre. Os Marxistas e sua Antropologia. Publicado na revista *Libre*, n. 3, 1978. Disponível em: <www.antvalor.com>. Acesso em: 29/06/2009.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil – mito, história, etnicidade*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil* (org). Companhia das Letras: São Paulo, 1992. 609 p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio – ensaios e documentos*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987. 230 p. de 1º e 2º graus. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005. p. 111- 153.

DE PARIS, Sidiclei. *União das nações indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*. Dissertação de Mestrado, UFGD, pg. 35. 2008.

DEMO, Pedro. *Intelectuais e Vivaldinos: da crítica acrítica*. São Paulo: ALMED, 1982.

EDMUNDO. *Ameríndia 2006*. Araraquara-SP, 18/04/2006. Disponível em://www.overmundo.com/perfis/edmundo. Acesso em 19/07/2009.

ELIAS, Cândido Mariano – Hipoli’ó. *Nzopuné. Sonho meu: histórias Terena*. MARI-FAPESP, Penápolis – SP, 1999.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 2003. *Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória*. Prosa, Campo Grande, 3(1):39-47.

FAVARO, Maria de Loudes de A. *Em defesa da universidade pública*. In: Universidade e Educação. Zaia Brandão, Mirian Jorge Warde, Octávio Ianni, e outros. Campinas, SP: Papyrus, Cedes, São Paulo: Ande: Anped, 1992, pg. 121.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

GADDIS, John Lewis, *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta – Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Tradução de Alberto Aggio. In: Revista Brasileira de História, Vol. 13, nº. 25/26, setembro/2002-agosto 2003.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. de Vera Mello Joscelyne, RJ: Vozes, 1997.

GÓES, Moacyr de. *Linhas históricas da América Latina*. In: Universidade e Educação. Zaia Brandão, Mirian Jorge Warde, Octávio Ianni, e outros. Campinas, SP: Papyrus, Cedes, São Paulo: Ande: Anped, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 5ª edição. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8 edição: RJ, Civilização Brasileira, 1991.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. 1973.

ISSAC, Paulo Augusto Mário. *Modo de Existir Terena na Comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Paulo. PUC-SP, 2004.

ISSAC, Paulo Augusto Mário. *Expropriação e superpopulação em Mato Grosso do Sul*. In: Terena de Mato Grosso – da expropriação à periferia da cidade. Revista do Departamento de Geografia da UFMT, Campus universitário de Rondonópolis, n. 01, EdUFMT, 2001, p. 115.

ISSAC, Paulo Augusto Mário. *Terena de Mato Grosso – Da Expropriação à Periferia da Cidade*. Terra Indígena, CEIMAM/UNESP, Araraquara, ano XV, n. 81, p.108-142, mar. 2000.

JOUTARD, Philippe. *História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*. In: Usos & abusos da história oral. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros & Marxismo*. Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1991.
- KONDER, Leandro. *A questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Traduções de Irene Ferreira, Bernardo Leital e Suzana Ferreira Borges. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996..
- LEFEBVRE, Henri & GUTERMAN N. *Que es La Dialéctica*. Buenos Aires, Editora Dedalo, 1964.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/ Lógica dialética*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LESSA, Sergio. *A centralidade ontológica do trabalho em Lukács*. Serviço Social e Sociedade, Ed. Cortez, nº52, 1996.
- LESSA, Sergio. *A Ontologia de Lukács*. Editoria UFAL, Maceió, 1997.
- LESSA, Sergio. *Lukács: método e ontologia* - Cadernos de Serviço Social, UFPE, V.11, 1995.
- LOWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 18.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- LUKÁCS, György. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In: *Revista Temas e Ciências Humanas*. Nº 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social, Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e o socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846)*. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução de Rubens Erderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl [1851-1852]. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl [1851-1852]. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. Col. “Os pensadores”, p. 323-404.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Boitempo, 2005.
- MELIÀ, Bartomeu. 2004. *El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos*. *Tellus*, Campo Grande, 4 (6):151-162.
- MÉNENDEZ, Miguel Angel. 1992. *A área Tapajós-Madeira*. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios do Brasil*, Cia das Letras, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações*. In: Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. (org.) Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora Unesp; FAPESP, 1999.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral, caminhos e descaminhos*. In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 13, nº. 25/26, setembro/92/agosto 93.

- MORAES, José Geraldo Vinci de. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MOURA, Noemia dos S. Pereira. *Uma aldeia Terêna Urbana: Aldeinha*. UFMS/CEUAMS, Monografia (Especialização em História: América Latina), 1994.
- MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites ; PEREIRA, Levi Marques . *Duas no pé e uma na bunda: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti*. In: XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, Editorial Mídia, 2005. p. 1-8.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Editora Paralelo 15 e editora UNESP.
- PASSOS, Lilianny Rodriguez Barreto dos. *Associações Indígenas: um estudo das relações entre Guarani e Terena na Terra Indígena de Dourados – MS*. Curitiba, Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFPR, 2007.
- PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados-MS, Editora UFGD, 2008.
- POLLACH, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº. 10, 1992.
- PONTES, Heloisa. *Círculo de intelectuais e experiência social*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 12, n. 34, 1997. p. 57-69.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, SP, 1981, p. 145 – 155.
- RANIERI, Jesus. *A Câmera Escura*. Boitempo, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, publicação da Folha de São Paulo, cedida pela Companhia das Letras. Pg. 27 e 28, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SILVA, Aracy L. da., GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- TAUNAY, A. d'E. 1940. *Entre nossos índios Chanés, Terenas, Kinikinaus, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs*. São Paulo, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, pp.19-20.
- TODOROV, T. *A conquista da América : a questão do outro*. São Paulo : Ed. Martins Fontes, 1988, p. 175-201.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais de esquerda e a questão da democracia*. In: Universidade e Educação. Zaia Brandão, Mirian Jorge Warde, Octávio Ianni, e outros. Campinas, SP: Papirus, Cedes, São Paulo: Ande: Anped, 1992, 57.

TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?*. Maceió: EDUFAL, 1997.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *Os índios Terena e a Guerra do Paraguai*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. Programas e Resumos XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz. Londrina : Editorial Mídia, 2005. p. 01-579.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e Especulação Fundiária em Mato Grosso: a implantação da colônia Várze Alegre (1957-1970)*. 1986. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

VILAR, Pierre. *História marxista, história em construção*. In: História: novos problemas. Trad. De Theo Santiago, 3 edição, Rio de Janeiro, F. Alves, 1988.

WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1984.

ZORZATO, O. & MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. *O Processo de Apropriação do Protestantismo Norte-Americano Pelos TERENA Através da UNIEDAS*. In: WRIGHT, Robin M.. (Org.). TRANSFORMANDO OS DEUSES. Campinas: Editora UNICAMP, 2004, v. II, p. 303-340. No período republicano os protestantes também ajudaram a desenhar o quadro do cristianismo entre os Terena no MS.

V - BIBLIOGRAFIA

ACÇOLINI, Grazielle. O Brasil, a Guerra do Paraguai e os Terena do MS: construções de identidade. Terra Indígena, Araraquara, n. 85, 2003.

ADORNO, THEODOR W. & HORKHEIMER, MAX. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Tradução de Marcelo Levy. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1989.

BARREIRO, José Carlos. *História Cultural e Historiografia na Experiência Intelectual Brasileira Clássica e Contemporânea*. Tese de Livre docência em História do Dep. de História do Brasil da Unesp de Assis. 1995.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOTTOMORE, T. B. *Críticos da sociedade, o pensamento radical na América do norte*. Trad. De José Ricardo Brandão Azevedo, Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, edição 158004/5071, 1983.

BURKE, Peter. *História e Teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. Editora Brasiliense, 9 edição, 1992.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e paradigmas rivais*, In: _____; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997: 1-23.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios; Bauru-SP, EDUSC, 2005.
- CARMO, Onilda Alves do. *Os homens da família do PETI: identidade de gênero e a relação com o espaço doméstico*. Tese de doutoramento em Serviço Social, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca-SP, 2008.
- CHARTER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações, memória e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Difel/ Ed. Bertrand Brasil, 1988, 244 p.
- DESAN, Suzanne. *Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. Segunda edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001. p 63-96.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce de Oliveira Amarante dos Santos. São Paulo; Bauru: EDUSC, 2003.
- EAGLETON, Terry. *Pós-modernismo e intelectuais: de onde vem os pós-modernista*. In: WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução, Ruy Jungmam. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p 23-32.
- FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história* (posfácio). In: WOOD, Ellen Meiksins & _____.(orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução, Ruy Jungmam. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p 196-206.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Trad. de Aluyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 5ª edição. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- GREAVES. H.R.G. *Fundamentos da Teoria Política*. Trad. de Ruy Jungmann. Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editores:Rio de Janeiro, 1969.
- HEGEL, F. *Fenomenologia do Espírito* (parte II). Tradução de Paulo Meneses e José Nogueira Machado, SJ. Petrópolis-RJ; Editora Vozes, 1992.
- HEGEL, F. *Fenomenologia do Espírito* (parte I). Tradução de Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. Petrópolis-RJ; 2 ed., Editora Vozes, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric J. *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Tradução de: Storia del marxismo; por Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 1, 1983.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre História, ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 4.^a reimpressão, 2001.

- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. Segunda edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KONDER, Leandro. *História dos intelectuais nos anos cinquentas*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia em perspectiva*. 5 Ed. – São Paulo: Contexto, 2003. p 355-374.
- KRAMER, Lloyd S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra*. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. Segunda edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001. p 131-173.
- LESSA, Sergio. *Hegel, Engels, Lukács e a categoria da negação*. Revista Ensaio, 15-16, Ed. Ensaio, s/d. São Paulo.
- LESSA, Sergio. *Heller e Lukács: a centralidade do trabalho*. Revista Raízes. Mestrado em Economia e Sociologia, Campina Grande, Ed. UFPB, 1996.
- LESSA, Sergio. *Lukács e o marxismo contemporâneo*. Rev. Temáticas, nº 1/2, IFCH, UNICAMP, 1993.
- LESSA, Sergio. *Lukács: ontologia e historicidade*. Rev. Trans/forma/ção, UNESP, vol. 19, 1996.
- LESSA, Sergio. *Lukács: trabalho, objetivação e alienação*. Revista Trans/forma/ção, nº 15, S. Paulo, 1992.
- LESSA, Sergio. *O reflexo como «não-ser» na Ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas*. Rev. Crítica Marxista nº4, Ed. Xamã, São Paulo, 1997.
- LESSA, Sergio. *Ontologia e Objetivação em Lukács*. Praxis, Ed. Projeto, B. Horizonte, março 1994.
- LESSA, Sergio. *Reprodução e Ontologia em Lukács*. Trans/forma/ção, UNESP, v.17, 1994.
- LESSA, Sergio. *Sociabilidade e Individuação*. EDUFAL, Maceió, 1995.
- LIPSET, Seymour Martin. *O Homem Político*. Trad. De Álvaro Cabral. Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editores:Rio de Janeiro, 1967.
- LIPSET, Seymour Martin. *Política e Ciências Sociais*. Trad. De Álvaro Cabral. Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editores:Rio de Janeiro, 1972.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. De Sérgio Magalhães Santeiro, terceira edição. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã I*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Presença; Brasil, Martins Fontes, 1974. (Coleção Síntese).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MARX, Karl e ENGELS, Friderich. *Manifesto do Partido Comunista*. Boitempo São Paulo, 1998.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. In: Fromm, Erich, Conceito marxista do homem, Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p. 83-170.
- MARX, Karl. *Obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s.d., 3v.
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

- MARX, Karl. *Teses contra Feuerbach*. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATTA, Alfredo & CANCELA, Francisco. *A pós-modernidade e o iluminismo, encontros e desencontros*. Anais do 4º. Colóquio Marx e Engels, Unicamp, 2005.
- MENEZES, J. P. P. de. *História Indígena e Indigenismo no Brasil: o CEIMAM diante da escrita da História Indígena Terena do Mato Grosso do Sul*. In: Revista Cosmos (Presidente Prudente-SP) Universidade Estadual Paulista. Vol. V, 2007 – Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.
- MENEZES, Jean Paulo Pereira de. *Apuntes acerca de la Historia indígena en el Brasil en los finales del siglo XX (1982-1992)*. Asunción-Paraguay, Universidad Nacional de Asunción (UNA), Facultad de Filosofía de la Universidad Nacional de Asunción, 2007.
- MENEZES, J. P. P. de. *Ideologia e cultura indígena na modernidade: a história tradicional e a literatura regional sobre as sociedades indígenas no interior do Estado de São Paulo*. In: Anais Eletrônicos da XXII Semana de História, “o golpe de 1964 e os dilemas do Brasil contemporâneo”. De 19 a 22 de outubro de 2004, UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, ISBN 85-88463-09-1. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/semanadehistoria/PDF/jeanmenezes.pdf>>.
- MENEZES, J. P. P. de. *Novas perspectivas na historiografia americana: A história oral como procedimento metodológico na construção epistêmica do historiador*. In: Revista Labor, 2008 (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza). Disponível em: <www.revistalabor.ufc.br/index.pfp>.
- MENEZES, J. P. P. de. *O intelectual como crítico epistemológico: a contribuição epistêmica do CEIMAM para a história indígena no MS*. In: Revista de História Regional (Departamento de História – Universidade Estadual de Ponta Grossa) Ponta Grossa-PR, 2008. p. 125-135.
- MESZÁROS, Istvan. *A Teoria da Alienação em Marx*. Boitempo, São Paulo, 2006.
- MORAES, Aline Rinaldi e tal. *Levantamento do potencial turístico: estudo da formação de Cluster como estratégia para o desenvolvimento da região de Duartina/Gália/Garça/Vera Cruz*. Revista Científica Eletrônica de Turismo. Duartina – SP. N. 01, 2004.
- O'BRIEN, Patrícia. *A história da cultura em Michel Foucault*. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. Segunda edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001. p 33-62.
- PRADO J., Caio. *A evolução política do Brasil*. Brasiliense, 1933.
- PRADO J., Caio. *A História Econômica do Brasil*. Vozes, São Paulo, 1994.
- PRIETO, Saturnino Sánchez. *¿Y qué es la historia? Reflexiones epistemológicas para profesores de Secundaria*. Siglo XXI de Espanha Editores, S.A. Espanha: Madri, 1995.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REVISTA TERRA INDÍGENA. “ Ameríndia -93”. Araraquara-SP, 1993.
- REVISTA TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1994. Números: .71-73.
- REVISTA TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1995. Números: .74-76.
- REVISTA TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 1996. N. 77 e 78.

REVISTA TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 2000. Números: 81 e 82.

REVISTA TERRA INDÍGENA. Araraquara-SP, 2001. Números: 83 e 84.

REVISTA TERRA INDÍGENA. UNESP, Araraquara-SP, 1993. N.: 66.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. *Cuidado com o Saci - manifestações orais indígenas e o imaginário douradense*. Artigo não publicado, gentilmente cedido pela autora. 2008.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e; MARCHI, M. D. C. V. *Narrativas Orais e Pluralidade de Gêneros: o Imaginário Coletivo do Município de Dourados por Relatos de Indígenas*. Artigo não publicado, gentilmente cedido pelas autoras. 2007.

TERRAY, Emmanuel. *O marxismo diante das sociedades primitivas*. Trad. de Manoel Barros da Mota e Venusia Cardoso Neiva. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

THOMPSON, EDWARD P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros (Uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

THOMPSON, EDWARD P. *Senhores & Caçadores*. Coleção Oficinas da História, Vol. 7. Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, EDWARD P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Volumes I, II e III, Paz e Terra, 1987.

VAIFAS, Ronaldo. *História cultural*, In: CARDOSO, Ciro Flamarion; _____. Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *História das mentalidades e História cultural*, In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997:127-162.

WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução, Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ANEXOS

Anexo 1

Proposta estatutária do CEIMAM, cedido em 2008.

Com base no artigo 6º, inciso II dos Estatutos da UNESP, combinado com o artigo 8º, fica constituído e passa a integrar a Unidade Universitária o centro interdepartamental "CENTRO DE ESTUDOS INDÍGENAS", que será regido pelo Regimento seguinte. Este uma vez aprovado, será incorporado ao Regimento Interno da Unidade.

Capítulo I

Da natureza e da Denominação

Artigo 1º - Integra a estrutura da Unidade Universitária da UNESP, F.C.L. do Campus de Araraquara e está a ela subordinado o CENTRO DE ESTUDOS INDÍGENAS (CEI).

Capítulo II

Dos Objetivos do Centro

Artigo 2º - São os objetivos específicos do CENTRO:

I - Estudar a adaptação original das comunidades indígenas ao meio, a racionalidade dos seus sistemas adaptativos (de caça-coleta e de horticultura de floresta) e o sucesso dos mesmos na obtenção dos meios de subsistência sem provocar desequilíbrios ecológicos. Estudar os problemas atuais decorrentes do contato do índio com o branco, face a sua integração à sociedade nacional. Suprindo, assim, a falta de estudos sistemáticos das sociedades indígenas e visando a formação de futuros pesquisadores.

II - Propor convênios de pesquisa e de intercâmbio científico com entidade congêneres e/ou Universidades interessadas no estudo da problemática indígena.

III - Assessorar Instituições, Associações, professores e programações de escolas de 1º e 2º graus, nas questões referentes à problemática indígena.

IV - Divulgar através do TERRA INDÍGENA (publicação oficial do Centro), por jornais e outros meios, informações sobre o verdadeiro índio do Brasil, relativamente desconhecido pela população urbana, população esta que tem do mesmo, quase sempre uma visão deturpada.

V - Constituir-se em núcleo local de apoio à União das Nações Indígenas (UNI) e de outras entidades de defesa da causa indígena e povos nativos em geral.

Capítulo III

Da Constituição

Artigo 3º - Compõem o CENTRO DE ESTUDOS INDÍGENAS, docentes e pesquisadores integrados nos seguintes Departamentos: Antropologia, Política e Filosofia; Linguística; Didática; e Ciências da Educação, da F.C.L., e ainda docentes de outras Unidades da UNESP, identificados com os programas e as atividades desenvolvidas pelo CENTRO.

Parágrafo único - Docentes e pesquisadores voluntários e estudantes também são admitidos para participação no CENTRO.

Capítulo IV Da Administração

Artigo 4º - São órgãos de Administração do CENTRO:

- I - Presidência.
- II - Conselho de Administração.

Artigo 5º - A Presidência compreende:

- a) Presidente.
- b) Vice-Presidente.

Artigo 6º - O Conselho de Administração será composto por um docente de cada Departamento e indicado pelo Conselho Departamental, na forma que dispuser o Regulamento Departamental.

Secção I Da Presidência

Artigo 7º - O Presidente e o Vice-Presidente serão indicados pelo Diretor da Unidade, a partir de uma lista tríplice, elaborada e proposta pela Congregação da Unidade.

Parágrafo 1º - Para a indicação tanto do Presidente como do Vice-Presidente, a exigência é estar o docente ou o pesquisador em RDIDP e ter, no mínimo, o título de Doutor.

Parágrafo 2º - O mandato do Presidente e Vice-Presidente é de dois (2) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo 3º - Na falta ou impedimento eventual do Presidente, ele será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 4º - Na falta ou impedimento eventual do Presidente e do Vice-Presidente, a substituição se fará pelo docente ou pesquisador mais graduado, integrante do Conselho de Administração.

Artigo 8º - Ao Presidente compete:

- I - Convocar e presidir as reuniões do CENTRO e do Conselho de Administração;
- II - Submeter à Congregação o plano de atividades proposto pelo Conselho de Administração;
- III - Representar o CENTRO na Congregação;
- IV - Cumprir e fazer cumprir o plano de atividades proposto pelo Conselho de Administração e aprovação pela Congregação;

V - Propiciar condições para a execução do plano de atividades;

VI - Gerir os recursos financeiros obtidos através de dotações orçamentárias, doações, ligados a subvenções e serviços prestados, respeitadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração;

VII - Prestar contas da aplicação dos recursos à Congregação;

VIII - Apresentar anualmente, à Congregação, relatório das atividades desenvolvidas.

Secção II

Do Conselho de Administração

Artigo 9º - Compete ao Conselho:

I - Conhecer, analisar os projetos e as propostas de atividades e elaborar, a partir das prioridades que estabelecer, o plano a ser desenvolvido no biênio;

II - Destinar os recursos financeiros obtidos, observadas as prioridades estabelecidas;

III - Supervisionar o desenvolvimento do Plano de Atividades;

IV - Manifestar-se sobre o relatório anual a ser apresentado à Congregação;

V - Exercer quaisquer outras atribuições, em matéria de sua competência.

Artigo 10º - O Conselho se reunirá ordinariamente, uma vez por mês, por convocação do Presidente do CENTRO.

Parágrafo único - em caso de extinção do CENTRO DE ESTUDOS INDÍGENAS, o seu patrimônio ficará integrado ao da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara.

Anexo 2

Estatuto da Fundação Araporã, 1992.

**FUNDAÇÃO ARAPORÃ**

ESTATUTO**Capítulo I - Da Instituição**

Artigo 1º - A FUNDAÇÃO ARAPORÃ é pessoa jurídica de direito privado, destinada a fins de interesse coletivo, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, regendo-se pela legislação aplicável e pelas normas deste Estatuto.

Parágrafo único - A FUNDAÇÃO ARAPORÃ poderá estender suas atividades a outras Unidades da Federação, ouvido o Ministério Público para cada uma delas.

Capítulo II - Dos Objetivos Institucionais

Artigo 2º - A FUNDAÇÃO ARAPORÃ realiza e apóia empreendimentos que visem a defesa dos direitos dos índios e das comunidades indígenas, podendo para tal celebrar convênios com pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais. São ainda objetivos da Fundação:

- a) Propugnar pela proteção do meio ambiente, em especial dos ecossistemas habitados por índios e comunidades indígenas.
- b) Desenvolver ações que visem a. proteção da diversidade cultural.
- c) Promover o estudo de ecossistemas habitados por índios e



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

- d) comunidades indígenas, tendo em vista seu desenvolvimento sustentável.
- e) Apoiar o registro e divulgação de forma sistematizada do conhecimento tradicional e assuntos de interesse das
- f) comunidades indígenas para o público em geral e, em especial, para as próprias comunidades indígenas.
- g) Promover a interação entre pessoas que desenvolvem ações de interesse dos índios e da comunidade indígena.
- h) Promover o desenvolvimento de recursos humanos da comunidade indígena, em todos os níveis, para atendimento dos objetivos anteriores.

Parágrafo único - FUNDAÇÃO não tem caráter religioso ou político-partidário, e não se envolverá em questões dessa natureza ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

Capítulo III - Do Patrimônio

Artigo 3º - O Patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial e por bens e valores que a esta venham a ser adicionados, através de doações de pessoas naturais e/ou jurídicas de direito público ou privado, interno ou externo, ouvindo-se o Ministério Público nos casos de doações com encargos.

Artigo 4º - A Fundação poderá dispor de subvenções que eventualmente lhe sejam destinadas, bem como de renda originária dos seus bens.

Artigo 5º - A Fundação destinará seus recursos, preferencialmente, para constituição de um Fundo Financeiro cuja renda contribuirá para a garantia de sua manutenção e autonomia econômico-financeira.

Capítulo IV - Dos Membros

Artigo 6º - São membros da Fundação:



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

- a) **Fundadores:** pessoas naturais que tenham assinado a Ata de Instituição, ou que sejam convidados pelos instituidores no prazo de um ano, contado a partir da data da instituição.
- b) **Colaboradores:** pessoas naturais ou jurídicas que contribuam com a Fundação na realização de seus objetivos, segundo critérios a serem determinados pelo Conselho Administrativo.
- c) **Honorários:** pessoas naturais ou jurídicas que, por se destacarem em trabalhos que se coadunem com os objetivos institucionais da Fundação, sejam assim distinguidas.

Capítulo V - Da Estrutura Organizacional

Artigo 7º - A Estrutura Organizacional da Fundação está assim definida:

- a) Conselho Administrativo;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Presidência Honorária

Artigo 8º - O Conselho Administrativo é o órgão máximo de deliberação da Fundação, compondo-se por cinco (05) membros, com mandatos de três (03) anos, da seguinte forma:

- a) Três (03) membros escolhidos pelos Fundadores: o Presidente e dois Vice-Presidentes;
- b) O Presidente do Conselho Consultivo;
- c) Um (1) membro nomeado pelo Conselho Administrativo: o Secretário Geral.

Artigo 9º - Compete ao Conselho Administrativo:



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

- a) Deliberar sobre o patrimônio da Fundação;
- b) Aprovar o orçamento, os projetos e planos anuais da Fundação, assim como acompanhar a sua execução;
- c) Apreciar as demonstrações contábeis da Fundação;
- d) Elaborar o Regimento Interno da Fundação e dos seus Conselhos;
- e) Eleger o Presidente Honorário;
- f) Deliberar sobre a extinção da Fundação, observando-se as disposições legais pertinentes, assim como apresentar as justificativas que recomendem tal medida;
- g) Nomear os membros dos demais Conselhos, assim como requerer dos mesmos a elaboração de pareceres dentro de suas competências e, sempre que julgar necessário, convocar a presença de qualquer de seus membros em reuniões;
- h) Outorgar a distinção de membros honorários da Fundação, consoante o estabelecido no Artigo 6º deste Estatuto;
- i) Definir as varias categorias de colaboradores, e os critérios de participação e contribuição;
- j) Criar gerências executivas, órgãos gestores da Fundação, compostas por profissionais nomeáveis ou destituíveis pelo Conselho, a quem caberá ainda fixar suas atribuições.
- k) Eleger dentre os seus membros o Presidente e dois Vice-Presidentes, para um mandato de três (03) anos, permitida a recondução;
- l) Resolver os casos omissos neste Estatuto.

Artigo 10 - Compete ao Presidente do Conselho Administrativo:

- a) Representar a Fundação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Outorgar mandato, com poderes nele especificados, para a prática dos atos necessários ao desempenho normal das atividades da Fundação.

Capítulo VI – Do Conselho Consultivo



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

Artigo 11º - O Conselho Consultivo é o órgão de assessoramento da Fundação na consecução dos seus objetivos institucionais, sendo composto por seis (06) pessoas naturais, nomeadas pelo Conselho Administrativo, para um mandato de três (03) anos, a partir de sua instalação.

Artigo 12º - O Conselho Consultivo terá um Presidente e um Vice-Presidente nomeados pelo Conselho Administrativo, correspondendo cada mandato a um período de três (03) anos, permitida a recondução.

Artigo 13º - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) Dar parecer sobre os projetos, planos e atividades da Fundação, sempre que se julgar necessário, ou quando for solicitado pelo Conselho Administrativo;
- b) Ter ciência obrigatória dos relatórios e ações do Conselho Administrativo;
- c) Apreciar, discutir e propor alterações na programação anual de trabalho;
- d) Reunir-se duas (02) vezes ao ano, obrigatoriamente, ou sempre que necessário;
- e) Elaborar seu Regimento Interno, submetendo-o ao Conselho Administrativo;
- f) Recomendar ao Conselho Administrativo a outorga da distinção de Membro Honorário da Fundação, nas condições estabelecidas no Artigo 6º deste Estatuto.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Consultivo poderão comparecer às reuniões do Conselho Administrativo sempre que houver necessidade de maiores esclarecimentos sobre seus pareceres, a seu critério ou quando convocados pelo Conselho Administrativo.



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

Capítulo VII – Do Conselho Fiscal

Artigo 14º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da administração contábil-financeira da Fundação, sendo composto de três (03) pessoas naturais e respectivos suplentes, escolhidos pelo Conselho Administrativo, para um mandato de três (03) anos.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal deverão, preferencialmente, apresentar formação acadêmica ou profissional compatível com seu cargo e função.

Artigo 15 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer por escrito sobre os relatórios demonstrações contábil-financeiras da Fundação, procedendo às ressalvas sempre que estas se fizerem necessárias;
- b) Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da Fundação, sempre que solicitado pelo Conselho Administrativo;
- c) Recomendar a realização de auditoria externa da Fundação, quando julgar necessário;
- d) Comparecer às reuniões do Conselho Administrativo, sempre que houver necessidade de maiores esclarecimentos sobre seus pareceres, a seu critério ou quando convocado pelo Conselho Administrativo.

Capítulo VIII. Da Presidência Honorária

Artigo 16º - A Presidência Honorária significa o reconhecimento da Fundação à personalidades de destaque pela prestação de serviços no âmbito dos objetivos da Instituição. O Presidente Honorário é escolhido pelo Conselho Administrativo para um mandato de três (03) anos,



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

permitida a recondução.

Parágrafo único - o Presidente Honorário será convidado a participar das reuniões dos Conselhos, sendo ouvido sobre todas as questões relativas à Fundação.

Capítulo IX - Do Regimento Interno

Artigo 17º - O Conselho Administrativo ao baixar o Regimento Interno da Fundação fixará:

- a) A periodicidade, modo de convocação e quorum instalação de suas reuniões;
- b) O quorum de suas deliberações, respeitando o previsto neste estatuto;
- c) O modo de substituição de seus membros, em suas faltas e impedimentos;
- d) Os procedimentos na alienação e/ou constituição de ônus sobre bens ou direitos integrantes do patrimônio da Fundação;
- e) O modo de resolução dos casos omissos neste Estatuto.

Parágrafo único - As eventuais alterações do Regimento Interno serão submetidas ao Ministério Público.

Capítulo X - Da Extinção da Fundação

Artigo 18º - A Fundação será extinta por decisão da maioria absoluta do Conselho Administrativo, após ouvidos os outros órgãos da entidade, na hipótese de se verificar a sua inviabilidade ou se tornar impossível a sua manutenção.

Parágrafo único --A decisão de extinção da Fundação só poderá ser tomada com a oitiva do Ministério Público e com sua expressa concordância.

Artigo 19º - Decidida a extinção da entidade, será nomeada uma comissão



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

liquidante responsável pelas providências necessárias à execução da deliberação e da destinação do patrimônio residual da entidade, em periódicos de grande circulação na sede da Fundação e fora dela.

Artigo 20º - O patrimônio residual da Fundação deverá ser integralmente revertido a entidades não governamentais, cujos objetivos estejam mais próximos daqueles descritos no Capítulo II deste Estatuto.

Parágrafo único - Em hipótese alguma poderá ser partilhado o referido patrimônio entre os membros da Fundação, direta ou indiretamente, respondendo pessoalmente os integrantes da Comissão Liquidante por tais atos, reputados desde logo como nulos de pleno direito.

Capítulo XI - Do Regime e das Demonstrações Contábeis

Artigo 21º - O exercício financeiro da Fundação encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 22º - As demonstrações contábeis serão, dentro dos primeiros sessenta (60) dias do ano subsequente, encaminhadas ao Conselho Administrativo, após parecer do Conselho Fiscal. Ambos os Conselhos terão um prazo de trinta (30) dias para manifestação.

Parágrafo único - Ouvidas as apreciações e aprovadas as contas pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, as demonstrações contábeis deverão, dentro do prazo de trinta (30) dias, ser encaminhadas ao Ministério Público, facultando-lhe livre acesso aos livros e assentamentos da Fundação, para exames e fiscalização que entender necessária.

Capítulo XII- Das Disposições Transitórias Gerais

Artigo 23º - Os membros dos Conselhos da Fundação, bem como o Presidente Honorário, exercerão suas funções sem qualquer modalidade de



FUNDAÇÃO ARAPORÃ

remuneração, e não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

Artigo 24º - A Fundação encaminhará ao Oficial competente, averbação, no 13º mês após a data de seu registro, os nomes e qualificações dos membros fundadores convidados pelo Conselho Administrativo, conforme o disposto no Artigo 6º, alínea “a” deste Estatuto.

Artigo 25º - A reforma do Estatuto somente será permitida desde que não contrarie os objetivos institucionais da Fundação e que seja aprovada pela maioria absoluta dos competentes para geri-la e representá-la e por autoridade competente.

Artigo 26º - A Fundação não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores e subventores.

Artigo 27º - Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes da entidade, com direito a discutir as matérias em pauta, nas condições que tal direito se reconhecer aos membros dos referidos órgãos.

Artigo 28º - O presente Estatuto entrará em vigor no momento do arquivamento em Cartório competente.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

DOURADOS, 20 de Agosto de 2009.

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES